INÊS 249

**Infraestrutura**
Antaq retoma licitações de terminais portuários amanhã e prevê mais dois leilões em 2024, diz Eduardo Nery B1



**Inteligência artificial**
Mais da metade das 500 maiores empresas dos EUA veem a IA como um possível risco para seus negócios B8



**Tecnologia**
Embrapa e Universidade Federal do Ceará criam sistema de IA para otimizar a irrigação, diz Cláudio Carvalho B10



Terça-feira, 20 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6069 | R$ 6,00
www.valor.com.br

# Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

**Infraestrutura** Antaq retoma licitações de terminais portuários amanhã e prevê mais dois leilões em 2024, diz Eduardo Nery **B1**



**Inteligência artificial** Mais da metade das 500 maiores empresas dos EUA veem a IA como um possível risco para seus negócios **B8**



**Tecnologia** Embrapa e Universidade Federal do Ceará criam sistema de IA para otimizar a irrigação, diz Cláudio Carvalho **B10**

Terça-feira, 20 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6069 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

# Pedidos de RJ batem recorde liderados pelas micro e pequenas empresas

**Conjuntura** O segmento foi responsável por 72,8% dos 228 casos apresentados à Justiça em julho; no ano são 879, considerando-se só os negócios de menor porte

**Marcela Villar e Álvaro Campos**
De São Paulo

As micro e pequenas empresas bateram recorde de pedidos de recuperação judicial no Brasil em julho, respondendo por 72,8% (166) do total de 228 solicitações de renegociação de dívidas na Justiça no mês, maior número da série da Serasa Experian, iniciada em 2005. O acumulado nos primeiros sete meses de 2024, se comparado ao mesmo período de anos anteriores, também não tem precedentes: 879 pediram recuperação.

A quantidade é 25% maior do que os acumulados até julho de 2022 e 2023 somados (704) e maior que o acumulado de 2016 (657), pico das requisições. O setor de serviços também bateu recorde no mês passado, com 94 pedidos, ultrapassando os 93 registros no mesmo mês de 2016. Neste ano, até o fim de julho, o cenário é bem pior: 516 empresas do setor recorreram ao instituto, ante 321 há oito anos. Os números indicam que os pedidos de reestruturação devem ultrapassar a marca histórica. Já foram 1.242 pedidos de recuperação neste ano, somando todos os portes de empresas, contra 1.098 em 2016. As falências, porém, recuaram 15,8% em julho de 2024, frente ao mesmo mês de 2023.

Segundo Luiz Rabi, da Serasa Experian, a tendência é 2024 superar 2016, "auge da recessão". Para ele, o principal motivo para esse quadro é a inadimplência. São 6,9 milhões de empresas nesta situação, maior número desde agosto de 2021. De acordo com o economista, serviços e negócios de pequeno porte, que são a maioria das empresas no país, também são mais afetados pelos juros altos do que a indústria. "São setores que dependem muito mais do mercado interno para direcionar sua produção."

Após cair à mínima de 1,9% em 2020, com medidas de apoio por causa da pandemia, a inadimplência de micro, pequenas e médias empresas foi ao pico de 4,6% em maio, recuando para 4,4% em junho. O indicador aponta estabilização, e executivos do setor financeiro projetam melhora. Mas, segundo especialistas, empresas menores tendem a não ter garantias para oferecer e usam capital de giro, um crédito mais caro. Em um cenário de alavancagem mais alta, alteração nos juros pode ter efeito substancial. Para as pequenas empresas, há falta de alternativas no mercado para equacionar os débitos, diz Oreste Laspro, da Laspro Consultores, e professor da faculdade de direito da USP. **Páginas E1 e C3**

# Ibovespa sobe 1,36% e alcança marca inédita

**Maria Fernanda Salinet, Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Victor Rezende**
De São Paulo

A bolsa de valores brasileira manteve o ritmo visto nos últimos pregões e iniciou a semana com ganhos. A valorização de 1,36% de ontem levou o Ibovespa aos 135.778 pontos, novo recorde. As ações da Vale e do setor bancário estiveram entre os destaques. Novas declarações conservadoras do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, que reiterou o compromisso da autoridade monetária com a meta de inflação, ajudaram a derrubar os juros futuros de prazos mais longos, o que estimulou a compra de ações. Galípolo é cotado para substituir Roberto Campos Neto na presidência do BC. Em dia marcado pelo enfraquecimento do dólar no exterior, a moeda americana registrou baixa de 1,03%, cotada a R$ 5,411. Na mínima da sessão, a divisa chegou a ser negociada a R$ 5,37. **Páginas C1 e C2**

# Bolsa Família ajuda a mudar futuro de filho de beneficiário

**Estevão Taiar, Guilherme Pimenta e Marsílea Gombata**
De Brasília e São Paulo

Grande parte dos dependentes de beneficiários do Bolsa Família em 2005 não estava mais, uma década e meia depois, em nenhum programa social do governo. Os dados são de estudo de sete pesquisadores, entre os quais integrantes do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, da PUC-Rio e FGV. A pesquisa considera dependentes que tinham entre 7 e 16 anos em 2005, primeira geração do programa. Nesse universo, 64% não estavam mais inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais em 2019. Para os pesquisadores, os resultados mostram que o Bolsa Família traz "melhores condições de vida" no longo prazo. Levantamento do FGV Ibre, por sua vez, revela mais dependência da renda de programas sociais e menos da do trabalho hoje. A participação do trabalho na renda domiciliar foi de 75,3% em 2021 para 74,2% em 2023, enquanto a de programas sociais passou de 2,6% para 3,7%. **Páginas A4 e A6**

Parcerias público-privadas se tornarão cada vez mais atraentes
**Aitor Jauregui A16**

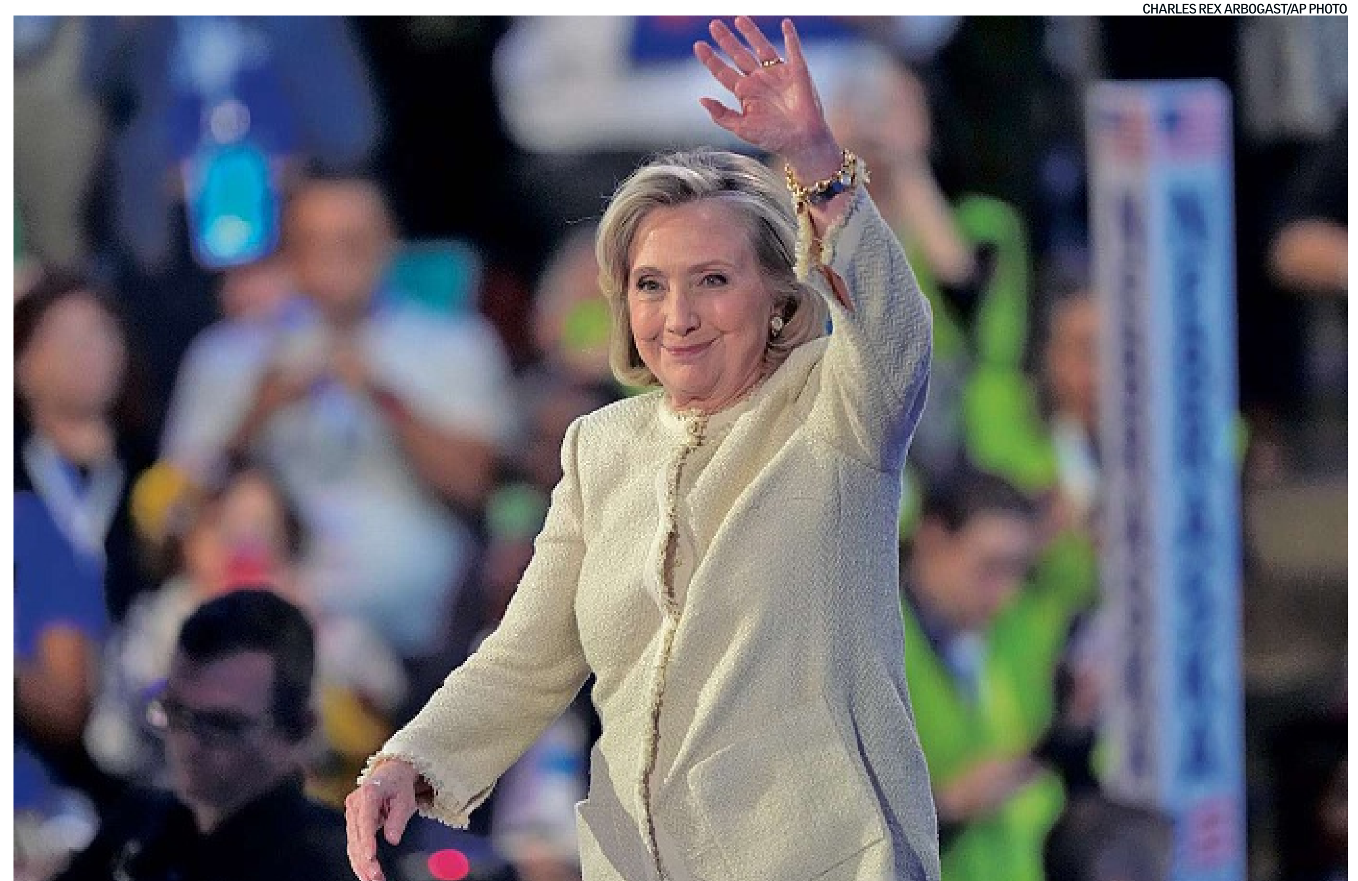
O papel dos endowments de universidades na agenda ESG
**Roberto Savaris C6**

## Indicadores

| | | |
|---|---|---|
| **Ibovespa** | 19/ago/24 | 1,36 % R$ 25,6 bi |
| **Selic (meta)** | 19/ago/24 | 10,50% ao ano |
| **Selic (taxa efetiva)** | 19/ago/24 | 10,40% ao ano |
| **Dólar comercial (BC)** | 19/ago/24 | 5,4231/5,4237 |
| **Dólar comercial (mercado)** | 19/ago/24 | 5,4108/5,4114 |
| **Dólar turismo (mercado)** | 19/ago/24 | 5,4285/5,6085 |
| **Euro comercial (BC)** | 19/ago/24 | 6,0028/6,0040 |
| **Euro comercial (mercado)** | 19/ago/24 | 5,9966/5,9972 |
| **Euro turismo (mercado)** | 19/ago/24 | 6,0524/6,2324 |




CHARLES REX ARBOGAST/AP PHOTO



A ex-secretária de Estado dos EUA Hillary Clinton: "Joe Biden tem sido um defensor da democracia, em casa e no exterior"

# Convenção marca 'nova era' para os democratas

Agências internacionais

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, preparou o discurso de encerramento do primeiro dia da Convenção Nacional Democrata, em Chicago, como um marco da "passagem de bastão" à sua vice-presidente, Kamala Harris. "Quero começar celebrando nosso incrível presidente Joe Biden", disse Kamala, em um comentário que, segundo a organização, não estava programado. A vice-presidente fará seu discurso formal de aceitação da indicação na quinta-feira.

Os elogios a Biden se seguiram também no discurso da ex-primeira-dama, ex-secretária de Estado e candidata derrotada à Presidência em 2016, Hillary Clinton. "Ele [Biden] trouxe dignidade, decência e competência de volta à Casa Branca e mostrou o que significa ser um verdadeiro patriota", disse Hillary, que foi ovacionada por quase dois minutos pela plateia que lotava a arena. "Há muita energia nesta sala, assim como em todo o país", afirmou.

A ex-secretária de Estado também homenageou as mulheres que lutaram pelo voto feminino e defendeu o direito ao aborto — uma questão embaraçosa para o candidato republicano, Donald Trump. **Página A15**

# Blinken diz que Israel aceitaria cessar-fogo

**Matthew Lee**
Associated Press, de Tel Aviv

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse que Israel aceitou proposta para negociar um cessar-fogo e a libertação de reféns em Gaza, e pediu ao Hamas que faça o mesmo. O secretário não indicou se a proposta atendia às preocupações do grupo terrorista. O anúncio foi feito por Blinken após reunião com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. O secretário deve seguir para o Egito hoje. EUA, Egito e Catar passaram meses para negociar um acordo, após o diálogo ser interrompido em muitas ocasiões. Blinken não esclareceu se a proposta atende às exigências de Israel de manter controle sobre dois corredores de importância estratégica em Gaza — que o Hamas já avisou que não é negociável — e a outros assuntos que têm emperrado as negociações. **Página A15**

## Destaques

**Recuperação de pastagens patina**
O crédito rural subsidiado acessado para a recuperação de pastagens degradadas no Cerrado tem sido pouco efetivo. Até seis anos após a tomada dos recursos no programa ABC do Plano Safra, 72,5% das áreas permanecem inalteradas, sem melhoria significativa na qualidade do pasto nem conversão para lavouras, segundo estudo do Climate Policy Initiative/PUC-Rio. **B10**

**PIS/Cofins na restituição de tributos**
O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu não analisar a incidência de PIS e Cofins sobre a Selic aplicada na restituição de tributos pagos a mais (repetição de indébito). Os ministros entenderam que a discussão tem natureza infraconstitucional e, com isso, ficou mantida a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto, que se manifestou a favor da cobrança. **E1**

## Consumo



LEO PINHEIRO/VALOR

Em meio à pressão contra os alimentos ultraprocessados, a Nestlé mira o crescimento com a transformação do portfólio e a parceria com o varejo, diz o diretor de Trade Marketing e Merchandising, Felipe Votisch. B4

# STF busca negociação sobre emendas

**Isadora Peron, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Fabio Murakawa**
De Brasília

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, marcou almoço para hoje para negociar a decisão que suspendeu o pagamento das emendas parlamentares. Na semana passada, os ministros referendaram liminares de Flávio Dino nesse sentido. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se encontraram para tratar do assunto. Além dos ministros da Corte, foram convidados para o almoço representantes do governo e do Congresso. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), confirmou presença, e Lira sinalizou que deve comparecer. Lula escalou o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, para representarem o governo nas negociações. **Página A10**

INÊS 249



# A eleição mais importante das nossas vidas



**Daniela Chiaretti**

"A eleição dos Estados Unidos é tão importante para o destino do mundo que todos no planeta deveriam votar", disse um ambientalista há oito anos em tom de piada e desespero. Em novembro de 2016 o republicano Donald Trump derrotaria a democrata Hillary Clinton e seguiu o script de quem se referia à mudança do clima como uma farsa — "a hoax, em suas palavras. O 45th presidente dos EUA saiu do Acordo de Paris, apoiou o setor de carvão, tornou irrelevante a poderosa agência ambiental americana, a EPA, tratou com desdém ONU, organismos multilaterais e negociações climáticas, e fez seguidores em outras partes tão ou mais irresponsáveis. Trump, à frente do país que é o maior emissor histórico de gases-estufa e hoje vem depois só da China, atrasou o mundo em um tema em que os seres vivos só têm perdas.

A crise do clima volta a ser tema na campanha americana agora com mais prioridade, estratégia e ataques. A anedota do parágrafo anterior é muito atual, mas perdeu a graça.

A realidade não é divertida. O domingo 21 de julho foi o dia mais quente já registrado no mundo desde, pelo menos, 1940. O serviço de mudança climática europeu Copernicus divulgou que naquele domingo a Terra viveu seu dia mais quente com temperatura média global diária de 17,09°C. Para quem não se emociona com médias, há episódios que ilustram o que está acontecendo: um incêndio de grandes proporções ameaçava Atenas na semana passada; Palm Springs, na Califórnia, registrou 51°C em 5 de julho e mais de 50 milhões de pessoas nos EUA ficaram sob alerta diante do calor brutal que matou gente; ao menos 1.300 peregrinos morreram de calor indo à Meca em junho.

Pouco antes e mais perto de seu umbigo, Trump reuniu 20 lobistas do petróleo em seu resort em Palm Beach, na Flórida. Era 11 de abril. Segundo o "Washington Post", o ex-presidente disse a eles que deveriam doar US$ 1 bilhão à sua campanha porque, reeleito, reverteria regras ambientais que prejudicavam o setor. O "New York Times" apurou que havia no jantar executivos da ExxonMobil, da EQT Corporation e do American Petroleum Institute.

Trump prometeu eliminar as regras climáticas de Joe Biden destinadas a acelerar a transição energética. Disse ainda que abriria mais terras públicas para exploração de petróleo e gás.

O barão do petróleo Harold Hamm, fundador da Continental Resources (uma das dez maiores produtoras independentes de petróleo dos EUA) e próximo a Trump, começou a telefonar a seus pares para convencê-los a abrirem suas carteiras. "Temos que fazer isso porque é a eleição mais importante de nossa vida", repetia o bilionário, segundo o Post. Trump deve participar de mais eventos sobre petróleo e gás este ano. Em seu discurso na convenção republicana, o homem deu o recado ao repetir o bordão "drill, baby, drill".

A vice-presidente e candidata democrata, Kamala Harris, por seu turno, é feita de outra farinha. Tem marcos em sua trajetória política de preocupação com o ambiente. Entre 2011 e 2017, quando era procuradora-geral da Califórnia, processou a Chevron e a BP em casos de contaminação por combustível. Como senadora apoiou o Green New Deal e como vice-presidente deu o voto de desempate para o Inflation Reduction Act, o maior investimento climático da história dos EUA, promovido pelo presidente Biden. A lei injeta mais de US$ 370 bilhões ao longo de dez anos em energia eólica e solar, carros elétricos e baterias e foi criada para ajudar o país a se afastar dos combustíveis fósseis.

A Reuters diz, contudo, que Kamala tem sido ambígua em suas posições na área de energia. No passado ela se opôs ao fracking em terras federais, posição que teria revisto. Na Pensilvânia, Estado disputado por Kamala e Trump, ela ganhou o apoio dos sindicatos. A região é a segunda maior produtora de gás natural do país. Biden suspendeu as novas licenças de exportação de gás natural liquefeito em 2024 e não se sabe o que Kamala pensa a respeito.

Os democratas apostam que as posições climáticas de Kamala atrairão o eleitorado jovem. As entidades das juventudes, contudo, ainda não declararam seu apoio.

Enquanto isso, a agência Bloomberg relata que em Phoenix, no Arizona, o calor é desafio constante e que em 2023, depois de a cidade registrar 31 dias seguidos com mais de 43°C, a escola Paideia comprou coletes de resfriamento carregados com sacos de gelo para professores usarem nos intervalos. As "cooling vests" são até estilosas, a julgar pelas imagens disponíveis. Na Austrália surgiram neste verão "cooling hubs", tendas com ventiladores para abrigar moradores em situação de rua. Em Miami e em Tóquio já existem "cooling centers" — espaços públicos fechados com muito ar-condicionado e cadeiras para as pessoas se refugiarem nos dias muito quentes.

O calor já afeta a rotina e os horários de trabalho em todo lado. Em Roma muitas empresas concedem dias de home office a funcionários para poupá-los das altas temperaturas das ruas. A empresa Urbaser, de Madri, proibiu a varredura de vias públicas quando a temperatura for superior a 39°C e atrasou o horário dos turnos da tarde das 14h30 para as 17h. Sindicatos na Itália e na Grécia demandam novas regras que protejam os trabalhadores.

Tudo isso sem mencionar aqui no Brasil, onde os incêndios queimam o Pantanal, a seca avança no semiárido e no Centro Oeste e começa precoce na Amazônia, ameaçando ser mais grave do que a de 2023.

**Daniela Chiaretti** é repórter especial
**E-mail** daniela.chiaretti@valor.com.br

---

**Infraestrutura** Expectativa considerada conservadora no governo federal é de 620 mil unidades até o fim do ano, mas número pode crescer

# Minha Casa Minha ruma para recorde de contratações

**Fernando Exman e Ana Luiza Tieghi**
De Brasília e São Paulo

Otimista com a demanda verificada em todas as regiões do país, inclusive Norte e Nordeste, o Ministério das Cidades projeta fechar 2024 com um número recorde de contratações do programa Minha Casa, Minha Vida. A expectativa considerada conservadora é de 620 mil unidades contratadas até o fim do ano, antes as 491.209 de 2023. Mas, segundo o **Valor** apurou, afirma-se no governo que esse número possa chegar a até 650 mil.

Mais do que isso poderia representar um risco à sustentabilidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), diz uma fonte, apesar de também haver a percepção de que sem um "freio" essa marca pudesse chegar a 700 mil devido à alta demanda. A meta citada na mensagem presidencial enviada ao Congresso neste ano é que o MCMV proporcione a contratação de, no mínimo, 2 milhões de unidades habitacionais de 2023 a 2026.

Segundo dados do Ministério das Cidades, deve ocorrer aumento de contratações em todas as regiões do país. No Norte, após 9.758 unidades em 2022 e 12.892 em 2023, a atual expectativa é registrar uma alta de 34% neste ano, somando mais de 17 mil, a despeito do baixo número de empresas que atuam no âmbito do programa nesses Estados. No Nordeste, a projeção é chegar a 123,2 mil contratações neste ano, alta de 30% em relação às 94.735 unidades do ano passado. Em 2022, foram 74.463.

A expectativa do governo em relação ao Centro-Oeste é chegar a 70.730 contratações ao fim de 2024, ante 52.261 do ano passado e 40.875 em 2022. Quanto ao Sudeste, o aumento projetado no período seria de 24%, indo a 296.679. E em relação ao Sul, o avanço seria de 34%, para 124.034. As contratações verificadas em 2022 nessas duas regiões foram de 189.557 e 68.713, respectivamente.

Segundo fontes do governo, além do aquecimento do mercado de trabalho, esses dados resultam de medidas como a elevação dos subsídios, redução de taxas de juros e extensão de prazos de amortização.

Os lançamentos de apartamentos no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) cresceram 87% no segundo trimestre, na comparação com o mesmo período de 2023, e 66% no primeiro semestre, ante os primeiros seis meses do ano passado, segundo o indicador imobiliário da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), elaborado pela consultoria Brain com dados de 221 cidades.

As vendas subiram 46% na comparação com o segundo trimestre de 2023 e 37% ante o primeiro semestre do ano passado.

Para Renato Correia, presidente da CBIC, isso mostra a resposta do setor da construção às mudanças realizadas no programa habitacional no ano passado, com aumento de limite máximo para as unidades, redução de juros e aumento de subsídios. "Leva um ano para realmente mudar de patamar."

As unidades do MCMV representavam, no segundo trimestre, 31% dos apartamentos novos disponíveis para compra no país.

Mesmo com o avanço forte no lançamento de novos apartamentos no MCMV nas cidades analisadas, a oferta de unidades do programa no segundo trimestre era suficiente para abastecer o mercado por 7,5 meses, ante 8,5 meses há um ano.

Para Celso Petrucci, economista chefe do Secovi-SP e que apresentou os dados da CBIC em entrevista coletiva nesta segunda-feira (19), isso mostra que as empresas podem continuar fazendo lançamentos, pois a oferta está baixa.

Correia diz estar preocupado com o volume de recursos do FGTS disponíveis para a política habitacional. Neste mês, o orçamento do fundo para o programa foi ampliado em R$ 22 bilhões, para R$ 140 bilhões. Ele cita o saque-aniversário e o uso do FGTS para crédito consignado como fatores preocupantes, porque desviariam recursos que podem ir para habitação.

Recentemente, o Ministério das Cidades já reduziu a participação que o fundo pode ter no financiamento de imóveis usados e impôs um teto de R$ 270 mil ao preço desses imóveis. O aumento do uso de recursos do fundo para unidades usadas era reclamação do setor da construção.

DIEGO BRESANI/DIVULGAÇÃO



**Renato Correia, presidente da CBIC: preocupação com recursos do FGTS**

---

# Evento debate resgate da competitividade industrial

**Paula Martini**
Do Rio

Resgatar a competitividade da indústria, respeitando a biodiversidade e promovendo a diversidade étnico-racial e de gênero, é um dos principais desafios do Brasil nas próximas décadas. O setor respondeu por 25,5% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2022 e 2023, a menor parcela desde 2020. Há duas décadas, a indústria representava quase um terço de toda a economia do país.

Para aprimorar o desenvolvimento da atividade, o governo federal lançou, no início do ano, a Nova Indústria Brasil (NIB), que contempla seis áreas principais, entre as quais cadeias agroindustriais, sustentáveis e digitais, saúde e infraestrutura. Vinte ministérios, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras 21 entidades da sociedade civil ajudaram a construir o programa, que teve o volume de recursos elevado para R$ 342,7 bilhões na semana passada.

A nova política industrial brasileira e o desafio de se tornar competitiva é o tema do quarto evento presencial do projeto G20 no Brasil, que une o **Valor**, "O Globo" e a rádio CBN em uma cobertura especial sobre a presidência brasileira do grupo de países mais ricos do mundo. O encontro será realizado nesta quarta-feira (21), a partir de 10h, no auditório da Editora Globo, no centro do Rio.

Além de contribuir para a geração de riquezas do país, o ganho de produtividade na indústria tem impacto direto sobre mercado de trabalho, com a oferta de empregos mais qualificados e reflexos sobre toda a cadeia produtiva.

O setor industrial concentra cerca de 18,9% das vagas formais do mercado de trabalho, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de junho, o equivalente a 8,864 milhões de postos de trabalho.

O encontro desta quarta será dividido em duas partes. A primeira mesa, às 10h, vai tratar da política industrial brasileira, seu financiamento e o impacto na vida das pessoas. Participam o diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do BNDES, José Luis Pinho Leite Gordon; o diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor-superintendente do Sesi, Rafael Lucchesi; a diretora de economia sustentável e temas de defesa na Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Perpétua Almeida; e o professor titular da cátedra Ruth Cardoso no Insper, Naercio Menezes Filho. O debate será mediado pela jornalista Lu Aiko Otta, repórter especial do **Valor**.

> Setor da indústria concentra cerca de 18,9% das vagas formais do país, segundo o Caged

O segundo painel, às 11h, vai discutir o passo a passo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável e o que pensam as empresas brasileiras. Participam o vice-presidente do grupo Stefanini, Ailtom Nascimento; o diretor-executivo da Reservas Votorantim, David Canassa; a cofundadora do programa Conselheira 101, Jandaraci Araújo; e a diretora de energia e descarbonização da Vale, Ludmila Nascimento. A mediação é do jornalista Frederico Goulart, apresentador da rádio CBN.

As inscrições para o seminário podem ser feitas no site https://oglobo.globo.com/projetos/g20nobrasil/. Haverá ainda transmissão simultânea nos canais do YouTube de **Valor**, "O Globo" e CBN.

---

## Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249



**Políticas públicas** Dois terços dos dependentes dos beneficiários não seguem no auxílio e quase metade consegue emprego com carteira assinada

# Maioria dos 'filhos' do Bolsa Família deixa de depender de programa

**Estevão Taiar e Guilherme Pimenta**
De Brasília

Quase dois terços dos dependentes dos beneficiários do Bolsa Família não faziam parte, uma década e meia depois de integrarem o programa pela primeira vez, de nenhum programa social do governo federal. Além disso, aproximadamente metade desses dependentes atuou, pelo menos uma vez, como trabalhadores formais nos anos seguintes.

Os números fazem parte de estudo publicado em julho por sete pesquisadores brasileiros, entre os quais estão integrantes do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Fundação Getulio Vargas (FGV). Para os pesquisadores, as informações encontradas mostram que o Bolsa Família traz "melhores condições de vida" para os beneficiários e seus dependentes não só no curto prazo.

"O programa tem efeitos positivos de longo prazo", diz Paulo Tafner, diretor-presidente do IMDS e um dos autores do trabalho ("Mobilidade social e programas de transferência condicional de renda: o programa Bolsa Família no Brasil", em tradução livre do inglês), ao lado de Eloah Fassarella, Sergio Ferreira, Samuel Franco, Valdemar Pinho Neto, Giovanna Ribeiro e Vinicius Schuabb. "São efeitos não antecipados. Ninguém pensava nisso quando criou o Bolsa Família."

O estudo leva em conta os dependentes que tinham entre 7 e 16 anos em 2005, a primeira geração a fazer parte do programa. Dentro desse universo, 64% não estavam mais inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais em 2019, o que indica que "em princípio não precisam mais" de nenhum programa da União, segundo Tafner. Uma mudança ainda mais "robusta" e importante, de acordo com o pesquisador, é que 45% tiveram um emprego formal em algum momento entre 2015 e 2019.

> Trabalho destaca que maior parcela no emprego formal ajuda no equilíbrio do Orçamento

"Os antigos beneficiários do programa social são empregados em posições de pior qualidade e pagamento", escrevem os autores, em inglês. "No entanto, a maior participação deles no mercado formal de trabalho é suficiente para indicar melhoria nas condições socioeconômicas em relação à infância e juventude."

Tafner reconhece que a expansão do mercado formal de trabalho ao longo da década e meia "certamente" ajudou o grupo analisado a encontrar vagas com carteira assinada.

"Mas isso é um efeito fixo para todos [dependentes ou não], afeta tudo mundo de forma mais ou menos semelhante", diz.

De acordo com o diretor-presidente do IMDS, os impactos positivos são consequência de algumas das condicionalidades do Bolsa Família, como as exigências para que os dependentes estejam matriculados na escola e com vacinação em dia.

O estudo indica ainda que há a possibilidade de ganhos fiscais inesperados para as contas da União.



Paulo Tafner: Não basta só acessar mercado de trabalho de carteira assinada, é necessário permanecer

"A maior participação no mercado formal de trabalho deve levar a maior arrecadação tributária, equilibrando o Orçamento federal", escrevem os autores.

Mas o trabalho também aponta limitações e problemas do Bolsa Família. Por exemplo: o número de pessoas que efetivamente permaneceram no mercado formal de trabalho por três anos ou mais entre 2015 e 2019 foi de 23%.

"Não basta só acessar, é necessário permanecer", diz Tafner, destacando que outras variáveis influenciam essa permanência, como tempo de escolaridade e qualidade do ensino recebido nesse período.

Os efeitos positivos de longo prazo também são colhidos de formas diferentes pela população, variando de acordo com características como gênero, idade, cor e residência.

"Indivíduos homens, mais velhos e brancos encontram níveis maiores de mobilidade social", escrevem os pesquisadores. Além disso, "regiões mais ricas do Brasil, no Sul, apresentaram quase o dobro da mobilidade do que as regiões menos privilegiadas, no Norte."

Para os autores, "as diferenças regionais reforçam a necessidade de mais políticas intersseccionais para superar a pobreza".

Além disso, por causa da idade, uma parte considerável do grupo analisado provavelmente estava solteira e não tinha filhos em 2019.

"Se a pessoa tiver um filho, isso muda de figura", afirma Tafner. "Pode ser o suficiente para jogá-la de volta para a pobreza."

Para Naercio Menezes, economista e professor do Insper, "os resultados mostram que mesmo as famílias mais vulneráveis conseguem ascender socialmente", referindo-se principalmente a famílias que recebem o benefício e contam com filhos pequenos.

"Rompe-se o ciclo vicioso de que pais pobres ficam dependentes de programas de transferência, num modelo que passaria de pai pra filho", diz. "Para que o resultado melhore ainda mais, precisamos de uma boa qualidade da educação pública. O Bolsa Família tem como condicionalidade a frequência escolar, mas o ensino público no Brasil não tem bons resultados. Se a escola pública fosse efetiva, os resultados seriam ainda mais impressionantes."

Ver também pág. A6

# Revisão de gastos vai além de pente-fino, afirma secretário

**Jéssica Sant'Ana**
De Brasília

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, afirmou nesta segunda-feira (19) que a agenda de revisão de gastos do governo vai além das ações de pente-fino anunciadas até o momento.

"Estudar as vinculações das despesas públicas e tentar modernizá-las é uma outra vertente da revisão de gastos", disse o secretário em live promovida pela Bradesco Asset Management.

Outra iniciativa estudada pelo governo é a da consolidação de políticas públicas. "Têm políticas públicas que poderiam ser integradas, sem reduzir benefício [ao cidadão] e, ao mesmo tempo, ter economia fiscal", explicou. "É olhar as políticas públicas de forma agregada, de forma integrada. Olhar mais pro resultado e menos pro tamanho do gasto."

Ele citou que o Bolsa Família foi um bom exemplo de integração de políticas públicas.

Sobre a agenda de revisão de gastos que constará no Orçamento de 2025, o secretário disse que a equipe econômica espera uma economia de R$ 2 bilhões com o Proagro — espécie de seguro ao produtor rural afetado por questões climáticas.

"Proagro chegou a um custo de R$ 10 bilhões por ano. Tiveram várias medidas dentro do CMN [Conselho Monetário Nacional] para que se torne mais previsível", disse Guimarães.

Ainda durante a live, o secretário afirmou que "muito em breve vamos propor que todos os órgãos façam a revisão de gastos", o que hoje é opcional. "[Teremos] ação mais ativa na revisão, e menos passiva."



WASHINGTON COSTA/ASCOM/ME

> "Olhar mais pro resultado e menos pro tamanho do gasto"
> *Gustavo Guimarães*

# SP e Brasília vão liderar testes da TV 3.0

**Rafael Bitencourt**
De Brasília

São Paulo e Brasília devem ser confirmadas como as duas cidades que vão receber, em 2025, as primeiras estações de transmissão, em caráter experimental, da TV 3.0. Nessa fase, a população das duas cidades ainda não vai experimentar os novos recursos — conteúdos "imersivos", com mais interatividade e personalizados, como já ocorre nas plataformas de internet — prometidos por essa evolução da televisão aberta.

"A ideia é ter duas estações experimentais em São Paulo e uma em Brasília, acessíveis às emissoras comerciais e públicas para que possam realizar seus testes", afirmou ao **Valor** Artur Coimbra, diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A expectativa é que haja ainda estações complementares para replicar o sinal para além do centro das cidades.

A iniciativa integra o rol de seis projetos a serem financiados com a sobra de R$ 500 milhões dos investimentos reservados para a digitalização do sistema de TV aberta no país. No valor histórico total de R$ 3,6 bilhões, os recursos foram garantidos no segundo leilão de redes de celular 4G realizado pela Anatel, em 2014.

O ano de 2025 ainda será um período de testes da TV 3.0 para as emissoras. Televisores e conversores de sinal, que vão possibilitar o uso da nova tecnologia nos atuais aparelhos, não estarão à venda no varejo. Só depois, a indústria deve se mobilizar para produzir os equipamentos em larga escala para a população.

"Será o momento de levantar o máximo de conteúdo, não de entretenimento, mas de conhecimento técnico da tecnologia que estamos adotando", disse Wender Souza, engenheiro da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel). Ele explicou que boa parte do conteúdo audiovisual passará a ser armazenada em datacenters virtuais, na "nuvem", o que resultará em "redução expressiva" de custo de operação, mas confere maior complexidade ao gerenciamento nessa primeira fase.

"O padrão de TV 3.0 concebido no Brasil pega o melhor de várias tecnologias de diversos fabricantes e fornecedores. Não há, no mundo, um sistema idêntico ao brasileiro", complementou. Segundo ele, a fase de teste pode levar dois anos, até o fim de 2026.

O mercado espera que, até o fim deste ano, o governo publique o decreto que confirmará a escolha do padrão tecnológico recomendado pelo Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), semelhante aos adotados nos Estados Unidos e na Coreia do Sul.

Ao **Valor** a entidade esclareceu que o padrão brasileiro de TV 3.0 "tem alguns dos componentes tecnológicos do padrão americano, o que não significa que sejam absolutamente iguais".

De acordo com o Ministério das Comunicações, o decreto deve sair "até dezembro deste ano". A norma ainda "está sendo discutida no grupo de trabalho, que também conta com representantes dos ministérios da Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de entidades representativas do setor".

Em reunião no último dia 8, o conselho diretor da Anatel decidiu que metade dos R$ 500 milhões será empregada na instalação de torres de telefonia celular em localidades sem esse serviço, nem previsão de atendimento por outra política pública. Coimbra disse que, ao menos, 209 dessas localidades devem ser contempladas com a chegada da rede 4G.

A aplicação dos recursos é feita pela "Seja Digital", constituída pelas operadoras encarregadas de cumprir os investimentos previstos no leilão. Ao **Valor** o presidente da entidade privada, Antonio Carlos Martelletto, informou que este ano já deve ter um "edital-piloto" para contemplar as primeiras 50 localidades.

Segundo ele, a contratação envolve a instalação de torre de celular e rede física para escoar o tráfego de dados, com investimento estimado em R$ 1,2 milhão em cada estrutura.

"A operadora que participar não terá só o custo de implantar, mas também de manter por cerca de 20 anos em local que ainda não tem retorno comercial, onde o ROI [retorno sobre o investimento] é negativo", afirmou Martelletto.

Outras cinco iniciativas serão bancadas com a outra metade da sobra de recursos (R$ 250 milhões). São eles: o projeto da transmissão experimental de TV 3.0 em São Paulo e Brasília (R$ 87 milhões); o custeio de retransmissoras de TV digital administradas por prefeituras (R$ 45 milhões); o desenvolvimento de ferramentas de TV 3.0 para emissoras públicas (R$ 10,5 milhões); a transferência das duas primeiras estações experimentais para emissoras públicas (R$ 2 milhões); e o financiamento do projeto "Brasil Digital", voltado para fortalecimento da radiodifusão pública, coordenado pela estatal EBC (R$ 105,5 milhões).

A EBC avalia que esse investimento vai possibilitar "a ampliação da cobertura geográfica das emissoras públicas, alcançando regiões onde a comunicação é menos presente". A estatal destacou que o "novo modelo suportará resoluções de vídeo mais altas, como 4K e 8K, além de oferecer áudio imersivo de alta qualidade", com recursos de "interatividade avançada" do telespectador com a geradora de conteúdo, possibilitando a "escolha de ângulos de câmeras e acesso a programações adicionais em tempo real".

Questionada sobre o direcionamento de recursos aprovado pela Anatel, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) defendeu que "tais projetos são importantes, não apenas para a radiodifusão, mas, sobretudo, para a população brasileira, principalmente no que diz respeito ao acesso à informação, cultura e entretenimento".

Nesta quinta-feira (22), a Anatel deve reunir radiodifusores e operadoras de telefonia para definir os grupos técnicos que vão coordenar os seis projetos financiados com a sobra de recursos do leilão.



DIVULGAÇÃO

> "Ideia é ter duas estações experimentais para testes das emissoras"
> *Artur Coimbra*

## Curta

**Saneamento**

A Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), em parceria com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e a Revista Conjuntura Econômica do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), realizará em 22 de agosto o Seminário Nacional Caminhos e Obstáculos para a Universalização do Saneamento Básico. O evento acontecerá em Fortaleza (CE), será transmitido ao vivo pelo YouTube. O seminário foi idealizado para promover um debate profundo sobre os desafios e inovações no setor de saneamento, buscando a universalização dos serviços de maneira eficiente e sustentável. Com o apoio de importantes instituições e a participação de renomados especialistas, o evento promete ser um espaço valioso para troca de conhecimentos e experiências.

**Políticas públicas** Movimento é mais forte no Nordeste e chama atenção por ocorrer em momento de emprego aquecido no país

# Programa social ganha espaço do trabalho na renda do brasileiro

**Marsílea Gombata**
De São Paulo

Apesar do vigor do mercado de trabalho, que vem se mostrando mais aquecido que o previsto, os brasileiros hoje dependem mais da renda de programas sociais e menos da do trabalho. A participação do mercado de trabalho na renda domiciliar diminuiu nos últimos dois anos, enquanto a de benefícios sociais cresceu, mostra levantamento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Na população total, a participação do trabalho na renda domiciliar passou de 75,3% em 2021 para 74,2% em 2023, enquanto a de programas sociais foi de 2,6% para 3,7%. No Nordeste, região mais pobre do país, esse percentual subiu de 6,8% para 9,7% no período, mostra o estudo "Composição de renda e inserção no mercado de trabalho: uma análise com foco no Nordeste e na população em extrema pobreza", antecipado ao **Valor**.

Na população que se encontra em situação de extrema pobreza, a participação do trabalho na renda caiu de 36,1% em 2021 para 21,6% em 2023. Já a de programas sociais foi de 56% para 73,3%.

O aumento da importância desses programas na renda domiciliar ocorreu em todas as regiões, com destaque para o Nordeste (de 60,4% para 78,8%) e o Centro-Oeste (de 49,3% para 68%).

"É na região Nordeste que a participação da renda dos programas sociais é mais relevante", afirma o levantamento, ao lembrar a fatia de quase 80% dos programas sociais na composição da renda das famílias em situação de extrema pobreza na região.

Segundo Flávio Ataliba, coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV Ibre, a ideia do levantamento surgiu de um estudo anterior que mostrou redução de mais de 50% da parcela da população em extrema pobreza entre 2021 e 2023, quando caiu de 9% para 4,4%.


CLAUDIO BELLI/VALOR

"Crescimento da massa foi beneficiado pela valorização do salário mínimo"
*Lucas Assis*

"Desconfiávamos que essa redução se devia ao aumento do Bolsa Família e ao mercado de trabalho fortalecido. Mas decidimos mergulhar nos números para entender", conta. "E, para a nossa surpresa, constatamos que o mercado de trabalho teve pouca influência na redução da condição de extrema pobreza. Foram os benefícios sociais que ganharam relevância."

O foco do estudo no Nordeste é justificado pelo fato de ser a região onde vivem 4,8 milhões dos 9,5 milhões em condição de extrema pobreza, acrescenta.

O crescimento do percentual dos programas sociais e a diminuição da taxa correspondente ao trabalho é intrigante no momento em que o mercado está bastante aquecido, registrando recordes na criação de vagas e alta dos rendimentos provenientes do trabalho.

Economistas, argumentam, contudo, que isso é explicado pela aceleração mais forte da renda proveniente de programas sociais do que a do trabalho.

"Se a massa de renda do trabalho está crescendo e perdendo participação na massa ampliada, isso significa que as demais fontes de renda estão crescendo mais que a do mercado de trabalho", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores.

Ao longo de 2022 e 2023, a massa salarial teve forte crescimento, lembra Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria.

"Para além da recuperação da população ocupada, o crescimento da massa foi beneficiado pela valorização do salário mínimo", afirma Assis, ao mencionar o reajuste de R$ 1.212 para R$ 1.302, efetivado em janeiro de 2023, e o para R$ 1.412, que passou a vigorar em janeiro deste ano.

Por outro lado, ele argumenta, a forte injeção de recursos federais previdenciários e assistenciais impulsionaram o crescimento da renda proveniente dos programas sociais nos três últimos anos.

Ele cita como exemplos as rodadas do Auxílio Emergencial em 2020 e 2021, a transformação do Bolsa Família em Auxílio Brasil, assim como a elevação do valor de R$ 200 para R$ 600 em 2022, a inclusão de 7 milhões de famílias, além do benefício adicional por criança na última reformulação do programa, em 2023, quando voltou a se chamar Bolsa Família.

Soma-se a isso, a ampliação de benefícios previdenciários e acidentários emitidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 2022 e o choque positivo da valorização do salário mínimo no Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS), diz.

Assis argumenta que tanto a perda de espaço da renda do trabalho quanto o crescimento da advinda de programas sociais são mais acentuados no Nordeste pelo fato de a região ter mais pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

O reajuste do BPC e de outros benefícios previdenciários pela regra do salário mínimo é apontada por economistas como um empecilho para equilibrar as contas públicas. A ideia de desvincular, no entanto, já foi descartada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**Participação**

O estudo do FGV Ibre confirma que a dinâmica do mercado de trabalho possui estreita relação com a situação de pobreza.

Na tentativa de mostrar as diferenças de inserção no mercado de trabalho entre a população total e a população em extrema pobreza, o estudo mostra que a taxa de participação — parcela da população em idade para trabalhar que está ocupada — subiu de 60,6% em 2021 para 62,4% em 2023 no Brasil. No período, a taxa de desocupação caiu de 14% para 7,8%.

O Nordeste, contudo, é a única região cuja taxa de desemprego permanece acima da nacional (11%), o que também ajuda a explicar a maior importância dos programas sociais na renda domiciliar de quem vive ali.

"A desocupação no Brasil é de 7,8%, mas no Nordeste é de 11%, quase três pontos acima da nacional. É como se houvesse uma dinâmica no mercado de trabalho a uma velocidade no Brasil, e outra a uma velocidade diferente no Nordeste", diz Ataliba, ao notar que a taxa de participação da região é de 54,4%, a mais baixa do país.

O estudo afirma que pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza possuem um acesso precário ao mercado de trabalho. Além de terem maior dificuldade de obter ocupação, quando a conseguem, geralmente são em postos informais e de remuneração baixa.

"Quando olhamos para programas sociais, temos de avaliar que o aumento de renda é positivo para uma população com acesso muito precarizado ao mercado de trabalho. Se houvesse um mercado de trabalho mais dinâmico, com crescimento gerando [mais] oportunidades, haveria maior absorção dessas pessoas também", afirma Vitor Hugo Miro, pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste.

Ele nota que quanto mais à margem uma pessoa está do mercado de trabalho, maior a importância dos programas sociais para ela.

Ao analisar a população em situação de pobreza extrema, o estudo revela que enquanto a taxa de participação caiu de 40,6% em 2021 para 31,6% em 2023, a de desocupação foi de 60,8% para 59,8% no período.

O texto aponta ainda a redução da taxa de participação dos extremamente pobres como forte evidência de um mercado de trabalho que não absorve a mão de obra disponível e dos efeitos diretos de mudanças feitas nos programas sociais, como aumento da cobertura e do valor das transferências.

"A ampliação da participação da renda proveniente de programas está associada à reduzida taxa de desocupação no Brasil devido ao potencial desincentivo à busca por ocupação, gerado tanto pelo próprio aquecimento do mercado de trabalho quanto pelo aumento dos benefícios sociais e previdenciários vinculados ao salário mínimo, permitindo membros do domicílio a se dedicarem a outras atividades não remuneradas, como estudos ou afazeres domésticos", diz Assis.

O Nordeste ostenta o pior quadro dentre as regiões no que diz respeito à participação no mercado de trabalho. Enquanto a taxa de participação passou de 38,2% para 29,5% entre 2021 e 2023, a de desemprego subiu de 54,4% para 57,6%.

As outras regiões seguiram o padrão nacional, ou seja, de queda de ambas as taxas.

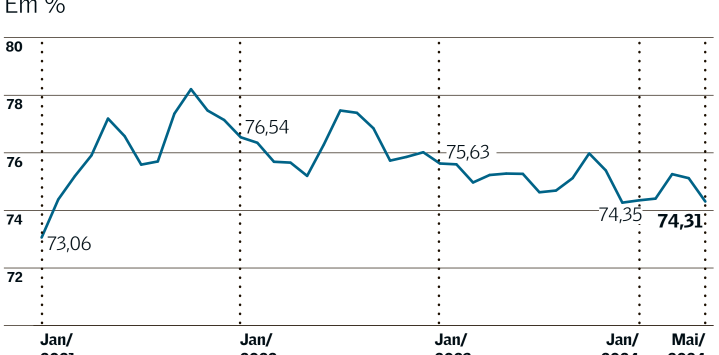
"O ideal é que as pessoas se formalizem, participem da atividade. Mas as características da região são muito mais difíceis que na média nacional", afirma João Mário de França, pesquisador do centro do FGV Ibre. "Além de um mercado de trabalho muito menos aquecido, a escolaridade no Nordeste é menor que a média nacional."

Segundo França, pensando no médio e longo prazo, é necessário investir em educação para que os extremamente pobres consigam sair da situação de vulnerabilidade e acessem o mercado. Esse tipo de investimento também ampliaria a possibilidade de inserção laboral das gerações futuras, afirma.

O estudo mostra, por fim, que a taxa de informalidade passou de 39,5% em 2021 para 39,2% em 2023 em todo o país, mas no Nordeste atinge 52,1% das pessoas ocupadas.

"Mercado de trabalho teve pouca influência na redução da condição de extrema pobreza"
*Flávio Ataliba*

**Trabalho perde peso na massa ampliada**
Em %

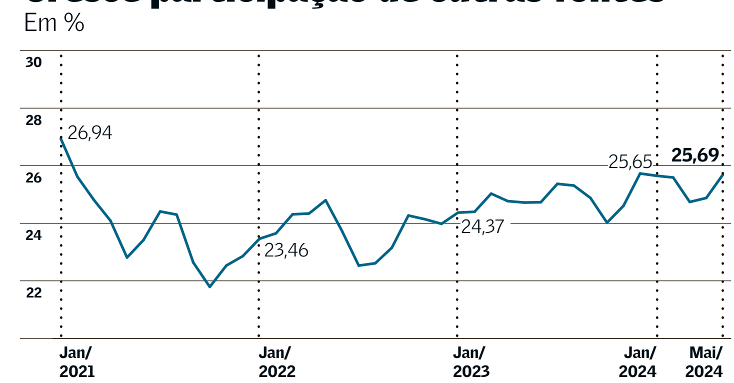






Fonte: IBGE. Elaboração: LCA Consultores.

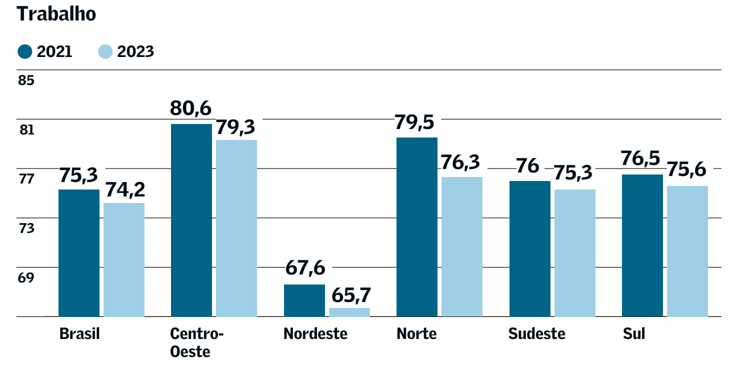
**Cresce participação de outras fontes**
Em %



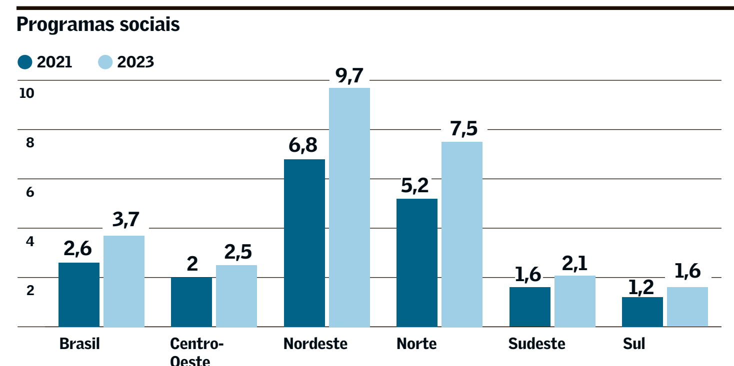

Fonte: MDS, MTE, MPS. Elaboração: LCA Consultores. *Participação na massa ampliada. Outras fontes compreendem: BF, AE, BPC, Auxílio Gás, seguro-desemprego, INSS

**Forte crescimento dos programas sociais**
Participação na renda domiciliar per capita - população total (em %)

Trabalho



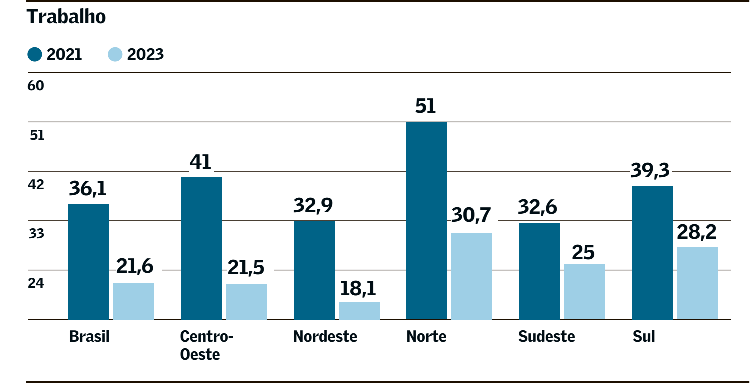

Programas sociais



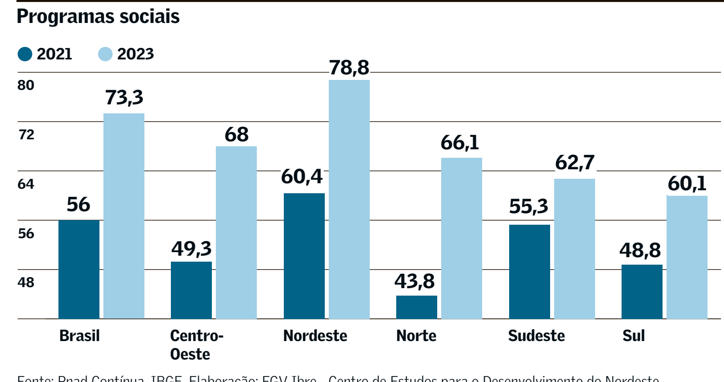

Fonte: Pnad Contínua, IBGE. Elaboração: FGV Ibre - Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste.

**Peso da política social para mais pobres**
Participação na renda domiciliar per capita - extrema pobreza (em %)

Trabalho




Programas sociais




Fonte: Pnad Contínua, IBGE. Elaboração: FGV Ibre - Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste.

## Curtas

### Enem dos Concursos

O Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), mais conhecido como "Enem dos Concursos", teve 54,12% de abstenção, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI), responsável pela organização do certame. Dos 2,1 milhões de inscritos, apenas 970.037 realizaram a prova. A estimativa de abstenção já havia sido indicada pela titular da pasta, Esther Dweck, em entrevista coletiva poucas horas após a aplicação do exame, na noite de domingo (18). Na ocasião, a ministra afirmou que cerca de 1 milhão de candidatos haviam comparecido, mas alertou que os dados eram preliminares. A abstenção foi menor entre os que se inscreveram nas cotas de pessoas com deficiência (PCD), com um total de 39,28% dos inscritos ausentes.

### Demissão de agente

O Ministério da Justiça e Segurança Pública demitiu o agente da Polícia Rodoviária Federal Ronaldo Braga Bandeira Júnior, que ficou conhecido por ter dado ensinado, em tom de deboche, alunos de um curso preparatório para o órgão a usar spray de pimenta contra pessoa detida dentro de uma viatura. A demissão foi publicada na edição de 25 de julho do "Diário Oficial da União" ocorreu por ele participar de gerência ou administração de sociedade privada, sem relação com o vídeo que o tornou conhecido nacionalmente. "Após muitas provas e diligências havia sido também absolvido de forma ampla. Porém, após um pedido de reabertura (por qual motivo? Não sei!) conseguiram me demitir da instituição", disse.

# Indiana e Pfizer lideram pregão de vacinas da Covid

Folhapress, de Brasília

O Instituto Serum, da Índia, e a farmacêutica multinacional Pfizer apresentaram nesta segunda-feira (19) os lances com valores mais baixos na disputa aberta pelo Ministério da Saúde para nova compra de vacinas da covid-19. A pasta ainda está avaliando as propostas para até 69 milhões de doses. A compra pode superar R$ 2,8 bilhões.

O ministério adotou pela primeira vez um pregão eletrônico para registrar os preços das farmacêuticas. Por esse sistema, a Saúde não é obrigada a comprar todo o volume indicado na disputa e pode fechar contratos menores, quando houver demanda pela vacina e seguindo os valores ofertados por cada empresa.

Em compras anteriores, o governo federal firmou contratos mais longos e buscou vacinas preparadas para uma variante específica da covid-19. A disputa atual também permite escolher o modelo de dose mais recente disponível.

A ideia da Saúde ao remodelar os contratos é evitar o acúmulo de vacinas no estoque — a pasta tem mais de R$ 540 milhões em doses que vencem até outubro.

Diretor do Departamento do PNI (Programa Nacional de Imunizações), o médico Eder Gatti disse que o ministério vai disponibilizar doses da covid-19 durante o ano todo no SUS, pois há grupos que recebem as doses iniciais ou de reforço em diferentes momentos.

"A gente vai ter que manter a oferta permanente de vacina contra covid-19 nos postos de saúde. A pessoa tem que se vacinar dentro da recomendação do seu grupo. Não é como a influenza, que até agora a gente estava colocando a vacina no posto em março e as pessoas tinham um período para se vacinar."

O ministério dividiu o pregão em três itens. O Serum apresentou a melhor oferta (R$ 41,6 por dose) para o mais volumoso, que permite fechar contratos para entrega de até 57 milhões de doses voltadas ao público maior de 12 anos.

O laboratório, que é representado no Brasil pela Zalika Farmacêutica, ainda não entregou vacinas próprias ao SUS, apenas modelos de outras empresas, como da AstraZeneca, fabricados no laboratório da farmacêutica indiana.

Já a Pfizer ofertou preços mais baixos (R$ 43,87 por dose) para os outros dois itens da disputa, que somam 11,9 milhões de doses divididas aos grupos de 6 meses a 4 anos e de 5 a 11 anos.

A farmacêutica Moderna fez propostas de R$ 63,91 por dose a todos os itens. Até agora, o ministério convocou apenas as outras duas farmacêuticas para a etapa seguinte da análise das ofertas.

Eder Gatti disse que o modelo de compra adotado pelo ministério deve forçar a redução dos preços e tornar a aquisição mais "racional" por respeitar a demanda do SUS. Na última compra, a pasta pagou R$ 58 por dose da farmacêutica Moderna.

INÊS 249

INÊS 249



# Negociação se inicia com o Congresso acuado



**Maria Cristina Fernandes**

Um único ministro do Supremo Tribunal Federal recebeu, da Procuradoria-Geral da República, na semana passada, oito inquéritos de parlamentares envolvidos em irregularidades na destinação de recursos de emendas parlamentares. Ao ouvir o relato sobre o volume com o qual os inquéritos têm despencado nos gabinetes da Corte, um interlocutor empenhado em acomodar a situação para preservar os espaços do Congresso, jogou o chapéu na tarde de ontem: "A 'emenda Pix' acabou".

A avalanche de inquéritos pesou na unanimidade do STF em torno da decisão do ministro Flávio Dino e inviabilizou a régua e a borracha com as quais o Congresso sonhava desenhar uma saída para o imbróglio das emendas parlamentares. Uma régua faria valer daqui pra frente a decisão e uma borracha apagaria o passado.

Nenhum dos dois artefatos estará à mesa do almoço com o qual o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, receberá seus colegas, os representantes da Câmara, do Senado e do Executivo. Nem há como anular as dezenas de inquéritos que já correm no Supremo contra parlamentares, nem como suspender a auditoria da Controladoria-Geral da União que identificou os municípios campeões em "emendas Pix", aquelas que não têm origem nem destino conhecidos.

A decisão de Dino estabeleceu o prazo de 90 dias para este mapeamento. A CGU ainda está por definir se o critério se baseará nos municípios de maior destinação per capita de emendas ou se nos municípios campeões de cada região. O prazo ultrapassa as eleições municipais, mas atinge em cheio a disputa pelas mesas diretoras.

A decisão de Dino revogou decisão do Tribunal de Contas da União que havia vetado auditorias do gênero na CGU por entender que esta era uma atribuição dos tribunais de contas estaduais. Nas auditorias do CGU, agora novamente imbuído da tarefa, a Polícia Federal sempre é acionada quando se detecta uma irregularidade para que se incorpore à investigação.

A ausência de régua e borracha é, por enquanto, o único critério a nortear a negociação em curso para a nova ordem. Ministros do STF e do Executivo não usam mais o termo "mediação". O que está em curso é a forma como a decisão será cumprida.

Desde que ficou evidente a burla à transparência determinada às emendas de relator com a transferência da opacidade e dos recursos àquelas de comissão, os parlamentares começaram a receber recados de ministros do Supremo.

Num almoço com lideranças parlamentares, meses atrás, o ministro Gilmar Mendes, o mesmo que liderou o acordo decorrente da decisão da ex-ministra Rosa Weber de pôr fim ao orçamento secreto, avisou que a situação havia se tornado insustentável. Todos concordaram, mas tudo permaneceu como antes.

Sempre se ouviu no Congresso que o avanço sobre as emendas era decorrente da recusa do governo Luiz Inácio Lula da Silva em abrir espaços para a base aliada nos ministérios de maior orçamento, como Saúde e Educação, e naqueles que formam o coração da gestão, Fazenda e Casa Civil.

O argumento cai por terra quando se recorda a composição da Esplanada no governo Jair Bolsonaro. O Centrão apoderou-se da Casa Civil e da Saúde, mandava e desmandava na Receita e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e nem por isso deixou de avançar sobre o Orçamento.

Se as "emendas Pix" já ficaram no passado, a impositividade da execução orçamentária das demais emendas perde legitimidade com a avalanche de inquéritos nos escaninhos do STF e aqueles que decorrerão do mapeamento da CGU. O Congresso chega enfraquecido na negociação da nova ordem.

A decisão do Executivo de mandar como representantes os ministros da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, e da Casa Civil, Rui Costa, deixando de fora da lista o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, não foi suficiente para aplacar inconformismo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) que, segundo Fabio Murakawa e Renan Truffi, do **Valor**, pediu para ser recebido, na noite de segunda (19), por Lula.

Ao contrário do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fechado com o senador Davi Alcolumbre (União-AP), Lira ainda não foi capaz de definir seu candidato. Com essa revoada, porém, não é só o presidente da Câmara que tem sua sucessão em aberto.

Num processo de depuração que seja levado a cabo com transparência e rigor, o poder de alocação de recursos desfrutado há anos por Alcolumbre, não tem como passar incólume.

Lula tem muito a perder com a exposição aberta neste confronto, mas muito a ganhar com a recuperação do poder de executar o Orçamento. Como não tem, à mão, um nome para entabular a negociação pelo Executivo com quilometragem e aceitação no Congresso, é obrigado a entrar no jogo.

Com a indicação de Dino, que nunca escondeu sua inconformidade com o orçamento secreto, o presidente moveu sua primeira peça. A falta de transparência do Congresso na alocação de emendas, porém, não poderá ser substituída pela discricionariedade absoluta do Executivo na execução orçamentária.

Lula elegeu-se prometendo que recolocaria o país de volta aos trilhos da democracia. Não foi só o bolsonarismo que esteve a ameaçá-la. A bandalheira orçamentária foi e, em grande parte, continua sendo, seu caixa.

**Maria Cristina Fernandes** é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
**E-mail** mcristina.fernandes@valor.com.br

**Poderes** Líderes da Câmara defendem levar ao encontro proposta de regras de transparência mais duras também sobre os gastos do governo

# Barroso organiza almoço para discutir emendas

**Isadora Peron, Marcelo Ribeiro, Renan Truffi e Raphael Di Cunto**
De Brasília

Lideranças do Congresso, governo e Judiciário vão começar nesta terça-feira (20) as negociações sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o pagamento das emendas parlamentares ao Orçamento. O tema será debatido em um almoço organizado pelo presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso. Na noite de segunda-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encontraram-se no Palácio do Planalto para tratar do assunto.

Nos bastidores, líderes da Câmara defendem levar para o encontro a proposta de endurecer regras de transparência também sobre os gastos do Executivo, enquanto no Palácio do Planalto há a avaliação de que é importante estar aberto a propostas, mas ao mesmo tempo defender a rastreabilidade das despesas e a incorporação desses gastos em programas estruturantes. Além de todos os integrantes da Corte, foram convidados representantes do governo e do Congresso.

A ideia do encontro é estabelecer um canal de diálogo para ouvir as propostas dos parlamentares e estabelecer maneiras para dar mais transparência à distribuição do orçamento público. Assim com o governo, o Supremo não pretende impor um modelo. A intenção, com as decisões de sexta-feira, foi sinalizar que do jeito que estava, não poderia continuar.

"Vamos conversar com os representantes do Legislativo e do Executivo, à luz dos princípios que devem unir a todos nós e estão na Constituição: integridade, transparência, controlabilidade, interesse público e eficiência. Penso que com boa-fé e boa-vontade, é sempre possível encontrar uma boa solução. Esse o espírito que nos anima", disse Barroso em mensagem encaminhada ao **Valor**.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já confirmou presença e Lira sinalizou que deve comparecer. O deputado não escondeu o descontentamento com a decisão do Supremo e atuou para rejeitar a medida provisória (MP) que aumentava as verbas para o Judiciário e colocar em andamento uma proposta de emenda constitucional (PEC) para restringir o uso de decisões monocráticas (individuais) pelos ministros da Corte.

A ideia defendida por Lira e líderes partidários sobre endurecer regras de monitoramento dos gastos do Executivo é mostrar que o Orçamento é um só e que não pode haver diferença de tratamento entre os recursos. "Pau que bate em Chico também bate em Francisco", disse um líder do Centrão.

Hoje, no entanto, essas despesas já são fiscalizadas por órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU). Ainda não há informações sobre que pontos seriam aprimorados em relação a esse monitoramento.

Apesar da cobrança, deputados do grupo de Lira acreditam que a crise não deve escalar, porque Executivo, Legislativo e Judiciário estão interessados na construção de uma solução. Mesmo assim, apontam que votações importantes, como a dos destaques do projeto que cria o comitê-gestor do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), podem ser adiadas caso um acordo sobre as emendas não seja construído até a próxima semana.





Barroso: "Penso que com boa-fé e boa-vontade, é sempre possível encontrar uma boa solução. Esse o espírito que nos anima"

Na segunda-feira, Lula reuniu-se com líderes do governo no Congresso para começar a discutir uma solução para o problema. O petista escalou o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, para representar o governo nessas negociações — os dois são esperados no almoço promovido por Barroso.

Rui Costa foi escolhido por ter boa relação com Lira. Na semana passada, o presidente da Câmara chegou a procurar o ministro da Casa Civil para reclamar da postura do governo em relação ao tema. Os parlamentares acreditam que o governo teve influência nas decisões de Dino, já que ele foi indicado para Corte por Lula e é considerado um nome de confiança do presidente. O Planalto nega e afirma que também foi surpreendido.

Ainda que o governo insista nessa versão, o próprio presidente da República deu margem para dúvidas ao dizer, na semana passada, que o Congresso "sequestrou" quase metade do Orçamento da União.

Os dois representantes do Planalto não levarão uma "proposta fechada" para a reunião desta terça-feira. Há consenso que não será possível consolidar uma saída para o problema das emendas "do dia pra noite". A ideia é buscar uma solução conjunta, a partir das tratativas com os representantes dos três Poderes.

Alguns nomes ligados à Presidência, contudo, defendem que o governo precisa começar a negociação partindo de "algum ponto", ou seja, precisa chegar com ao menos um esboço inicial para a reunião com o STF e o Legislativo. Esse ponto de partida seria seguir o caminho que já vem sendo defendido pela AGU: que as emendas devam ter rastreabilidade e transparência.

Além disso, há expectativa de o governo tentar, mais uma vez, avançar em um diálogo que permita vincular os recursos das emendas — que hoje estão pulverizados — às políticas públicas e projetos estruturantes. Essa ideia, no entanto, vem sendo reiteradamente rejeitada pelos congressistas, que preferem escolher livremente onde esses recursos serão empenhados.

Na sexta-feira, o Supremo confirmou, por unanimidade, três decisões liminares (provisórias) de Dino e suspendeu o pagamento das emendas até que o Congresso adote novas regras de "transparência, rastreabilidade e eficiência". A decisão envolveu diversos tipos de emendas orçamentárias, inclusive as chamadas "emendas Pix", que podem ser transferidas por convênios ou diretamente da União para Estados e municípios, sem indicar uma finalidade ou um projeto específico. Em 2024, o valor das emendas chega a R$ 56 bilhões.

# Urgência constitucional da reforma divide Câmara e Senado

**Julia Lindner, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto**
De Brasília

A regulamentação da reforma tributária enfrenta um impasse na Câmara e no Senado por divergências entre as Casas sobre a manutenção ou não da urgência constitucional de 45 dias determinada pelo governo no texto principal. A situação tem impacto tanto no projeto que trata do novo sistema de impostos sobre consumo quanto no que aborda as regras de funcionamento do comitê gestor do IBS.

Relator do texto principal da regulamentação, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) insiste que só começará a trabalhar efetivamente quando a urgência para a tramitação for retirada pelo governo, o que não ocorreu até essa segunda-feira (19).

O motivo é que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), resiste a indicar Braga formalmente até haver um entendimento sobre a tramitação. O colegiado tem reunião prevista nesta quarta (21), mas a expectativa é de que tudo continue como está. As reuniões do Senado desta semana serão semipresenciais e o relator permanecerá em Manaus (AM).

Pelo prazo da urgência, caso o requerimento seja mantido pelo Executivo, o texto principal da regulamentação começa a trancar a pauta de votações do plenário do Senado a partir do dia 23 de setembro, o que impede a deliberação de outros temas.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a dizer que concordava com a retirada da urgência. O **Valor** apurou, no entanto, que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reclamou pessoalmente com Haddad sobre essa possibilidade que, na visão dele, poderia atrasar todo o calendário de votação e colocar em risco a sanção da proposta este ano.

"Estamos aguardando. Estamos em um impasse. O Davi Alcolumbre não dá prosseguimento se não retirarem a urgência e [o texto] está parado. Eu não tenho nem como trabalhar. Na verdade, eu estou [como relator] de fato, mas não de direito. Como eu posso fazer alguma coisa?", questionou Braga ao **Valor**.

> "Estamos em um impasse. Eu não tenho nem como trabalhar"
> *Eduardo Braga*

"O que eu posso fazer de fato estou fazendo, mas de direito eu não posso fazer. Não posso apresentar plano de trabalho, não posso pegar as emendas que foram apresentadas e começar a falar sobre elas", acrescentou. Procurado, Alcolumbre não comentou.

A matéria em tramitação no Senado já recebeu 1.081 emendas. Entre elas, há sugestões sobre a redução progressiva no crédito presumido para montadoras do Nordeste; sobre a ampliação do benefício fiscal da Zona Franca de Manaus (ZFM) para as chamadas Áreas de Livre Comércio; e pela isenção do recolhimento de IBS e CBS sobre receitas geradas para as plataformas digitais que atuam como intermediárias em atividades de terceiros, como a entrega de comida.

Na Câmara, a segunda etapa da reforma também enfrenta dificuldades. O projeto que cria o comitê gestor do IBS já teve o texto-base aprovado na terça-feira passada (13), mas a votação dos destaques foi suspensa por Lira após a fala de Haddad sobre a urgência do primeiro projeto.

Um líder próximo a Lira avaliou que "no clima que está hoje não é bom para o governo colocar nada em votação". A situação piorou mais ainda com a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de suspender a execução de emendas impositivas.

Relator do projeto do comitê gestor, o deputado Mauro Benevides (PDT-CE) disse ao **Valor** que o texto só deve retornar a pauta quando o impasse político for resolvido pela Fazenda.

"O Haddad ficou de costurar lá no Senado uma saída para manter a urgência", afirmou. O pedetista diz que está confiante de que não haverá mudanças no seu parecer. "Tivemos mais de 60 votos de margem para aprovação", comentou Benevides.

Senadores queixam-se de que a Câmara não votou a matéria no prazo de 45 dias, agora exigido por Lira do Senado, e que a urgência só foi encaminhada pelo governo quando o parecer já estava praticamente pronto para o plenário. Da apresentação do texto até a aprovação pela Câmara, foram 77 dias no total — dos quais quase 30 foram utilizados pelo presidente da Câmara para definir o modelo de tramitação.

Líderes do Senado também consideram que a estratégia de Lira pode "se voltar contra ele". Para eles, insistir na manutenção da urgência pode atrasar ainda mais a deliberação.



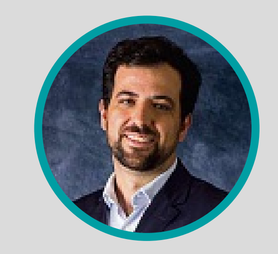

# A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E O DESAFIO DE SE TORNAR COMPETITIVA

A nova política industrial brasileira visa resgatar o destaque do setor no país, que já representou um terço do PIB há 20 anos, e pavimentar o caminho para a efetiva participação do Brasil na elaboração de estratégias para um planeta sustentável. Neste evento presencial, vamos discutir como levantar recursos para a inovação e soluções concretas capazes de viabilizar a transição energética e a inclusão no setor industrial. **Participe.**




AUDITÓRIO EDITORA GLOBO
RUA MARQUÊS DE POMBAL, 25
CENTRO/RJ

## PAINEL 1 - 10H: A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA, SEU FINANCIAMENTO E SEU IMPACTO NA VIDA DAS PESSOAS



**José Luis Pinho Leite Gordon**
Diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES



**Naercio Menezes Filho**
Professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper



**Perpétua Almeida**
Diretora de Economia Sustentável e temas de Defesa na ABDI



**Rafael Lucchesi**
Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi



**Lu Aiko Otta**
Repórter especial do Valor Econômico [mediação]

## PAINEL 2 - 11H: PASSO A PASSO PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL: O QUE PENSAM AS EMPRESAS BRASILEIRAS



**Ailtom Nascimento**
Vice-presidente do Grupo Stefanini



**David Canassa**
Diretor-executivo da Reservas Votorantim



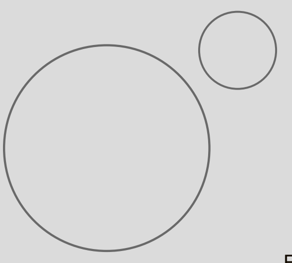
**Jandaraci Araújo**
Cofundadora do Conselheira 101



**Ludmila Nascimento**
Diretora de Energia e Descarbonização da Vale



**Frederico Goulart**
Jornalista da Rádio CBN [mediação]





ACESSE E INSCREVA-SE PARA O EVENTO

ESTADO ANFITRIÃO







CIDADE ANFITRIÃ






PATROCÍNIO




REALIZAÇÃO









## Eleições Tom belicoso adotado por Marçal leva campanhas a reavaliar embates entre os rivais

# Candidatos avaliam presença nos próximos debates em SP

ANTONIO MILENA

Debate promovido pela revista "Veja": Tabata falou de propostas, Marina Helena provocou ausentes e Marçal disse que responderia perguntas nas redes sociais

**Lucas Ferraz**
De São Paulo

As campanhas de Ricardo Nunes (MDB), Guilherme Boulos (Psol) e José Luiz Datena (PSDB) avaliam as participações nos próximos debates previstos entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo. Os três se ausentaram nessa segunda-feira (19) do evento organizado pela revista "Veja", ESPM, Paraná Pesquisas e o escritório de advocacia Bonini Guedes, que contou com a presença de Tabata Amaral (PSB), Marina Helena (Novo) e Pablo Marçal (PRTB).

O problema é exatamente o candidato-influencer do PRTB, que adotou nos dois debates anteriores um tom belicoso e recorreu a baixarias e ataques à honra dos candidatos — em especial Boulos — para, depois, explorar nas redes sociais, o que lhe rendeu grande repercussão em vídeos meticulosamente cortados.

As campanhas de Nunes, Boulos e de Datena ainda estudam o que fazer nos próximos eventos — são seis já marcados até o primeiro turno, em 6 de outubro. Mas o ponto de inflexão para os dois primeiros candidatos, e que pesou na decisão deles de se ausentarem do evento da "Veja", foi o descumprimento das regras previamente acordadas no debate promovido pelo jornal "O Estado de S.Paulo" e pela Faap na semana passada. Marçal violou o combinado ao expor a carteira de trabalho na cara de Boulos e não foi repreendido.

O Ministério Público Eleitoral solicitou na semana passada abertura de inquérito pela Polícia Federal para investigar o crime de divulgação de informações falsas pelo candidato do PRTB. No sábado (17), a Justiça Eleitoral concedeu a Boulos direito de resposta nas redes sociais de Marçal por ele ter acusado o candidato do Psol, sem provas, de ser consumidor de drogas. Marçal pode recorrer da decisão, mas ele disse que vai abrir espaço para Boulos responder na sua rede social.

No debate da revista "Veja", Datena era o único que não havia confirmado presença aos organizadores. A campanha do PSDB tampouco participou da reunião com a revista para discutir as regras. A justificativa, disse ao **Valor** um membro do staff eleitoral do apresentador, é simples: é impossível atender a todas as demandas para debates e sabatina, em razão da quantidade. A presença de Datena nos próximos debates, ressaltou o assessor, será decidida caso a caso, e que comparecer nem sempre é estratégico para o candidato.

É o que também disse ao **Valor** o coordenador da campanha à reeleição de Nunes, o deputado federal Baleia Rossi, presidente do MDB: "O debate é importantíssimo, mas o que vimos até agora foram agressões, um baixo nível incrível. Vamos avaliar cada um dos convites".

Em agenda pela cidade, o prefeito comentou sobre a ausência e citou uma revisão das regras para os próximos eventos: "As campanhas devem se reunir de uma forma civilizada e conversar com os meios de comunicação para que se possa colocar regras claras e que seja algo produtivo. Não só um teatro para as pessoas atacarem e usarem para recorte [nas redes sociais]".

A campanha de Nunes confirmou ainda que há um contato com os veículos organizadores dos debates para discutir uma solução. A opinião é compartilhada pela campanha de Boulos: não vale a pena participar de um evento para servir de palco para os "cortes" de Marçal nas redes sociais. O próximo debate previsto está marcado para 1º de setembro, em evento organizado pela TV Gazeta e portal MyNews.

O debate dessa segunda-feira acabou marcado por uma dobradinha entre Marina Helena e Marçal, que evitou responder boa parte das perguntas — disse que o faria depois, no seu perfil no Instagram, onde tem mais de 12 milhões de seguidores. Justificou a negativa em responder dizendo em tom jocoso que a "eleição mudou", ressaltando o peso das redes sociais no jogo político.

"Vocês acham que gosto da Marina Helena e do Marçal, e do nível que o debate está tomando? Não gosto. Estou aqui cumprindo meu papel e meu dever. Se você não aguenta uma provocação do Marçal, como é que você vai conseguir lidar com a Câmara dos Vereadores? Não dá para ser prefeito de São Paulo se você não consegue enfrentar uma provocação de um debate", afirmou Tabata, que usou ainda as palavras "lastimável" e "covardia" para comentar as ausências de Nunes, Boulos e Datena.

O marqueteiro da candidata, Pedro Simões, afirmou que sua estratégia é estar presente em todos os debates, já que, para Tabata, sua principal deficiência é o desconhecimento do eleitor. A aposta, também, é rivalizar com Marçal, o que pode render exposição a ela nas redes.

Assim como fez Marçal no debate do "Estadão", a candidata Marina Helena também infringiu as regras ao mostrar uma palavra escrita na palma mão ("fujões"), Não houve reprimenda.

# *Boicote minimiza danos, mas não evita confronto ao longo da campanha*

**Análise**

**César Felício**
*Brasília*

O boicote dos candidatos a prefeito de São Paulo Guilherme Boulos (Psol), Ricardo Nunes (MDB ) e José Luiz Datena (PSDB) contra o debate promovido pela revista "Veja" não é saudável em um processo eleitoral, mas pode ter sido eficaz em uma estratégia de minimização de danos. Boulos, Nunes e Datena tiveram uma vitória tática, de prazo muito curto, ao esvaziarem um debate que se tornou inútil para o candidato do PRTB, Pablo Marçal. Marçal, perdeu suas escadas, seus pontos de apoio a partir dos quais catalisava crescimento nas redes sociais e cativava um determinado tipo de eleitor.

A campanha de Marçal gira em torno de poucos eixos: antagonizar a esquerda, encarnada em Boulos, dizer que Nunes, o prefeito de São Paulo, é o retrato do "establishment" e se apresentar como fato novo, em um estilo "Chega dos Mesmos". A partir daí, aposta nos "cortes" voltados para a lacração nas redes sociais. Neste sentido, o debate pouco serviu para Marçal. Sem vociferar contra alguém presente, sobra em cena apenas um influencer com promessas mirabolantes. Reiterou várias vezes o número de seu partido, algo que é usual para os candidatos apenas na reta final da corrida.

Marçal evitou confrontar Tabata Amaral (PSB), o que só beneficiaria a deputada. Voltou a fazer insinuações de uso de drogas contra Boulos, aludindo a um suposto processo em segredo de justiça, mas o deputado do Psol não estava lá para ajudá-lo a lacrar. Muito pouco notada nos debates anteriores, Tabata tem de um terço à metade das intenções de voto de Marçal. Tornar-se um alvo de Marçal seria crescer em importância.

A deputada chamou o "coach" para o embate em todas as ocasiões que pôde, com provocações fortes. Chamou-o de covarde. Comparou-o ao ex-governador João Doria, adversário do ex-presidente Jair Bolsonaro, com quem Marçal busca se associar. "Até a calça está mais apertadinha", disse. Marçal esquivou-se. Virtualmente ignorou a deputada, a não ser no último bloco, algo estrategicamente correto. Brigar com Tabata seria brigar para baixo. Confrontado por ela pelas inconsistências de seu plano de governo, Marçal afirmou que o detalharia depois do debate, em suas redes sociais. Nas redes, como bem observou Tabata, não é possível afirmar com certeza que a postagem foi realmente feita pelo candidato e nem há contraditório.

A vitória de Nunes, Boulos e Datena é de prazo curto porque permanece o problema de não saber como lidar com Marçal no momento em que o confronto se revelar inevitável, em um momento mais avançado da campanha. Ainda tem caráter duvidoso porque foi uma oportunidade de Tabata atrair atenção para si e de Marina Helena (Novo) se apresentar.

Tabata bloqueia Boulos na faixa de renda mais alta e no público mais jovem e Marina Helena, de um partido que é linha auxiliar do bolsonarismo, pode ser vista como alternativa de direita a Nunes mais palatável que Marçal. Há um espaço de crescimento, ainda que limitado. João Amoêdo na eleição presidencial de 2018 teve 6% dos votos em São Paulo pelo Novo, o que sugere que Marina Helena pode ser um obstáculo tanto para Nunes quanto para Marçal chegarem ao segundo turno.

# MP Eleitoral pede suspensão da candidatura de Pablo Marçal

**Lilian Venturini**
De São Paulo

O Ministério Público Eleitoral apresentou ação contra Pablo Marçal (PRTB) em que pede a suspensão do registro da candidatura do empresário à Prefeitura de São Paulo. O pedido da ação de investigação judicial eleitoral (Aije) é em resposta a uma representação do PSB, partido da candidata Tabata Amaral, que apontou atuação irregular do adversário nas redes sociais durante a pré-campanha.

A Justiça Eleitoral analisará se a ação é ou não procedente. O PSB encaminhou a representação contra Marçal no fim de julho, questionando o que chamou de uma "estratégia de cooptação" irregular de seguidores para disseminar conteúdo eleitoral, parte dele com abordagem positiva para Marçal e negativa para seus adversários.

A acusação trata da prática de Marçal de pagar perfis para republicarem cortes de seus vídeos nas redes sociais. O pré-candidato do PRTB tem 13 milhões de seguidores no Instagram e 2,6 milhões no TikTok.

No pedido à Justiça Eleitoral, protocolado no sábado (17), o promotor Fabiano Augusto Petean apontou para a prática de abuso de poder econômico, com potencial de desequilibrar as eleições em favor de Marçal. Na peça, o promotor lembra que o impulsionamento pago de publicações nas redes é proibido pela legislação eleitoral.

"Ao estimular o eleitorado a propagar as mensagens eleitorais pela internet, o candidato, sem declarar a forma de pagamento e computar os fatos financeiramente em prestação de contas ou documentações transparentes e hábeis à demonstração da lisura de contas, aponta para uma quantidade financeira não declarada, não documentada e sem condições de relacionamento dos limites econômicos utilizados para o 'fomento eleitoral' de tais comportamentos, desequilibrando o pleito eleitoral", diz Petean.

O PSB usou como referências para comprovar a conduta irregular reportagens do jornal "O Globo" e do site Núcleo Jornalismo. "O Globo" identificou ao menos 50 perfis dedicados a repercutir os conteúdos feitos pelo empresário com a promessa de retorno financeiro. O Núcleo mostrou que o canal "Discord do Marçal" promete dar prêmios de R$ 300 a R$ 7 mil aos seguidores que atingissem a meta de visualização.

Segundo o promotor, a ausência de declaração de forma de pagamento e do registro desses fatos "compromete sistematicamente as contas a serem analisadas".

"Com o máximo respeito, não se sabe de onde vieram os recursos utilizados para alavancar o nome do investigado e tampouco quanto de dinheiro foi utilizado nesse momento", afirmou.

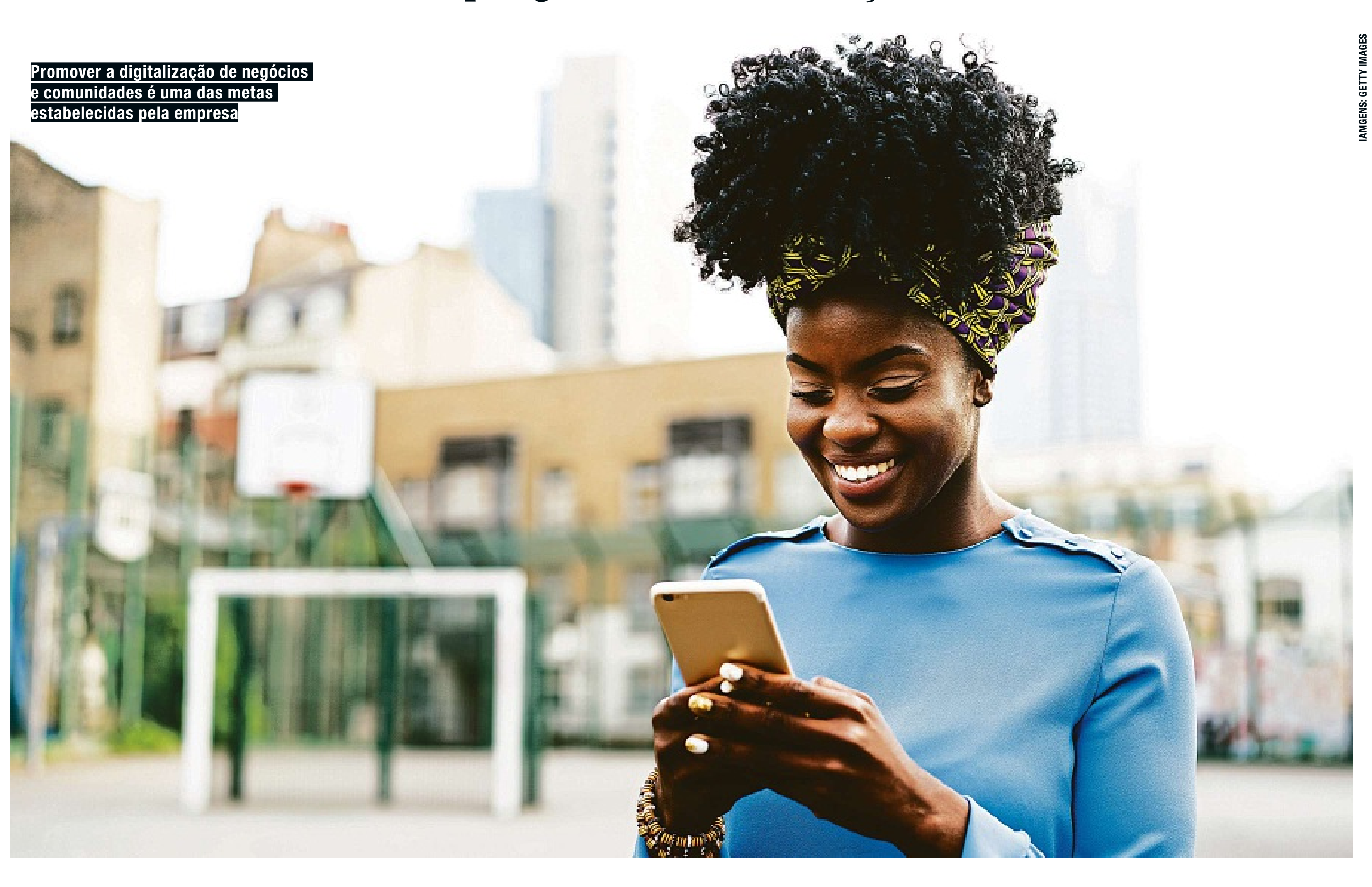
Petean pede que Marçal seja punido com inelegibilidade de oito anos e negação ou cassação do diploma eleitoral, além da suspensão da candidatura até o caso ser julgado. O promotor pede também a quebra do sigilo fiscal e bancário das empresas de Marçal, além do detalhamento dos valores pagos a seguidores e a origem dos recursos.

A defesa de Marçal ainda vai se manifestar no processo. A assessoria do candidato foi procurada, mas não se pronunciou até o fechamento desta edição.




# Huawei investe em soluções para aumentar conectividade

## Iniciativas incluem fornecimento de equipamentos, parcerias com operadoras, estruturas de data center e programas de formação de talentos



Promover a digitalização de negócios e comunidades é uma das metas estabelecidas pela empresa

IMAGENS: GETTY IMAGES

Grandes empresas vêm unindo esforços para destravar o potencial da internet móvel entre diversas camadas e regiões do país. Considerado um marco do mercado nacional de telecomunicações, o leilão do 5G estipulou um conjunto de obrigatoriedades ligadas à conectividade em instituições de ensino e rodovias. A ideia é promover a digitalização de negócios e comunidades para alavancar a economia de regiões mais afastadas de grandes centros urbanos.

Entre as importantes iniciativas que vêm sendo desenvolvidas para acelerar esse movimento, a Huawei tem ganhado destaque. Líder global em equipamentos para redes e telecomunicações, a companhia tem frentes de atuação que incluem o fornecimento de dispositivos LTE, 5G e Wi-Fi 6 para ampliar a conectividade em rodovias nacionais. Também viabilizou a instalação de mais de dois mil quilômetros de vias conectadas. "O acesso à digitalização é um fator essencial para impulsionar a atividade empreendedora e a geração de empregos. Além de expandir a área de cobertura, é fundamental trazer uma performance cada vez maior para usuários de diferentes perfis e localidades", afirma Carlos Roseiro, diretor de ICT Marketing da Huawei.

Desenvolvidos em colaboração com operadoras, clientes e gestores públicos, os projetos da empresa também incluem a implementação de redes móveis e banda larga voltadas para a democratização da internet. A contribuição para a infraestrutura digital pode ser observada na participação da primeira rede de fibra óptica do estado do Amazonas, que, junto com a cobertura das redes 4G e 5G, está beneficiando mais de 3,7 milhões de pessoas em 90 localidades. "A estrutura da nossa operação permite trabalhar de forma direta e indireta com diversos players do setor. A formação de redes de parceiros é um fator crucial para ganhar capilaridade e oferecer soluções de cobertura de qualidade em todo o território nacional", diz Roseiro.

### NOVAS OPORTUNIDADES

Realizada ao longo dos últimos dois anos, a implantação e a expansão do 5G vêm aliviando muitos dos gargalos da infraestrutura de redes no Brasil. A expansão da cobertura vem registrando aumentos sucessivos nas taxas de download e upload, posicionando o país no quinto lugar do ranking global entre os locais com melhores desempenhos de internet móvel de quinta geração. Para distribuir melhor a qualidade de acesso e garantir a latência da rede, a Huawei também vem investindo na abertura de novas estruturas de nuvem e na oferta de linhas de dispositivos para a instalação de data centers inteligentes, como fontes de alimentação, resfriamento e sistemas de gerenciamento.

Com a consolidação desse cenário e de seus benefícios para a população, a expectativa é que o 5G comece a revelar novas oportunidades para o segmento de soluções corporativas. "Passada a primeira fase, que teve como foco os consumidores finais, um novo movimento de soluções B2B deve começar a ganhar força no setor. Trata-se de um processo de maturação natural, já vemos várias empresas explorando possibilidades como linhas de backup para redes de fibra óptica, por exemplo", afirma Roseiro.

O potencial citado pelo executivo pode ser constatado em projetos como o Armazém Inteligente 5G da Huawei. Localizado em Sorocaba, um dos mais importantes polos industriais de São Paulo, o centro de distribuição de 22 mil metros quadrados tem entre seus objetivos explorar os efeitos práticos da tecnologia. A partir de uma rede ultrarrápida e de baixa latência, o espaço conta com um conjunto de 12 antenas conectadas a 300 dispositivos móveis, permitindo a realização de tarefas como transporte de matéria-prima e equipamentos por robôs autônomos. O ganho de eficiência foi de 25%, incluindo a diminuição do ciclo de produção de 17 para sete horas, além da redução de 48 horas para duas horas no tempo de contagem do inventário.

> **"A estrutura da nossa operação permite trabalhar de forma direta e indireta com diversos players do setor. A formação de redes de parceiros é um fator crucial para ganhar capilaridade e oferecer soluções de cobertura de qualidade em todo o território nacional."**
>
> **CARLOS ROSEIRO,** Diretor de ICT Marketing da Huawei

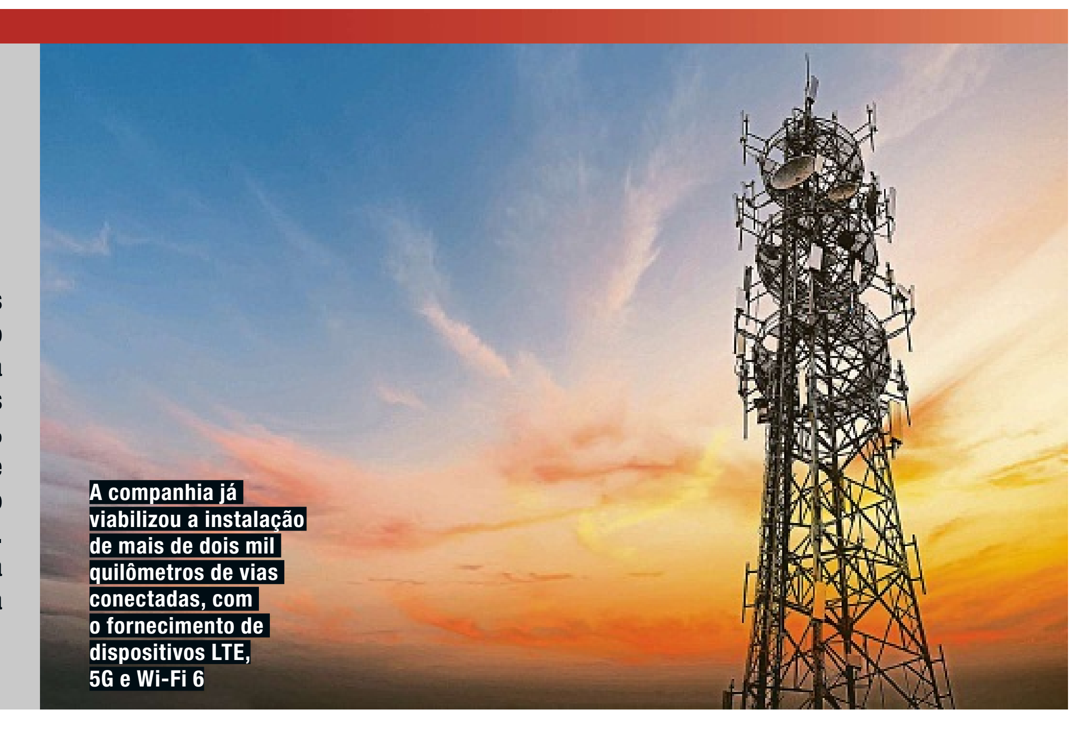
A formação do novo panorama de conectividade brasileiro também passa pela qualificação de talentos para o mercado de tecnologia. Para estimular o surgimento de mais profissionais capazes de explorar oportunidades de inovação, a Huawei vem desenvolvendo núcleos de aprendizado focados nas demandas da área de TIC. Um dos projetos de destaque é o ICT Academy, plataforma educacional online e gratuita de certificação para alunos de mais de 200 universidades parceiras. Com o objetivo de servir como uma ponte entre a academia e o universo corporativo, o programa treinou mais de 15 mil estudantes apenas no ano passado.

O 'roadmap' de capacitação da empresa ainda inclui o Seeds for the Future, que oferece treinamento teórico e prático para estudantes de graduação em áreas como 5G, cloud e inteligência artificial, além de mentorias sobre liderança, inovação e desenvolvimento sustentável. Os candidatos selecionados também aprendem sobre a cultura das empresas e recebem a oportunidade de participar de eventos de intercâmbio cultural em diversas partes do mundo. "A carência de profissionais qualificados é uma das principais barreiras para fortalecer a digitalização do ecossistema de negócios brasileiro. Com esse tipo de iniciativa, esperamos oferecer uma contribuição significativa para revelar novos talentos no setor", complementa Roseiro.

## Conexão Brasil: espaço para crescer

As lacunas de conectividade do mercado brasileiro são um desafio para empresas e consumidores do país. Apesar dos avanços registrados nas áreas de cobertura, somente 22% da população encontra boas condições para navegar na internet e utilizar serviços digitais, de acordo com o último levantamento divulgado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR). Os índices nas regiões Norte e Nordeste são de apenas 10% e 11%, respectivamente.

Outro estudo, realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), aponta que o país reúne 38 milhões de pessoas sem nenhum tipo de acesso à rede. Os gargalos de infraestrutura estão entre os principais desafios apresentados por esse cenário. Atualmente, cerca de 35% das rodovias federais não têm nenhum tipo de conectividade, enquanto regiões do agronegócio possuem somente 14% de suas áreas cobertas. No âmbito escolar, apenas 11% da rede pública cumpre a meta de 1Mbps de velocidade estipulada pelo governo federal.



A companhia já viabilizou a instalação de mais de dois mil quilômetros de vias conectadas, com o fornecimento de dispositivos LTE, 5G e Wi-Fi 6

INÊS 249

# Política

## Atividade econômica
Indicadores agregados

| | jul/24 | jun/24 | mai/24 | abr/24 | mar/24 | fev/24 | jan/24 | dez/23 | nov/23 | out/23 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1) | - | 1,37 | 0,41 | 0,32 | -0,15 | 0,51 | 0,67 | 0,75 | 0,11 | 0,05 |
| **Indústria (1)** | | | | | | | | | | |
| **Produção física industrial (IBGE - %)** | | | | | | | | | | |
| Total | - | 4,1 | -1,5 | -0,3 | 1,0 | 0,2 | -0,8 | 0,9 | 0,8 | 0,0 |
| Indústria de transformação | - | 4,5 | -2,5 | 0,4 | 0,9 | 0,6 | 0,2 | 0,5 | 0,1 | 0,2 |
| Indústrias extrativas | - | 2,5 | 3,4 | -3,6 | 0,7 | -1,3 | -6,7 | 3,7 | 3,3 | -0,4 |
| Bens de capital | - | 0,5 | -2,2 | 3,1 | -1,5 | 2,7 | 11,0 | -1,9 | -0,5 | -0,3 |
| Bens intermediários | - | 2,6 | -0,9 | -1,1 | 1,2 | -0,8 | -2,7 | 1,7 | 1,7 | 0,7 |
| Bens de consumo | - | 6,8 | -2,1 | 0,5 | 0,6 | 1,6 | -0,7 | 1,2 | 0,1 | -0,9 |
| Faturamento real (CNI - %) | - | 6,3 | -4,8 | 2,3 | -1,4 | 3,2 | -0,7 | 2,6 | 0,8 | -0,6 |
| Horas trabalhadas na produção (CNI - %) | - | 2,2 | -2,4 | 2,4 | -1,6 | 2,4 | 0,2 | 1,6 | 0,7 | -0,2 |
| **Comércio** | | | | | | | | | | |
| Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2) | - | -0,1 | 1,1 | 0,3 | 1,3 | 1,3 | 1,1 | 0,4 | 1,0 | 0,1 |
| Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2) | - | -1,0 | 0,9 | 0,8 | 0,2 | 0,9 | 1,8 | -0,7 | 0,4 | -0,1 |
| **Serviços** | | | | | | | | | | |
| Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1) | - | 2,7 | -1,0 | 0,8 | 1,7 | -1,6 | 2,4 | 0,0 | 1,1 | 0,0 |
| Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1) | - | 1,7 | -0,4 | 0,4 | 0,3 | -0,5 | 0,5 | 0,5 | 1,0 | -0,5 |
| **Mercado de trabalho** | | | | | | | | | | |
| Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %) | - | 6,9 | 7,1 | 7,5 | 7,9 | 7,8 | 7,6 | 7,4 | 7,5 | 7,6 |
| Emprego industrial (CNI - %) (1) | - | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,1 | 0,2 | 0,6 |
| Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3) | 2,2 | 0,5 | -1,3 | 0,7 | 1,0 | 0,3 | 0,9 | 2,3 | 0,0 | -1,4 |
| **Balança comercial (US$ milhões)** | | | | | | | | | | |
| Exportações | 30.919 | 29.044 | 30.255 | 30.455 | 27.723 | 23.429 | 26.704 | 28.786 | 27.886 | 29.682 |
| Importações | 23.279 | 22.333 | 21.851 | 21.886 | 20.492 | 18.225 | 20.512 | 19.463 | 19.097 | 20.501 |
| Saldo | 7.640 | 6.711 | 8.404 | 8.568 | 7.230 | 5.204 | 6.192 | 9.323 | 8.789 | 9.181 |

**Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts**

## Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

| | Em % | | | | | | | | | Em R$ | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Mês** | **TR (1)** | **Poupança (2)** | **Poupança (3)** | **TBF (1)** | **Selic (4)** | **TJLP** | **TLP** | **FGTS (5)** | **CUB/SP** | **UPC** | **Salário mínimo** |
| jan/23 | 0,2081 | 0,7091 | 0,7091 | 1,0398 | 1,12 | 0,6142 | 0,4812 | 0,4552 | -0,06 | 23,93 | 1.302,00 |
| fev/23 | 0,0830 | 0,5834 | 0,5834 | 0,8536 | 0,92 | 0,5546 | 0,4931 | 0,3298 | 0,00 | 23,93 | 1.302,00 |
| mar/23 | 0,2392 | 0,7404 | 0,7404 | 1,0912 | 1,17 | 0,6142 | 0,4986 | 0,4864 | -0,18 | 23,93 | 1.302,00 |
| abr/23 | 0,0821 | 0,5825 | 0,5825 | 0,8527 | 0,92 | 0,5873 | 0,4907 | 0,3289 | 0,29 | 24,06 | 1.302,00 |
| mai/23 | 0,2147 | 0,7158 | 0,7158 | 1,0465 | 1,12 | 0,6070 | 0,4812 | 0,4619 | 1,44 | 24,06 | 1.320,00 |
| jun/23 | 0,1799 | 0,6808 | 0,6808 | 1,0014 | 1,07 | 0,5873 | 0,4622 | 0,4270 | 0,64 | 24,06 | 1.320,00 |
| jul/23 | 0,1581 | 0,6589 | 0,6589 | 0,9694 | 1,07 | 0,5843 | 0,4464 | 0,4051 | 0,09 | 24,17 | 1.320,00 |
| ago/23 | 0,2160 | 0,7171 | 0,7171 | 1,0578 | 1,14 | 0,5843 | 0,4321 | 0,4632 | 0,05 | 24,17 | 1.320,00 |
| set/23 | 0,1130 | 0,6136 | 0,6136 | 0,9039 | 0,97 | 0,5654 | 0,4194 | 0,3599 | -0,05 | 24,17 | 1.320,00 |
| out/23 | 0,1056 | 0,6061 | 0,6061 | 0,8964 | 1,00 | 0,5478 | 0,4186 | 0,3525 | -0,05 | 24,29 | 1.320,00 |
| nov/23 | 0,0775 | 0,5779 | 0,5779 | 0,8481 | 0,92 | 0,5301 | 0,4337 | 0,3243 | 0,12 | 24,29 | 1.320,00 |
| dez/23 | 0,0690 | 0,5693 | 0,5693 | 0,8395 | 0,89 | 0,5478 | 0,4519 | 0,3158 | 0,00 | 24,29 | 1.320,00 |
| jan/24 | 0,0875 | 0,5879 | 0,5879 | 0,8582 | 0,97 | 0,5462 | 0,4551 | 0,3343 | 0,00 | 24,35 | 1.412,00 |
| fev/24 | 0,0079 | 0,5079 | 0,5079 | 0,7380 | 0,80 | 0,5109 | 0,4456 | 0,2545 | 0,10 | 24,35 | 1.412,00 |
| mar/24 | 0,0331 | 0,5333 | 0,5333 | 0,7733 | 0,83 | 0,5462 | 0,4400 | 0,2798 | 0,10 | 24,35 | 1.412,00 |
| abr/24 | 0,1023 | 0,6028 | 0,6028 | 0,7830 | 0,89 | 0,5395 | 0,4456 | 0,3492 | 0,05 | 24,38 | 1.412,00 |
| mai/24 | 0,0870 | 0,5874 | 0,5874 | 0,7576 | 0,83 | 0,5576 | 0,4630 | 0,3338 | 1,22 | 24,38 | 1.412,00 |
| jun/24 | 0,0365 | 0,5367 | 0,5367 | 0,7268 | 0,79 | 0,5395 | 0,4796 | 0,2832 | 0,79 | 24,38 | 1.412,00 |
| jul/24 | 0,0739 | 0,5743 | 0,5743 | 0,8402 | 0,91 | 0,5770 | 0,4970 | 0,3207 | 0,41 | 24,44 | 1.412,00 |
| ago/24 | 0,0707 | 0,5711 | 0,5711 | 0,8080 | 0,87 | 0,5770 | 0,5088 | 0,3175 | - | 24,44 | 1.412,00 |
| **2024** | **0,50** | **4,59** | **4,59** | **6,46** | **7,09** | **4,48** | **3,80** | **2,50** | **2,70** | **0,62** | **6,97** |
| **Em 12 meses*** | **0,87** | **7,09** | **7,09** | **10,22** | **11,20** | **6,79** | **5,60** | **3,89** | **2,31** | **1,12** | **6,97** |
| **2023** | **1,76** | **8,04** | **8,04** | **12,01** | **13,04** | **7,15** | **5,65** | **4,81** | **2,31** | **2,02** | **8,91** |

**Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência**
**(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)**

## Produção e investimento
Variação no período

| Indicadores | 1º Tri/24 | 4º Tri/23 | 2024 (1) | 2023 | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PIB (R$ bilhões) * | 2.714 | 2.831 | 10.987 | 10.856 | 10.080 | 9.012 |
| PIB (US$ bilhões) ** | 556 | 571 | 2.233 | 2.174 | 1.952 | 1.670 |
| Taxa de Variação Real (%) | 0,8 | -0,1 | 2,5 | 2,9 | 3,0 | 4,8 |
| Agropecuária | 11,3 | -7,4 | 6,4 | 15,1 | -1,1 | 0,0 |
| Indústria | -0,1 | 1,2 | 1,9 | 1,6 | 1,5 | 5,0 |
| Serviços | 1,4 | 0,5 | 2,3 | 2,4 | 4,3 | 4,8 |
| Formação Bruta de Capital Fixo (%) | 4,1 | 0,5 | -2,7 | -3,0 | 1,1 | 12,9 |
| Investimento (% do PIB) | 16,9 | 16,1 | 16,5 | 16,5 | 17,8 | 17,9 |

**Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data**
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

## Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

| Salário de contribuições em R$ | Alíquotas em % (1) |
|---|---|
| Até 1.412,00 | 7,50 |
| De 1.412,01 até 2.666,68 | 9,00 |
| De 2.666,69 até 4.000,03 | 12,00 |
| De 4.000,04 até 7.786,02 | 14,00 |
| Empregador doméstico | 8,00 |

**Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS**

## IR na fonte
Faixas de contribuição

| Base de cálculo* em R$ | Alíquota em % | Parcela a deduzir IR - em R$ |
|---|---|---|
| Até 2.259,20 | 0,0 | 0,00 |
| De 2.259,21 até 2.826,65 | 7,5 | 169,44 |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15,0 | 381,44 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 662,77 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 896,00 |

**Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data**
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
**Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59**

## Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

| Discriminação | Janeiro-junho 2024 | Janeiro-junho 2023 | Var. % | junho 2024 | junho 2023 | Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Federal** | | | | | | |
| **Imposto de renda total** | **433,9** | **389,2** | **11,48** | **67,1** | **59,7** | **12,45** |
| Imposto de renda pessoa física | 39,7 | 31,4 | 26,19 | 5,9 | 6,3 | -6,69 |
| Imposto de renda pessoa jurídica | 170,0 | 165,9 | 2,44 | 16,9 | 15,5 | 9,27 |
| Imposto de renda retido na fonte | 224,2 | 191,9 | 16,88 | 44,3 | 37,9 | 16,92 |
| Imposto sobre produtos industrializados | 36,3 | 29,6 | 22,74 | 5,9 | 5,0 | 17,86 |
| Imposto sobre operações financeiras | 31,9 | 29,6 | 7,84 | 5,5 | 5,0 | 10,47 |
| Imposto de importação | 33,4 | 26,8 | 24,70 | 6,6 | 4,4 | 51,67 |
| Cide-combustíveis | 1,5 | 0,0 | - | 0,2 | 0,0 | - |
| Contribuição para Finsocial (Cofins) | 199,1 | 160,5 | 24,04 | 35,6 | 27,8 | 28,12 |
| CSLL | 90,7 | 85,4 | 6,20 | 9,5 | 9,0 | 5,75 |
| PIS/Pasep | 55,0 | 45,0 | 22,14 | 9,6 | 7,7 | 23,47 |
| Outras receitas | 416,7 | 376,7 | 10,62 | 68,8 | 61,9 | 11,14 |
| **Total** | **1.298,5** | **1.142,8** | **13,62** | **208,8** | **180,5** | **15,72** |

| | fev/24 Valor** | fev/24 Var. %* | jan/24 Valor** | jan/24 Var. %* | fev/23 Valor | fev/23 Var. %* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ICMS - Brasil** | **51,2** | **-16,88** | **61,6** | **-5,42** | **50,7** | **-9,74** |

| | mai/24 Valor | mai/24 Var. %* | abr/24 Valor | abr/24 Var. %* | mai/23 Valor | mai/23 Var. %* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **INSS** | **49,1** | **-2,76** | **50,5** | **-0,88** | **47,8** | **4,34** |

**Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar**

## Inflação
Variação no período (em %)

| | ago/24 | jul/24 | Acumulado em 2024 | Acumulado em 2023 | Acumulado em 12 meses | Número índice ago/24 | Número índice jul/24 | Número índice dez/23 | Número índice ago/23 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **IBGE** | | | | | | | | | |
| IPCA | - | 0,38 | 2,87 | 4,62 | 4,50 | - | 6.967,89 | 6.773,27 | 6.683,28 |
| INPC | - | 0,26 | 2,95 | 3,71 | 4,06 | - | 7.159,57 | 6.954,74 | 6.893,93 |
| IPCA-15 | - | 0,30 | 2,82 | 4,72 | 4,45 | - | 6.833,52 | 6.645,93 | 6.560,89 |
| IPCA-E | - | - | 2,52 | 4,72 | 4,06 | - | - | 6.645,93 | 6.560,89 |
| **FGV** | | | | | | | | | |
| IGP-DI | - | 0,83 | 1,95 | -3,30 | 4,16 | - | 1.127,10 | 1.105,54 | 1.082,59 |
| Núcleo do IPC-DI | - | 0,32 | 2,30 | 3,48 | 3,75 | - | - | - | - |
| IPA-DI | - | 0,93 | 1,43 | -5,92 | 4,10 | - | 1.312,82 | 1.294,35 | 1.262,45 |
| IPA-Agro | - | 0,72 | 2,17 | -11,34 | 4,04 | - | 1.824,08 | 1.785,32 | 1.743,47 |
| IPA-Ind. | - | 1,01 | 1,15 | -3,77 | 4,12 | - | 1.107,16 | 1.094,53 | 1.067,07 |
| IPC-DI | - | 0,54 | 3,01 | 3,55 | 4,12 | - | 755,73 | 733,67 | 724,28 |
| INCC-DI | - | 0,72 | 3,55 | 3,49 | 4,67 | - | 1.126,92 | 1.088,31 | 1.078,41 |
| IGP-M | - | 0,61 | 1,71 | -3,18 | 3,82 | - | 1.143,31 | 1.124,07 | 1.099,71 |
| IPA-M | - | 0,68 | 1,16 | -5,60 | 3,72 | - | 1.349,62 | 1.334,20 | 1.298,95 |
| IPC-M | - | 0,30 | 2,96 | 3,40 | 3,90 | - | 737,65 | 716,46 | 708,64 |
| INCC-M | - | 0,69 | 3,34 | 3,32 | 4,42 | - | 1.122,45 | 1.086,15 | 1.077,50 |
| IGP-10 | 0,72 | 0,45 | 2,36 | -3,56 | 4,26 | 1.170,28 | 1.161,97 | 1.143,35 | 1.122,49 |
| IPA-10 | 0,84 | 0,49 | 1,90 | -6,02 | 4,21 | 1.392,81 | 1.381,26 | 1.366,78 | 1.336,50 |
| IPC-10 | 0,33 | 0,24 | 3,31 | 3,43 | 4,23 | 744,76 | 742,33 | 720,87 | 714,51 |
| INCC-10 | 0,59 | 0,54 | 3,88 | 3,04 | 4,64 | 1.111,71 | 1.105,16 | 1.070,21 | 1.062,42 |
| **FIPE** | | | | | | | | | |
| IPC | - | 0,06 | 1,93 | 3,15 | 3,17 | - | 688,31 | 675,27 | 665,86 |

**Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia ago/24 0,33% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana ago/24 0,18%**
**Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data**

## Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

| Quota | Vencimento | No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF) | Valor dos juros (Campo 9 do DARF) | Valor total (Campo 10 do DARF) |
|---|---|---|---|---|
| 1ª ou única | 31/05/2024 | | - | Campo 7 |
| 2ª | 28/06/2024 | | 1,00% | |
| 3ª | 31/07/2024 | | 1,79% | + |
| 4ª | 30/08/2024 | Valor da declaração | 2,70% | Campo 8 |
| 5ª | 30/09/2024 | | | |
| 6ª | 31/10/2024 | | | + |
| 7ª | 29/11/2024 | | | Campo 9 |
| 8ª | 30/12/2024 | | | |

**Pagamento com atraso**

**Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data**

**Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br**

## Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

| Dívida líquida do setor público | jun/24 Valor | jun/24 % do PIB | mai/24 Valor | mai/24 % do PIB | jun/23 Valor | jun/23 % do PIB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Dívida líquida total** | **6.946,2** | **62,21** | **6.897,1** | **62,08** | **6.096,5** | **57,92** |
| (-) Ajuste patrimonial + privatização | -12,8 | -0,11 | -19,7 | -0,18 | 9,0 | 0,09 |
| (-) Ajuste metodológico s/ dívida* | -912,6 | -8,17 | -819,0 | -7,37 | -676,1 | -6,42 |
| **Dívida fiscal líquida** | **7.871,6** | **70,49** | **7.735,9** | **69,63** | **6.763,6** | **64,25** |
| **Divisão entre dívida interna e externa** | | | | | | |
| Dívida interna líquida | 7.706,3 | 69,02 | 7.604,4 | 68,45 | 6.744,8 | 64,07 |
| Dívida externa líquida | -760,1 | -6,81 | -707,3 | -6,37 | -648,3 | -6,16 |
| **Divisão entre as esferas do governo** | | | | | | |
| Governo Federal e Banco Central | 5.954,1 | 53,32 | 5.923,8 | 53,32 | 5.169,6 | 49,11 |
| Governos Estaduais | 872,3 | 7,81 | 859,1 | 7,73 | 821,8 | 7,81 |
| Governos Municipais | 64,4 | 0,58 | 61,5 | 0,55 | 42,6 | 0,40 |
| Empresas Estatais | 55,4 | 0,50 | 52,7 | 0,47 | 62,5 | 0,59 |

| Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses | jun/24 Valor | jun/24 % do PIB | mai/24 Valor | mai/24 % do PIB | jun/23 Valor | jun/23 % do PIB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total nominal** | **1.108,0** | **9,92** | **1.061,9** | **9,56** | **662,4** | **6,29** |
| Governo Federal** | 875,9 | 7,84 | 871,2 | 7,84 | 528,1 | 5,02 |
| Banco Central | 149,3 | 1,34 | 107,3 | 0,97 | 55,2 | 0,52 |
| Governo regional | 72,6 | 0,65 | 73,5 | 0,66 | 71,1 | 0,68 |
| **Total primário** | **272,2** | **2,44** | **280,2** | **2,52** | **24,3** | **0,23** |
| Governo Federal | -47,2 | -0,42 | -47,6 | -0,43 | -217,6 | -2,07 |
| Banco Central | 0,6 | 0,01 | 0,5 | 0,00 | 0,5 | 0,00 |
| Governo regional | -25,6 | -0,23 | -23,6 | -0,21 | -19,7 | -0,19 |

**Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

## Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

| Discriminação | Janeiro-junho 2024 | Janeiro-junho 2023 | Var. % | junho 2024 | junho 2023 | Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita total** | **1.320,2** | **1.216,9** | **8,49** | **203,0** | **187,7** | **8,16** |
| Receita Adm. Pela RFB** | 854,4 | 768,9 | 11,12 | 128,1 | 116,6 | 9,84 |
| Arrecadaçao Líquida para o RGPS | 302,5 | 289,1 | 4,65 | 49,7 | 47,9 | 3,88 |
| Receitas Não Adm. Pela RFB | 163,4 | 159,0 | 2,77 | 25,2 | 23,2 | 8,55 |
| **Transferências a Estados e Municípios** | **259,3** | **239,2** | **8,41** | **42,5** | **36,0** | **18,11** |
| **Receita líquida total** | **1.060,9** | **977,7** | **8,51** | **160,5** | **151,7** | **5,80** |
| **Despesa Total** | **1.128,8** | **1.021,5** | **10,50** | **199,3** | **198,7** | **0,33** |
| Benefícios Precidenciários | 501,9 | 461,9 | 8,66 | 94,6 | 101,8 | -7,00 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 174,7 | 171,5 | 1,89 | 28,9 | 28,2 | 2,62 |
| Outras Despesas Obrigatórias | 192,3 | 158,5 | 21,38 | 26,1 | 24,7 | 5,96 |
| Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira | 259,8 | 229,6 | 13,13 | 49,6 | 44,1 | 12,66 |
| **Resul. Primário do Gov. Central (1)** | **-67,8** | **-43,8** | **55,02** | **-38,8** | **-47,0** | **-17,32** |

| Discriminação | jun/24 Valor | jun/24 Var. % | mai/24 Valor | mai/24 Var. % | jun/23 Valor | jun/23 Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ajustes metodológicos | -0,4 | 450,94 | -0,1 | -51,94 | -0,2 | - |
| Discrepância estatística | -1,0 | - | 0,1 | - | -1,3 | - |
| **Result. Primário do Gov. Central (2)** | **-40,2** | **-34,02** | **-60,9** | **-** | **-48,4** | **7,71** |
| **Juros Noniminais** | **-86,4** | **29,56** | **-66,7** | **-3,99** | **-34,7** | **-44,21** |
| **Result. Nominal do Gov. Central** | **-126,6** | **-0,79** | **-127,6** | **110,45** | **-83,2** | **-22,42** |

**Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data**
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

**EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 253ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**1. LOCAL**: Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Curitiba, PR. **2. DATA**: 07.08.2024 - 08h30. **3. MESA DIRIGENTE**: MARCEL MARTINS MALCZEWSKI; e KARINE SATIE YOSHIOKA - Secretária da Reunião. **4. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS: O Conselho de Administração: I.** deliberou, por unanimidade, após ouvir o Comitê de Auditoria Estatutário, aprovar as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao 2º trimestre de 2024 da Copel (Holding) e seu encaminhamento ao Conselho Fiscal e à Comissão de Valores Mobiliários; e **II.** tomou conhecimento, analisou e discutiu as informações apresentadas pela PwC sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 2º trimestre de 2024. **5. ASSINATURAS**: **MARCEL MARTINS MALCZEWSKI** (Presidente); **CARLOS BIEDERMANN; FAUSTO AUGUSTO DE SOUZA; JACILDO LARA MARTINS; MARCELO SOUZA MONTEIRO; MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO; PEDRO FRANCO SALES; VIVIANE ISABELA DE OLIVEIRA MARTINS;** e **KARINE SATIE YOSHIOKA** (Secretária). *Certidão da ata da 253ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20245823379, em 15.08.2024, e publicada na íntegra em https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022.-----------*

aes Brasil

**AES BRASIL ENERGIA S.A.**
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE 35.300.552.644

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2024**

**Data, hora e local:** Em 24/07/24, às 11h15, por videoconferência na sede da Cia. **Mesa:** Presidente: Sr. **Francisco J. M. Lopez -** Secretária: Sra. **Maria N. E. C. Goldberg**. **Deliberação: (i)** ratificar, *ad referendum* da Assembleia, a nomeação e contratação dos peritos **(a) Cezar R. Queiroz,** brasileiro, casado, contador, inscrito no **CPF/MF** sob o nº 905.493.335-68, portador da C.I. nº 023120/O-8 CRC/BA, residente e domiciliado na cidade de Salvador, BA; **(b) Reinaldo C. da Silveira**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.194.545-04, portador da C.I. 014311/O-0 CRC/BA, residente e domiciliado na cidade de Salvador, BA; e **(c) Marlene C. da S. Loreto**, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF/MF sob o nº 356.177.995-68, portadora da C.I. profissional nº 026068/O-0 CRC/BA, residente e domiciliada na cidade de Salvador, BA, responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação do valor patrimonial líquido contábil da AES Brasil Operações S.A. ("**AES Operações**") para fins de determinação do valor patrimonial contábil por ação ordinária de sua emissão, assumindo os efeitos da pretendida emissão de ações ordinárias pela AES Operações no âmbito da capitalização, em benefício da AES Holdings Brasil Ltda. ("**AHB**"), de parcela da reserva especial de ágio registrada pela AES Operações, nos termos do art. 11, *caput*, da Resolução da CVM nº 78, de 29/03/22, no montante de R$ 24.513.385,05, a ser deliberada pela AGE da AES Operações ("**Capitalização do Ágio**"), conforme balanço patrimonial da AES Operações em 31/03/24 ("**Laudo de Avaliação**"); **(ii)** aprovar a convocação da Assembleia para deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** aumento do capital social da Cia., por meio da emissão de 2.122.371 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R$ 11,55, a serem integralizadas em bens, mediante o aporte, pela AHB, de 17.108.039 ações ordinárias de emissão da AES Operações, assegurado aos atuais acionistas da Cia. ao direito de preferência para subscrição de ações, nos termos do art. 171, §2º, da Lei nº 6.404/76, ("**Lei das S/As**"). O preço de emissão foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, de acordo com o art. 170, §1º, inciso III, da Lei das S/As, com base em preço negociado com terceiro independente no contexto da combinação de negócios entre a Cia. e a Auren Energia S.A., conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração da Cia. realizada em 15/05/24. O preço de emissão proposto considera um acréscimo de 1,58% sobre o preço médio ponderado por volume (VWAP) das ações de emissão da Cia. nos 30 pregões da B3 S.A. (no período de 12/06/24, inclusive, a 23/07/24, inclusive) anteriores à reunião do Conselho de Administração da Cia. realizada em 24/07/24, a qual propôs referido aumento de capital. O aumento a ser aprovado será, portanto, de R$ 24.513.385,05, com destinação integral à conta de capital social da Cia. ("**Aumento de Capital**"); **(b)** ratificação da nomeação e contratação dos Peritos responsáveis pela elaboração do Laudo de Avaliação, conforme Proposta da Administração divulgada pela Cia.; **(c)** aprovação do Laudo de Avaliação; e **(d)** alteração do art. 5º, *caput*, do Estatuto Social, bem como a sua consolidação, para refletir o novo capital social da Cia., em razão do Aumento de Capital, nos termos da Proposta da Administração (em conjunto, "**Ordem do Dia da Assembleia**"); **(iii)** aprovar a proposta da administração da Cia. para a Assembleia, a ser devidamente divulgada nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis; e **(iv)** autorizar os membros da Diretoria da Cia. e/ou seus procuradores devidamente constituídos a tomar todas as providências e a praticar todos os atos que sejam necessários à implementação das deliberações aprovadas acima. **Encerramento:** Registrada na JUCESP sob o nº 304.261/24-5 em 14/08/24, por MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. A íntegra da ata será publicada no endereço eletrônico do jornal Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/).

aes Brasil

**AES BRASIL ENERGIA S.A.**
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE nº 35.300.552.644

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024**
**EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definido), ficam convocados os senhores acionistas da **AES BRASIL ENERGIA S.A.** ("**Companhia**") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em **segunda convocação**, às 10h00 do dia 26 de agosto de 2024, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º, inciso I, e artigo 28, parágrafos 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), através da plataforma digital "*Ten Meetings*" ("**Plataforma Digital**" e "**Assembleia Geral**", respectivamente), para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

**(i)** aumento do capital social da Companhia, por meio da emissão de 2.122.371 (dois milhões, cento e vinte e duas mil, trezentas e setenta e uma) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R$ 11,55 (onze reais e cinquenta e cinco centavos), a serem integralizadas em bens, mediante o aporte, pela AES Holdings Brasil Ltda., de 17.108.039 (dezessete milhões, cento e oito mil e trinta e nove) ações ordinárias de emissão da AES Brasil Operações S.A. ("**Ações Aportadas**"), assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição de ações, nos termos do artigo 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). O preço de emissão foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base em preço negociado com terceiro independente no contexto da combinação de negócios entre a Companhia e a Auren Energia S.A., conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de maio de 2024. O preço de emissão proposto considera um acréscimo de 1,58% (um inteiro e cinquenta e oito centésimos por cento) sobre o preço médio ponderado por volume (VWAP) das ações de emissão da Companhia nos 30 (trinta) pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (no período de 12 de junho de 2024, inclusive, a 23 de julho de 2024, inclusive) anteriores à reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de julho de 2024, a qual propôs referido aumento de capital. O aumento a ser aprovado será, portanto, de R$ 24.513.385,05 (vinte e quatro milhões quinhentos e treze mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos), com destinação integral à conta de capital social da Companhia ("**Aumento de Capital**");
**(ii)** ratificação da nomeação e contratação dos peritos responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação do valor patrimonial contábil das Ações Aportadas ("**Laudo de Avaliação**"), conforme proposta da administração para a Assembleia Geral divulgada pela Companhia ("**Proposta da Administração**");
**(iii)** aprovação do Laudo de Avaliação, conforme Proposta da Administração; e
**(iv)** alteração do artigo 5º, *caput*, do estatuto social da Companhia, bem como a sua consolidação, para refletir o novo capital social da Companhia, em razão do Aumento de Capital, nos termos da Proposta da Administração.

Documentos à Disposição dos Acionistas: A Proposta da Administração contemplando todos os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, inclusive o Manual para Participação na Assembleia Geral ("**Manual**"), contendo as propostas dos administradores para a Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta: (i) na sede da Companhia, na Av. Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, 12º andar, Torre A, Cidade Monções, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04571-936, e (ii) nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM. Informações para Participação dos Acionistas na Assembleia Geral: Considerando que a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, a participação dos acionistas ocorrerá por meio da Plataforma Digital, podendo o acionista, seu representante legal ou procurador devidamente constituído: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral. Para participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, os acionistas devem acessar a Página de Cadastro por meio do *link* <https://assembleia.ten.com.br/206547003> e realizar seu cadastro na Plataforma Digital, fornecendo todos os documentos e informações solicitados. **Os acionistas que não realizarem o cadastro completo na Plataforma Digital por meio do *link* da Página de Cadastro até o dia 24 de agosto de 2024 (inclusive) não serão admitidos na Assembleia Geral, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81**. As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas. As informações detalhadas acerca do processo a ser seguido pelos acionistas para participação e votação por meio da Plataforma Digital constam do Manual, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm). Apresentação de Documentos para a Participação na Assembleia Geral: Para participar na Assembleia Geral, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão encaminhar à Companhia os seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e **(iv)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como no Manual, que podem ser acessados nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

São Paulo, 16 de agosto de 2024
**Francisco Jose Morandi Lopez**
Presidente do Conselho de Administração

Corpo de Bombeiros Millitar
do Distrito Federal
Diretoria de Materiais e Serviços
Seção de Elaboração de Projetos
Básicos e Pedidos de Compras




**AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA BALIZAMENTO DE PREÇOS**

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e para o conhecimento público, solicita aos interessados proposta comercial para balizamento de preços, visando obter valor mais vantajoso à Administração Pública, cujo objeto é a pretendida CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA/SÍTIO VIRTUAL DE PRESCRIÇÃO DE EXERCÍCIOS E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DE PACIENTES. Os interessados poderão obter maiores informações sobre as especificações complementares, dentre outros, em até 15 (quinze) dias, a contar desta publicação, pessoalmente na Policlínica Médica (POMED), sito no SPS - Setor Policial Sul - Conjunto 3, Brasília DF, CEP 70610-209; por meio de solicitação no e-mail: pomed.fisioterapia@cbm.df.gov.br e/ou pelo Telefone (61) 3193-0231, durante o horário de expediente da Corporação que é das 13 às 19h de segundas às quintas-feiras e das 7 às 13h às sextas-feiras. Processo SEI nº 00053-00095968/2024-21.

**RENATO DE FREITAS MENDES - TEN-CEL. QOBM/COMB.**
Diretor de Materiais e Serviços
Matr. 1414786

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**
**AVISO DE ABERTURA**
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2024/SAAF/SEFAZ**
**PROCESSO SEFAZ-PRO-2024/06243 (SIAG 0006243/2024)**

A Secretaria de Estado de Fazenda vem a público informar a abertura da licitação em epígrafe, nos seguintes termos:
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado, sob demanda, de manutenção preventiva, corretiva e adaptações nos sistemas e equipamentos das instalações lógicas, elétrica e telefônicas, com fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos e todos os ferramentais necessários à execução dos serviços, para atender as unidades fazendárias da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso – SEFAZ/MT, conforme condições, quantitativo, especificações e exigências estabelecidos neste instrumento e seus anexos.
**LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA (S) NO SIAG:** Do dia 20/08/2024 até às 08:45h do dia 04/09/2024 (horário de Cuiabá-MT).
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 04/09/2024, às 09:00h (horário de Cuiabá-MT), 10:00h (horário de Brasília-DF) no Portal de Aquisições da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso - SEPLAG/MT, Link: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/**
**EDITAL DISPONIBILIZADO:** no Portal de Aquisições da SEPLAG/MT, por meio do Link: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/edlicitacoes/PropostaFornecedorEDLConsultaPageList.jsp**
**ESCLARECIMENTOS:** e-mail **licita@sefaz.mt.gov.br**
**TELEFONES PARA CONTATO:** (65) 3617-2036

Cuiabá-MT, 16 de agosto de 2024
**Paloma Michelle Diaz Lafoz Pinto Coelho**
**Pregoeiro Oficial**

INÊS 249



**EUA** Convenção em Chicago foi planejada para simbolizar transição para partido renovado, após a pressão que levou o presidente a sair da disputa

# Em reunião democrata, Biden marca 'passagem de bastão' a Kamala



(MIKE SEGAR/POOL VIA AP

Kamala, em aparição não prevista na convenção nacional, em Chicago, para fazer agradecimento público a Joe Biden

**Marcos de Moura e Souza e Roberto Lameirinhas**
De São Paulo

O presidente dos EUA, Joe Biden, preparou o discurso de encerramento do primeiro dia da Convenção Nacional Democrata, em Chicago, como um marco da "passagem de bastão" à sua vice-presidente, Kamala Harris. Um pouco antes da fala do presidente e em um ambiente planejado para simbolizar a renovação e a demonstração de unidade partidária, Kamala fez uma breve aparição para agradecer Biden por seu apoio.

Biden, de 81 anos, foi forçado a abandonar a disputa pela reeleição em razão da pressão dos "caciques" democratas — que temiam que ele não estivesse mais apto a enfrentar uma campanha com o rival republicano, o ex-presidente Donald Trump, e exercer mais quatro anos de mandato. Kamala, primeira mulher negra e de origem imigrante a se candidatar por um grande partido e com 59 anos, por seu lado, é apresentada como a face rejuvenescida do partido.

"Quero começar celebrando nosso incrível presidente Joe Biden", disse Kamala, em um comentário que, segundo a organização, não estava programado. "Obrigado por sua liderança histórica, por sua vida de serviço à nossa nação e por tudo o que você continuará a fazer. Somos eternamente gratos a você", disse Kamala.

A vice-presidente fará seu discurso formal de aceitação da indicação na quinta-feira à noite, no discurso que encerra a convenção.

Os elogios a Biden se seguiram também no discurso da ex-primeira-dama, ex-secretária de Estado e candidata derrotada à Presidência em 2016, Hillary Clinton. "Ele [Biden] trouxe dignidade, decência e competência de volta à Casa Branca e mostrou o que significa ser um verdadeiro patriota", disse ela. "Joe Biden tem sido um defensor da democracia em casa e no exterior. Ele não vai mandar cartinhas para ditador", acrescentou — em referência a uma carta enviada por Trump ao líder norte-coreano, Kim Jong-un.

Clinton, que falou por cerca de 15 minutos, foi ovacionada pela plateia que lotava a arena por quase dois minutos. "Há muita energia nesta sala, assim como em todo o país", disse ela.

Ela também homenageou as mulheres que lutaram pelo voto feminino e defendeu o direito ao aborto — uma questão embaraçosa para o rival Trump, que mantém posição dúbia sobre o tema para não perder os votos de eleitores religiosos nem dos ultraliberais que consideram a proibição da interrupção da gravidez uma afronta aos direitos individuais.

Enquanto os democratas se reuniam no United Center para a convenção que se estende até quinta-feira, centenas de manifestantes se reuniram em um parque próximo para pressionar o partido a abandonar o apoio militar americano à ofensiva de Israel em Gaza.

Os protestos pró-palestinos acrescentaram uma nota de incerteza no que provavelmente seria uma semana de comemoração, enquanto alguns da ala mais à esquerda do partido se mostravam mais irritados com o apoio do governo Biden às ações de Israel em Gaza. "Os democratas são os que estão no poder", disse Hatem Abudayyeh, um porta-voz de uma manifestação que atraiu centenas de participantes. "Nesse sentido, a guerra é deles. Eles [os democratas] são responsáveis por ela, são cúmplices e podem pará-la."

Por outra parte, Kamala chegou à convenção em meio a uma onda de otimismo histórica: sua campanha vem quebrando recordes de arrecadação de recursos, lotando arenas com apoiadores e virando pesquisas de opinião a favor dos democratas nos Estados que serão decisivos para uma vitória no Colégio Eleitoral. decisivos. Ontem, o candidato a vice-presidente na chapa da Kamala, o governador de Minnesota Tim Walz, foi recebido com gritos de "nenhum passo atrás", ao se reunir com delegados.

No entanto, um democrata proeminente alertou os colegas para os riscos do otimismo excessivo. "Nossos números são bem menos otimistas do que o que vocês estão vendo em público", disse Chauncey McLean, que chefia o Future Forward, um comitê que levantou centenas de milhões de dólares para ajudar a eleger Kamala.

O entusiasmo na sede da convenção, em Chicago, porém, parecia imparável. Diferentemente de um mês atrás, quando as pesquisas mostravam Trump à frente de Biden, Kamala hoje diminuiu essa diferença, tanto nacionalmente como também em muitos dos Estados-pêndulo, como a Pensilvânia, que serão decisivos na eleição.

## Recepção fria de plano põe Kamala na defensiva

**Martha Muir**
Financial Times, de Washington

Muitos democratas se apressaram em defender desde a semana passada os planos econômicos recém-lançados pela vice presidente e candidata à Presidência dos EUA, Kamala Harris, diante das críticas de que se resumiam a artifícios incapazes de combater a inflação.

A candidata apresentou suas ideias sobre a economia em um evento eleitoral na Carolina do Norte na sexta-feira. Prometeu proibir a exploração de preços pelas empresas e oferecer novas isenções de impostos para famílias e compradores de imóveis. Algumas das medidas, contudo, tiveram uma recepção fria de economistas e de aliados habituais dos democratas, o que complica a tentativa da vice-presidente de conquistar a confiança dos eleitores em questões econômicas e de custo de vida.

Uma pesquisa realizada na semana passada pela ABC News, "The Washington Post" e Ipsos e divulgada no domingo mostrou Kamala com uma vantagem de 6 pontos percentuais sobre o ex-presidente Donald Trump. No entanto, a pesquisa colocou Trump 9 pontos à frente no que se refere à confiança dos eleitores nas questões da economia e da inflação. Os números contrastam com a pesquisa FT/Michigan Ross realizada no início do mês, que mostrou que mais americanos confiavam em Kamala para lidar com a economia.

Já no domingo importantes aliados de Kamala foram a programas de TV ao longo do dia para defender as propostas. O governador de Kentucky, Andy Beshear, disse na CBS que as medidas tinham por objetivo "garantir que o capitalismo permaneça dentro dos limites". "Não é uma questão de tentar impor controles de preços, é apenas garantir que a economia esteja operando como deveria", disse.

O governador de Illinois, JB Pritzker, apareceu na CNN. "Você ouviu as empresas falarem sobre como aumentaram os preços até acima do que deveria ser pela inflação [...] então, não acho que seja irracional [Kamala] dizer que o governo federal deve fazer o que muitos Estados já fizeram, que é prestar atenção à exploração de preços".

Questionada pela NBC se as políticas de Kamala eram sensatas, a governadora de Michigan, Gretchen Whitmer, respondeu: "As pessoas estão interpretando além do que foi apresentado".

Em editorial, o jornal "The Washington Post" — que há décadas apoia os democratas para a presidência — escreveu que Kamala, "em vez de apresentar um plano substancial, desperdiçou o momento com artifícios populistas".

Jason Furman, que presidiu o Conselho de Assessores Econômicos na gestão de Barack Obama, disse ao "New York Times" que as medidas contra os abusos de preços "não são uma política sensata" e poderiam impactar a oferta. "Acho que a maior esperança é que isso acabe sendo muita retórica e pouca realidade. Não há vantagem aqui, e há alguma desvantagem", disse.

Kenneth Rogoff, professor de economia de Harvard, disse à CNN não acreditar que a exploração de preços por empresas tenha "tanto a ver assim" com a inflação. "Espero que ela volte atrás nesta questão; ela teve algumas boas ideias, algumas ideias mistas. Esta foi uma ideia horrível", disse.

Horas depois do anúncio do plano de Kamala, Trump criticou as ideias da vice-presidente durante um comício na Pensilvânia, um Estado-pêndulo, dizendo que ela estava defendendo um "controle comunista de preços" que levaria à "escassez de alimentos, racionamento, fome e inflação dramaticamente maior".

No entanto, o ex-presidente também enfrentou críticas de seu próprio partido por não se ater ao que supostamente deveria ser o foco. O governador de New Hampshire, Chris Sununu, disse à CNN que "praticamente qualquer outro candidato republicano estaria ganhando essa corrida por 10 pontos [...] quando se trata dessas questões econômicas".

## Trump usa foto falsa e sugere apoio de Swift

De São Paulo

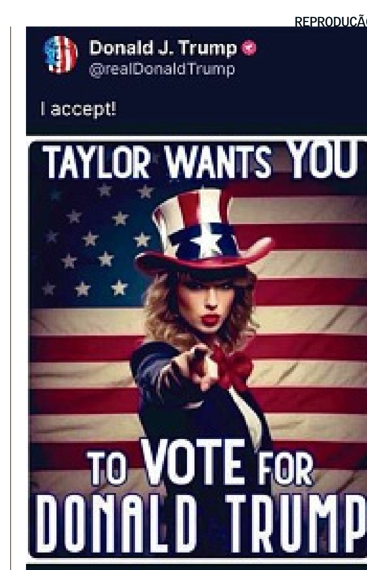
O ex-presidente Donald Trump compartilhou postagens nas redes sociais sugerindo que a cantora Taylor Swift apoia sua candidatura e que seus fãs poderiam ajudá-lo a vencer as eleições de novembro.

Em uma publicação na sua rede social, Truth Social, Trump chamou a atenção para um grupo de imagens que foram criadas com recurso a inteligência artificial. Uma delas mostrava Swift vestida de Tio Sam com a manchete: "Taylor quer que você vote em Donald Trump". Os outros retratavam uma multidão de mulheres jovens vestindo camisetas "Swifties for Trump".

"Eu aceito", escreveu Donald Trump em um post, aparentemente insinuando que recebeu o endosso de Swift.

Swift, que não endossou nenhum candidato até agora depois de apoiar Joe Biden em 2020, não respondeu imediatamente a um pedido de comentário para o "The New York Times" ontem.

A cantora chegou a criticar uma fala de Trump sobre os protestos que sucederam o assassinato de George Floyd em 2020.




REPRODUÇÃO

Postagem na rede social de Trump

## Blinken diz que Israel aceita trégua e pressiona Hamas

**Matthew Lee**
Associated Press, de Tel Aviv

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, disse ontem que Israel aceitou uma proposta para resolver diferenças com vistas a conseguir um cessar-fogo e a libertação de reféns em Gaza e pediu ao grupo terrorista Hamas que faça o mesmo. O secretário não indicou se a proposta atendia às preocupações do grupo palestino.

O anúncio foi feito por Blinken no encerramento de uma reunião de duas horas e meia com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. O secretário deve seguir para o Egito hoje. EUA, Egito e Catar passaram meses na tentativa de negociar um acordo, depois de o diálogo ter sido interrompido em muitas ocasiões.

Blinken não esclareceu se a proposta atende às exigências de Israel de manter o controle de dois corredores de importância estratégica dentro de Gaza – condição que o Hamas considera inegociável — e a outros assuntos que emperram as negociações há tempos.

"Em uma reunião extremamente construtiva hoje com o primeiro-ministro Netanyahu, ele me confirmou que Israel é a favor da proposta", disse Blinken aos jornalistas ontem. "O próximo passo importante é que o Hamas diga 'sim'."

Antes da reunião, Blinken já dissera que este é o momento de concretizar um acordo de cessar-fogo em Gaza que traga de volta os reféns israelenses do Hamas e leve algum alívio aos palestinos, que sofrem há mais de dez meses sob a ofensiva devastadora na Faixa de Gaza.

A visita de Blinken ao Oriente Médio, a nona desde o início do conflito, em outubro, começou poucos dias depois de os mediadores, inclusive dos EUA, manifestarem um otimismo renovado a respeito da possibilidade de que um acordo saia logo. Mas o Hamas já deixou claro seu profundo descontentamento com a última proposta e Israel avisou que há pontos em que não está disposto a ceder.

A viagem do secretário de Estado, realizada logo antes do início de uma nova rodada de negociações, prevista para esta semana no Egito, se dá em meio a temores de que o conflito possa se expandir para uma guerra regional mais generalizada, depois que Israel foi responsabilizado pelo assassinato de dois militantes de alto escalão no Líbano e Irã.

"Este é um momento decisivo, talvez a melhor oportunidade, talvez a última, para trazer os reféns de volta para suas casas, para concretizar um cessar-fogo e colocar todos em um caminho melhor na direção da paz e da segurança duradouras", afirmou Blinken no início de seu encontro com o presidente de Israel, Isaac Herzog, em Tel Aviv.

"Também é o momento de garantir que ninguém tome medidas que possam inviabilizar esse processo", disse ele, em referência ao Irã. "Por isso estamos trabalhando para que não haja uma escalada, para que não aconteçam provocações nem ações que nos impeçam de fechar este acordo ou, nesse sentido, para que o conflito não se alastre para outros lugares e com maior intensidade."

Herzog agradeceu a Blinken pelo apoio dos EUA a Israel e lamentou uma série de ataques contra israelenses nas últimas 24 horas.

"É dessa forma que vivemos nos dias de hoje", declarou Herzog. "Estamos rodeados pelo terrorismo e nos defendemos como uma nação forte e resiliente."

Os mediadores voltarão a se reunir esta semana no Cairo para tentar estabelecer um acordo para o cessar-fogo.

A guerra começou em 7 de outubro, quando militantes liderados pelo Hamas entraram em Israel e mataram cerca de 1.200 pessoas, a maioria civis, e fizeram 250 reféns. Acredita-se que 110 dos reféns ainda estejam em Gaza, embora as autoridades israelenses acreditem que um terço deles morreu. Mais de 100 reféns foram libertados em novembro, durante uma trégua de uma semana — a maior desde o início da guerra.

Segundo autoridades locais de saúde, a contraofensiva israelense em Gaza já causou a morte de mais de 40 mil palestinos, além de devastar grande parte do território.

O alto funcionário do Hamas, Osama Hamdan, disse que a declaração de Blinken "levanta muitas ambiguidades" porque "não é o que nos foi apresentado nem o que concordamos". Hamdan disse à agência Reuters que o Hamas já confirmou aos mediadores que "não precisamos de novas negociações de cessar-fogo em Gaza, precisamos de um mecanismo de implementação".

## Milionário do Reino Unido desaparece em naufrágio

De São Paulo

O empresário britânico da tecnologia Mike Lynch está entre os desaparecidos do naufrágio de um iate — que afundou ontem com 22 pessoas a bordo na costa da Sicília, na Itália. Uma violenta tempestade agitava as água da região na madrugada de ontem, quando a embarcação foi a pique.

Segundo "The Guardian", o fundador da Autonomy Corporation de 59 anos, e sua filha de 18 anos estão entre os quatro britânicos reportados como desaparecidos, enquanto sua esposa, Angela Bacares, foi resgatada.

Também estão desaparecidos dois americanos e um canadense. Enquanto isso, 15 pessoas foram resgatadas do iate, o Bayesian, por barcos da guarda costeira, incluindo uma criança de um ano.

Segundo o porta-voz do corpo de bombeiros da Itália, Luca Cari, um corpo foi encontrado. As autoridades italianas também afirmaram que mergulhadores dos bombeiros chegaram a 57 metros de profundidade e, pelas janelas da embarcação, viram cadáveres.



MICHAEL LIEDTKE/AP

Lynch, astro do setor de tecnologia

Lynch é co-fundador da Autonomy, uma empresa de software que se tornou uma das estrelas da cena tecnológica do Reino Unido e tem atuação internacional. Ele foi nomeado em 2011 para o conselho de ciência e tecnologia do então primeiro-ministro, David Cameron e foi eleito membro da Royal Academy of Engineering em 2008 e da Royal Society em 2014.

Valor ECONÔMICO

# Kamala e Trump duelam sobre economia em eleição apertada

A indicação de Kamala Harris para concorrer à Presidência dos Estados Unidos, após a desistência do presidente Joe Biden, reequilibrou a disputa entre os candidatos. Os democratas vinham perdendo terreno em todas as frentes com Biden e agora há disputa ponto a ponto tanto nas pesquisas gerais como nas dos seis Estados pêndulos, cuja votação varia entre os dois partidos, ao contrário do histórico dos demais. Serão decisivos para o resultado: Michigan, Wisconsin, Pensilvânia, Nevada, Arizona e Georgia. O desfecho ainda é imprevisível.

Pesquisa do Financial Times aponta que a esmagadora maioria dos americanos (80%) está preocupada com a marcha da inflação. A economia tem sido o principal tema de campanha do republicano Donald Trump, em especial a marcha dos preços, que atribui às políticas de Biden e de sua vice, Kamala. A inflação está caindo, mas em um ritmo mais lento do que gostariam os democratas para transformar em um trunfo eleitoral. Kamala não está apresentando um programa diferente daquele que abraça como vice de Biden, mas lançando outras ideias que seguem as linhas da atual administração, porém com ênfase nos trabalhadores e na classe média. "Trump luta pelos bilionários e grandes empresas, eu luto por devolver o dinheiro para os trabalhadores e a classe média", disse, ecoando uma bandeira tradicional da centro-esquerda do partido.

Kamala prometeu ampliar programas de assistência a famílias com recém-nascidos e crianças e um bônus de US$ 25 mil para os adquirentes da primeira moradia, além de US$ 40 bilhões ao longo do seu mandato para construtoras fazerem esses imóveis. A meta, de 3 milhões de imóveis ao longo de quatro anos, foi tida por analistas como decepcionante — os EUA constroem hoje 1,5 milhão de residências por ano.

Essas promessas podem ser relevantes, mas o discurso sobre a plataforma econômica na Carolina do Norte, realizado na sexta-feira, acendeu um sinal de alerta indesejável para a campanha. Kamala disse que era necessário refrear o ímpeto e o poder das empresas em reajustar preços, disse que terá maior vigilância sobre elas e deu sinais de que pretende coibir "preços abusivos". Não definiu como, mas a simples menção soa como heresia em um país onde reina um dos sistemas mais competitivos do mundo.

O discurso surpreendeu até membros de seu próprio partido. "Não é uma política sensível", afirmou Jason Surman, presidente do Conselho de Economistas do governo Barack Obama. Entre os economistas, provocou certa perplexidade. "É uma ideia horrível", disse Kenneth Rogoff, professor de Harvard. Para Trump, pode ter sido um prato cheio, transformando Kamala na "comunista total" que ele diz achar que ela é.

Os empresários estão divididos. Corte de impostos é uma música irresistível para eles, mas as tarifas e balbúrdias do mandato de Trump não deixam boas lembranças. Kamala tem a seu favor os programas do governo Biden: protecionismo, produção doméstica de bens de tecnologia, como semicondutores, incentivo a tecnologias verdes, com subsídios substanciais em todas essas áreas. Se a arrecadação de campanha é uma prova do apoio de quem tem dinheiro, há receptividade — ela amealhou US$ 200 milhões na primeira semana. Dinheiro não falta a Trump, que até julho coletara US$ 400 milhões.

Os planos econômicos de Trump são volúveis — estão em sua própria cabeça e mudam com os dias de campanha. Há a ideia predominante de novo corte de impostos para empresas e de um tarifaço não apenas para produtos da China — tarifas elevadas a 60% —, como também dos países amigos: 10% sobre todos e, nos últimos dias, 20%, de acordo com o candidato. O republicano não gosta da autonomia do Federal Reserve, como já demonstrara nas escaramuças com Jerome Powell na eleição de 2019. Ele insinuou que quer ser consultado antes das decisões de política monetária e que pode abreviar o mandato de Powell, que vai até 2026. Trump achou também que tem uma solução para o alto preços das moradias e dos aluguéis no país — a expulsão em massa dos imigrantes. Prometeu colocar para fora do país mais de um milhão de pessoas.

O Comitê por um Orçamento Federal Responsável, uma ONG que se dedica ao tema, fez um cálculo sobre o que as propostas dos candidatos representariam para o elevado déficit público americano de US$ 34 trilhões, cerca de 120% do PIB. As propostas feitas até agora por Kamala aumentariam a dívida pública em US$ 1,7 trilhão em dez anos. As de Trump, sempre supondo que sejam executadas, custariam US$ 7 trilhões em dívidas.

Para além da economia, a plataforma antidemocrática de Trump o impede de ir além das pessoas que já cativa. A entrada em cena de Kamala deu um nó em sua campanha, que ainda não encontrou uma forma de melhor atacá-la, afora os xingamentos habituais. As promessas de anistia para os fanáticos que invadiram o Capitólio em 6 de janeiro reforçam sua imagem de radicalismo, assim como a promessa de vingança contra investigadores que foram indicados para seus processos judiciais. Só os eleitores dirão se isso importa muito.

GRUPO GLOBO

**Conselho de Administração**
**Presidente:** João Roberto Marinho

**Vice-presidentes:**
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
**é uma publicação da Editora Globo S/A**

**Diretor Geral:** Frederic Zoghaib Kachar

**Diretora de Redação:** Maria Fernanda Delmas
**Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit**

**Editor-executivo de Opinião**
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
**Editores-executivos**
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
**Sucursal de Brasília**
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
**Sucursal do Rio**
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
**Editora do Núcleo de Política e Internacional**
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
**Editora do Núcleo de Finanças**
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
**Editora do Núcleo de Empresas**
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
**Editora de Tendências & Tecnologia**
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
**Editor de Brasil**
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
**Editor de Agronegócios**
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

**Editor de S.A.**
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
**Editora de Carreira**
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
**Editor de Cultura**
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
**Editor de Legislação & Tributos**
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
**Editora Visual Multiplataformas**
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
**Editora Valor Online**
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
**Editora Valor PRO**
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
**Coordenador Valor Data**
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
**Editora de Projetos Especiais**
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
**Repórteres Especiais**
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
**Correspondente internacional**
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
**Correspondentes nacionais**
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

**VALOR INVESTE**
**Editora**: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

**PIPELINE**
**Editora**: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

**VALOR INTERNATIONAL**
**Editor**: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

**NOVA GLOBO RURAL**
**Editor-executivo**:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

**Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais** Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
**Valor Econômico** Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

**Departamentos de Publicidade Impressa e On-line**
**SP:** Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
**Legal SP** 0 xx 3767 1323
**Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
**Sucursal de Brasília** SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
**Sucursal do Rio de Janeiro** Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

**Publicidade - Outros Estados**
**BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.** Tel./Fax: (71) 3043-2205
**MG/ES - Sat Propaganda** Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
**PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização** Tel./Fax: (41) 3019-3717
**RS - HRM Representações** Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
**SC - Marcucci & Gondran Associados** Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
**Aviso:** o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%




Governos têm dívida pública alta e parcerias público-privadas se tornarão cada vez mais atraentes. Por **Aitor Jauregui**

# Infraestrutura, chave para o desenvolvimento

O mundo enfrenta desafios significativos que exigem uma nova abordagem para o desenvolvimento de infraestrutura. A transição para uma economia de baixo carbono, o realinhamento das cadeias de suprimentos, as mudanças demográficas e a urbanização acelerada impulsionarão transformações em todo o setor.

No estudo da BlackRock "The New Infrastructure Blueprint", destaca-se a urgência em atender às novas demandas, que vão desde super baterias até modernos centros logísticos e aeroportos. Além disso, Larry Fink, CEO e presidente da BlackRock, recentemente ressaltou as necessidades significativas de infraestrutura para a Inteligência Artificial (IA), incluindo data centers e fábricas de semicondutores, essenciais para o consumo elevado de eletricidade pela IA.

No início de 2024, a BlackRock anunciou sua intenção de adquirir a Global Infrastructure Partners (GIP), sujeita a aprovações regulatórias. Essa aquisição, prevista para ser concluída no terceiro e quarto trimestre deste ano, visa criar a principal empresa de investimento em infraestrutura do mundo, aumentar o acesso para investidores e promover mudanças positivas no cenário global de infraestrutura, impulsionando crescimento econômico, sustentabilidade e inovação.

A importância de priorizar o desenvolvimento de infraestrutura é evidente. De acordo com o BlackRock Investment Institute (BII), o investimento anual em energia deve aumentar de US$ 2,2 trilhões para US$ 3,5 trilhões até 2030 e atingir US$ 4,5 trilhões até a década de 2040. Grande parte desse capital será alocada a projetos-chave para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, como a construção de parques eólicos, usinas solares e redes de transmissão de alta capacidade. Políticas governamentais, mudanças nas prioridades corporativas, avanços tecnológicos e novas preferências dos consumidores também impulsionarão essa transformação.

A BlackRock está trabalhando para criar oportunidades de financiamento de transição para mercados emergentes. Por exemplo, por meio de nosso fundo climático, o Climate Finance Partnership (CFP), já investimos no Quênia, Filipinas, Tailândia e Malásia. Além disso, no final de 2023, anunciamos um acordo definitivo para adquirir uma participação minoritária substancial na Brasol, empresa líder em energia solar no Brasil que desenvolve infraestrutura crítica de transição energética, incluindo energia renovável, subestações e equipamentos de mobilidade elétrica.

Esse investimento visa acelerar o fluxo de capital para infraestrutura como parte da transição climática, sendo o primeiro investimento do fundo no mercado privado na América Latina. No Brasil, o setor de energia apresenta um enorme potencial para a CFP. Como um dos mercados de energia solar que mais cresce e com um dos ecossistemas naturais mais importantes do mundo, o país oferece oportunidades significativas de crescimento econômico, investimento, criação de valor e impacto ambiental positivo.

A pandemia de covid-19 expôs a fragilidade das cadeias de suprimentos globais, impulsionando um movimento estratégico para aproximar a produção dos mercados consumidores, uma prática conhecida como nearshoring. Essa tendência está beneficiando países ao redor do mundo, incluindo o México, que se destacou como um centro de manufatura devido à sua proximidade com os Estados Unidos. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o investimento estrangeiro direto (IED) no México atingiu aproximadamente US$ 44 bilhões em 2023, um aumento significativo em relação aos US$ 35 bilhões registrados em 2022. Esse valor é o mais elevado desde 2015, refletindo uma tendência positiva contínua e a crescente influência do nearshoring nos fluxos de investimento estrangeiro.


PIXABAY

Para capitalizar a oportunidade do nearshoring, investimentos em transporte, telecomunicações e logística são essenciais, conforme destacado no relatório "Nearshoring in Mexico" de Mayer Brown. No Brasil, a importância estratégica é evidente devido ao seu significativo mercado consumidor e robusta capacidade industrial. O país pode alavancar sua posição econômica para se beneficiar do realinhamento das cadeias de suprimentos globais. Investimentos em infraestrutura permitirão ao Brasil modernizar essas cadeias, desenvolver novas redes de transporte e aprimorar os centros logísticos, posicionando-o para maior crescimento econômico e oportunidades de comércio internacional.

Olhando para o futuro, a população global deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas até 2050, de acordo com as Nações Unidas. Esse crescimento será mais evidente nos mercados emergentes, enquanto os países desenvolvidos enfrentarão uma redução na população em idade ativa. A urbanização também continuará a moldar a demanda por infraestrutura, com 70% da população mundial devendo viver em áreas urbanas até 2050, segundo o Banco Mundial. O crescimento populacional e a expansão das cidades exigirão melhorias significativas na infraestrutura, desde eletricidade e telecomunicações até sistemas de água e saneamento.

Diante desse cenário, os governos sozinhos, não conseguem financiar toda a necessidade de novos investimentos em infraestrutura, especialmente devido ao aumento da dívida pública. A dívida global triplicou desde meados da década de 1970, atingindo 92% do PIB mundial, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No caso dos Estados Unidos, a dívida nacional já ultrapassa US$ 34 trilhões. Em um artigo recente publicado no Financial Times, Larry Fink enfatizou a importância de uma agenda de crescimento global, na qual o capital privado desempenha um papel crucial na construção da infraestrutura necessária para o desenvolvimento.

Nesses cenários, o capital privado torna-se uma solução viável e necessária. Os investidores privados, liderados por grandes fundos de pensão e fundos soberanos, são atraídos pela estabilidade e pelos retornos potencialmente protegidos contra a inflação dos ativos de infraestrutura.

Assim, as parcerias público-privadas (PPPs) se tornarão cada vez mais atraentes. Os investidores têm a oportunidade de participar da transformação da infraestrutura essencial, alavancando avanços tecnológicos, mudanças regulatórias e uma demanda crescente por projetos de alto crescimento. Seja por meio de colaborações governamentais, criação de joint ventures ou estruturas de dívida sob medida, o capital privado desempenha um papel fundamental no avanço do desenvolvimento social.

O Brasil, como outros mercados emergentes, está em uma posição única para se beneficiar dessas tendências globais. Investir em infraestrutura não apenas atende às necessidades imediatas de crescimento, mas também posiciona estrategicamente o país para o futuro. A colaboração entre governos e capital privado será fundamental para aproveitar essas oportunidades e superar os desafios estruturais enfrentados atualmente.

**Aitor Jauregui** é Head da BlackRock América Latina.

# De volta ao PIB potencial

**Mário Mesquita**



Em coluna anterior ("Sobre o pessimismo crônico", publicada em junho de 2023), levantei a hipótese de que os sucessivos erros de projeção, subestimando o crescimento da economia brasileira, poderiam refletir limitações dos modelos utilizados. Assim, uma subestimação do crescimento potencial seria resultante dos efeitos cumulativos e defasados das reformas aprovadas desde 2016. Minha conclusão era de que as evidências até então disponíveis não permitiam descartar essa hipótese. Não se trata necessariamente de dizer que o Brasil se tornou uma economia muito dinâmica, mas que talvez tenha se tornado uma menos letárgica.

Admito que essa visão, até o momento, é francamente minoritária. Noto, também, que não se pode excluir a possibilidade de que o PIB potencial não tenha mudado em vários anos, mas teria sido apenas subestimado antes, e agora estaria sendo superestimado (por uma minoria de economistas). No entanto, na última edição do Relatório Anual do FMI sobre o Brasil, os economistas da instituição apresentaram uma revisão da estimativa de PIB potencial, de 2% para 2,5%, como resultado das reformas aprovadas na segunda metade dos anos dez, destacando a trabalhista de 2017. Vale lembrar que o Fundo, que chegou a prever uma queda do nosso PIB de 9% no pior momento da pandemia, não tem um histórico de otimismo em relação ao Brasil.

Mais importante, as possíveis boas notícias não param aí. Os economistas do FMI avaliam que outros desenvolvimentos podem elevar ainda mais o PIB potencial no médio e longo prazo. Em primeiro lugar, eles destacam os efeitos da reforma tributária, que, em sua avaliação, poderia elevar o crescimento anual entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais — seja pela mudança do regime de taxação de insumos, que deveria elevar o investimento das empresas, por meio da redução de distorções, ou por meio da redução da complexidade e litigiosidade do regime tributário. A análise do Fundo reconhece que a transição pode retardar o impacto da reforma, e amortecê-lo parcialmente, mas o tom da análise é claramente positivo.

Outro fator que poderia, na visão do FMI, impulsionar de forma relevante o crescimento, seria o aumento da produção de petróleo e gás natural. O Fundo cita o trabalho de uma consultoria especializada que vislumbra um aumento da produção de 56% entre 2023 e 2031, o que tornaria o país o quarto maior produtor mundial — atrás de Estados Unidos, Arábia Saudita e Rússia. Essa expansão, na avaliação dos economistas do FMI, adicionaria mais 0,2% ao crescimento do PIB entre 2024 e 2031.

Outras reformas, como integração comercial, melhorias no ambiente regulatório e governança, poderiam impulsionar ainda mais o crescimento brasileiro. Somando todos os efeitos, poderíamos ter, então, uma tendência de crescimento em torno de 3,5%. Enfim, o FMI entrou no minoritário campo menos pessimista quanto ao crescimento potencial brasileiro.

Sobre esse debate, vale observar, também, que o ceticismo sobre o impacto das reformas no PIB potencial contrasta com uma visão geralmente muito positiva sobre o impacto das reformas quando estas são consideradas isoladamente. É difícil encontrar avaliações negativas, entre os economistas profissionais, da reforma trabalhista, substituição da TJLP pela TLP, do marco do saneamento básico, da lei dos distratos, do marco legal da securitização, entre outras, além de inovações transformacionais, como o PIX. No entanto, algo se perde na agregação, e a avaliação positiva de uma ampla série de reformas não se traduz, na visão dominante, em uma opinião mais favorável sobre a evolução da produtividade e do crescimento potencial.

**O PIB potencial pode ter crescido, mas está provavelmente abaixo dos 3% anualizados do primeiro semestre**

Dada a nova surpresa positiva com respeito à evolução do PIB, que caminha para expandir algo como 2,5% a 3% em 2024, ante expectativas de mercado que estavam em 1,5% no início do ano, o certo é que o debate sobre o PIB tendencial deve continuar. Sigo achando que a hipótese de que tenha ocorrido certo aumento do PIB potencial não pode ser descartada, ainda que não possa ser dada como certa. Uma ressalva importante é que a pandemia foi um choque de tal magnitude que todas as estimativas devem ser vistas com um grau adicional de cautela.

Um contra-argumento relevante, talvez o mais importante, é que a taxa de investimento não apresentou grande elevação nos últimos anos, a despeito de uma série de reformas que deveria ter melhorado o ambiente de negócios. O desempenho um tanto decepcionante do investimento pode ter várias explicações. Em primeiro lugar, a citada pandemia. Em segundo, a incerteza gerada pelo próprio processo de reformas, notadamente as dores da transição da reforma tributária. Outro fator é o crescimento da dívida pública, o qual, dadas as dificuldades políticas em conter a expansão dos gastos, implica eventual aumento da já elevada carga tributária — uma nova versão da antiga hipótese de "debt overhang", dos anos 1980. É evidente que a perspectiva de um eventual choque arrecadatório, sempre presente, dadas as resistências ao controle de despesas, não há de incentivar o investimento privado.

Em suma, pode-se reconhecer que existe muita incerteza sobre estimativas do crescimento potencial e do impacto, ainda que provavelmente positivo, das reformas sobre ele. O PIB potencial pode ter aumentado, mas ele provavelmente ainda está abaixo do ritmo registrado no primeiro semestre — cerca de 3%, em termos anualizados. Em consequência, não seria prudente tomar decisões de política econômica com base nesses cenários mais otimistas.

*Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco*

---

Mundo não tem como escapar de uma economia dos EUA sem âncora. Por **Chris Giles**

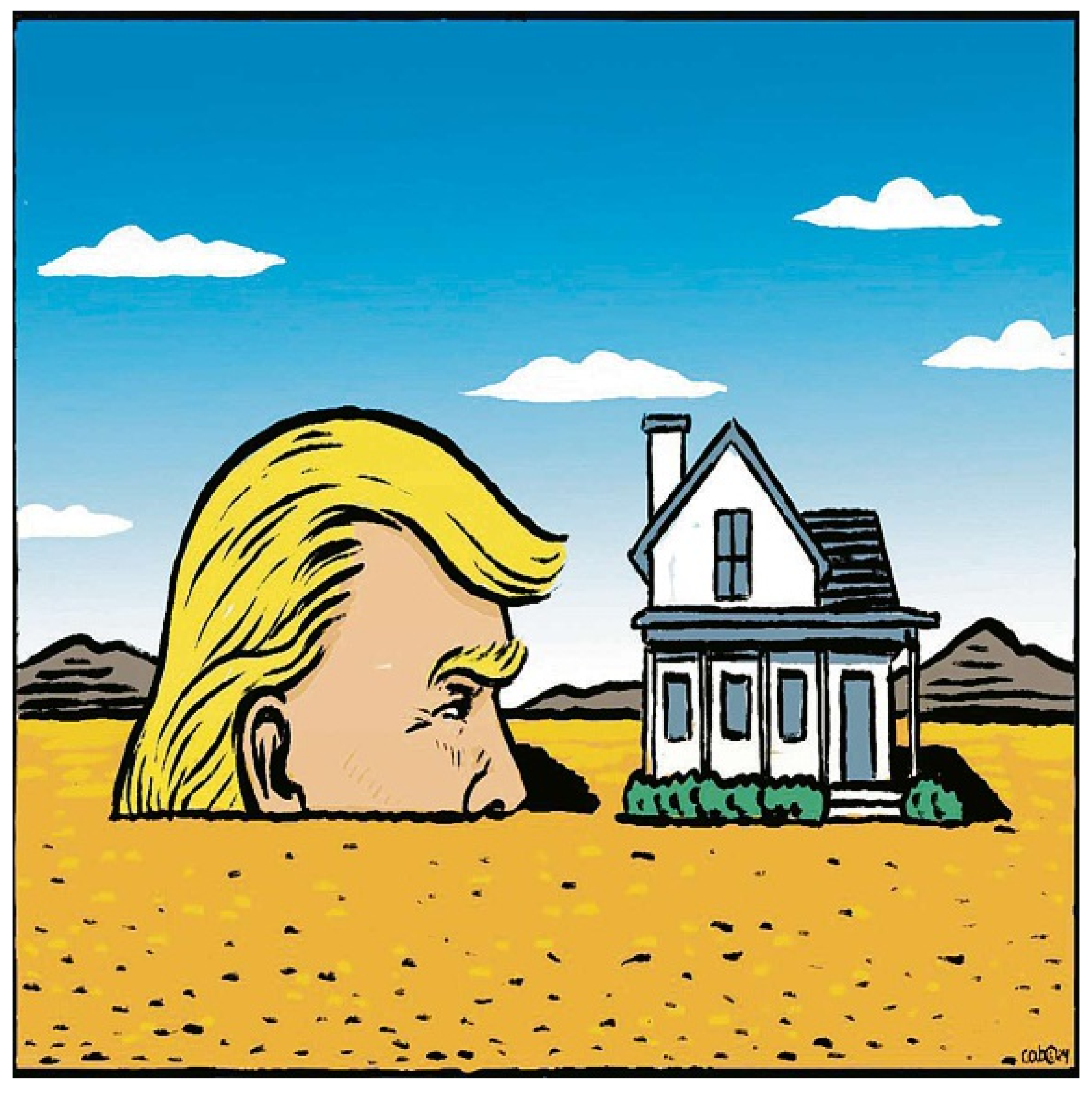
# Há motivos para tensão nos mercados

Os mercados acionários internacionais acabam de ter sua melhor semana desde novembro, depois de os investidores terem deixado de lado as preocupações do início de agosto quanto a uma recessão nos Estados Unidos e à taxa de câmbio do iene. No entanto, não houve muita mudança substancial que justificasse a recuperação nem, na verdade, a forte queda do início do mês. O que isso demonstra, além do magro volume dos mercados financeiros no verão americano, é a profunda incerteza sobre a economia do mundo pós-pandemia e as perspectivas à frente.

Tanto nas economias avançadas quanto nas emergentes, a inflação melhorou, mas ainda permanece um pouco alta demais; o desemprego é baixo em termos gerais; as taxas de crescimento não têm a mesma tendência para todos; e as contas públicas já estavam sobrecarregadas mesmo antes da inclusão dos custos das tensões geopolíticas e do envelhecimento médio populacional. Não são as condições ideais para a estabilidade, algo que exigiria uma âncora conhecida, que delineie um patamar de repouso para taxas de juros reais capazes de estabilizar a inflação com pleno emprego.

Nas duas primeiras décadas deste século, os mercados financeiros levaram em conta em seus preços taxas de juros reais e nominais de longo prazo cada vez mais baixas, necessárias para compensar o excesso de poupança asiática, a crise financeira mundial, a baixa produtividade e o crescimento populacional, a consolidação orçamentária e a baixa inflação. Muitos desses fatores básicos da economia mundial persistem, mas foram contrabalançados por temores quanto aos repetidos choques, às cadeias de suprimentos internacionais frágeis e ao ocasional excesso de demanda, que resultaram em um mundo potencialmente mais inflacionário e marcado por grandes incertezas.

Segundo um estudo do Goldman Sachs, os mercados financeiros agora preveem a necessidade de taxas de juros de longo prazo mais altas para estabilizar as economias, embora sejam poucos os que devem estar confiantes de que essa avaliação do mercado vai durar. Uma certeza maior é a segunda constatação do estudo: que os países poderiam melhorar seus próprios custos reais de financiamento de longo prazo adotando políticas eficazes de estabilização econômica. Manter a inflação baixa e estável e melhorar os déficits em conta corrente foram um caminho para o sucesso econômico relativo.



**Quando a escolha é entre um candidato que, no sistema de mercado, atribui a culpa pela inflação aos excessos empresariais e à exploração; e outro que confia em seus próprios instintos à custa do que é mostrado por décadas de experiência, há grande espaço para incertezas**

Embora o Goldman Sachs tenha chegado a esses resultados comparando as taxas de juros reais de longo prazo de países com as dos EUA, não é descabido supor que o que é bom para os outros também interessa aos EUA e ao resto da economia mundial. Uma boa política econômica nos EUA reduz o custo real dos empréstimos mundiais, sustenta um maior crescimento econômico e melhora a vida das pessoas. Portanto, é possível dizer, sem correr o risco de exagerar, que a eleição presidencial dos EUA é de alta importância tanto para os EUA quanto para outros países.

Enquanto Kamala Harris se prepara para aceitar a nomeação do Partido Democrata nesta semana, ela tem delineado sua plataforma econômica. Kamala expressou um apoio enfático à independência do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) para cumprir seu duplo mandato de máximo emprego e estabilidade de preços. Também anunciou a ambição de eliminar empecilhos à construção de moradias. No entanto, essa medida não é tudo isso o que parece. Prometer que ela vai assegurar a construção de 3 milhões de casas "acessíveis" para a classe média em quatro anos foi decepcionante pela timidez. Os EUA construíram 6 milhões de unidades habitacionais desde 2020. Hoje, a taxa anualizada de conclusão é de 1,5 milhão de moradias por ano.

Assim como os indicados democratas em todas as eleições presidenciais, Kamala quer taxar mais os muito ricos e usar os recursos para aliviar o fardo sobre as famílias de classe média, em especial aquelas com filhos. Se isso vai ser possível, vai depender do equilíbrio de poder no Congresso.

Mais preocupante é a escolha dela de flertar com o populismo econômico de esquerda. Suas declarações vagas sobre medidas que seriam equivalentes a controles de preços em supermercados e controles de aluguéis representam um perigoso triunfo da "esperança" sobre a longa experiência de fracassos que esta costuma carregar consigo. Também é possível interpretar as palavras dela como uma determinação para lutar contra práticas anticompetitivas valendo-se das ferramentas existentes de estímulo à concorrência de mercado, mas o fato de ela ter optado por manter a ambiguidade é preocupante.

Os riscos de uma presidência de Kamala são insignificantes em comparação aos de Donald Trump, se ele for reeleito. O ex-presidente deixou claro que deseja ter voz nas deliberações de política monetária porque estas devem se basear na "intuição" e que isso é algo que ele tem. Como Trump sempre foi a favor de juros baixos quando esteve no poder e não queria ver cortes nas taxas antes da eleição de novembro, o controle da inflação dos EUA estará definitivamente em jogo nestas eleições.

Mais do que isso, seu populismo econômico se estende a conceitos bem compreendidos e refutados, como o fato de que tarifas de importação mais altas impactariam os consumidores dos EUA e elevariam ainda mais os preços. Na semana passada, defender "tarifas de 10% a 20% sobre países estrangeiros que têm nos enganado há anos" representou um perigo para a economia americana e mundial. Com os republicanos muito mais interessados em cortar impostos do que em controlar gastos, ninguém pode ter certeza quanto à estabilidade econômica dos EUA sob uma presidência de Trump, mesmo que muitos dos instintos dele possam ser freados pelo Congresso.

Quando a escolha é entre um candidato que, dentro de um sistema de mercado, atribui instintivamente a culpa pela inflação aos excessos empresariais e à exploração; e outro que confia em seus próprios instintos e teorias de estimação à custa do que é mostrado por décadas de experiência, não é surpresa que os mercados financeiros estejam tensos.

O quadro pós-eleitoral é altamente incerto, não apenas em relação a quem vencerá, mas também no que se refere ao que eles tentarão implementar; e se terão o poder legislativo para fazê-lo. É provável que haja mais volatilidade nos próximos meses. Se você está pensando que nada disso soa tranquilizador, você está certo. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

*Chris Giles é comentarista econômico do Financial Times.*

---

## Frase do dia

A função do Banco Central é ser o chato na festa. Quando a festa está ficando legal, pede para os outros abaixarem o volume".

**Do diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, ontem**

## Cartas de Leitores

**Banco Central**

Na sexta-feira, 16, o presidente Lula disse que o novo presidente a ser indicado para o Banco Central (BC) tem de ter "coragem" para cortar ou aumentar os juros (Selic). E o nome que vai indicar para substituir Roberto Campos Neto, que encerra seu mandato em 31 de dezembro, deve ter caráter, muita seriedade e muita responsabilidade, sem dever favor ao Planalto. E que precisa ter compromisso com o povo brasileiro.

Ora, por que, com todos esses mesmos predicados citados acima pelo Lula, o atual presidente do BC, Campos Neto, durante 19 meses de gestão petista foi duramente criticado, e ofendido por Lula? Se o presidente fosse um estadista teria condecorado Campos Neto, por ter sido, como visionário foi, o primeiro presidente de BCs do mundo a elevar juros. Seu compromisso foi sempre com o povo brasileiro e não com o Planalto. Campos Neto, com o início da pandemia da covid, previu, como ocorreu, que poderia faltar importantes insumos pelo mundo, e elevar a nível insuportável a nossa inflação. Mas a insensatez que permeia as atitudes de Lula, que não aceita um BC autônomo, como felizmente é o nosso, preferiu descer o nível institucional só porque não pode fazer do presidente do BC figura decorativa ao Planalto.

**Paulo Panossian**
paulopanossian@hotmail.com

**Venezuela**

Ao baú de sandices recentemente pronunciadas sobre a Venezuela, Lula da Silva acaba de lançar a mais enigmática de todas, a de que lá vigora, não uma ditadura, mas um "regime desagradável". Ainda no muro sobre a ópera bufa representada naquele país pela últimas eleições, emoldurada por fraudes comprovadas nas apurações e pelas milhares de prisões em cadeias de segurança máxima dos participantes de protestos em praça pública provocados pelos resultados, conforme anunciado pelo próprio ditador, o mandatário brasileiro tenta descobrir eufemismos para qualificar, de acordo com seu dicionário particular, os absurdos autoritários que ocorrem no país vizinho.

A verdade é que Lula já está cansando, ao considerar, cada vez mais, a sociedade brasileira como constituída por uma massa de néscios.

**Paulo Roberto Gotaç**
pgotac@gmail.com

**Silvio Santos**

Silvio Santos, certamente dentre tantos legados de impulso ao entusiasmo público, deixará a marca do pioneirismo em abrir espaço à comunidade LGBT em seus quadros televisivos de animação e cultura. Muitos travestis, transformistas e drag queens tiveram oportunidades em mostrar seus trabalhos artísticos nessa vitrine global e democrática que é a mídia televisiva, numa visibilidade nunca antes vista. Algo que ajudou muita época ao combate ao preconceito.

**Célio Borba**
celioborba@cwb@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

**Ambiente** Secretário da Fazenda responsável pela agenda ecológica critica acréscimos em projeto de lei sobre eólicas offshore e vê impacto enorme para consumidor de energia

# Incentivo a programa de hidrogênio de baixo carbono será 'cirúrgico", diz Dubeux

**Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana**
De Brasília

Objeto de uma lei sancionada no último dia 2, o programa brasileiro para o hidrogênio de baixo carbono é um exemplo da nova política de desenvolvimento que o governo quer implementar. Nela, os incentivos fiscais são pequenos, "cirúrgicos", limitados no tempo e atrelados a critérios de eficiência. A subvenção será leiloada, privilegiando projetos maduros e menos dependentes da ajuda governamental. Os beneficiados terão, necessariamente, que desenvolver a cadeia produtiva no país.

"Temos que ter uma política industrial que não seja simplesmente para proteger um setor que não tem mais capacidade de competir, e sim uma política industrial que impulsione nossa capacidade tecnológica e produtiva nessas áreas que têm potencial de futuro no longo prazo", disse em entrevista ao **Valor** o secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, um dos responsáveis pela agenda de transformação ecológica.

Ele cita a lei do hidrogênio para afirmar que a agenda da sustentabilidade não está parada no Legislativo. A pauta verde, inclusive, será tema de um pacto entre os três Poderes da República, que deve ser formalizado na quarta-feira (21), em evento no Palácio do Planalto. Há 26 medidas previstas e deve ser criado um comitê gestor conjunto, que acompanhará a implementação de cada uma das ações. O secretário, contudo, preferiu não falar do pacto, já que o lançamento ainda vai acontecer.

Outro avanço na agenda, disse, é a lei que regula as debêntures de infraestrutura, de 2023. Nela, projetos que utilizam petróleo e carvão foram impedidos de ter acesso ao incentivo fiscal associado a esses papéis. Em contrapartida, projetos em áreas novas e verdes passaram a ser beneficiados.

Dubeux acredita que o Brasil poderá deixar como legado de sua presidência no G20 o anúncio do Tropical Forest Forever Facility (TFFF), atualmente em negociação. Trata-se de um fundo que financiará a preservação de florestas — algo que está fora do escopo do mercado de créditos de carbono. Com isso, avalia o entrevistado, pode ser atendida uma demanda "legítima" do agronegócio brasileiro.

O governo mantém diálogo com o Congresso para tentar avançar com o projeto de lei que trata do mercado de carbono. No caso das eólicas offshore, o texto recebeu um conjunto de enxertos que tratam de outros temas e que elevam fortemente a conta de luz para o consumidor.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Hidrogênio verde**

O projeto sancionado pelo presidente é um marco, porque traz clareza regulatória: quem regula, quem autoriza, como é que funciona o processo do hidrogênio no Brasil. Isso era uma zona cinzenta. Traz um modelo de certificação voluntária. E a terceira parte, que acabou gerando um certo tumulto no Legislativo no final, são os incentivos para a indústria do hidrogênio. São temporários, focados, desenhados de maneira a incentivar a eficiência e o desenvolvimento tecnológico.

**R$ 18 bilhões para o hidrogênio**

Esse valor [de incentivo] é o teto para cinco anos. Pode ser menor. E não achamos que não pode haver mais nenhum incentivo [fiscal no país]. O problema é que [nos últimos anos] houve descontrole no volume. Trabalhamos para revisar esse volume e garantir que os que existirem serão focados num desenho de país que queremos construir para o longo prazo. Eu diria até que é um modelo para outros incentivos: com "phasing out", para dar um impulso inicial, com foco em desenvolvimento de tecnologia e adensamento tecnológico. Diferente do que tivemos no passado recente: incentivos que se eternizam e não têm nenhum padrão de eficiência.


GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

"O Brasil, segundo vários estudos, pode ter o hidrogênio de baixo carbono mais barato do mundo, ou um dos mais baratos. Temos chances de liderar essa indústria aqui"
*Rafael Dubeux*

**Desenvolvimento de cadeias**

O que estamos definindo é usar incentivos cirúrgicos. Não incentivos generalizados, com foco em simplesmente importar equipamentos para produzir hidrogênio e exportar. Queremos desenvolver as cadeias produtivas vinculadas ao hidrogênio. Então, em vez de exportamos o hidrogênio para descarbonizar a siderurgia europeia, podemos colocar isso na siderurgia aqui no Brasil, e exportar o aço verde, ou um fertilizante verde. No caso do hidrogênio, temos uma janela de oportunidade global. O Brasil, segundo vários estudos, pode ter o hidrogênio de baixo carbono mais barato do mundo, ou um dos mais baratos. Temos chances de liderar essa indústria aqui.

**Subsídio será leiloado**

Adensamento tecnológico é um dos critérios para alocação do subsídio. O crédito financeiro será alocado num leilão. Não é simplesmente chegar primeiro e ter a garantia de uma subvenção de "x" reais. Vamos dar uma subvenção por meio de leilão, que no fundo é: quem precisa de menos subsídio para colocar um projeto de pé. É um tema que gerou muito debate lá no Senado, mas foi aprovado. Quem precisar de menos [subsídio] é quem vai ganhar o leilão. É uma nova forma de alocar um incentivo tributário.

**Debêntures de infraestrutura**

Antes, tínhamos as debêntures incentivadas, que davam um incentivo para o comprador. No ano passado, foi aprovado um novo modelo, chamado de debênture de infraestrutura, que dá o incentivo para o tomador. Isso ampliou o volume de potenciais compradores. Mudamos os critérios de elegibilidade dos projetos que podem entrar. Pelo modelo anterior, projetos de petróleo e de carvão, por exemplo, eram elegíveis. Deixaram de ser. Essa é uma mudança muito substancial. Em compensação, acrescentamos alguns setores que são centrais para a transformação ecológica, entre os quais hidrogênio, captura de carbono, projetos de renováveis, incluindo armazenamento de energia e ampliação da produção de minerais críticos.

**Fundo Clima**

Fizemos a primeira emissão dos títulos soberanos sustentáveis no ano passado, levantamos US$ 2 bilhões. Em maio deste ano houve uma segunda emissão, de US$ 2 bilhões, captados com a taxa um pouco menor do que a do ano passado. Esse volume de recursos foi alocado no Fundo Clima, que é gerido pelo BNDES, e já está desembolsando um volume muito expressivo de recursos para projetos ligados à transformação ecológica, com taxas de juros bem mais baratas do que tem disponível no mercado, e sem precisar de subsídio. Ao longo dos últimos anos, o Fundo Clima desembolsava algo como R$ 200 milhões por ano. Agora tem um volume de R$ 10 bilhões. É um aumento de 50 vezes.

**Nova emissão verde**

A emissão dos títulos soberanos sustentáveis é um programa. Então, a ideia é que todo ano tenha uma ou duas captações. O momento exato depende da avaliação da equipe técnica do Tesouro. Temos agora uma tendência forte de haver uma queda da taxa de juros dos Estados Unidos em setembro. Isso tudo vai melhorando, ampliando a liquidez do mercado e vai ser observado para encontrarmos o momento de fazer uma nova captação. A ideia é ter um programa de captação, para todo ano alocar algo da ordem de R$ 10 bilhões no Fundo Clima.

**Fundo de florestas**

Vem avançando muito é a discussão do TFFF, que é o Tropical Forest Forever Facility, o Fundo Internacional de Florestas. Não é trivial, estamos falando de um fundo de algumas dezenas de bilhões de dólares. Estamos muito otimistas que esse possa ser um dos grandes legados da participação do Brasil na presidência do G20 e na COP. Há uma nota conceitual que já está pronta, e agora as equipes técnicas estão amadurecendo as várias regras. São muitas regras complexas que têm que ser tratadas, não só da estruturação financeira do fundo, mas também do monitoramento e da distribuição de recursos para os países que estão preservando floresta. As equipes estão mergulhadas nisso, mas eu posso dizer que o tema está avançando bastante e vários países estão dispostos a contribuir.

**Resposta ao agro**

A mera preservação da floresta não gera crédito no mercado de carbono, porque a ideia do crédito é sequestrar carbono. Com esse fundo, teremos uma maneira de financiar a mera preservação da floresta, que é uma demanda legítima dos produtores rurais no Brasil. Haverá um custo de oportunidade em manter a floresta em vez de fazer alguma outra atividade econômica. É importante dizer que não se trata de doação ou filantropia. Quem colocar dinheiro no fundo será remunerado.

**Eólicas offshore**

Está mais complicada a situação do projeto de lei, por causa dos acréscimos que colocaram, que trazem um impacto enorme para o consumidor de energia. Colocaram subsídio para carvão - um contrassenso com a agenda que o governo está fazendo de diminuir a dependência de combustíveis fósseis. Não há dúvida de que o Brasil ainda precisa ter combustíveis fósseis por muitos anos. O mundo inteiro ainda precisa, porque não dá para depender só de fontes intermitentes. Mas outra coisa é dar um subsídio sem critérios, da forma que está colocado no projeto. Na prática, a consequência seria encarecer a conta de luz sem trazer segurança energética adicional para o Brasil. Do jeito que o relatório está, acreditamos que o custo para o consumidor de energia elétrica no Brasil não compensa. É uma pena, porque estrategicamente é um projeto muito importante. Então, por isso, queremos construir alguma maneira de viabilizar a aprovação do marco legal das eólicas no mar.

**Mercado de carbono**

O tema ficou travado não tanto por divergência de mérito, mas devido a um problema de trâmite legislativo. No mérito, o texto está bastante maduro. Temos conversado com vários setores, e a senadora Leila [Barros, do PDT-DF] está construindo um relatório muito equilibrado, tentando incorporar, inclusive, as contribuições que vieram da Câmara. Temos uma expectativa de votação em breve.

**Novo modelo de desenvolvimento**

Historicamente, a Fazenda atua em dois grandes temas. O primeiro é a estabilidade macroeconômica, e eu acredito que, com todas as dificuldades naturais, os indicadores estão muito positivos: PIB [em alta], taxa de desemprego e inflação baixas. A segunda frente de ação do ministério é relacionada à melhoria do ambiente de negócios e à eficiência econômica. É uma agenda que também vem avançando bem: o marco legal de garantias, a mudança no setor de seguros que está em discussão, o Desenrola e a reforma tributária, que é um marco na história do país. E agora temos uma terceira frente de trabalho, que é o Plano de Transformação Ecológica, que dá uma diretriz, um norte para o novo modelo de desenvolvimento. Então, queremos ter um ambiente com estabilidade macroeconômica, ambiente de negócio competitivo e eficiente, mas precisamos ter um norte de longo prazo, uma direção para o desenvolvimento, que são esses arranjos e essas mudanças que estamos fazendo. Sair desse modelo tradicional, extrativo, de baixo valor agregado, desigual e prejudicial ao ambiente para um modelo que seja intensivo em tecnologia, de baixo impacto ambiental e mais distributivo.

**Política Industrial**

Temos que ter uma política industrial que não seja simplesmente para proteger um setor que não tem mais capacidade de competir, e sim uma política industrial que impulsione nossa capacidade tecnológica e produtiva nessas áreas que têm potencial de futuro no longo prazo.

**Locadoras**
Aluguel a motorista de aplicativo sobe 76% e chega a marca de 300 mil
B4

**Varejo**
Maior varejista do munto, Walmart registra aumento na venda de publicidade B5




INÊS 249

**Tecnologia**
Falências de startups nos Estados Unidos aumentam 60% no último ano B6

**Agronegócio**
Empresa de biotecnologia BuzzFly recebe aporte de R$ 4 milhões B9





**Logística** Certame envolve empreendimentos de menor porte, que totalizam R$ 86 milhões em obras

## Governo realiza amanhã primeiro leilão de terminais portuários de 2024, com cinco ativos

**Taís Hirata**
De São Paulo

O governo federal deverá realizar, nesta quarta-feira (21), o leilão de cinco terminais portuários. A concorrência estava inicialmente marcada para maio, mas foi adiada devido ao desastre climático no Rio Grande do Sul. Trata-se de ativos de menor porte que, juntos, deverão somar R$ 86 milhões de investimentos no total.

Esta deverá ser a primeira licitação de ativos portuários realizada neste ano, mas há previsão de mais um ou dois leilões do setor em 2024 — um deles entre setembro e outubro e, possivelmente, mais um em dezembro, segundo Eduardo Nery, diretor-geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

As próximas rodadas deverão trazer empreendimentos de maior porte. Entre os ativos previstos estão os terminais de grãos chamados PAR14 e PAR15, em Paranaguá (PR), que devem somar R$ 1,8 bilhão de investimentos; o terminal VDC29 em Vila do Conde (PA), também voltado a grãos, com previsão de R$ 716 milhões em obras; e o terminal de contêineres MUC04, em Fortaleza, que deverá gerar R$ 360,7 milhões de investimentos.

Porém, Nery prevê que os maiores leilões aguardados pelo setor fiquem para o próximo ano. Um deles é a concessão do canal de acesso de Paranaguá, que deverá ser um projeto pioneiro no setor portuário. "Pelo andar da carruagem, deve ficar para o primeiro trimestre de 2025", diz.

Outra licitação com grande expectativa do setor é a do Porto de Itajaí (SC), que tem como principal operação o terminal de contêineres. O porto ficou parado por mais de um ano após o fim do contrato da Maersk, em 2022, e uma série de imbróglios que atrasaram o início do contrato de transição. Em junho deste ano, a nova operação temporária enfim entrou em vigor, sob controle da Seara, do grupo JBS, mas o governo já vinha trabalhando, em paralelo, para a licitação definitiva.

"Como agora tem o contrato de transição, vamos olhar com mais calma, porque há contribuições importantes ao projeto, da consulta pública, que podem levar a alterações mais estruturantes", afirma Nery. Com isso, a previsão é que a concorrência para o arrendamento de longo prazo seja realizada no primeiro semestre de 2025, diz ele. A projeção de investimentos no projeto é da ordem de R$ 3 bilhões.

Outro leilão de grande porte, do terminal de granéis sólidos minerais em Itaguaí (RJ), que deverá somar R$ 3,5 bilhões de obras, está em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A depender do ritmo, poderá sair ainda neste ano, mas provavelmente também ficará para 2025.

Os ativos licitados nesta quarta-feira são terminais de menor porte, que serão leiloados em modelo simplificado, com rito mais célere e contratos com prazo máximo de dez anos, sem possibilidade de prorrogação.

Um deles é o terminal RIG10, no porto de Rio Grande (RS), voltado à movimentação de carga geral. Hoje, a área é parcialmente ocupada pela empresa Sagres Operações Portuárias, por meio de contrato de transição, e outra zona do terminal é de uso público. A expectativa dos estudos é que a principal carga movimentada no local seja de máquinas e equipamentos, como já é feito atualmente, mas o novo arrendatário poderá escolher a destinação do terminal para qualquer tipo de carga geral. A projeção é de investimento de R$ 7,8 milhões.

O porto do Recife terá três terminais contemplados nesta licitação. O principal deles é o REC08, um novo terminal que terá de ser desenvolvido em uma área desocupada. A ideia é que o projeto seja voltado a granéis sólidos vegetais, com potencial de demanda principalmente para malte, trigo e milho. Os estudos preveem investimentos de R$ 50,9 milhões.

**REC08**
**é o principal ativo ofertado no Recife**

No porto, também serão licitados os terminais REC09, que já é operacional e tem foco específico na movimentação de arroz, e o REC10, voltado a granéis sólidos e cargas gerais, que hoje movimenta principalmente barrilha. Os investimentos projetados são de R$ 2,2 milhões e R$ 3 milhões, respectivamente.

No leilão que estava marcado para maio, o porto do Recife também teria a licitação de um quarto terminal, o REC04, destinado à movimentação de granéis sólidos e carga geral e com previsão de investimentos de R$ 3,6 milhões. Porém, o projeto se encontra suspenso. Trata-se de um terminal já operacional, que opera principalmente barrilha (usado pela indústria de vidros) e fertilizantes.

Por fim, será ofertado o RDJ06, no porto do Rio de Janeiro, para a movimentação de carga geral líquida. Hoje, o terminal de Lubrificantes é explorado pela empresa Iconic Lubrificantes. O novo contrato prevê R$ 22,2 milhões em novos investimentos.

A concorrência será realizada na sede da B3, em São Paulo.

SERGIO FRANCES/MPA/DIVULGAÇÃO



2024 deve ter ao menos mais uma licitação do setor, estima Eduardo Nery, da Antaq

## Colegiado da CVM retoma julgamento da Hering e de ex-diretor

**Regulação**

**Victoria Netto**
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) retoma, nesta terça-feira (20), a partir das 14h, o julgamento da Cia. Hering e do ex-diretor presidente da companhia Fabio Hering, pela suposta prática de "insider trading". O julgamento havia sido suspenso em 21 de maio deste ano, após pedido de vista do diretor Otto Lobo.

O caso envolve a análise da recompra de ações da empresa em 2021, no período em que negociava a combinação de negócios com a Arezzo e com o Grupo Soma.

No julgamento, o relator Daniel Maeda entendeu que os acusados deveriam ser condenados e sugeriu multas de mais de R$ 20 milhões no total. Já o presidente da CVM, João Pedro Nascimento, votou pela absolvição, assim como a diretora Marina Copola.

O período analisado pela acusação refere-se às recompras de ações pela Hering nos dias 12, 16, 19, 20 e 22 de abril de 2021. Segundo a área técnica, os ganhos aferidos pela Hering com as operações ultrapassaram R$ 14 milhões.

As operações ocorreram antes da divulgação de comunicados ao mercado em que a Cia. Hering informava a recusa da proposta da Arezzo, no dia 14 daquele mês, e da combinação dos negócios com o Grupo Soma, em 26 de abril.

Em resposta a questionamento da autarquia sobre a compra das ações, a Hering alegou que faziam parte de um programa de recompra aprovado em 2020, e que a administração considerava que os papéis da empresa estavam sendo negociados abaixo de seu valor real, o que justificava o movimento.

A empresa também afirmou que a proposta da Arezzo não era vinculante e que a recusa, em 14 de abril, não mudaria o curso normal dos negócios, incluindo o programa de recompra.

**2 a 1**
**é o placar a favor da absolvição dos réus**

Já a área técnica do órgão regulador argumentou que, mesmo que a Hering tenha alegado que a recusa da proposta da Arezzo foi comunicada ao mercado no dia 14 de abril, ainda havia expectativa dos investidores de que os termos poderiam ser reformulados, o que mantinha a relevância da informação.

Quanto à proposta da Arezzo, a defesa de Fabio Hering sustentou no processo que ele não deve ser responsabilizado pessoalmente, porque as compras das ações foram feitas pela Cia. Hering, e não por ele diretamente. Também alegou que, no momento das recompras, não havia informações relevantes pendentes de divulgação.

Além disso, argumentou que as recompras foram decididas e aprovadas pelo conselho de administração, como parte de uma estratégia para defender a empresa de "uma possível aquisição hostil", e que essas recompras foram executadas pelo diretor de relações com investidores, não por ele.

Quanto à operação com o Grupo Soma, a defesa de Fabio Hering refutou a acusação de que as recompras foram ilícitas e alegou que nada indicava que o Grupo Soma faria uma proposta de fusão até aquele momento. Além disso, disse que os elementos essenciais para caracterizar a prática de "insider trading" não estavam presentes e que a acusação não deveria avançar, conforme consta no relatório do processo.

Já a defesa da Cia. Hering negou no processo o dolo (intenção) de informação privilegiada, apontou um erro na acusação (cujo mérito se aplica apenas aos administradores, e não à própria empresa emissora das ações) e argumentou que não havia evidência de que Fabio Hering sabia de uma proposta do Grupo Soma de antemão.

Procurados sobre o julgamento, os advogados da Cia. Hering informaram que não se pronunciariam até o evento na CVM. A defesa de Fabio Hering não respondeu até o fechamento da reportagem.

## Destaques

**Produção da 3R Petroleum**

A 3R Petroleum teve produção de 54,9 mil barris de óleo equivalente por dia em julho, crescimento de 5,9% na comparação anual e de 8,6% sobre junho. Esse é o primeiro relatório que já incluem os ativos recém-incorporados da Enauta. A companhia teve produção de 44,6 mil barris de óleo por dia no mês passado, com destaque para o desempenho do Polo Potiguar. O Polo Atlanta voltou a produzir no fim de julho e contribuiu para a alta. Já em gás, a 3R teve produção de 10,3 mil barris de óleo equivalente por dia em julho. O Polo Recôncavo respondeu por metade do total produzido pela companhia. O Polo Manati deve retomar produção neste terceiro trimestre. Eles destacam que a operação do Polo Papa Terra foi paralisada no dia 27 de julho para intervenção programada em diversos sistemas do navio-plataforma, com previsão de retomada da produção ainda no mês de agosto. A 3R é operadora dos polos Potiguar, Macau, Areia Branca, Fazenda Belém, Rio Ventura, Recôncavo, Peroá, Papa Terra e Atlanta, e detém participação de 35% no Polo Pescada e 45% no Campo de Manati, sendo estes operados pela Petrobras.

**Ambipar quita dívidas**

A Ambipar anunciou nesta segunda-feira (19), em comunicado, que vai quitar antecipadamente dívidas de operações de fusões e aquisições usando ações que estão em tesouraria. Segundo João Arruda, diretor financeiro que assumiu no último dia 5, o custo de compra dos papéis foi de R$ 61 milhões, a uma cotação média em torno de R$ 11, mas valor total a ser baixado no balanço é de R$ 260 milhões — ou seja, foi considerada uma cotação de R$ 70 nas negociações. O montante corresponde, ainda segundo informações da empresa, a 65% das obrigações com as operações de aquisições feitas pela Ambipar nos últimos anos, que somam R$ 397 milhões. Os sócios executivos das empresas terão que respeitar um "lock-up" — cláusula contratual que estipula um prazo no qual os investidores não podem vender as ações de uma empresa, sob pena de multa – de três a cinco anos. As obrigações seriam pagas em dinheiro. De acordo com Arruda, 100% dos sócios executivos que estavam no foco desse programa aderiram à proposta. "Isso vem sendo pensado desde o início do processo de recompra, anunciado em 3 de junho"

**Freda deixa a Estée Lauder**

O diretor-presidente de longa data da Estée Lauder, Fabrizio Freda, planeja se aposentar da gigante de beleza americana no próximo ano. A companhia anunciou nesta segunda-feira (19) que Freda, que assumiu o cargo de diretor-presidente em julho de 2009, deixará a empresa no final do ano fiscal de 2025, que termina em junho. A Estée Lauder afirmou que seu conselho de administração já avançou significativamente no processo de sucessão, acrescentando que já entrevistou vários candidatos internos e externos. O jornal "Wall Street Journal" disse no início do ano que o colegiado da Estée Lauder havia discutido manter Freda no comando, apesar do desempenho fraco da empresa e de dúvidas da família fundadora sobre a direção da companhia. Membros do conselho discutiram o futuro de Freda em uma reunião no final de maio e consideraram estender seu mandato além de junho passado, disseram pessoas familiarizadas com o assunto, acrescentando que os conselheiros queriam que Freda continuasse a estabilizar a empresa enquanto iniciavam a próxima fase do planejamento da sucessão. Freda trabalhará com seu sucessor para garantir uma transição tranquila.

INÊS 249



**Cosméticos** Holding brasileira tem em curso um plano de reestruturação, que incluiu a venda de ativos, e está integrando as marcas Natura e Avon

# Pedido de proteção contra credores da Avon amplia desafios da Natura &Co

**Ana Luiza de Carvalho**
De São Paulo

O pedido de proteção contra credores ("Chapter 11") da Avon Products Inc (API), uma das várias empresas sob o guarda-chuva da holding de beleza Natura &Co, trouxe mais complexidade aos desafios enfrentados pela Natura para se reerguer. A partir de agora, a holding brasileira vai lidar com um processo de recuperação judicial na Justiça americana, um plano de reestruturação que já incluiu a venda de duas empresas compradas no passado, a integração operacional das marcas Avon e Natura na América Latina e o dia a dia das operações em quase 40 países.

Ainda não está totalmente claro qual é a importância da API no organograma da Natura &Co, que abarca dezenas de subsidiárias sob o guarda-chuva de outras subsidiárias. A Natura &Co tem reiterado que a Avon Products Inc (API) é uma holding não-operacional, mas a API controla subsidiárias de operações internacionais como Polônia, Filipinas, Reino Unido, Itália e Hungria, como destacou a agência de classificação de risco S&P.

A agência rebaixou a nota de crédito de emissor da API de "BB-" para "D" na semana passada, após seu pedido de recuperação judicial com dívidas de US$ 1,3 bilhão. A nota de crédito da Avon International Operations Inc, que é controladora direta de parte das operações internacionais, é BB-, com perspectiva estável. A expectativa da S&P é que a dívida da Natura não seja afetada por cláusulas de "default" cruzado ou pagamentos antecipados de dívidas.

Diante disso, a S&P reiterou na sexta-feira (16) as notas de crédito da Natura &Co em "BB", em escala global, e "brAAA" em escala nacional, ambas com perspectiva estável. Os analistas da agência afirmaram que o pedido de recuperação da API não deve aumentar as obrigações de dívida da Natura &Co, e apontaram recuperação de margens nas operações da América Latina com a integração das marcas Natura e Avon.

Por outro lado, as ações judiciais referentes à segurança dos talcos da API aumentaram o risco de governança. "Além disso, os riscos reputacionais de longo prazo podem aumentar, o que pode prejudicar a capacidade da Natura &Co de continuar financiando suas necessidades de dívida a custos atrativos, deteriorando vendas e margens", escreveram os analistas da agência.

> "Mercado vai seguir exercendo pressão sobre o papel após o Chapter 11"
> *Andréa Aznar*

O desempenho negativo da Avon Internacional foi destacado por analistas em relatórios de bancos de investimentos, após o anúncio do "Chapter 11". O BB Investimentos afirmou que a divisão "tem puxado os resultados da companhia para baixo", e destacou o processo de reestruturação da API. O banco rebaixou a recomendação para as ações da Natura &Co de estável para venda após os anúncios.

Segundo a analista Andréa Aznar, havia otimismo com a possibilidade de separação ("spin-off") da Avon International, agora afetado pela suspensão dos estudos. "Apesar de a marca Natura estar performando bem e de a companhia apresentar rentabilidade crescente, entendemos que o mercado vai continuar exercendo pressão sobre o papel em função do processo do 'Chapter 11' na Avon International, com impacto de forma relevante em seu balanço", apontou.


DANIELA BRAUN/VALOR

Natura &Co afirma que API é uma holding não-operacional, mas subsidiária controla certas operações internacionais

O BTG Pactual, cuja recomendação para as ações da Natura &Co é neutra, afirmou que o processo pode "simplificar eventualmente" a estrutura da companhia, considerando a resolução dos processos judiciais relativos ao talco com insumos contaminados nos Estados Unidos, mesmo que no momento o "Chapter 11" adicione mais complexidade à tese de investimento da companhia.

Já a XP Investimentos afirmou que a "simplificação corporativa está chegando ao fim". A analista Daniella Eiger apontou que, caso o pedido de recuperação voluntária seja aceito em Delaware, dois cenários são possíveis a partir da realização do leilão de ativos: a companhia ficará com a Avon International, sem nenhum risco de litígio, ou uma outra empresa arrematará a Avon International e a holding brasileira ficará apenas com as operações na América Latina.

A XP apontou que a receita líquida da Avon International no segundo trimestre ficou 1,9% acima das estimativas, mas o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou 41,6% aquém das projeções dos analistas.

> **US$ 1,3**
> **bilhão é o tamanho da dívida da API**

Na avaliação do Citi, a diretoria da companhia "ainda está hesitante em fornecer qualquer visibilidade sobre o cronograma" do "Chapter 11", embora os executivos afirmem que o processo parece "menos complexo" do que outros de recuperação judicial na Corte americana. "Entendemos que o objetivo final de todo esse processo é liquidar potenciais responsabilidades nos Estados Unidos, como processos judiciais envolvendo os talcos da companhia, e facilitar a cisão da Avon", escreveram os analistas João Soares e Felipe Reboredo.

# Móbile passa a fazer parte do grupo inglês Nord Anglia

**Educação**

**Beth Koike**
De São Paulo

Após receber ofertas de praticamente todo o mercado por anos, a Escola Móbile — tradicional colégio de São Paulo conhecido pelo alto índice de aprovação no vestibular — foi vendida para o grupo inglês Nord Anglia Education, que tem 87 colégios no mundo. Essa é a terceira transação fechada pelos ingleses que já adquiram a Avenues School (unidades São Paulo e Nova York) e a British College Brazil, ambas na capital paulista.

"Nosso objetivo é – e sempre foi – formar estudantes para um mundo sem fronteiras. Com a Nord Anglia Education, enriquecemos ainda mais a experiência que oferecemos aos nossos alunos e alunas", informou, por meio de comunicado, Maria Helena Bresser, fundadora e diretora-geral da Escola Móbile.

Ela e seu filho Daniel Bresser permanecem na Móbile. A equipe pedagógica também será mantida, não haverá mudanças no perfil acadêmico.

Os grupos educacionais não revelaram o percentual e o valor da transação, destacaram se tratar de uma "associação". A Móbile informou ainda que "por questões de sigilo contratual, não comentará" sobre as condições da operação.

A estimativa do mercado é que neste ano o colégio, que conta com 3,7 mil alunos desde a educação infantil até o ensino médio, tenha um faturamento anual na casa dos R$ 340 milhões e um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R$ 130 milhões.

As primeiras conversas com a Nord Anglia se deram em 2023, houve uma interrupção nas negociações e foram retomadas em março, com a conclusão do acordo fechado ontem. O grupo britânico é conhecido por fechar apenas aquisições que envolvam 100%, o que era um ponto de resistência da família fundadora.

O mercado brasileiro de educação básica, que movimenta cerca de R$ 85 bilhões, por ano, passa por forte consolidação, com interesse de grupos ingleses e fundos de private equity. As operações giram na casa de dez vezes o Ebitda.

> "Escola com 3,7 mil alunos e alto índice de aprovação em vestibular era cobiçada há anos"

Os maiores cheques têm sido assinados pelos britânicos. Em 2022, o grupo Inspired, com sede em Londres, pagou R$ 2 bilhões pela Escola Eleva, o equivalente a 25 vezes o Ebitda. Essa transação da Eleva que, tinha entre seus sócios, o empresário Jorge Paulo Lemann, foi a maior já fechada no setor.

Ainda segundo fontes, a Nord Anglia Education adquiriu as unidades da Avenues School, de São Paulo e Nova York, no ano passado, por US$ 500 milhões.

Em outubro do ano passado, a International Schools Partnership (ISP) comprou a escola bilíngue Brazilian International School (BIS), da Bahema, por R$ 78 milhões.

A britânica Cognita, dona de mais 100 escolas e 85 mil alunos no mundo, já fez cinco aquisições no Brasil.

Os fundos e investidores estrangeiros têm interesse por esse mercado porque no Brasil apenas 18% dos 43 milhões de alunos da educação básica estudam em escolas particulares.

Segundo o "Financial Times", a Nord Anglia tem em andamento negociações para a venda de uma fatia majoritária com as gestoras de private equity Bain Capital, Permira e Veritas Capital numa transação avaliada em até US$ 15 bilhões.

Atualmente, os controladores do grupo inglês são a gestora sueca EQT e um fundo de pensão canadense (Canada Pension Plan Investment Board).

No mundo, a Nord Anglia tem cerca de 90 mil estudantes em 33 países. A maioria é colégio internacional. A Móbile, que trabalha com metodologia de aprendizado bilíngue desde 2017, não será transformada em escola internacional.

## Curta

**GM demite**

A General Motors está cortando mais de mil funcionários na operação global de sua divisão de software e serviços, de acordo com uma pessoa familiarizada com o assunto — reversão parcial do aumento de contratações nos últimos anos. Os cortes incluem cerca de 600 pessoas que estão baseadas na sede da empresa na área de Detroit, disse a pessoa nesta segunda-feira (19). O número total de demissões não foi informado. A redução ocorre cerca de dois meses após a GM nomear dois ex-executivos da Apple para liderar sua divisão focada nos aspectos digitais de seus negócios, como veículos conectados, sistemas de entretenimento informativo e sistemas avançados de assistência ao motorista. Nos últimos anos, a GM contratou milhares de trabalhadores assalariados especializados em software e em outras áreas de tecnologia.

# Como se manter relevante sempre

**Gestão**



**Alexandre Ribas**

No atual cenário do mercado, caracterizado por rápidas mudanças tecnológicas, intensa concorrência e transformações culturais e de hábitos de consumo, a relevância de uma empresa depende fundamentalmente de sua capacidade de adaptação, inovação e resiliência. Manter-se relevante exige uma abordagem estratégica abrangente, que vai desde a compreensão das necessidades dos clientes até a incorporação de práticas sustentáveis.

Ser uma empresa relevante significa ter um impacto expressivo em toda a cadeia de um setor econômico e ser percebida positivamente por sociedade, acionistas, colaboradores e, sobretudo, clientes. Portanto, a base para qualquer estratégia de relevância é a compreensão profunda de necessidades e desejos dos clientes. Só que, para identificar tendências emergentes e comportamentos do consumidor, é preciso mais do que pesquisas de mercado tradicionais. Ferramentas de análise preditiva, "natural language processing (NLP)" e inteligência artificial passam a ser fundamentais para a relevância.

Na seara tecnológica, a transformação é inevitável para manter a relevância. Empresas que investem em novas tecnologias e tomam decisões baseadas em dados estarão mais bem posicionadas para oferecer experiências personalizadas e aumentar a eficiência operacional. Mas é preciso ter clareza sobre o problema que queremos resolver, e não apenas adotar a tecnologia porque ela está na moda. A transformação digital precisa de foco, ambição e objetivos claros.

Sem inovação, fica difícil manter a relevância. E inovação, aqui, significa mais do que desenvolver novos produtos ou serviços. Diz respeito também ao aprimoramento de processos internos e modelos de negócios. Empresas que incentivam a criatividade e a experimentação tendem a ser mais ágeis na resposta a mudanças. Investir em pesquisa e desenvolvimento, fomentar uma cultura de inovação e estar aberto a novas ideias são ações fundamentais para se manter à frente da concorrência.

Da mesma forma que a capacidade de inovar, a de adaptação é vital. Estruturas organizacionais ágeis respondem mais rapidamente a novas oportunidades ou ameaças. Adaptam-se rapidamente e seguem entregando valor. E não há como fazer ajustes rápidos às novas condições de mercado se não se tem flexibilidade nos processos e na tomada de decisões.

A responsabilidade social e ambiental é outro aspecto crucial. Consumidores exigem práticas sustentáveis e éticas. Incorporar a sustentabilidade na estratégia empresarial ajuda a preservar o meio ambiente e pode diferenciar a marca no mercado, fortalecendo vínculos com a comunidade e melhorando a reputação.

O capital humano é um dos ativos mais valiosos de uma empresa. Investir no desenvolvimento de talentos, oferecendo treinamentos contínuos e oportunidades de crescimento, garante uma equipe preparada para novos desafios. Um ambiente de trabalho que promove a diversidade e a inclusão contribui para a inovação e a criatividade, elementos-chave para a relevância empresarial.

Ser relevante significa estar à frente do seu tempo, capitaneando mudanças. E nosso tempo é de colaborações e parcerias estratégicas, que podem expandir as capacidades da empresa e abrir novas oportunidades de mercado. Parcerias com outras empresas, startups, universidades e organizações sem fins lucrativos trazem novas perspectivas, tecnologias e conhecimentos. As empresas compartilham riscos, mas também recursos e recompensas.

A experiência do cliente é decisiva para a relevância de uma empresa. Garantir que os clientes tenham uma experiência positiva e memorável em todos os pontos de contato com a marca é essencial. Isso envolve qualidade do produto ou serviço, atendimento ao cliente, facilidade de uso, personalização e suporte pós-venda. Empresas que colocam o cliente no centro de sua estratégia tendem a construir relacionamentos duradouros e leais.

Sim, o caminho para as organizações se manterem sempre relevantes é multifacetado. Aqueles que adotarem uma abordagem pró-ativa, sustentável, inovadora e centrada no cliente certamente serão os que continuarão a fazer a diferença.

**Alexandre Ribas** é CEO da Falconi
**E-mail** ribas@falconi.com


a
THIS
IS
AFRI
—CA
Creative


Ambipar.
A líder mundial em gestão ambiental.
A nova conta da Africa.

INÊS 249



**Locadoras** Frota alugada destinada a atividades como Uber chegou a 300 mil no início do 2º semestre

# Aluguel a motorista de aplicativo sobe 76%

**Cristian Favaro**
De São Paulo

O aluguel de carros para motoristas de aplicativo, como Uber e 99, tem ganhado cada vez mais espaço dentro da frota das locadoras do Brasil. Neste início de segundo semestre, o total de veículos locados no segmento já chega a 300 mil, crescimento de 76,5% na comparação com igual período de 2021. Os dados são da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla).

A frota total das locadoras no Brasil chegou a 1.570.820 automóveis e comerciais leves ao fim de 2023. "Portanto, os mais de 300 mil carros locados para quem trabalha com aplicativos já representam atualmente entre 18% e 20% de todos os carros das locadoras no país", afirmou o presidente da Abla, Marco Aurélio Nazaré.

Momentos de aperto econômico e elevadas taxas de juros colaboram para a locação de carros, uma vez que a compra do ativo acaba ficando mais dispendiosas. "Despesas para o licenciamento, emplacamento, IPVA, para busca e compra de peças e até com mecânicos ficam com a locadora", acrescentou o presidente da associação setorial.

Paralelo, o bolso mais curto do brasileiro tem levado muitos trabalhadores a buscar uma renda extra em plataformas como Uber e 99. A locação acabou se transformando em uma opção aos que não tem um carro e virou um modelo de negócio às locadoras do Brasil.

O vice-presidente da Abla, Paulo Miguel Júnior, disse que o potencial de aluguel para esses motoristas também é influenciado pelo preço dos combustíveis e pelas tarifas dos próprios aplicativos. "Cenários sem aumentos repentinos nos postos, assim como políticas tarifárias praticadas pelo Uber e 99, também são importantes para a locação".

Uma crise recente no setor aconteceu em 2021, com a disparada no preço dos combustíveis. Em 2020, o segmento tinha uma frota alugada aos motoristas de aplicativo na casa de 200 mil unidades. Esse número chegou a cair cerca de 80% no pico da crise dos combustíveis, entre abril e maio de 2021, mas foi se recuperando naquele mesmo ano.

Nenhuma das líderes, Movida, Unidas e Localiza, abre detalhes desse negócio. No geral, é um segmento que ajuda as empresas a manter uma ocupação elevada da frota em momentos de baixa sazonalidade da locação diária.

Apesar de ser um aliado das locadoras, a indústria usa esse tipo de aluguel a motoristas de aplicativo com mais parcimônia, afinal é um negócio com margens menores do que o aluguel direto por dia. Além disso, um carro com motorista de aplicativo tem circulação maior, o que eleva o custo com depreciação do ativo.

O cenário atual das locadoras é de aperto de contas e elas têm buscado, inclusive, melhorar a alocação de ativos e subir o preço das diárias. O vilão que preocupa os investidores é o baixo preço do seminovo, que tem feito as empresas terem perdas milionárias com a revenda. Esse cenário levou a Localiza fazer um amplo ajuste de contas no segundo trimestre.

# Nestlé eleva aposta em inovação para expandir portfólio no Brasil

**Alimentos**

**Victoria Netto**
Do Rio

A Nestlé, dona das marcas Nescafé, KitKat e Purina, aposta na inovação como forma de transformar e aumentar seu portfólio de produtos no país. Entre os segmentos de expansão estão a linha de chocolates e a entrada em novos mercados. Na ponta, a empresa tem buscado implantar vendas com uma abordagem cada vez mais colaborativa.

O diretor de Trade Marketing e Merchandising da Nestlé no Brasil, Felipe Votisch, diz que a marca tem um hub de inovação de onde saem ideias de sabores, formatos de produtos e categorias diferentes. Um exemplo é a linha Choco Trio, um chocolate com biscoito — segmento no qual a Nestlé não atuava até pouco tempo —, novos sabores de Kit Kat e tipos de cafés. "Temos trabalhado muito forte na nossa linha de chocolates."

Votisch ressalta que o principal objetivo da empresa é o crescimento. A segunda, afirma, é a transformação de portfólio com novos produtos e novos hábitos de consumo. "Dentro disso, [a proposta é] provocar formatos diferentes para os varejistas, para que o consumidor possa ter a Nestlé como a primeira escolha", diz.

Em 2023, a Nestlé figurou como a segunda maior empresa do setor de alimentos do mundo, atrás da Unilever, de acordo com a World Benchmarking Alliance (WBA). Nos primeiros seis meses de 2024, a companhia obteve lucro de 5,6 bilhões de francos suíços (SFr), cerca de US$ 6,49 bilhões na cotação atual. As vendas globais somaram 45 bilhões de francos suíços (US$ 52,2 bilhões), impulsionadas pelo segmento de cafés, especialmente as marcas Nescafé, Nespresso e Starbucks.

**5,6 bi**
**de francos suíços foi o lucro no 1º sem**

A empresa não abre os números por país, mas informou que, na América Latina, as vendas atingiram 6,2 bilhões de francos suíços, cerca de US$ 7,18 bilhões na cotação atual. O número representa crescimento de 1,4% ante o ano anterior, alavancado por Brasil, México e América Central.

Segundo o relatório semestral, a região obteve ganhos de participação de mercado em chocolate e cápsulas de café, com perdas em café solúvel e laticínios. Por categoria, os produtos de confeitaria continuaram a crescer "a uma taxa elevada de um dígito", impulsionados por KitKat e pelas principais marcas locais Garoto e Carlos V.

"O lançamento da marca Choco Trio repercutiu entre os consumidores. As vendas da Nestlé Professional cresceram a uma taxa de dois dígitos, impulsionadas pela contínua expansão de clientes. Purina PetCare teve crescimento quase estável, apoiado por Felix e Friskies", informou a companhia no relatório semestral.

A melhora da margem de lucro bruto foi compensada pela alta dos investimentos, sobretudo em publicidade e marketing. A empresa não deu mais detalhes, mas informou que, em 2024, a área de Trade Marketing recebeu investimento 10% superior ao do ano passado no Brasil. O setor costuma trabalhar em conjunto com o marketing para elevar as vendas, mas com abordagens diferentes.

O Trade Marketing abrange posicionamentos de produtos em supermercados físicos e on-line. Em outras palavras, faz com que a marca seja impactada a cada ponto de contato, em estratégias que incluem ações promocionais, formatos para cada meio e criação de valor, com foco no "sell-out".

Do lado estratégico, a maior mudança que a Nestlé fez nos últimos três anos foi migrar do modelo de "Joint Business Plan", que é a negociação transacional, para o modelo de "Joint Value Creation", onde há criação de valor compartilhado.

"O que a gente quer é uma relação de ganha-ganha. Então, vou abordar muito como a gente pode fazer o crescimento em conjunto, para que o varejista cresça, para que eu cresça e, consequentemente, os nossos consumidores estejam colocando a Nestlé como a primeira opção de compra", diz Votisch.

A companhia esteve no foco de críticas em abril deste ano, em meio à notícia de que produtos da empresa para crianças menores de dois anos vendidos em países do Sul Global contêm adição de açúcar, enquanto na Suíça, país-sede, os mesmos itens não têm o ingrediente. A informação foi divulgada pela Public Eye, com colaboração da Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (Ibfan).

Sobre a produção de alimentos ultraprocessados, Votisch diz que a companhia trabalha com a orientação global e que hoje tem uma área que se dedica fortemente a essa preparação. "A Nestlé sempre tem uma preocupação em como vai construir os seus alimentos e deixar isso muito claro para o consumidor, que ela é uma empresa que faz bem", defende.

LEO PINHEIRO/VALOR



Felipe Votisch: Nestlé busca novos formatos para ser a primeira escolha

## Movimento falimentar

### Falências Requeridas

Requerido: **Empresa São Pedro Ltda. -** CNPJ: 17.845.264/0001-49 - Endereço: Av. Princesa do Sul, 2820, Bairro Jardim Andere - Requerente: Pedro Augusto Coimbra - Vara/Comarca: 3a Vara de Varginha/MG

Requerido: **Gpx Rede Global de Postos Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 02.197.202/0001-09 - Endereço: Rua Padre Francisco Colturato, 303, Bairro Jardim Primavera, Araraquara/sp - Requerente: Reinaldo Klass - Vara/Comarca: 6a Vara de Araraquara/SP

Requerido: **Griffood Brasil Alimentos S/A -** CNPJ: 30.535.575/0001-70 - Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946,sala 24, Bairro Vila Leopoldina - Requerente: He Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Requerido: **M. M. P. Comercial Industrial de Plásticos Ltda. Epp -** CNPJ: 02.631.949/0001-15 - Endereço: Rua Maria Paula Motta, 1279, Bairro Jardim Presidente Dutra, Guarulhos/sp - Requerente: Premium Recebíveis I Multissetorial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

### Processos de Falência Extintos

Requerido: **Becap Comércio de Auto Peças Ltda. -** CNPJ: 66.617.747/0001-00 - Endereço: Rua Matias Ferrão, 33, Bairro Vila Maria, São Paulo/sp - Requerente: Premium Cobrança e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Centro Educacional Vital Brazil Ltda. Epp, Nome Fantasia Colégio Vital Brazil -** CNPJ: 26.980.318/0001-70 - Endereço: Loc Qn 406, Área Especial 01, Samambaia - Requerente: Centro Educacional Vital Brazil Ltda. Epp - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Desistência do pedido de auto falência homologada.

Requerido: **Christiane Oliveira Godke de Morais, Nome Fantasia Happy Excursões -** CNPJ: 27.742.701/0001-52 - Endereço: Rua Muiraquita, 44, Apto. 21, Bairro Tupi, Praia Grande/sp - Requerente: Christiane Oliveira Godke de Morais - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.

Requerido: **Crb Incorporação e Construção Ltda., Nome Fantasia Crb Construtora -** CNPJ: 06.171.343/0001-03 - Requerente: I. F. C. Indústria e Comércio de Condutores Elétricos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Paranapanema S/A -** CNPJ: 60.398.369/0008-00 - Endereço: Rua Felipe Camarão, 500, Bairro Utinga - Requerente: Milan & Brito Consultoria, Assessoria e Participações Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Rodobase Pavimentação e Construção Eireli -** CNPJ: 08.736.007/0001-88 - Endereço: Rua Keia Nakamura, 607, Bairro Colonia, São Paulo/sp - Requerente: Guindastes Tatuapé Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

### Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Master Pátio e Estacionamento Eireli ME -** CNPJ: 03.011.019/0001-21 - Endereço: Estrada Vereador Norberto Vieira Diniz, 240, Bairro Jardim Itatiaia, Embu Das Artes/sp - Vara/Comarca: 25a Vara Cível de São Paulo/SP

Empresa: **Medral Energia Ltda. -** CNPJ: 47.611.306/0001-48 - Endereço: Rua Werner Von Siemens, 111, 9º Andar, Bairro Lapa de Baixo - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Medral Fabricação e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda. -** CNPJ: 08.742.706/0001-30 - Endereço: Av. Expedicionários, 285, Bairro Vila Barros, Dracena/sp - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Medral Geotecnologias e Ambiental Ltda. -** CNPJ: 03.280.837/0001-20 - Endereço: Rua Werner Von Siemens, 111, 9º Andar, Bairro Lapa de Baixo - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Medral Participações Ltda. -** CNPJ: 02.598.441/0001-62 - Endereço: Rua Werner Von Siemens, 111, 9º Andar, Bairro Lapa de Baixo - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Medral Serviços e Infraestrutura Ltda. -** CNPJ: 08.340.113/0001-48 - Endereço: Rua Aspicuelta, 422, 5º Andar, Cjto. 51 B, Bairro Vila Madalena - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

### Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Granja Avícola do Xoko Ltda. Epp -** CNPJ: 33.251.000/0001-13 - Endereço: Estrada do Gabiral, 1498, Bairro Freguesia - Administrador Judicial: Paulo Alves Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Empresa: **Qualyprint Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 03.500.132/0001-70 - Endereço: Rua Doze de Outubro, 261/41, Galpões 261 e 241, Bairro Canhema, Diadema/sp - Administrador Judicial: F. Rezende Consultoria e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Frederico Antonio Oliveira de Rezende - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

### Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Companhia Sulamericana de Cerâmica S/A -** CNPJ: 15.244.677/0001-42 - Endereço: Rodovia Ce 422, S/nº, Km 03, Parte, Bairro Catuana, Caucaia/ce - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda. -** CNPJ: 18.163.929/0001-05 - Endereço: Rua Rio Jaguarão, 752 B, Bairro Vila Buriti, Manaus/am - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Eternit S/A -** CNPJ: 61.092.037/0001-81 - Endereço: Rua Dr. Fernandes Coelho, 85, 8º Andar, Bairro de Pinheiros - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Precon Goiás Industrial Ltda. -** CNPJ: 02.116.952/0001-09 - Endereço: Rua Vp 3 E, S/nº, Quadra 06, Módulos 01 a 05, Distrito Agroindustrial de Anápolis, Anápolis/go - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Prel Empreendimentos e Participações Ltda. -** CNPJ: 50.943.034/0001-98 - Endereço: Rua Dr. Fernandes Coelho, 85, 8º Andar, Bairro de Pinheiros - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Real Construtora e Incorporadora Ltda., Nome Fantasia Regep Engenharia -** CNPJ: 37.581.105/0001-91 - Endereço: Quadra 103 Sul, Av. Juscelino Kubitschek, 41 A, Edifício Jk Business Center, Sala 811 D, Plano Diretor Sul - Vara/Comarca: Vara de Falências e Concordatas de Palmas/TO - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Residencial Alta Vista Ltda. -** CNPJ: 15.619.790/0001-65 - Endereço: Av. P, Quadra 282, Lote 01, S/nº, Bairro Cidade Jardim, Paraupebas/pa - Vara/Comarca: Vara de Falências e Concordatas de Palmas/TO - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Residencial Real Park Ltda. -** CNPJ: 11.617.002/0001-40 - Endereço: R a 22, S/nº, Quadra 335, Lote 06, Bairro Cidade Jardim, Paraupebas/pa - Vara/Comarca: Vara de Falências e Concordatas de Palmas/TO - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sama S/A Minerações Associadas -** CNPJ: 15.104.599/0001-80 - Endereço: Mina de Cana Brava, S/nº, Zona Rural, Bairro Vila Sama, Minaçu/go - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Tégula Soluções Para Telhados Ltda. -** CNPJ: 02.014.622/0001-02 - Endereço: Av. Tégula, 333, Bairro Ponte Alta, Atibaia/sp - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Xavier Comercial Ltda. -** CNPJ: 47.998.976/0001-69 - Endereço: Rodovia João Traficante, S/nº, Km 2,9, Bairro Jardim Palestina - Vara/Comarca: 5a Vara de Franca/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

## Agenda Tributária

**Mês de Agosto de 2024**

**Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.**

| Data de Vencimento | Tributos | Código Darf*/GPS** | Período de Apuração do Fato Gerador (FG) |
|---|---|---|---|
| Diária | Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | | |
| | Rendimentos do Trabalho | | |
| | Tributação exclusiva sobre remuneração indireta | 2063* | FG ocorrido no mesmo dia |
| | Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior | | |
| | Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior | 0422* | FG ocorrido no mesmo dia |
| | Renda e proventos de qualquer natureza | 0473* | " |
| | Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior | 0481* | " |
| | Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior | 5192* | " |
| | Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa | 5286* | " |
| | Fretes internacionais - Residentes no Exterior | 9412* | " |
| | Remuneração de direitos | 9427* | " |
| | Previdência privada e Fapi | 9466* | " |
| | Aluguel e arrendamento | 9478* | " |
| | Outros Rendimentos | | |
| | Pagamento a beneficiário não identificado | 5217* | FG ocorrido no mesmo dia |
| Diária | Imposto sobre a Exportação (IE) | 0107* | Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes. |
| Diária | Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01 | | |
| | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível. | 9438* | Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia. |
| Diária | Contribuição para o PIS/Pasep | | |
| | Importação de serviços (Lei nº 10.865/04) | 5434* | FG ocorrido no mesmo dia |
| Diária | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) | | |
| | Importação de serviços (Lei nº 10.865/04) | 5442* | FG ocorrido no mesmo dia |
| Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento) | Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol) | 4316** | Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento) |
| Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos | Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) | | |
| | CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração | 1684* | Julho/2024 |
| 20 | Simples Doméstico - Regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico | Documento Único de Arrecadação do Simples Doméstico | Julho/2024 |
| 20 | Contribuição para o PIS/Pasep | | |
| | Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) | 5952* | Julho/2024 |
| | Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado | 5979* | " |
| 20 | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) | | |
| | Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) | 5952* | Julho/2024 |
| | Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado | 5960* | " |
| 20 | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | | |
| | Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) | 5952* | Julho/2024 |
| | Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado | 5987* | " |
| 20 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta | | |
| | Art. 7º da Lei 12.546/2011 | 2985* | Julho/2024 |
| | Art. 8º da Lei 12.546/2011 | 2991* | " |
| 20 | Contribuição para o PIS/Pasep | | |
| | Entidades financeiras e equiparadas | 4574* | Julho/2024 |
| 20 | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) | | |
| | Entidades financeiras e equiparadas | 7987* | Junho/2024 |
| 20 | Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | | |
| | Rendimentos de Capital | | |
| | Aluguéis e royalties pagos a pessoa física | 3208* | Julho/2024 |
| | Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador | 3277* | " |
| | Resgate Previdência Complementar/Modalidade Contribuição Definida/Variável - Não Optante Tributação Exclusiva | 3223* | " |
| | Resgate Previdência Complementar/Modalidade Benefício Definido - Não Optante Tributação Exclusiva | 3556* | " |
| | Resgate Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva | 3579* | " |
| | Benefício Previdência Complementar - Não Optante Tributação Exclusiva | 3540* | " |
| | Benefício Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva | 5565* | " |
| | Rendimentos do Trabalho | | |
| | Trabalho assalariado (exceto Trabalhador Doméstico) | 0561* | Julho/2024 |
| | Trabalho sem vínculo empregatício | 0588* | " |
| | Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor Público | 3533* | " |
| | Participação nos Lucros ou Resultados – PLR | 3562* | " |
| | Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 | 5936* | " |
| | Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 | 1889* | " |
| | Outros Rendimentos | | |
| | Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica | 1708* | " |
| | Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring | 5944* | " |
| | Pagamento PJ a cooperativa de trabalho | 3280* | " |
| | Juros e indenizações de lucros cessantes | 5204* | " |
| | Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) | 6891* | " |
| | Indenização por danos morais | 6904* | " |
| | Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 | 5928* | " |
| | Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 | 1895* | " |
| | Demais rendimentos | 8045* | " |
| 20 | Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI | 2852** | Diversos |
| | Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc) | 2879** | " |
| | Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ | 2950** | " |
| | Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc) | 2976** | " |
| 20 | Pagamento de dívida ativa parcelamento - referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) | 6106** | Diversos |
| | Comprev - pagamento de dívida ativa - parcelamento de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência | 6505** | " |
| 20 | Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) | | |
| | Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins) | 4095* | Julho/2024 |
| | Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins) | 1068* | " |
| | Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções | 4112* | " |
| 20 | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | | |
| | Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins) | 4095* | Julho/2024 |
| | Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins) | 1068* | " |
| | Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções | 4153* | " |
| 20 | Contribuição para o PIS/Pasep | | |
| | Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins) | 4095* | Julho/2024 |
| | Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,Cofins) | 1068* | " |
| | Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções | 4138* | " |
| 20 | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) | | |
| | Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins) | 4095* | Julho/2024 |
| | Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,Cofins) | 1068* | " |
| | Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções | 4166* | " |
| 20 | Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. | DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) | Julho/2024 |
| 20 | Pagamento Unificado - Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) | 6177* | Julho/2024 |

**Fonte: Secretaria da Receita Federal**

**Obs.:** *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

**Varejo** Maior varejista global comprou uma infinidade de espaço de anúncios e agora está revendendo

# Como o Walmart se tornou forte na publicidade

**Gregory Meyer**
Financial Times, de Springdale (EUA)

Na semana passada, o Walmart anunciou um aumento nas vendas de itens domésticos como roupas, mantimentos e brinquedos. Mas seus lucros cresceram mais graças, em parte, a um produto que não cabe em um carrinho de compras: a publicidade.

A maior companhia varejista do mundo comprou uma infinidade de espaço de anúncios em jornais, canais de TV e na internet ao longo de seus 62 anos de história. Agora, está vendendo para outros anunciantes, competindo com empresas de mídia tradicionais por investimentos em marketing.

Sua operação de anúncios nos EUA, a Walmart Connect, é parte de uma indústria emergente conhecida como "mídia de varejo", em que grandes varejistas usam sua posição como intermediários entre fornecedores e consumidores para vender anúncios para marcas em busca de vantagem competitiva. Os gastos com mídia de varejo nos EUA devem superar US$ 54 bilhões em 2024, segundo prevê a Emarketer, contra US$ 18,7 bilhões registrados em 2020.

Acredita-se que a Amazon detenha uma participação dominante de 77% desse mercado, enquanto analistas da Emarketer veem o Walmart reivindicando 6,8% dele, com receita publicitária de US$ 3,7 bilhões.

Ainda assim, o Walmart divulgou esta semana um comunicado sobre os lucros informando que seu negócio de publicidade, nos EUA, cresceu 30% no último ano, superando a taxa de crescimento da empresa como um todo.

Com a Emarketer prevendo que a indústria de mídia de varejo chegará a US$ 130 bilhões em quatro anos, as redes de lojas estão em uma corrida por esse mercado. A publicidade é muito mais lucrativa do que a margem operacional de cerca de 4% que o Walmart obtém com a venda de mercadorias e alimentos, e as empresas varejistas físicas veem uma oportunidade de conquistar negócios de sua arquirrival do comércio eletrônico.

Sarah Marzano, analista da Emarketer, diz: "A Amazon é frequentemente o lugar onde os consumidores iniciam suas pesquisas de produtos, em vez de ir ao Google. Com os varejistas se tornando o destino dos consumidores nas buscas na internet, para pesquisar o que eles querem comprar, há oportunidade para os grupos monetizarem esse tráfego."

As perspectivas para os negócios de margens mais altas, como a publicidade, animaram os investidores, ajudando a ação do Walmart a subir 38% este ano.

Uma fonte importante de negócios são os resultados de buscas patrocinadas no aplicativo e site do Walmart, em que os fornecedores pagam para receber um posicionamento de destaque para seus produtos. Uma busca on-line recente por detergente revelou listagens patrocinadas da marca Dawn da Procter & Gamble, enquanto uma busca por peito de frango ofereceu uma variedade de cortes do frigorífico Tyson Foods.

Essas empresas já compram resultados gerais de busca em plataformas como Google. A diferença na mídia de varejo é que empresas como Walmart e Amazon têm dados não só sobre o que os consumidores veem nos aplicativos, mas também sobre se eles seguiram adiante em uma compra.

O Walmart está dobrando a aposta em publicidade com seu planejado acordo de US$ 2,3 bilhões pela Vizio. A fabricante de TVs conectadas tem perdido dinheiro com a venda de dispositivos, mas obteve lucro bruto de US$ 356,3 milhões no ano passado, graças à tecnologia que monitora o que as pessoas assistem e exibe anúncios direcionados. Firmada em fevereiro, a aquisição está sob análise das autoridades reguladoras de concorrência.

Ao contrário da Amazon, o Walmart possui 4.600 lojas de departamentos nos EUA, além de centenas de lojas da atacadista Sam's Club. "É aí que o Walmart tem uma escala com a qual a Amazon não pode competir", diz Marzano.

John David Rainey, diretor financeiro, observa que o Walmart pode conectar as compras dos clientes aos anúncios que eles visualizaram dias antes, usando dados do cartão bancário e de pagamentos eletrônicos. "Uma semana se passa e você decide comprar aquele item em uma loja. Então, já sabemos que houve atribuição relacionada ao anúncio", disse ele a um analista em junho.

O Walmart também está aumentando a publicidade dentro de suas lojas para complementar as campanhas veiculadas on-line. Ryan Mayward, vice-presidente sênior de vendas de mídia de varejo do Walmart US e ex-executivo da Amazon, diz que, para os profissionais de marketing, as lojas podem ajudar a conter os efeitos da fragmentação da mídia.

Mayward diz que "140 milhões de pessoas por semana compram lá. Isso é um público enorme. Cerca de 110 milhões de pessoas assistem ao Super Bowl. É um público maior que o do Super Bowl o que passa todas as semanas pelas nossas lojas."

Em uma visita recente pelo Walmart Supercenter de Springdale, no Arkansas, Mayward passou em balcões de carnes e padaria onde foram instaladas telas digitais. "Estaremos lançando oportunidades de publicidade nas telas de delicatessen e nas telas de padaria em alguns dias", disse ele.

Em uma "parede de TVs" próxima, em que alguns dos televisores transmitiam anúncios colocados pelo serviço de propaganda do Walmart, a companhia está experimentando as vendas dos chamados "anúncios não endêmicos" para produtos não vendidos em suas lojas, como automóveis ou cruzeiros. Na área de saída, perto dos caixas, telas nos quiosques de autoatendimento também exibiam anúncios, da T-Mobile.

Ainda não se sabe como os fornecedores do Walmart responderão à proliferação de suas opções de anúncios. Vitórias para os varejistas "podem ser perdas para os anunciantes", pois eles lutam para comparar o desempenho de redes de mídia de varejo concorrentes, escreveu Nikhil Lai da Forrester, uma empresa de pesquisas de mercado. Além do Walmart, sua concorrente americana Target e a empresa de entrega de alimentos Instacart estão entre as que estão construindo negócios de mídia de varejo.

INÊS 249



**Rede social** Anúncio da saída da plataforma X do país reacende discussão sobre regulamentação

# STF deve voltar ao debate sobre internet

Flávia Maia e Daniela Braun
De Brasília e São Paulo

O anúncio da saída da plataforma X do Brasil deve fazer com que o Marco Civil da Internet volte a ser debatido no Supremo Tribunal Federal (STF), apurou o **Valor**. Já havia uma expectativa entre os ministros da Corte de julgar o assunto neste semestre, mas a situação gerada pelo dono do X, Elon Musk, reacendeu a discussão sobre a necessidade de algum tipo de regulamentação e responsabilização das plataformas digitais sobre os conteúdos.

Especialistas consultados pelo **Valor** entendem que o julgamento sobre o Marco Civil é uma oportunidade para reafirmar que as empresas não podem operar no Brasil sem representação legal. Até a noite desta segunda-feira (19), nem o STF, nem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) haviam recebido comunicação formal sobre a saída da plataforma X do Brasil.

Por isso, por enquanto, ainda não há uma movimentação precisa do que será feito pelos ministros diante da possibilidade de descumprimento das decisões dos dois tribunais.

Também continuam em vigor os acordos assinados pelo X com a Corte Eleitoral em relação aos programas de desinformação. O mais recente foi assinado no dia 7 de agosto e prevê o compromisso de as plataformas adotarem medidas céleres para conter notícias falsas e cooperar com o Tribunal no Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE).

O escritório Pinheiro Neto, que representa o X no Brasil, disse que não vai se pronunciar sobre o assunto, nem mesmo informou se continuará representando a empresa judicialmente no Brasil.

Enquanto ainda não estão claros os impactos da saída do X no Brasil, ganha reforço a necessidade, segundo especialistas, de o STF definir temas pendentes na Corte, como a responsabilização das plataformas e a discussão da constitucionalidade, ou não do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que diz que os provedores não são responsáveis pelo conteúdo gerado por terceiros.

Especialistas ouvidos pelo **Valor** afirmam que não será fácil para o X descumprir ordens judiciais brasileiras, mas entendem que a retirada da empresa do país pode deixar o cumprimento das determinações mais complexo.

No caso de matéria eleitoral, a preocupação maior de um descumprimento de uma ordem judicial será em relação a conteúdo irregular postado por terceiros. Fernando Neisser, professor de direito eleitoral da FGV-SP e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), lembra que se o conteúdo for postado por candidatos a notificação da irregularidade vai para o candidato e, se ele não fizer a retirada, estará sujeito a multa, ao crime de desobediência e até a cassação de registro.

"O maior problema se dá em relação a postagens de terceiros, de pessoas que não são candidatos, que façam postagens ilegais, algumas anônimas. Não tem nem como notificar, aí quem tem a tarefa de retirar é a plataforma. Se ela não retirar, a solução será derrubar a plataforma inteira", explica.

No Brasil, caso uma plataforma não siga as ordens judiciais, é possível que ela seja derrubada por meio das operadoras de serviços de internet. Especialistas consultados pelo **Valor** entendem que é possível e que já foi feito no passado, como no bloqueio temporário do YouTube por uma liminar de juiz de primeiro grau em 2007 em caso envolvendo a modelo Daniela Cicarelli, ou ainda no bloqueio temporário do WhatsApp que ocorreu em 2015, porém, em ambas as situações, a medida foi rapidamente revertida.

Lucas Maldonado, advogado especialista em direito digital pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio do escritório Maldonado Latini, explica que a retirada da plataforma não é simples. Na visão do advogado Alexandre Atheniense, a retirada da plataforma "seria uma decisão desproporcional".

A rede social X, do bilionário Elon Musk, informou no sábado (17) que vai encerrar as operações no Brasil. Em um post publicado na própria rede, o comunicado da empresa diz que a medida se deve a decisões judiciais do ministro Alexandre de Moraes. Segundo o X, em despacho, Moraes teria ameaçado multar e prender a responsável pelo escritório da companhia no Brasil, Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, por descumprimento de determinações judiciais. A empresa diz, contudo, que o serviço continuará disponível para os usuários no país. Procurado, o STF não se manifestou sobre o assunto.

Na quinta-feira (15), o ministro Alexandre de Moraes decidiu aumentar a multa aplicada à rede social, de R$ 50 mil para R$ 200 mil diários por perfil, por não cumprir a determinação de bloquear sete perfis acusados de espalhar desinformação. Entre eles, o perfil do senador Marcos do Val (Podemos-ES), alvo de medidas cautelares determinadas pelo ministro nas investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro.

Ao anunciar o encerramento da operação da sua rede social X, Musk também reduz um espaço que já não é significativo na verba para investimentos publicitários por aqui, afirmaram profissionais do mercado ao **Valor**.

Na sexta-feira (16), os cerca de 40 funcionários da subsidiária, incluindo profissionais da área comercial, foram dispensados por e-mail e tiveram seus acessos bloqueados, deixando agências e anunciantes sem contatos locais.

"O fechamento do escritório no Brasil joga uma pá de cal em uma operação que perdeu a relevância nos últimos anos e entrou em uma espiral da morte desde que Elon Musk assumiu a empresa", disse um executivo do mercado publicitário, que preferiu não ter seu nome publicado. Outros profissionais do setor informaram que a verba atualmente dedicada ao X, em campanhas publicitárias, é pouco significativa.

"O serviço X continua disponível para a população do Brasil", disse a empresa em um post na rede social na rede social, no sábado (17).

Nesta segunda-feira (19), nenhum funcionário estava presente no escritório que a empresa ocupa em um dos dez andares de espaços de locação da WeWork, no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo. A reportagem do **Valor** foi informada que somente um profissional de segurança estava atendendo chamadas e recebendo documentos, mas ele não foi encontrado no local.

O time do X no Brasil já havia sido reduzido em novembro de 2022, após o corte de pelo menos metade dos funcionários, do então Twitter, no mundo. O corte foi feito logo após a compra da rede social por Musk, dono da Tesla e da SpaceX, por US$ 44 bilhões, em outubro de 2022.

A rede social fundada em 2006, na Califórnia (EUA), e que iniciou sua operação no Brasil em 2012, enviou um comunicado por e-mail a agências e anunciantes do país, no sábado (17), dizendo estar "comprometida em assegurar que seus negócios com o X seguem ininterruptos".

O X deve encerrar o ano com 335,7 milhões de usuários no mundo, 32,7 milhões de usuários a menos do que em 2022, segundo dados da consultoria alemã Statista. No Brasil, o X tinha 22,1 milhões de usuários conforme o levantamento "Digital Brazil 2024" da plataforma DataReportal. A pesquisa cita dados publicados nas próprias ferramentas de planejamento de anúncios do X mostrando que o alcance potencial de anúncios no Brasil diminuiu em 2,2 milhões de pessoas (queda de 8,9%) entre o início de 2023 e o início de 2024.


U.S. MILITARY ACADEMY AT WEST POINT VIA AP
Elon Musk, dono da rede social X — operação no Brasil demitiu 40 funcionários

O X deve fechar o ano com 335,7 milhões de usuários no mundo, 32,7 milhões de usuários a menos do que em 2022

# PWTech desenvolve purificador de água portátil

**Capital de risco**

Bianca Guilherme
De São Paulo

Enquanto visitava uma tia no hospital, o engenheiro químico Fernando Silva encontrou sem querer uma solução para uma ideia de negócio que estava travada há tempos. Ele percebeu que o filtro utilizado na hemodiálise de outro paciente poderia servir também para filtrar água, o que facilitaria sua jornada para construir um purificador portátil que até então esbarrava no custo e peso. "Se esse filtro permite que o paciente não morra filtrando o sangue, com a água seria da mesma forma", diz Silva.

Cinco anos depois, a PWTech, startup fundada a partir dessa ideia, acaba de fechar um acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), que envia purificadores para regiões que têm dificuldade de acesso a água potável, caso de lugares em conflitos, como Ucrânia e Faixa de Gaza, ou sob efeito de emergências climáticas. A empresa já tem experiência atendendo governos de mais de 20 países. No Brasil, por exemplo, enviou o produto para terras indígenas Yanomami e para atender a população gaúcha atingida pelas enchentes — só o Rio Grande do Sul recebeu 220 equipamentos nos últimos quatro meses.

Com a ONU, a startup fechou um contrato de três anos, que pode ser prorrogado por mais dois. A empresa ficará à disposição para encomendas sem precisar passar por licitações que tornariam o processo mais burocrático, sendo a única brasileira apta. Pelo acordo, a startup pode ser acionada pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops) em suas instalações no Brasil, na Argentina, no Paraguai e Uruguai. Além disso, após um ano de avaliação, a PWTech poderá ser incluída entre as opções de fornecedores de outras agências, fundos e programas ligados à ONU.

Com tecnologia desenvolvida pelo CEO e pela também engenheira química Maria Helena Azevedo, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de São Paulo, a PWTech nasceu em 2019 e recebeu investimento inicial de R$ 1,2 milhão, R$ 600 mil dos fundadores e R$ 600 mil da gestora Fram Capital.

Hoje, conta com uma fábrica em São Carlos, no interior paulista, que produz 5 mil equipamentos por ano. No ano passado, faturou em R$ 7 milhões, e espera atingir R$ 20 milhões em 2024. "Já a previsão para 2025 é que o faturamento no segmento de ajuda humanitária dobre em função desse contrato. Estamos avaliando o impacto disso e a necessidade de expansão da fábrica de São Carlos. Mas ainda estamos na etapa de estudo de viabilidade", explica ele.

Os purificadores portáteis custam em torno de R$ 18 mil e são similares a uma caixa pequena: o equipamento tem menos de um metro de largura, 43 centímetros de altura e pesa, aproximadamente, 18 quilos. Com essas dimensões, pode ser utilizado em áreas mais remotas.

O equipamento funciona com energia solar ou impulsionado por um motor de um carro, e consegue filtrar aproximadamente 5 mil a 10 mil litros de água doce contaminada por dia, ou 4 litros por minuto.

A purificação funciona da mesma forma que uma estação de tratamento: a água contaminada passa pelo tratamento com cloro, depois por filtros que removem partículas e depois vai para membranas de ultrafiltração. Essa membrana tem filamentos internos com uma capilaridade tão pequena que reduz em 99,5% a presença de partículas e elimina 100% de vírus e bactérias que podem estar presentes.

Inicialmente focada em ações humanitárias, a startup também tem começado a trabalhar com empresas privadas que atuam em áreas menos urbanizadas, como a mineradora Vale, ou que trabalham com projetos sociais, caso da empreiteira Andrade Gutierrez. "Temos o projeto Água Boa nas Escolas, em que empresas investem na purificação de água em escolas públicas, que já está sendo abraçado por várias empresas e impactando muitas crianças", diz Silva.


DIVULGAÇÃO

"Se esse filtro permite que o paciente não morra filtrando o sangue, com a água seria da mesma forma"
Fernando Silva

# Nos Estados Unidos, falências de startups aumentam 60%

George Hammond
Financial Times

As falências de startups nos Estados Unidos cresceram 60% no último ano, à medida que os fundadores foram ficando sem o dinheiro levantado durante o boom tecnológico de 2021-2022, ameaçando milhões de empregos em empresas apoiadas por capital de risco e arriscando um contágio para a economia como um todo.

Segundo dados da Carta, que fornece serviços para empresas de capital fechado, as falências de startups estão aumentando drasticamente, mesmo com bilhões de dólares de capital de risco sendo investidos em empresas de inteligência artificial (IA).

A Carta disse que 254 de seus clientes apoiados por firmas de venture capital quebraram no primeiro trimestre deste ano. A taxa de falências hoje é mais de sete vezes maior do que quando a Carta começou a monitorar as falências em 2019.

Na semana passada, a empresa de tecnologia financeira Tally tornou-se a vítima mais recente. Fundada há nove anos, a provedora de ferramentas de gestão de crédito foi avaliada em US$ 855 milhões em uma rodada de financiamento em 2022 e captou mais de US$ 170 milhões junto a firmas de venture capital como a Andreessen Horowitz e a Kleiner Perkins. Jason Brown, fundador da Tally, disse em uma postagem no LinkedIn, que a empresa de San Francisco "não conseguiu garantir os financiamentos necessários para continuar operando". Ela se junta a uma lista de empresas de alto perfil que fecharam no último ano.

Os colapsos são parte de um ajuste doloroso para as startups, desencadeado pelos aumentos das taxas de juros em 2022. O investimento de venture capital em companhias em estágio inicial caiu depois do colapso do Silicon Valley Bank no ano passado, deixando muitas startups abandonadas.

Nos anos de expansão, as firmas de venture capital encorajavam os fundadores e fazer investimentos cada vez maiores, inflando avaliações, segundo afirma Healy Jones, vice-presidente da Kruze Consulting, contador de centenas de startups apoiadas por capital de risco. Era um "ambiente louco de captação de recursos" em que "os incentivos das firmas de venture capital e os dos fundadores nem sempre se alinhavam", diz ele.

Os fundadores agora enfrentam uma ressaca. O salto nas falências se deve em parte ao fato de que "um número anormalmente elevado de empresas captou uma quantidade anormalmente alta de dinheiro durante 2021-2022", disseram recentemente analistas do Morgan Stanley.

As companhias apoiadas por capital de risco empregam 4 milhões de pessoas nos EUA, segundo disse o Morgan Stanley, criando "riscos de contágio para o resto da economia", caso o aumento das falências não desacelere.

Peter Walker, chefe de insights da Carta, diz que houve uma "grande queda" no número de empresas capazes de levantar recursos novamente dois anos depois de suas últimas rodadas de financiamentos. Isso é um problema para as startups que cortaram custos nos últimos dois anos para sobreviver, sacrificando o crescimento no processo. "O conselho mudou. As firmas de venture capital diziam que era preciso crescer a qualquer custo, para ser lucrativo depois", diz Walker. "Se você restringe seu crescimento com cortes, então você talvez não seja um negócio para o capital de risco."

Segundo Jones, os clientes da Kruze que estão levantando recursos com sucesso em uma segunda rodada de financiamentos este ano estão aumentando as receitas em uma média de 600% ao ano. Mesmo para empresas fortes, as aberturas de capital secaram e a atividade de fusões e aquisições desacelerou.

Apenas 9% dos fundos de venture capital levantados em 2021 retornaram algum capital para seus investidores finais, segundo a Carta. Em comparação, um quarto dos fundos retornaram capital no mesmo estágio em 2017.

Jones e Walker disseram que a atividade de financiamento começa a reagir após dois anos fracos.

O investimento está indo predominantemente para startups que trabalham com IA. Os clientes da Kruze levantaram US$ 2 bilhões em 2024, segundo Jones, e três quartos desse montante foram para startups de IA, apesar de elas representarem menos de um quarto de seu total de clientes.

Para aquelas de setores menos glamurosos, as perspectivas são mais desafiadoras. "Existem apenas algumas empresas 'apoiáveis pelo capital de risco' em um determinado momento", diz Walker. "A quantidade de capital pode ter crescido mais rápido do que o número de startups para absorvê-lo." *(Tradução de Mario Zamarian)*

INÊS 249



**Tecnologia** Mais da metade das companhias veem a inovação como ameaça aos negócios ante 9% em 2022

# Grandes empresas nos EUA temem risco da IA

**Tabby Kinder**
Financial Times, de San Francisco

Mais da metade das grandes empresas dos Estados Unidos vem a inteligência artificial (IA) como um possível risco para seus negócios, segundo um estudo baseado em documentos públicos que coloca em evidência como a nova tecnologia poderia provocar transformações generalizadas nas atividades empresariais.

No total, 56% das empresas do ranking "Fortune 500" citaram a IA como um "fator de risco" em seus balanços financeiros anuais mais recentes, segundo análise feita pela Arize AI, uma plataforma que acompanha os documentos públicos divulgados pelas grandes empresas. É um aumento gritante em relação aos apenas 9% em 2022.

Em contraste, apenas 33 empresas das 108 que mencionaram especificamente a IA generativa — tecnologia capaz de criar textos semelhantes aos humanos e imagens realistas — a consideraram uma oportunidade. Entre os possíveis benefícios citados estão as eficiências de custo, benefícios operacionais e aceleração da inovação, segundo os balanços anuais dessas empresas. Cerca de 70% dessas 108 empresas especificaram a IA generativa como um risco.

As divulgações mostram que o impacto da IA generativa já vem sendo sentido em vários setores e na maior parte das maiores empresas de capital aberto nos EUA.

O uso da tecnologia de aprendizado de máquina preditivo teve forte crescimento nos últimos dois anos, desde o lançamento do popular "chatbot" ChatGPT, pela OpenAI, em novembro de 2022. A partir de então, as gigantes tecnológicas investiram dezenas de bilhões de dólares para desenvolver sistemas de IA de alta potência e foram lançadas centenas de startups para aproveitar a oportunidade de revolucionar setores de negócios.




> Estudo cita possível impacto do algoritmo nos direitos humanos, no emprego e na privacidade

Entre os riscos da IA mencionados nos balanços financeiros anuais das companhias listadas da "Fortune 500" neste ano está o aumento da concorrência, uma vez que as diretorias temem não conseguir acompanhar rivais que sejam capazes de explorar melhor a tecnologia.

Outros possíveis riscos incluem questões reputacionais ou operacionais, como ter problemas com preocupações éticas sobre o possível impacto da IA nos direitos humanos, no emprego e na privacidade.

Alguns setores estão mais preocupados com a IA do que outros.

Mais de 90% das maiores empresas de mídia e entretenimento dos EUA manifestaram que os sistemas de IA de alto crescimento representaram um risco para os negócios neste ano, assim como 86% das companhias de softwares e tecnologia.

Cerca de 70% das empresas de telecomunicações da "Fortune 500" e mais da metade das empresas dos setores de saúde, serviços financeiros, varejo, consumo e aeroespacial fizeram o mesmo alerta aos investidores.

Por exemplo, a Netflix, o serviço de streaming avaliado em torno de US$ 290 bilhões, advertiu que os concorrentes poderiam ficar em vantagem em relação à empresa usando inteligência artificial. "[Isso] afetaria nossa capacidade de competir de modo eficaz e nossos resultados operacionais poderiam ser impactados negativamente".

A empresa de telecomunicações Motorola destacou que a "IA pode nem sempre operar como previsto e os conjuntos de dados podem ser insuficientes ou conter informações ilegais, tendenciosas, prejudiciais ou ofensivas, o que poderia impactar negativamente" seus ganhos e reputação.

Algumas empresas citaram a existência de riscos financeiros relacionados à evolução no uso dos sistemas de IA, como os custos cada vez maiores e imprevisíveis.

A Salesforce, uma empresa de softwares avaliada em US$ 250 bilhões, ressaltou que sua adoção da IA "apresenta questões éticas emergentes" sobre o recolhimento de dados e a privacidade.

De acordo com a Salesforce, suas margens de lucro poderiam ser afetadas pela "incerteza" em relação às aplicações emergentes de IA, com o que provavelmente precisaria investir mais para desenvolver e testar novos modelos.

Riscos legais, regulatórios e de cibersegurança relacionados à inteligência artificial também foram um tema comum entre as empresas da "Fortune 500".

Segundo alertou a gigante do entretenimento Disney, "as regras que regem os novos desenvolvimentos tecnológicos", como a IA generativa, "ainda não estão definidas", o que poderia afetar seu atual modelo de negócios, como os fluxo de receitas geradas pelo uso de sua propriedade intelectual, e também a forma como desenvolve seus produtos de entretenimento.

O laboratório farmacêutico Viatris, que foi desmembrado da Pfizer, avaliou que o uso de soluções de IA por funcionários ou fornecedores "poderia levar à divulgação pública de informações confidenciais", assim como ao "acesso não autorizado" a dados pessoais dos funcionários, dos participantes de ensaios clínicos ou de outros.

Entre as poucas companhias que destacaram a IA como um benefício potencial estiveram nomes da área de saúde como a Quest Diagnostics e a Cigna. Para elas, a IA generativa está melhorando partes de seus negócios, como o atendimento ao cliente, o processamento de amostras e a análise de reivindicações de seguro. Por sua vez, a agência de publicidade IPG disse estar "adicionando inteligência à criação de conteúdo em todo o espectro de marketing". *(Tradução de Sabino Ahumada)*

# 'Time Out' batiza mercados de comida e entretenimento

**Marketing**

**Andrea Assef**
Para o Valor, de Nova York (EUA)

A "Time Out", que nasceu em 1968 como uma revista sobre a cena musical e política de Londres e transformou-se em um importante guia de restaurantes e eventos culturais em grandes cidades do mundo, investe em uma estratégia de marketing ousada: criou um negócio que movimenta milhões de turistas e de libras por ano.

Há dez anos, a equipe da revista em Lisboa teve a ideia de montar um mercado com comidas e bebidas escolhidas pela redação. O Time Out Market Lisboa abriu as portas ao público em 2014 como o primeiro mercado alimentar e cultural do mundo com curadoria editorial. De lá para cá, já recebeu mais de 35 milhões de visitantes, tornando-o um dos destinos mais populares de Portugal e desencadeando um novo braço de negócios do grupo que conta hoje com nove mercados desse tipo espalhados por quatro continentes.

No momento em que os mercados de comida se tornaram uma tendência mundial, reunindo a busca por experiências, informalidade e novas formas de consumo na indústria da alimentação, o grupo Time Out se reinventou e criou espaços próprios a partir de sua marca. O desempenho do empreendimento aparece na audiência e nos números. A "Time Out" é totalmente digital desde 2022 quando encerrou as versões impressas, decisão acelerada pela pandemia de covid 19. Conta com uma audiência mensal de 142 milhões de acessos, com foco no conteúdo de vídeo nas redes sociais, especialmente TikTok e Instagram.

A revista está presente em 333 cidades de 59 países. Segundo os resultados de 30 de junho de 2023, o Grupo Time Out aumentou a receita bruta em 43%, para 104,6 milhões de libras. Desse total, a receita bruta dos mercados foi de 71,5 milhões de libras. O lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização (Ebtida) ajustado deu um salto de 336%, para 5,3 milhões de libras.

"A Time Out é a única marca global com uma voz local que ajuda as pessoas a sair para cidades ao redor do mundo e isso é algo que as pessoas sempre vão querer fazer", diz Chris Ohlund, executivo-chefe (CEO) do Time Out Group, ao **Valor**.

Segundo Ohlund, em uma indústria que está em constante mudança, como a da comunicação, a estratégia do Time Out de levar sua marca para uma nova frente de negócios se mostrou acertada. A curadoria dos produtos, dos restaurantes, que fazem parte dos mercados, é feita pelos próprios editores da Time Out e isso é um ponto importante da estratégia. Eles selecionam, experimentam e testam os pratos feitos por chefs de cozinha da cidade e, em seguida, convidam os que se destacam para se juntarem ao Time Out Market. Os chefs e restaurantes não podem "comprar" o seu caminho para ter um espaço no Market; é necessário ser convidado pela redação da revista, explica Ohlund.

> "Nosso objetivo é aumentar soluções de campanha sob medida"
> *Chris Ohlund*

O mix escolhido, atualizado regularmente, busca apresentar os chefs premiados da cidade e restaurantes em ascensão. Os estabelecimentos selecionados têm contratos de aluguel do espaço de um mês a três anos, sendo que a sua renovação depende da avaliação dos leitores da revista. Só os estabelecimentos mais bem cotados garantem a renovação do contrato.

Segundo o executivo, a plataforma nos formatos digital, com a revista on-line, e físico, com os mercados, permite oferecer campanhas personalizadas aos clientes, abrangendo tanto canais digitais como eventos ao vivo. "Nosso objetivo é aumentar essas soluções de campanha criativas sob medida para os anunciantes, que serão capazes de abordar tanto o nosso público digital quanto o nosso público 'na vida real' nos Time Out Markets", diz Ohlund. Ele cita como exemplo marcas como Tourism Switzerland, Maybelline e Mastercard que já fazem parceria com os mercados de comida da revista e também estão nas campanhas digitais personalizadas.


DIVULGAÇÃO

O mercado de Nova York da 'Time Out', no Brooklin, tem 17 restaurantes, dois bares e espaço para shows e dança

No plano de expansão, o executivo está desenhando um modelo mais flexível. O mercado, dependendo do tipo de imóvel, pode abrigar "refeitórios menores de bairro e espaços específicos para aeroportos".

No Time Out Market New York, instalado no Brooklin e visitado pelo **Valor**, é possível experimentar os sabores diversos da cidade em pleno " rooftop" à beira-mar, enquanto se admira Manhattan do outro lado da ponte. Do Tonkotsu ramen aos tacos, da comida vegana aos hambúrgueres suculentos, o espaço de cinco andares oferece comidas de 17 restaurantes, dois bares e um espaço para shows e dança. Às quintas-feiras, às 18h, há aula de salsa gratuita, com música ao vivo. A comida e as bebidas podem ser pedidas por um aplicativo e são entregues na mesa ou no balcão.

O de Nova York é o terceiro dos mercados de alimentação do grupo. Foi aberto em 2019. Nesse mesmo ano Miami ganhou outro, que funcionou durante quatro anos e foi fechado em 2023. "Como parte do foco na construção de um portfólio rentável, foi decidido que o site de Miami fecharia em 30 de junho de 2023. Após o lançamento do primeiro mercado em Lisboa em 2014, a unidade de Miami foi a primeira a abrir no âmbito da expansão global em 2019 e teve um desempenho inferior após a pandemia", diz o CEO.

Atualmente, são nove em funcionamento: Lisboa, Nova York, Boston, Chicago, Montreal, Dubai, Cidade do Cabo, Porto e Barcelona (aberto em julho deste ano). Até dezembro deve ser inaugurado um em Bahrein. Em 2025, Osaka, Budapeste, Vancouver e Abu Dhabi. E em 2027, Riad e Praga.

Mas tudo começou em Lisboa quando o primeiro Time Out Market abriu as portas no histórico Mercado da Ribeira. Na capital portuguesa o mercado funciona em um espaço de 32 mil metros quadrados. São 26 restaurantes, incluindo dois chefs com três estrelas Michelin, 8 quiosques, 8 bares, 5 lojas, uma Chef's Academy (desde 2015, quase 24 mil pessoas participaram de workshops e eventos) e um espaço de entretenimento. Há também um coworking e clube noturno.

Por enquanto, o Brasil ainda não entrou no radar. "Embora, atualmente, não tenhamos planos para novos locais no Brasil, o país abriga cidades com gastronomia e cenas culturais vibrantes, o que o torna atraente para nós", afirma o CEO..

## Curtas

### Bilheterias de cinema

O filme "É Assim Que Acaba", baseado na obra da escritora americana Colleen Hoover, se manteve na liderança dos cinemas brasileiros pela segunda semana consecutiva e superou a estreia de "Alien: Romulus", mostram dados da consultoria Comscore. A produção teve bilheteria de R$ 11,2 milhões entre os dias 15 e 18 de agosto, levando 508,4 mil pessoas às salas brasileiras. Já o novo filme da sequência "Alien" ficou em terceiro lugar, com faturamento de R$ 4,91 milhões e público de 213,3 mil pessoas. "Deadpool & Wolverine", em segundo lugar, a reestreia da animação "Coraline e o Mundo Secreto" em quarto e "Meu Malvado Favorito 4" em quinto completam as cinco maiores bilheterias da semana. "Divertida Mente 2" deixa o Top 5 depois de dois meses.

### AMD compra ZT Systems

A Advanced Micro Devices (AMD) anunciou nesta segunda-feira (19) um acordo para pagar quase US$ 5 bilhões pela ZT Systems, uma empresa que projeta equipamentos de data center para computação em nuvem e inteligência artificial, fortalecendo o ataque contra o domínio da Nvidia no setor. O acordo, um dos maiores na história da AMD, faz parte de um esforço para oferecer um portfólio mais amplo de chips, softwares e designs de sistemas para grandes clientes de data centers, como a Microsoft e a Meta, prometendo melhor desempenho por meio de uma integração entre esses produtos. A ZT Systems, fundada em 1994, projeta e fabrica servidores, racks de servidores e outras infraestruturas que abrigam e conectam chips nos centros que alimentam sistemas de inteligência artificial, diz a Dow Jones.

### Samsung e a memória

A corrida para desenvolver a próxima geração de memória que possa lidar com o aumento explosivo no processamento de dados exigido pela inteligência artificial (IA) está em andamento. A Samsung Electronics está liderando o caminho com a tecnologia candidata Compute Express Link (CXL). A empresa planeja iniciar as remessas no segundo semestre de 2024, quando espera-se que o mercado experimente um crescimento significativo. O CXL é um padrão aberto para computação de alta velocidade. "É como unir estradas largas para permitir que grandes quantidades de dados viajem de um lado para o outro", explicou Choi Jang-seok, diretor executivo da divisão de memória da Samsung, durante uma apresentação técnica da empresa para repórteres em julho, informou a "Nikkei Asia".

**Agro 4.0** Olavo Setúbal Jr, Marcos Molina, André Lara Resende, Alain Belda e Antonio Maciel Neto acabam de investir na Buzzfly, de biotecnologia

# Startup que faz proteína de larva de mosca atrai grandes empresários

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Uma larva comendo uma carcaça de um animal morto pode inspirar ojeriza em muita gente, mas nos empresários Olavo Setúbal Jr, Marcos Molina, André Lara Resende, Alain Belda e Antonio Maciel Neto, inspira a visão de uma oportunidade de negócios. Eles acabam de realizar seu segundo aporte na startup de biotecnologia BuzzFly, para a ampliação da produção de proteína da larva da mosca BSF, que pode alimentar desde pets até humanos.

Desde 2021 até o início deste ano, eles vinham colocando recursos na startup fundada por Yuri Macêdo, Leonardo Massi e Leonardo Borges. O montante, que somou R$ 3 milhões até então, vinha apoiando a pesquisa e desenvolvimento da fábrica da BuzzFly em Piracicaba (SP). Agora, o grupo de empresários aportou R$ 4 milhões de uma vez, o que permitirá a construção de uma nova planta em Guarulhos.

Tal como na unidade de Piracicaba, a nova planta terá um criadouro da mosca soldado-negro, mais conhecida como BSF, da sigla em inglês Black Soldier Fly. O inseto, que se parece com uma vespa, alimenta-se de todo tipo de resíduo, e não só de carcaças de animais, mas também de resíduos urbanos e agroindustriais.

No processo produtivo da BuzzFly, a larva da BSF passa sete dias no "berçário" e mais sete na fase de "engorda" — as fases distinguem-se pelo tipo de resíduo dado —, para depois ser "abatida". Quando morta, ela é desidratada, em um processo que separa o óleo da proteína da larva. No abate, extrai-se 30% de óleo e 45% de proteína. De todas as larvas criadas, 5% são reservadas para a recria.

O óleo da larva da BSF é um produto com registro no Ministério da Agricultura e pode ser vendido como realçador de sabor para a indústria de ração animal, segundo Macêdo, CEO da BuzzFly. Já a farinha da larva, já processada, chega a ter 60% de proteína e tem "muita digestibilidade e palatabilidade", afirma.

Os produtos da unidade de Piracicaba atendem a indústria pet, fabricantes de ração para aves e para peixes ornamentais. Os mesmos clientes devem ser atendidos pela fábrica de Guarulhos.

**60%**
**é o teor de proteína da farinha da larva de BSF dessecada**

"A demanda tem sido maior do que a oferta. Agora vamos aumentar a capacidade para conseguir entregar mais produtos aos clientes. Não devemos mexer no mix [de clientes] nos próximos dois anos", afirma o CEO.

Mas Macêdo quer oferecer novas opções para seus clientes atuais. "Devemos ter neste segundo semestre alguns lançamentos para a indústria pet usando farinha de BSF", conta.

Ele também vê mercado potencial nas criações de camarão, alevinos de tilápia, suínos, e para outros animais de corte para melhoria de desempenho.

A proteína da mosca poderia atender até a alimentação humana com grandes vantagens ambientais. Para a produção de 1 quilo de proteína, a criação de gado bovino ocupa uma área oito vezes maior que a criação da BSF, demanda 22 vezes mais água e emite 2.800 vezes mais $CO_2$. Porém, Macêdo reconhece que há uma "barreira cultural" no Ocidente para esse tipo de produto.

A planta de Guarulhos que será erguida com os recursos recém-captados terá 2 mil metros quadrados e poderá ser ampliada em quatro vezes. Para isso, a BuzzFly espera captar até R$ 16 milhões.

Na estrutura inicial, a nova unidade terá capacidade de produzir até 6 mil quilos de proteína por mês, o dobro da capacidade da planta de Piracicaba. Quando a nova fábrica for ampliada ao limite, a produção pode chegar a 50 mil quilos por mês.

A alimentação das moscas será fornecida por uma empresa gerenciadora de resíduos da região, que os recolhe de supermercados, pastifícios, indústrias de alimentação humana e animal, entre outras empresas.

A composição dos resíduos que alimentam as moscas não pode mudar muito, já que isso interfere no teor de proteína obtida na dessecação da BSF, explica Macêdo. "O objetivo é fazer um negócio com muita qualidade e constância, para que os clientes façam produtos que tenham giro", sustenta.

Depois que as larvas se alimentarem dos resíduos, os "restos" dessa alimentação passarão por um processamento e se tornarão adubo orgânico, que será vendido para produtores de orgânicos, principalmente de hortifrútis.

Dentro de casa, a BuzzFly investe em melhoramento genético das moscas. "Tem características que queremos priorizar, como a que as matrizes coloquem mais ovos, ou que as larvas engordem mais."

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR



Yuri Macêdo: a demanda tem sido maior do que a oferta; vamos entregar mais produtos aos nossos clientes atuais

# 'Xerife' do mercado futuro americano multa Raízen

**Usina**
De São Paulo

A Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC) dos EUA, xerife do mercado futuro americano, multou a Raízen em US$ 750 mil por "wash sale", uma prática anticompetitiva que consiste em uma troca de ativos entre empresas de um mesmo grupo econômico, em geral para simular operações, manipular preços ou para obtenção de alguma vantagem fiscal.

No processo de investigação do órgão, a companhia admitiu a prática. Procurada pela reportagem, a Raízen não quis comentar.

Segundo a CFTC, entre março e setembro de 2022, a Raízen Energia e a Raízen Trading realizaram 44 operações ilegais com contratos futuros de açúcar na ICE Futures, a bolsa de Nova York.

Trataram-se de operações de troca por transações físicas (EFP, na sigla em inglês). Nesses casos, uma parte compra o produto físico e simultaneamente vende contratos futuros, enquanto a outra parte vende a commodity e simultaneamente compra os contratos futuros da primeira parte.

Segundo a CFTC, as operações de EFP entre a Raízen Energia e a Raízen Trading foram ilegais porque são empresas do mesmo grupo econômico. Para o órgão, as operações foram feitas para facilitar a transferência do produto entre uma empresa e outra e anular posições de hedge do açúcar físico. As operações envolveram mais de 50 mil contratos futuros de açúcar que valiam mais de US$ 1 bilhão.

Em abril, a Raízen Energia concordara em pagar outros US$ 100 mil em multa para encerrar uma investigação da ICE Futures sobre operações proibidas de EFP. *(CSR)*

# Trabalhador da BRF morre preso em câmara a 18 graus negativos

**Frigoríficos**
Adriana Mattos
De São Paulo

Um trabalhador da BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, morreu depois de ficar preso em uma câmara de refrigeração, com 18 graus negativos, de um centro de distribuição da empresa em Embu das Artes (SP), na noite de quinta-feira (15/8). A vítima foi socorrida e encaminhada para um hospital da região, mas não resistiu.

Dezenas de prateleiras com pallets de produtos e painéis de aço empilhados caíram sobre o funcionário enquanto ele trabalhava na unidade, em frente à única porta de acesso e saída, bloqueando a passagem.

No momento da queda, o empregado não fazia manobras nas prateleiras que despencaram, e havia ainda outro funcionário no mesmo corredor, mas ele conseguiu escapar com ferimentos leves. Mas ambos ficaram presos na câmara até a liberação da porta e a chegada do Corpo de Bombeiros.

A delegacia de Embu das Artes, que apura a ocorrência, informou que o caso foi registrado como homicídio e lesão corporal, mas que a morte segue sob investigação.

Segundo a delegacia, é preciso verificar as condições da câmara no momento, ou seja, se havia excesso de pallets estocados no local, acima de limites permitidos de peso, além de ser necessário entender as alternativas de segurança para empregados na câmara.

Em seu relatório integrado de 2023, em que cita ações de ESG, que envolvem a segurança de empregados, a BRF disse que "manter seguras todas as pessoas é sempre a prioridade porque respeita a vida e a saúde como valores soberanos". No documento, a empresa afirmou ainda que vinha com "conquistas relevantes em sustentabilidade e no aperfeiçoamento dos padrões de governança".

"Manter seguras todas as pessoas é sempre a prioridade"
*Relatório da BRF*

Centros de distribuição de congelados armazenam uma grande quantidade de produtos. Em 2018, o centro da BRF de Embu das Artes tinha 25,4 mil posições de pallets, segundo relatou a empresa na época, o que exige um amplo suporte para armazenamento, para evitar superlotações. Em 2018, o processo de distribuição em Embu das Artes tinha 99,95% de precisão, informou a BRF na ocasião.

O **Valor** tentou contato com a família da vítima, mas recebeu a informação de fontes da delegacia que a família não se manifestou se irá ou não processar a BRF.

Essa não é a primeira vez que há problemas envolvendo funcionário da BRF em câmaras frias. Em 2013, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu o direito de uma ajudante de frigorífico da BRF ao recebimento de adicional de insalubridade. A funcionária dizia que permanecia por longos períodos em câmaras frigoríficas, exposta a temperaturas abaixo de 12ºC, e a ruídos acima dos níveis toleráveis.

Ainda segundo ela, era necessária a concessão de intervalos para recuperação térmica do organismo, o que não era admitido pela empresa. A cada 1h40, era necessária interrupção de 20 minutos.

Houve decisão unânime da Segunda Turma favorável à empregada, e a BRF foi condenada a pagar adicional de insalubridade referente ao período do contrato. A decisão já transitou em julgado.

Sobre o caso em Embu das Artes, a BRF foi procurada para informar se há alguma forma de acesso em caso de bloqueio para a saída de empregados do local onde ocorreu a morte e para dizer se identificou excesso de itens estocados em áreas nas câmaras. A empresa não se manifestou até o fechamento desta edição.

Na sexta-feira, a BRF disse ter acionado os protocolos de segurança, direcionando equipes de pronto-atendimento para assistência às pessoas. Afirmou que lamenta profundamente o ocorrido, que está prestando apoio à família do empregado morto e que reitera seu compromisso com a segurança. Informou ainda que isolou a área após a tragédia.

## valor.com.br

**Insumos**
### Ajinomoto usará amônia da Yara

A Ajinomoto, dona da marca Sazón, fechou contrato para aquisição de amônia da empresa de fertilizantes Yara. No primeiro ano de vigência do acordo, a Ajinomoto vai comprar mais de 600 toneladas do insumo para uso nos processos fermentativos de sua fábrica de Limeira (SP). A produção da amônia ocorrerá a partir de gás biometano, oriundo dos resíduos da fabricação de açúcar e derivados, o que deverá reduzir a pegada de carbono da companhia.

valor.com.br/agro

**Safra 2023/24**
### Contratações recorde na citricultura

A citricultura brasileira empregou 57.368 pessoas na safra 2023/24, alta de 2,2% sobre o ciclo anterior, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), compilados pela CitrusBR. Esse foi o maior número dos últimos dez anos.

valor.com.br/agro

**Equipamentos**
### Corti Avioeste avança na pecuária leiteira

A Corti Avioeste, multinacional ítalo-brasileira que produz equipamentos para avicultura e suinocultura, decidiu ampliar suas operações no Brasil para o mercado de bovinocultura de leite com soluções com foco em climatização e automação. A empresa não revela investimento.

valor.com.br/agro

INÊS 249

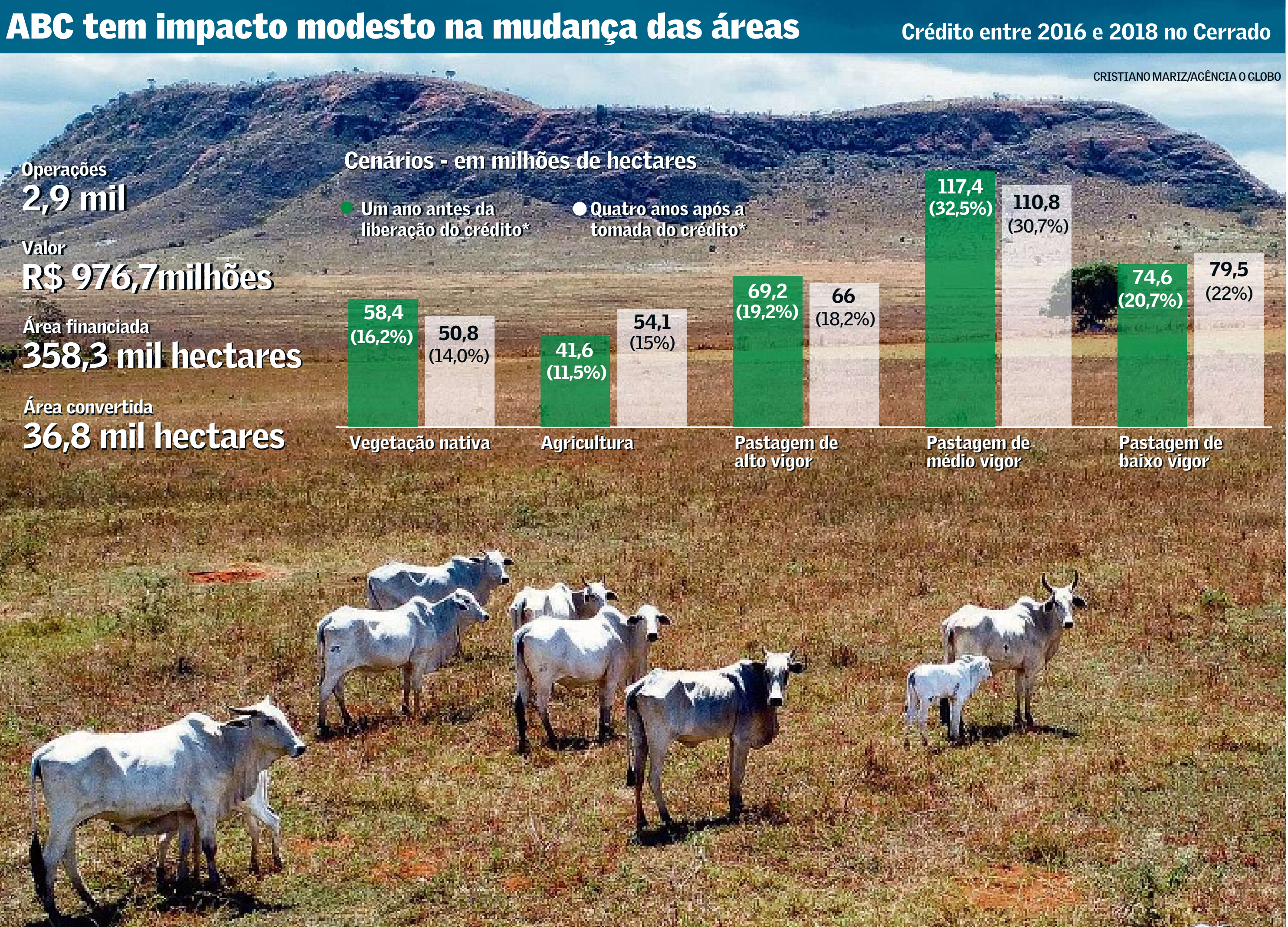
Agronegócios

Por GLOBORURAL

**Cenários** Até seis anos após a tomada dos recursos de linha do programa ABC, 72,5% das áreas financiadas permanecem sem melhora significativa, segundo CPI/PUC-Rio

# Crédito com subsídio para recuperação de pastagem é pouco efetivo, diz estudo

**Rafael Walendorff**
De Brasília



Fonte: CPI/PUC-Rio * Percentuais se referem à fatia correspondente em todo o Cerrado

O crédito subsidiado acessado por produtores para a recuperação de pastagens degradadas no Cerrado tem sido pouco efetivo. Até seis anos após a tomada dos recursos pela linha específica do programa ABC do Plano Safra, 72,5% das áreas financiadas permanecem inalteradas, sem melhoria significativa na qualidade do pasto nem conversão para lavouras.

É o que aponta estudo do Climate Policy Initiative/PUC-Rio (CPI/PUC-Rio) antecipado ao **Valor**. O documento faz recomendações para se aprimorar a eficácia da política de recuperação de pastagens, uma das prioridades da atual gestão e peça-chave para o país alcançar suas metas de redução de gases de efeito estufa. O Ministério da Agricultura nega baixa efetividade do programa.

Pesquisadores cruzaram imagens de satélites dos polígonos georreferenciados de mais de 5,6 mil operações de crédito rural registradas no Banco Central, entre 2016 e 2018, com dados sobre uso da terra e vigor de pastagens da Plataforma MapBiomas e do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig) da Universidade Federal de Goiás (UFG) para analisar o efeito na recuperação das pastagens até 2022.

Na média, os investimentos ajudaram a reduzir em apenas 3 pontos percentuais a área de pasto degradado. A pesquisa não identificou efeitos significativos da tomada de crédito em áreas que estavam severamente degradadas. O cenário do Cerrado, que tem um terço das pastagens brasileiras e mais da metade dos financiamentos no ABC Recuperação no período (2,9 mil operações), repete-se nas demais regiões, diz o estudo.

Entre 2016 e 2018, foram financiados R$ 976,6 milhões para a recuperação de 358,3 mil hectares de pastos degradados no Cerrado. Um ano antes dos financiamentos, 72,3% dessa área era composta por pastagem (259,1 mil hectares), dos quais 71,5% (185,1 mil hectares) possuíam indícios de degradação com médio e baixo vigor.

Após o cruzamento das imagens, os pesquisadores estimaram que apenas 3,8% da área total financiada no bioma foi recuperada até 2022, cerca de 13,7 mil hectares. Nesses locais houve melhoria do grau vegetativo das pastagens.

Já em 10,3% da área total houve conversão do pasto para outros usos. Foram 36,8 mil hectares que migraram para lavouras ou para o "mosaico" agricultura-pecuária. Esse número inclui também a pastagem recuperada.

"Observamos que a tomada do crédito não está gerando um aumento relevante da qualidade geral das pastagens e não tem provocado mudanças significativas no uso da terra. Os recursos subsidiados não estão gerando retornos efetivos para a sociedade", diz Wagner Oliveira, analista sênior do CPI/PUC-Rio, responsável pelo estudo.

Ele afirma que os resultados são modestos e que o intervalo analisado, entre quatro e seis anos após a tomada do crédito, é suficiente para gerar mudanças no ambiente de recuperação ou conversão de área. "Cerca de 3/4 das áreas não tiveram modificação alguma, especialmente nos locais onde a degradação é mais severa", aponta.

Segundo o estudo, a linha específica para recuperação de pastagens contribuiu, no máximo, para 2,5% da meta brasileira do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (ABC) de recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas entre 2010 e 2020. Ainda que 100% da área financiada fosse efetivamente recuperada, a contribuição da linha teria sido de 18%, de acordo com o CPI/PUC-Rio, com 2,7 milhões de hectares recuperados.

> "É importante criar critérios de quem será elegível para os recursos, ter um monitoramento efetivo"
> *Wagner Oliveira*

O estudo reforça a importância da política de financiamento subsidiado, mas indica a necessidade de se criar mecanismos para monitorar a aplicação dos recursos e o atingimento do objetivo para o qual eles foram contratados ao longo do tempo, com a efetiva transformação das áreas.

Algumas recomendações são atrelar os financiamentos aos serviços de assistência técnica e o seguro rural. Outra ideia é garantir uma complementaridade de renda a quem faz esses investimentos, já que a área fica imobilizada e sem rentabilidade durante o período de transição e recuperação.

As observações valem também para as novas ferramentas de incentivo à recuperação das áreas degradadas que o governo tem criado, como o programa lançado em dezembro de 2023 para atrair recursos internacionais privados para conversão das pastagens.

"É importante criar critérios de quem será elegível para buscar esses recursos, ter um monitoramento efetivo e articular o crédito com outros instrumentos, como assistência técnica e seguro rural", afirma o analista do CPI/PUC-Rio.

Procurado, o Ministério da Agricultura negou que a efetividade do crédito direcionado à recuperação de pastagens seja baixa. A Pasta disse que 26,8 milhões de hectares degradados foram recuperados entre 2010 e 2020, quase o dobro da meta do Plano ABC para o período.

Afirmou também que seria necessário conhecer melhor a metodologia adotada no estudo para realizar um comentário mais aprofundado dos resultados, inclusive se houve eventos climáticos, pragas ou de mercado que possam ter prejudicado o projeto.

O ministério ressaltou que "a área não se torna permanentemente produtiva sem a devida manutenção" e que a análise da viabilidade técnica dos projetos e a fiscalização das operações de crédito são de competência das instituições financeiras que concedem os empréstimos, fiscalizadas pelo BC.

# Pequeno produtor usará IA para irrigar plantação

**Tecnologia**

**Marcos Fantin**
De São Paulo

A Embrapa Agroindústria Tropical, em Fortaleza, desenvolveu um sensor capaz de identificar o momento ideal e a quantidade exata de água de que uma planta necessita. O sistema baseia-se em uma inteligência artificial que mede parâmetros como radiação solar, umidade do ar e hidratação das folhas e usa essas informações para acionar automaticamente equipamentos de irrigação.

Desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), o sensor é capaz de operar sob uma das condições mais críticas da agricultura do Nordeste do país: a falta de água. Com isso, um dos objetivos é reduzir o consumo de água, sobretudo nas operações de pequenos e médios produtores.

"No Nordeste, o grande problema é que não temos água. Em alguns anos, as secas são muito duras. Para o produtor, seria muito bom fazer o uso parcimonioso da água que ele tem em cacimba coletada da chuva, e não aplicar isso com base apenas em balanços hídricos que não calculam perfeitamente", afirma Cláudio Carvalho, pesquisador da Embrapa e orientador do projeto.

Segundo Otto Sousa, engenheiro da computação, mestrando em Engenharia de Teleinformática e responsável pelo projeto na universidade, o sensor tornará possível manter o nível de produção com um gasto bem menor de água. Ele argumenta que, com o tempo de uso da ferramenta, os produtores conseguem compensar o investimento inicial na instalação e calibração do sistema.

Já há soluções parecidas, diz ele, mas que "ou são caras ou não tão precisas". Hoje, as principais tecnologias baseiam-se no uso de tensiômetros, aparelhos que mensuram o nível de umidade de uma região de solo, ou em câmeras infravermelho, que monitoram o nível de calor de uma região.

"Embora esses métodos já sejam bastante utilizados, eles deixam a desejar na precisão ou no custo de instalação e manutenção, que é alto", explica. Sousa diz que a ideia não é substituir o que já existe, mas oferecer uma terceira opção e, com isso, ajudar principalmente os pequenos e médios produtores.

A tecnologia usa IA para identificar padrões e controlar a irrigação — o que, segundo o pesquisador da Embrapa, é inédito. Carvalho conta que o algoritmo é capaz de se "autoalimentar" à medida que levanta informações das plantas; uma rede neural robusta armazenará os dados. "Na prática, a IA vai identificar padrões, dizer se a plantação está sofrendo ou não com a falta d'água e quanto ela vai precisar no futuro", afirma.

Segundo Sousa, o acionamento da bomba d'água para irrigação pode ocorrer de maneira automática ou por um operador humano. "Nesse caso, o sistema criaria alertas ao operador indicando a necessidade de irrigação da plantação".

Após o lançamento da tecnologia, o próximo passo será colocá-la no mercado, mas isso deverá levar até dois anos para acontecer, segundo a professora Atslands Rego da Rocha, do Departamento de Engenharia de Teleinformática da Universidade Federal do Ceará.

Ela diz que os desenvolvedores já estão construindo a versão 2.0 do hardware e aumentando o banco de dados para a modelagem usando as ferramentas de inteligência artificial. "As perspectivas apontam [que teremos] uma solução interessante em alguns meses, mas a comercialização plena só se dará em mais algum tempo".

Para isso, já há conversas avançadas com a 3C3 Tecnologia, especializada no desenvolvimento de tecnologias para a agricultura irrigada. "Enquanto pesquisamos e desenvolvemos o sistema, eles serão parceiros na fabricação dos dispositivos em que se embarcaria esse sistema", explica Otto Sousa.

DIVULGAÇÃO/EMBRAPA

Cláudio Carvalho, da Embrapa: falta d'água é o grande problema no Nordeste

**Startups**
BuzzFly, que produz proteína à base de larva de mosca, atrai grandes empresários
B9

**Gestão de recursos** Fundos de crédito, como o da Tivio, de Karlik, buscam mais título bancário para defender retorno C6



**Copom** Instituições como BTG e XP passam a prever alta da Selic em setembro C2

**Jackson Hole** Investidor espera clareza sobre o ritmo de cortes de juros pelo Fed C2

**Ativos** Índices acionários em NY têm oitavo pregão seguido de alta com reação das cotações C2



# Finanças

**Mercados** Proximidade de cortes nos EUA e falas conservadoras de dirigentes no Brasil contribuem para retirada de prêmios de risco dos ativos locais

## Ibovespa tem novo recorde e dólar cai 1% com exterior e BC

**Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari e Gabriel Roca**
De São Paulo

O ambiente externo positivo e a melhora na percepção de risco dos agentes financeiros sobre a condução da política monetária do Brasil abriram espaço para a continuidade da valorização dos ativos locais. O bom humor generalizado no mercado doméstico acabou levando o Ibovespa a uma nova máxima histórica de fechamento, ao passo que o dólar encerrou o dia em queda superior a 1%.

As declarações conservadoras do diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, que reforçou a possibilidade de voltar a subir os juros no curto prazo, contribuíram para uma ampla retirada de prêmios de risco nos ativos locais ontem. E, diante da forte queda sofrida pelo dólar e pelas taxas de longo prazo, o Ibovespa anotou um novo recorde histórico de fechamento ontem, impulsionado também pela perspectiva de cortes de juros nos EUA.

No fim do dia, o Ibovespa subiu 1,36%, encerrando a sessão aos 135.778 pontos. Já o dólar comercial fechou negociado em queda de 1,03%, cotado a R$ 5,4114, ao passo que os juros futuros de curto prazo terminaram em ligeira alta e os de longo prazo exibiram queda. No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,84% para 10,845%, enquanto a taxa do DI para janeiro de 2027 recuou de 11,565% para 11,415%.

Segundo Fernando Siqueira, chefe de pesquisas da Guide Investimentos, a principal explicação para o movimento de alta do Ibovespa em agosto está nos sinais mais claros de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) iniciará o ciclo de corte de juros na próxima reunião em setembro. Além disso, os últimos dados da economia americana afastaram, ao menos por ora, o temor de uma recessão na economia americana.

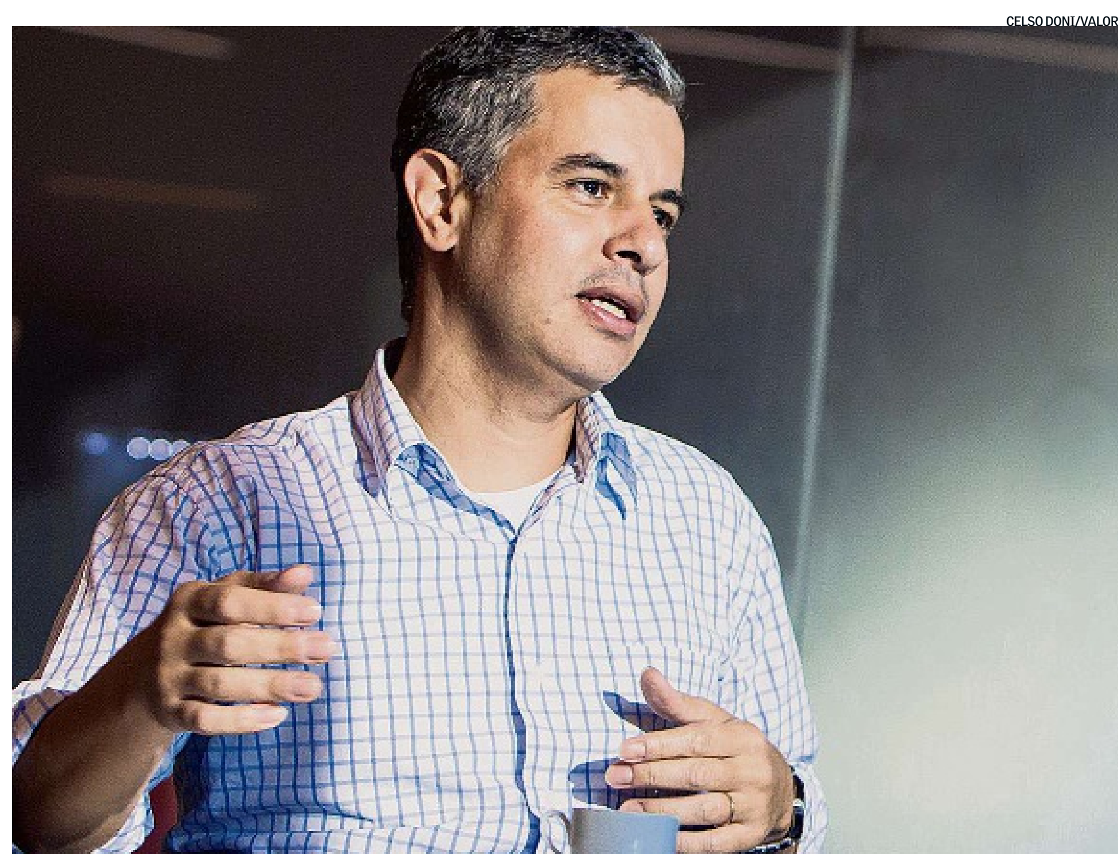
"O fluxo do investidor estrangeiro tem sido positivo quase todos os dias, e isso foi mais evidente neste mês, mas em julho também já foi criada essa expectativa", observa. Até 15 de agosto, os estrangeiros aportaram mais de R$ 4 bilhões no mês, diminuindo um pouco o déficit que o segmento acumulou ao longo do primeiro semestre, que totaliza R$ 32,5 bilhões.

Os resultados das empresas no segundo trimestre, com exceção de parte das exportadoras de commodities, também influenciaram positivamente no desempenho do índice. "Setores de saúde, varejo, construção, frigoríficos, mais voltados para a economia brasileira, têm ajudado bastante a bolsa", diz Siqueira.

Em relatório enviado a clientes, os analistas do Banco Safra afirmam que a tendência positiva dos resultados deve continuar no terceiro trimestre. Nesse sentido, as construtoras de baixa renda são atraentes, em função de bons números operacionais, com aumento de lançamentos e vendas em cerca de 40% por ano. Os frigoríficos, ainda segundo o Safra, também se destacam.

Como fatores secundários de contribuição para o avanço da bolsa brasileira, Siqueira cita a menor depreciação do câmbio, os bons resultados das empresas listadas no segundo trimestre e a mensagem de que o "Banco Central está mais coeso".

"Um fator importante são os sinais mais claros sobre a política monetária. Depois daquela divisão do Copom, em que os indicados pelo Lula votaram pelo corte e de juros, e os indicados pelo Bolsonaro votaram pela manutenção das taxas, as expectativas de inflação foram revisadas para cima. Hoje o que estamos vivendo é um BC mais unânime, reduzindo o risco de a autarquia ser mais leniente com a inflação. Isso ajuda as taxas de médio e longo prazo", explica.


CELSO DONI/VALOR

"Estamos vendo um BC mais unânime, reduzindo o risco de ser leniente. Isso ajuda as taxas de médio e longo prazo"
*Fernando Siqueira*

Marcel Yagui, gestor de moedas da BlueLine, aponta que o Banco Central, nas últimas semanas, tem mostrado que está disposto a adotar o remédio amargo de subir juros para controlar a inflação. "E ao se mostrar propenso a agir, o mercado reagiu e tirou prêmio de risco de todos os ativos", diz. "Estamos vendo a parte longa da curva de juros cedendo, o câmbio e bolsa também melhorando; no relatório Focus também estamos vendo uma melhora nas expectativas, talvez como reflexo do câmbio."

Ontem, o relatório Focus do BC mostrou que economistas do mercado reduziram suas projeções de IPCA em 2025 de 3,97% para 3,91%, além de terem elevado a projeção da Selic no ano que vem de 9,75% para 10%.

Já no mercado de opções digitais de Copom, a probabilidade de manutenção da Selic em 10,5% em setembro caiu de 31,5% para 25%, ao passo que a chance de alta de 0,25 ponto subiu de 38% para 42% e a de elevação de 0,5 ponto avançou de 29% para 31%.

Para além dos preços de mercado, os recentes sinais emitidos por membros do Copom também têm levado a uma série de revisões nos cenários base de instituições financeiras. Ontem, foi a vez de a XP Investimentos e do BTG Pactual apontarem que esperam elevações na Selic já na reunião de setembro.

"Como temos afirmado, a ação está se tornando cada vez mais necessária e, à luz das recentes comunicações do BC, agora achamos altamente provável que um ciclo de aumento da taxa se materialize a partir da próxima reunião do Copom em setembro. De fato, um movimento agora tenderia a favorecer cenários de flexibilização da política monetária em 2025, especialmente se a política fiscal mostrar apoio. Dito isso, continuamos atentos às próximas divulgações de dados econômicos e, principalmente, à comunicação do BC nas próximas semanas para reafirmar ou reavaliar nossa visão antes da próxima reunião", afirmam os economistas Claudio Ferraz, Bruno Martins e Bruno Balassiano, do BTG.

## Tom duro de Galípolo aumenta aposta favorável ao real

**Arthur Cagliari e Victor Rezende**
De São Paulo

Nas últimas duas semanas, o real recuperou parte da desvalorização que sofreu ao longo do mês de julho. O dólar acumula queda de 4,29% contra a divisa brasileira em agosto, e já testa o nível de R$ 5,40, em um ambiente de dissonância na percepção do mercado sobre a condução futura da política monetária no Brasil e nos Estados Unidos. Enquanto o Federal Reserve (Fed, banco central americano) sinaliza cortes nos juros já em setembro, o Banco Central do Brasil tem reforçado o tom conservador, que leva boa parte do mercado a embarcar na expectativa de um novo ciclo de elevação da Selic a partir do próximo mês.

É nesse contexto que a aposta favorável ao real feita pelo investidor institucional local voltou a aumentar. Desde o começo do mês, com a divulgação da ata da reunião de julho do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, a posição vendida em dólar contra o real (aposta na queda da moeda americana) pelo investidor local aumentou de US$ 4,6 bilhões para US$ 8,13 bilhões na última sexta-feira, de acordo com dados da B3 sobre derivativos de câmbio (dólar futuro, cupom cambial, swap cambial e dólar mini).

Assim, diante de um menor receio sobre as futuras decisões do colegiado, perde sentido a cobrança de prêmio de risco elevado para operações envolvendo a moeda brasileira, conforme apontam gestores ouvidos pelo **Valor**.

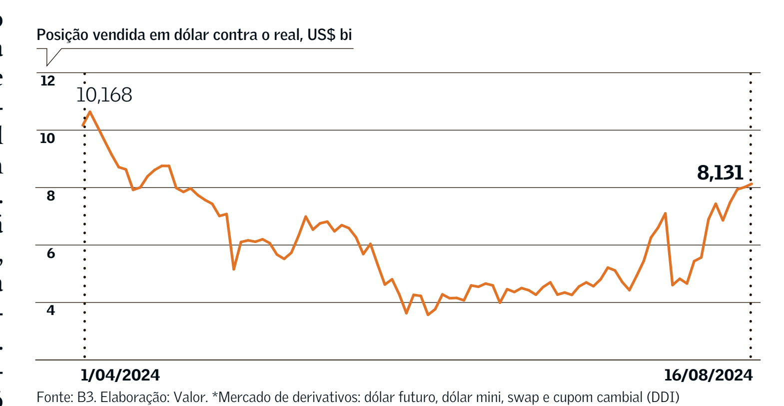
"Tanto o cenário externo quanto o interno contribuíram para essa melhora do real", diz o gestor de moedas da Vinland Capital, Vinicius Coletto. "Mas o fator principal foi a postura mais firme do BC em relação ao controle da inflação. Houve um estresse no mercado há alguns meses em relação ao BC, com desconfiança sobre a postura futura do [diretor de política monetária do BC, Gabriel] Galípolo. Agora, com o discurso mais conservador, houve mais espaço não só para eliminar prêmio de risco, mas também no sentido de beneficiar a moeda no que se refere ao 'carrego' [carry] do diferencial de juros", diz.

Com a perspectiva de que a autoridade monetária manterá o rigor no combate às pressões inflacionárias, o diferencial de juros se mantém elevado não apenas porque a Selic não irá cair mais rápido, mas porque a taxa real tende a ficar maior por conta de uma inflação mais controlada. Além disso, a outra ponta do diferencial, a dos EUA, tem sinalizado um processo de flexibilização monetária em breve.

"O 'soft landing' [pouso suave] da economia americana tende a beneficiar as moedas de maior beta [medida que indica maior volatilidade], como é o caso do real", diz Rodrigo Cabraitz, trader de câmbio da Principal Claritas. "O que vimos nessas últimas semanas foi justamente um conjunto de dados que mostraram um cenário em que afasta a ideia de 'hard landing' [pouso forçado] — que possivelmente gera uma recessão da economia americana e mantém o dólar forte —, para voltarmos a esperar por uma desaceleração gradual", observa o operador.

Nesse ambiente, Renato Junqueira, sócio e gestor da Gap Asset, diz gostar do real e adota em sua carteira posições que apostam na valorização da moeda brasileira. "Passamos por um momento anterior, no dissenso do Copom de maio, que gerou muito ruído sobre a transição no BC. O real chegou a estar perdendo 10% no ano contra uma cesta de moedas pares que acompanhamos. Agora, estamos caminhando no sentido de esclarecer um pouco como vai ser essa transição e o fato de o Galípolo ter vindo a público ajuda na tentativa de ganhar credibilidade", diz.

### Investidor brasileiro eleva aposta no real
Posição vendida em dólar* contra o real sobe US$ 3,5 bi em agosto




Fonte: B3. Elaboração: Valor. *Mercado de derivativos: dólar futuro, dólar mini, swap e cupom cambial (DDI)

**US$ 8,1**
**é a posição vendida em dólar contra o real dos fundos locais**

Junqueira, assim, mantém a aposta no real e avalia que ainda há espaço para uma apreciação da moeda brasileira, especialmente se comparado o desempenho no ano entre o real e outras moedas emergentes. "Claro, esse movimento das últimas semanas é impressionante, mas ocorre depois de outro movimento impressionante", enfatiza o gestor, ao lembrar que, também recentemente, o dólar chegou a R$ 5,86. Para ele, com o BC mais duro e o Fed falando em cortar juros, o cenário favorece o real mais valorizado.

Em momentos em que os juros estão muito elevados nos EUA, o dólar costuma também estar fortalecido devido à atratividade de capital causada pelos títulos americanos. A partir de sinais de desaceleração da economia dos EUA, a perspectiva é de que haverá cortes de juros e aumento no fluxo de saída, o que enfraquece o dólar e tende a favorecer emergentes. Mas, se a desaceleração ganha força e indica chances de recessão nos EUA, investidores passam a buscar refúgio em ativos de segurança, e, assim, o dólar volta a se fortalecer. A dinâmica é conhecida como "Dollar Smile" (Sorriso do Dólar), na teoria do economista Stephen Jen.

E é justamente o caminho do dólar, agora, que deverá ser observado com atenção pelo BC quanto à postura futura da política monetária. Para Cabraitz, da Principal Claritas, nesta semana, com o simpósio de Jackson Hole, se o presidente do Fed, Jerome Powell, se mostrar cauteloso e dependente de dados, e posteriormente se o deflator de gastos com consumo (PCE) e os dados de emprego ("payroll") vierem em linha com o esperado, a autoridade monetária brasileira pode ganhar tempo antes de subir os juros.

"Ficaria complicado subir o tom nesse contexto, porque o exterior vai ajudar. Tem margem para subir as taxas, mas não necessariamente agora", diz o trader. "Por isso, pensamos em ter posição no real, mas não contra o dólar, e sim contra outras moedas latino-americanas, como é o caso do peso mexicano."

Coletto, da Vinland, é mais certeiro quanto a um aumento nos juros na próxima reunião do Copom, em setembro. Ele diz que seria "bastante grave" se o BC não elevasse a Selic no próximo mês, dado que, em suas falas recentes, Galípolo fora bastante vocal sobre comprometimento com alta de juros. "Pelo menos é o que o mercado está entendendo", afirma. "Se o BC fizer esse movimento para depois não subir [juros], acho que o dólar valorizará bastante contra o real, e penso que será difícil depois cair de novo, porque já tivemos um problema de credibilidade lá atrás, quando houve divisão do Copom."

Coletto diz ter posições vendidas em dólar contra o real no momento, mas revela que não pretende estender essa estratégia por muito tempo. "Acreditamos que, no curto prazo, o real possa, sim, andar um pouco mais. Não vamos ver o dólar voltar para R$ 5,00, mas mais para perto do nível de R$ 5,40 e R$ 5,35", afirma. "Mas tenho o receio de que o 'técnico' comece a ficar pesado [muitas apostas a favor do real] e ainda há questões fiscais a serem resolvidas, então poderíamos ver um gatilho de piora ser acionado [o que levaria a uma dinâmica de desvalorização rápida do câmbio]", alerta o gestor da Vinland.

Leia mais na página C2

INÊS 249



**Ibovespa**
Em pontos

135.778
126.139
30/jul/24 19/ago/24

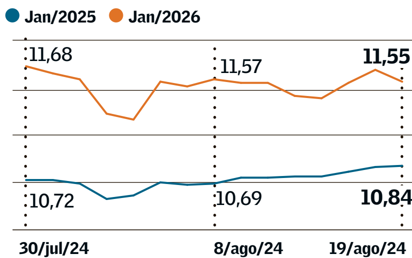
Alta de **1,36%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

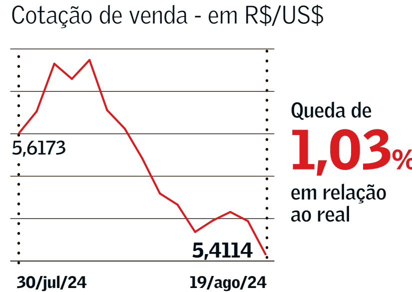
**Bolsas internacionais**
Variações no dia 19/ago24 - em %

| | |
|---|---|
| Dow Jones | 0,58 |
| S&P 500 | 0,97 |
| Euronext 100 | 0,46 |
| DAX | 0,54 |
| CAC-40 | 0,70 |
| Nikkei-225 | -1,77 |
| SSE Composite | 0,49 |

**Juros**
DI-Over futuro - em % ao ano




**Dólar comercial**
Cotação de venda - em R$/US$




Queda de **1,03%** em relação ao real

**Índice de Renda Fixa Valor**
Base = 100 em 31/12/99

2.156,36
2.140,98
2.126,28
30/jul/24 8/ago/24 19/ago/24

**Mercados** Pânico do início de agosto fica no retrovisor; índice dólar vai para o menor patamar do ano

# Wall Street tem oitava alta seguida em novo rali

**Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi e Igor Sodré**
De São Paulo

Os principais índices acionários das bolsas de Nova York chegaram ao oitavo pregão seguido em alta ontem diante de um amplo movimento de recuperação após o pânico do começo de agosto, que tem provocado um rali de ativos de risco mundo afora desde a semana passada.

O novo rali se estendeu mesmo durante uma sessão de poucos gatilhos ontem para os investidores, que aguardam a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano) amanhã. Ainda mais importante que a ata será o Simpósio de Jackson Hole do banco central americano, que terá início na quinta-feira e contará com discurso do presidente da autarquia, Jerome Powell, já no dia seguinte.

Ao fim do pregão, o índice Dow Jones da bolsa de Nova York anotou uma alta de 0,58%, a 40.896,53 pontos; o S&P 500 subiu 0,97%, a 5.608,25 pontos; e o Nasdaq avançou 1,39%, a 17.876,77 pontos. No mercado de renda fixa, a taxa da T-note de 10 anos teve leve queda de 3,885%, no ajuste anterior, para a 3,876%.

Por fim, no câmbio, o índice DXY do dólar encerrou a tarde em queda de 0,59%, a 101,86 pontos, após tocar a mínima intradiária de 101,851 pontos — menor nível desde a primeira sessão de 2024, em 2 de janeiro.

O amplo apetite por risco do mercado vem diante da noção de que os Estados Unidos caminham para um cenário de "pouso suave" nos próximos meses, caracterizado por uma desaceleração gradual da economia e um processo mais longo de corte de juros. Há cerca de duas semanas, o temor de Wall Street era de que a economia americana enfrentasse uma recessão diante do aparente enfraquecimento acelerado do mercado de trabalho.

**1,39%**
**foi a alta da Nasdaq ontem, que encerrou aos 5.608 pontos**

Embora não enxergue uma recessão à frente, os economistas Nick Bennenbroek, Brendan McKenna e Anna Stein, do banco Wells Fargo, esperam uma desaceleração mais acentuada do emprego, o que fará o Fed cortar os juros em 0,5 ponto percentual nas reuniões de 18 de setembro e de 7 de novembro.

Em entrevista à CNBC, Greg Marcus, diretor-gerente do UBS Private Wealth Management, afirmou que mantém uma visão otimista para o mercado acionário americano, mas não espera um caminho "linear" daqui em diante. "A economia está desacelerando e é provável que haja uma mistura de dados conflitantes nos próximos meses, o que deve dar sequência ao debate sobre recessão", diz. Por isso, ele recomenda que os investidores busquem proteção e maneiras de ganhar com potenciais correções das ações, como a que ocorreu no começo de agosto.

Em relação ao dólar, os economistas do Wells Fargo projetam um período de depreciação "curta e raso" da moeda americana apenas no começo de 2025. "O recente 'susto de crescimento' nos Estados Unidos, combinado com a volatilidade associada nos mercados globais, contribuiu para a instabilidade das condições financeiras e para o aumento da incerteza. Além disso, a eleição americana em novembro representa outra fonte de incerteza para os participantes do mercado. Em um cenário de incerteza econômica, financeira e política nos Estados Unidos, esperamos que o dólar se beneficie da demanda por ativos seguros até o final deste ano", projetam Bennenbroek, McKenna e Stein em relatório.

# Sinais sobre corte de juros pelo Fed atraem atenções para Jackson Hole

**Eduardo Magossi**
De São Paulo

Se no ano passado o mercado acompanhou de perto o simpósio de Jackson Hole em busca de pistas sobre por quanto tempo os juros precisariam ficar elevados para combater a inflação, na edição de 2024 os investidores esperam ter mais clareza sobre como será o ritmo de cortes de taxas pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que devem começar em setembro.

A edição deste ano será realizada entre quinta-feira e sábado (dias 22 a 24), em meio a sinais de que a inflação está desacelerando e o mercado de trabalho, perdendo força.

Mas por que Jackson Hole atrai tanto a atenção dos investidores de todo mundo? Realizado anualmente desde 1978, o Simpósio de Política Econômica da distrital do Fed de Kansas City é conhecido pelo nome do resort onde é realizado, no Grand Teton National Park, no Estado americano de Wyoming. O evento é palco de uma reunião de banqueiros centrais de todo o mundo e de debates sobre o futuro da política monetária e do cenário econômico global.

Economistas, investidores, legisladores e acadêmicos se reúnem com autoridades dos bancos centrais e de governo durante três dias para discutir questões de interesse mútuo e, principalmente, buscar indicações sobre os próximos passos dessas instituições. Jackson Hole tornou-se importante no mundo financeiro e corporativo por ser um fórum de divulgações de grandes medidas e de novas ideias econômicas. Por isso, o resort cercado de montanhas e rios onde as trutas são abundantes atrairá a atenção de investidores do mundo todo no fim de semana.

A escolha do local como sede do encontro, realizado desde 1982, é que a natureza seria um chamariz para que Paul Volcker, então presidente do Fed e aficionado por pesca, se animasse a participar. Deu certo.

O simpósio atrai todo ano cerca de 120 convidados de diferentes regiões e setores, selecionados de acordo com o tema do simpósio e de sua contribuição para questões críticas para a economia mundial. Ben Bernanke, que presidiu o Fed entre 2006 e 2014, é em grande parte responsável pela fama do encontro. Na liderança do banco central durante a crise financeira de 2008, seus discursos em Jackson Hole marcaram história e anteciparam medidas importantes, como a introdução dos programas de compra de ativos conhecidos como afrouxamento quantitativo (QE, na sigla em inglês).

Entre 2010 e 2012, em particular, os discursos de Bernanke abonaram fortes indícios de ação iminente da autoridade monetária, o que acabou por criar uma certa "lenda" de que banqueiros centrais aproveitariam o simpósio para anunciar novas políticas ou medidas. Isso de fato aconteceu com o atual presidente do Fed, Jerome Powell, em 2020, com a adoção das metas de inflação nos EUA. Dois anos antes, em discurso intitulado "Guiado pelas estrelas", ele havia discorrido sobre variáveis importantes para a política monetária, como taxa de juros neutra (que não expande nem contrai a economia) e taxa de desemprego neutra, mas que são imensuráveis.

"Expectativa é que Powell sinalize mais claramente sobre setembro e ofereça maior contexto do que o Fed projeta"
*Ian Lygen*

Em 2022, quando a base do encontro foram os gargalos provocados pela pandemia de covid-19 na economia global, em um ambiente de inflação e juros elevados, Powell provocou uma queda expressiva nos mercados depois de se comprometer a levar a inflação de volta à meta de 2% "custe o que custar", alertando que os juros mais elevados poderiam causar "dor e aumento no desemprego".

O tema deste ano é "Reavaliando a eficácia e a transmissão da política monetária". Como historicamente o fórum é usado para iniciar conversas com o mercado sobre mudanças estruturais, é grande a expectativa de que Powell dê mais detalhes sobre o processo de afrouxamento monetário.

"Com esse tema, conclui-se intuitivamente que o mercado está cauteloso com uma mudança na abordagem do Fed em sua política", avalia Ian Lygen, economista do BMO Markets. "Nossa expectativa é que Powell sinalize mais claramente de que veremos um corte em setembro e ofereça maior contexto do que o Fed projeta para o ritmo das reduções futuras de juros. A desaceleração da inflação reduz qualquer urgência para o Fed reavaliar verdadeiramente se a política monetária é efetiva, embora seja uma boa oportunidade para abrir a discussão sobre encerrar o aperto monetário [QT, da sigla em inglês] antes de 2025", diz.

Segundo Lyngen, os investidores também irão procurar pistas de que Powell está mais inclinado para um primeiro corte de 0,25 ponto ou de 0,50 ponto percentual nas taxas de juros. "Apostamos em um corte de 0,25 ponto e gostaríamos de maior clareza sobre os futuros passos, mas é difícil acreditar que Powell irá se comprometer com cortes além de setembro com o Fed sendo 'dependente de dados'", afirma.

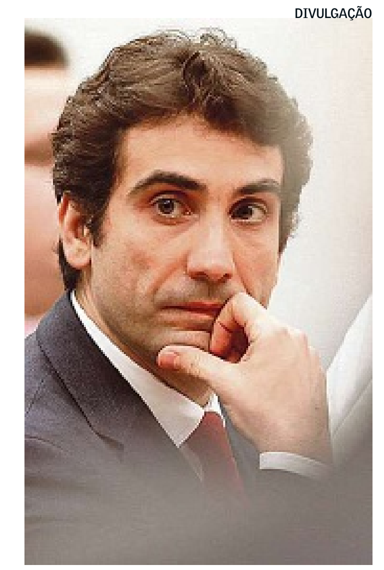
Andrew Hollenhorst, economista-chefe para os EUA do Citi, prevê que o Fed poderá seguir dois caminhos para acelerar os cortes de juros. Primeiro, Powell pode argumentar que, à medida que a inflação cai, a taxa de juros real (a taxa nominal menos a inflação) aumenta. "Para manter evitar que a taxa real fique mais restritiva, seria necessário reduzir o juro nominal", afirma.

Segundo, o presidente do BC americano pode apontar a desaceleração mais rápida do mercado como motivo de trazer de volta os juros para território neutro em um curto período de tempo. "As vendas do varejo de julho mais fortes que o esperado e a queda nos pedidos iniciais de seguro-desemprego divulgados na semana passada irão manter a opinião de Powell de que os EUA não enfrentarão uma recessão. Mas com a 'regra de Sahm' [modelo que indica que uma economia entra em recessão quando a taxa de desemprego sobe 0,50 ponto percentual ou mais na média de três meses em relação à mínima registrada nos últimos 12 meses] ativada, a intuição de Powell revelada na coletiva de julho sobre o risco de desaceleração do mercado de trabalho predominar deve estar mais forte."

Para Hollenhorst, Powell não indicará abertamente que poderá cortar os juros em 0,50 ponto em setembro, mas deixará a possibilidade sobre a mesa. "Seu discurso em Jackson Hole pode criar um cenário para realizar cortes maiores, com base numa teoria macroeconômica simples — e assim evitar críticas de que cortes maiores seriam um sinal de pânico", diz.

# Galípolo vê 'assimetria' no balanço de riscos, mas evita projeção

**Cibelle Bouças e Gabriel Roca**
De Belo Horizonte


DIVULGAÇÃO
**Galípolo: institucionalidade do BC**

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, voltou a emitir uma mensagem dura sobre a condução da política monetária ontem, ao reforçar que todos os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) se colocaram à disposição para voltar a elevar os juros caso seja necessário.

O dirigente, que é o mais cotado para assumir a presidência da instituição no ano que vem, também revelou que é um dos membros do colegiado que consideram que o balanço de riscos está assimétrico — com mais fatores para alta do que para queda da inflação —, ainda que isso não represente uma orientação para a próxima decisão do BC.

Em evento realizado em Belo Horizonte, Galípolo afirmou que havia, entre os agentes locais, um ceticismo sobre se a nova gestão do Banco Central estaria disposta a aumentar os juros. "Toda essa diretoria, bem como os membros que foram indicados pelo governo, se colocou à disposição para elevar as taxas de juros se for necessário. Foi importante afastar esse ceticismo e, nesse sentido, também foi importante a entrevista recente do [presidente] Lula, que indica que os novos indicados vão trabalhar dentro da institucionalidade do BC", disse.

Apesar das declarações, Galípolo buscou, em diversas oportunidades, afastar a ideia de que os sinais de que o Copom está pronto a retomar o aperto monetário no Brasil seriam uma espécie de "guidance" (projeção) e, portanto, sua comunicação estaria alinhada àquela sublinhada na ata da última reunião.

De acordo com ele, suas falas recentes receberam algumas críticas por, supostamente, mostrar um tom descolado da comunicação oficial do Banco Central. "Gostaria de tentar explicar e afastar essa interpretação em dois pontos. Um é o fato de eu ter dito que o balanço de riscos é assimétrico hoje. Alguns membros veem como assimétrico e um número considerável indicou que existem mais riscos de alta para a inflação. Minha intenção foi a de dizer que sou um que entende que o balanço está assimétrico. Mas afirmar que ele está assimétrico não indica nenhum tipo de guidance, reforcei isso desde minha primeira fala", afirmou.

O outro ponto apontado por Galípolo foi sua avaliação recente de que a projeção de inflação do Banco Central no horizonte relevante, de 3,2%, está acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central, que é de 3%. Havia alguma dúvida entre participantes do mercado sobre se o número poderia configurar um desvio estatístico, que o BC costuma classificar como "ao redor da meta".

Apesar das ponderações, Galípolo, assim como fez na semana anterior, reforçou que ficou satisfeito com a forma que o mercado havia interpretado suas comunicações recentes. Nos últimos dias, agentes financeiros têm ampliado as apostas de que o Copom irá voltar a aumentar a Selic, direcionados, em boa parte, pelos comentários mais duros emitidos por ele.

O diretor também voltou a mostrar preocupação com a trajetória da inflação de serviços, que tem registrado patamares acima da média da inflação preocupando o Banco Central. "O BC tenta entender o quanto a economia mais aquecida pode se transmitir para salários e preços. A inflação de serviços está maior. Esse é um indicativo relevante, não só pela inércia [inflacionária], mas também por ser algo que a gente não consegue importar", afirmou.

Galípolo acrescentou que não é possível identificar hoje de modo claro o repasse do impacto do mercado de trabalho mais aquecido para salários e preços, apesar da deterioração na expectativa de inflação para os próximos anos.

"A inflação de serviços está rodando em um patamar acima e desconfortável. A inflação de alimentos tem vindo um pouco melhor por causa de commodities. A inflação de bens industriais vem com comportamento pior que no ano passado", disse.

# Pacheco descarta votar indicação ao BC antes de eleição

**Julia Lindner e Caetano Tonet**
De Brasília

Após uma série de desentendimentos com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), descarta realizar a análise do eventual escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao comando do Banco Central (BC) antes das eleições municipais deste ano, em outubro, segundo apurou o **Valor**.

O Palácio do Planalto cogita indicar, nas próximas duas semanas, o atual diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, para a presidência do BC, com mandato a partir de 2025, como mostrou o **Valor** na semana passada. Galípolo é próximo a Haddad e foi secretário-executivo da Fazenda. No governo, havia expectativa de que Pacheco poderia incluir a sabatina e votação no próximo período de esforço concentrado, no início de setembro. A ideia foi verbalizada pelo próprio Haddad.

De acordo com aliados de Pacheco, no entanto, nenhuma indicação ao BC será feita enquanto o momento for considerado "conflituoso" entre o governo e o atual presidente do órgão, Roberto Campos Neto. Outro motivo apontado é a relação desgastada entre o presidente do Senado e Haddad.

Nos últimos meses, Haddad e Pacheco divergiram especialmente sobre o conteúdo e o ritmo de tramitação do projeto da renegociação da dívida dos Estados. O texto, de autoria do presidente da Casa, foi aprovado em plenário na semana passada, mas levou mais tempo do que ele esperava. Agora, a avaliação é que o ministro da Fazenda "merece levar um chá de cadeira".

Inicialmente, antes de seguir ao plenário, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisar a indicação ao BC. O presidente do colegiado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), já antecipou que consultaria Pacheco antes de tomar a decisão de como proceder.

**Crédito** Grandes bancos apontam expectativa de melhora no indicador, mas cenário macroeconômico tem riscos que podem dificultar situação de companhias menores

# Inadimplência de micro e pequena empresa estaciona em patamar alto

Álvaro Campos
De São Paulo

Depois de cair para a mínima histórica de 1,9% no fim de 2020, com as medidas de apoio promovidas pelo governo em função da pandemia, a inadimplência de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) avançou ininterruptamente até atingir o pico de 4,6% em maio deste ano. O indicador, agora, dá sinais de estabilização.

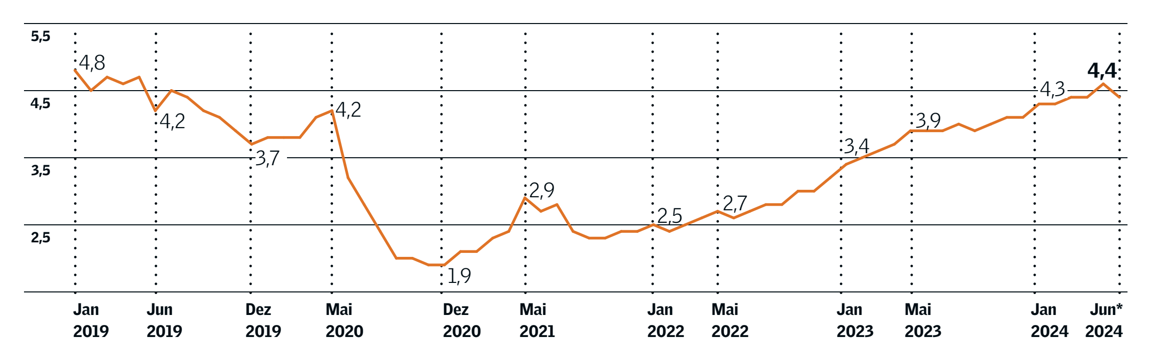
Executivos do setor indicam que pode haver alguma melhora no indicador, na esteira da redução que já houve na inadimplência de pessoa física. Ainda assim, existem riscos no horizonte.

O estresse nos mercados financeiros nas últimas semanas é um sinal de alerta, e as perspectivas para 2025 são de um PIB mais fraco. Além disso, há risco de que a taxa Selic, que está em 10,5% ao ano, volte a subir — enterrando projeções de que poderia cair a 9%.

Muitas empresas menores não têm garantias para oferecer ao bancos e, assim, vivem de capital de giro, que é um crédito mais caro. Em um cenário de alavancagem um pouco mais elevada, qualquer alteração nos juros pode ter impacto relevante para elas.

De acordo com dados do Banco Central, após o pico de 4,6% em maio, a inadimplência de MPMEs recuou para 4,4% em junho (dado mais recente). É um nível parecido com o de meados de 2019. Normalmente, nos ciclos de crédito a inadimplência começa em pessoa física e depois se espalha para micro e pequenas empresas, seguindo para médias e para as grandes se a situação perdurar. Ou seja, há uma defasagem natural entre pessoas físicas e MPMEs. Desta vez, a inadimplência das famílias atingiu o pico de 4,2% no segundo trimestre do ano passado, passou a cair e se estabilizou em 3,7%.

**Calotes**
Inadimplência de MPMEs caiu na pandemia e voltou a subir - em %




Fonte: Banco Central

A maior carteira de MPMEs do Brasil é do Itaú Unibanco, e soma R$ 198,2 bilhões, ou 18,7% do crédito total do sistema financeiro nacional para o segmento. A inadimplência ali ficou basicamente estável ao longo do último ano, passando de 2,5% em junho do ano passado para 2,6% agora. Na divulgação dos resultados do segundo trimestre, o CEO do banco, Milton Maluhy Filho, disse que a carteira teve alta anual de 12,5% e que, em termos de qualidade dos ativos, o indicador de inadimplência de curto prazo (atraso de 15 a 90 dias) caiu 0,2 ponto percentual em um trimestre, o que "que mostra uma tendência bastante positiva".

No Bradesco, com uma carteira de R$ 184,1 bilhões em operações com MPME, houve expansão anual de 10,2% e a inadimplência recuou de 7% para 5,4% em um ano. Ainda assim, o CEO, Marcelo Noronha, afirmou que o apetite de risco é moderado. A originação de crédito no segmento atingiu um piso em junho do ano passado, quando representou 58% do que era produzido na média mensal de 2019. Desde então, vem sendo retomada gradualmente e ficou em 95% em junho. "Estamos seguros em relação ao que estamos fazendo, crescendo em linha com o mercado, não estamos extrapolando esses níveis de crescimento [em PF] e estamos com menos apetite ainda no PME", afirmou.

> Enquanto Itaú e Bradesco mostram cenário mais favorável, BB e Santander têm piora na qualidade dos ativos em MPMEs

Se a "foto" para MPMEs não é tão ruim, o "filme" pode ser um pouco mais complexo. Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), afirma que houve uma leve desalavancagem de famílias e empresas menores, mas ainda há um estoque de crédito inadimplente não resolvido. "Os juros, mesmo com a queda da Selic de 13,75% para 10,50%, estão altos e a rolagem da dívida pesa. Revisei minha projeção de Selic para 12% no fim do ano e isso significa que o sistema financeiro vai começar a ficar mais seletivo com o segmento. Elas vão enfrentar mais dificuldades."

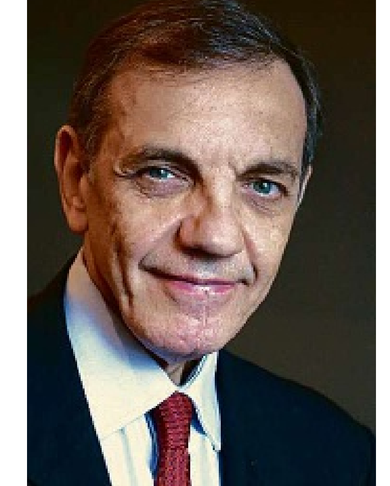
Em relatório sobre o Bradesco, o Goldman Sachs diz que a queda na inadimplência em MPMEs pode abrir espaço para um novo ciclo de crescimento, mas lembra que o segmento tende a oscilar mais com as condições macroeconômicas. Para o banco, um dos principais riscos é haver um ciclo de crédito prolongado, particularmente para baixa renda e micro e pequenas empresas, que possa levar à piora da qualidade dos ativos.

Se no Bradesco e no Itaú a situação das MPEs é mais confortável, no Banco do Brasil e no Santander o contexto é um pouco diferente.

No banco público, o saldo cresceu 10,7% em um ano, a R$ 121,8 bilhões, mas a instituição diz que o avanço da inadimplência de pessoa jurídica em geral — que subiu para 3,38%, de 2,58% um ano antes — foi muito concentrado em micro, pequenas e médias empresas. Segundo o vice-presidente de controle de riscos do BB, Felipe Prince, a inadimplência de pessoa física já está no patamar esperado, porém a de empresas está "um pouco mais nervosa", ainda que "sob controle".

No Santander o crescimento da carteira de MPMEs foi de 14%, a R$ 70,9 bilhões, mas a inadimplência subiu para 4,7% em junho, de 4,2% um ano antes. O vice-presidente financeiro, Gustavo Alejo, disse que, apesar disso, nos atrasos de curto prazo há sinais de melhora. O CEO do banco, Mario Leão, ressaltou que o aumento da inadimplência também tem a ver com uma política mais dura para renegociações de dívidas. "A gente tem sido muito menos aberto a fazer acordos sem nenhum componente caixa. Portanto, muito mais restritivo na forma como a gente permite que um acordo seja rolado. É ótimo para a saúde da carteira, porque a gente vai fazendo um 'de-risking' [redução de risco] mais acelerado. O preço disso é que a gente tem alguns índices [de inadimplência] afetados."

DIVULGAÇÃO



Tingas: bancos mais seletivos

No ABC Brasil, o guidance do ano para o crescimento da carteira de empresas de médio porte foi reduzido para a faixa de 10% a 15% (de 15% a 25%). "No começo do ano a gente esperava um crescimento no middle que ainda não veio", disse Sérgio Borejo, vice-presidente de relações com investidores. Segundo Ricardo Moura, diretor de relações com investidores, os juros mais elevados por mais tempo reduziram a velocidade de crescimento dos clientes.

Em maio, o governo lançou o Desenrola Pequenos Negócios, programa de renegociação de dívidas para empresas que faturam até R$ 4,8 milhões por ano. O balanço mais recente aponta para R$ 2,87 bilhões renegociados. Dados do BC e da Serasa mostram que o estoque de crédito que ficou inadimplente de MPMEs é de R$ 25 bilhões a R$ 30 bilhões.

Leia mais na página E1

INÊS 249

# Finanças Indicadores

## IMA - Índices de Mercado Anbima

**Em 19/08/24**

| Índice | Referência | Valor do índice | Var. no dia % | Var. no mês % | Var. no ano % |
|---|---|---|---|---|---|
| IRF-M | 1* | 16.116,0656360 | 0,05 | 0,47 | 5,99 |
| IRF-M | 1+** | 20.619,1891280 | 0,31 | 1,59 | 3,40 |
| IRF-M | Total | 18.683,2263980 | 0,23 | 1,22 | 4,13 |
| IMA-B | 5*** | 9.409,2549370 | -0,06 | 0,53 | 4,82 |
| IMA-B | 5+**** | 11.667,9121220 | -0,44 | 2,56 | 0,54 |
| IMA-B | Total | 10.157,4391090 | -0,28 | 1,54 | 2,53 |
| IMA-S | Total | 6.828,5507490 | 0,04 | 0,51 | 6,86 |
| IMA-Geral | Total | 8.334,0422290 | 0,00 | 0,99 | 4,83 |

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

## Crédito

**Taxas - em % no período**

| Linhas - pessoa jurídica | 05/08 | 02/08 | Há 1 semana | No fim de julho | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Capital de giro pré até 365 dias - a.a. | 31,18 | 32,48 | 31,40 | 29,63 | 33,64 | 32,37 |
| Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a. | 24,65 | 25,20 | 25,55 | 24,96 | 26,59 | 25,50 |
| Conta garantida pré - a.a. | 36,07 | 36,70 | 52,20 | 38,67 | 42,17 | 44,76 |
| Desconto de duplicata pré - a.a. | 21,83 | 21,79 | 21,48 | 21,70 | 23,08 | 27,31 |
| Vendor pré - a.a. | 15,35 | 15,92 | 15,10 | 15,28 | 15,70 | 17,11 |
| Capital de giro flut. até 365 dias - a.a. | 18,67 | 16,73 | 16,63 | 16,30 | 17,84 | 19,89 |
| Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a. | 18,34 | 18,14 | 19,11 | 18,30 | 17,75 | 17,28 |
| Conta garantida pós - a.a. | 24,73 | 24,65 | 24,58 | 24,76 | 24,38 | 28,39 |
| ACC pós - a.a. | 7,97 | 7,85 | 8,23 | 8,30 | 8,23 | 8,66 |
| Factoring - a.m. | 3,27 | 3,25 | 3,26 | 3,25 | 3,27 | 3,48 |

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Juros externos

**Empréstimos - em % ao ano**

| | 19/08/24 | 16/08/24 | Há 1 semana | No fim de julho | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **SOFR - empréstimos interbancários em dólar *** | | | | | | |
| Atual | - | 5,3200 | 5,3400 | 5,3800 | 5,3400 | 5,3000 |
| 1 mês | - | 5,3532 | 5,3535 | 5,3512 | 5,3445 | 5,2461 |
| 3 meses | - | 5,3670 | 5,3657 | 5,3612 | 5,3579 | 5,1490 |
| 6 meses | - | 5,3935 | 5,3926 | 5,3905 | 5,3887 | 5,0006 |
| **€STR - empréstimos interbancários em euro **** | | | | | | |
| Atual | - | 3,6640 | 3,6640 | 3,6530 | 3,6630 | 3,6550 |
| 1 mês | - | 3,6686 | 3,6683 | 3,6681 | 3,6672 | 3,5370 |
| 3 meses | - | 3,7519 | 3,7664 | 3,7943 | 3,8252 | 3,3658 |
| 6 meses | - | 3,8562 | 3,8618 | 3,8781 | 3,8943 | 3,0711 |
| 1 ano | - | 3,9125 | 3,6644 | 3,9106 | 3,9018 | 2,1268 |
| **Euribor ***** | | | | | | |
| 1 mês | - | 3,595 | 3,625 | 3,630 | 3,626 | 3,615 |
| 3 meses | - | 3,560 | 3,548 | 3,647 | 3,698 | 3,816 |
| 6 meses | - | 3,367 | 3,445 | 3,579 | 3,633 | 3,944 |
| 1 ano | - | 3,139 | 3,191 | 3,390 | 3,502 | 4,091 |
| **Taxas referenciais no mercado norte-americano** | | | | | | |
| Prime Rate | 8,50 | 8,50 | 8,50 | 8,50 | 8,50 | 8,50 |
| Federal Funds | 5,50 | 5,50 | 5,50 | 5,50 | 5,50 | 5,50 |
| Taxa de Desconto | 5,50 | 5,50 | 5,50 | 5,50 | 5,50 | 5,50 |
| T-Bill (1 mês) | 5,34 | 5,42 | 5,36 | 5,37 | 5,36 | 5,38 |
| T-Bill (3 meses) | 5,20 | 5,22 | 5,16 | 5,27 | 5,33 | 5,44 |
| T-Bill (6 meses) | 4,97 | 4,98 | 4,98 | 5,09 | 5,20 | 5,49 |
| T-Note (2 anos) | 4,07 | 4,05 | 4,02 | 4,26 | 4,51 | 4,95 |
| T-Note (5 anos) | 3,76 | 3,76 | 3,75 | 3,91 | 4,17 | 4,39 |
| T-Note (10 anos) | 3,88 | 3,88 | 3,90 | 4,03 | 4,24 | 4,26 |
| T-Bond (30 anos) | 4,13 | 4,14 | 4,20 | 4,31 | 4,45 | 4,38 |

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

## Evolução das aplicações financeiras

**Rentabilidade no período em %**

| Renda Fixa | Mês ago/24* | jul/24 | jun/24 | mai/24 | abr/24 | mar/24 | Acumulado Ano* | 12 meses** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Selic | 0,51 | 0,91 | 0,79 | 0,83 | 0,89 | 0,83 | 6,71 | 11,50 |
| CDI | 0,51 | 0,91 | 0,79 | 0,83 | 0,89 | 0,83 | 6,71 | 11,50 |
| CDB (1) | 0,72 | 0,72 | 0,71 | 0,73 | 0,73 | 0,75 | 6,04 | 10,12 |
| Poupança (2) | 0,57 | 0,57 | 0,54 | 0,59 | 0,60 | 0,53 | 4,59 | 7,24 |
| Poupança (3) | 0,57 | 0,57 | 0,54 | 0,59 | 0,60 | 0,53 | 4,59 | 7,24 |
| IRF-M | 1,22 | 1,34 | -0,29 | 0,66 | -0,52 | 0,54 | 4,13 | 8,37 |
| IMA-B | 1,54 | 2,09 | -0,97 | 1,33 | -1,61 | 0,08 | 2,53 | 4,38 |
| IMA-S | 0,51 | 0,94 | 0,81 | 0,83 | 0,90 | 0,86 | 6,86 | 11,71 |
| **Renda Variável** | | | | | | | | |
| Ibovespa | 6,37 | 3,02 | 1,48 | -3,04 | -1,70 | -0,71 | 1,19 | 4,68 |
| Índice Small Cap | 7,77 | 1,47 | -0,39 | -3,38 | -7,76 | 2,15 | -6,89 | -13,36 |
| IBrX 50 | 5,90 | 3,15 | 1,63 | -3,11 | -0,62 | -0,81 | 2,55 | 6,82 |
| ISE | 8,60 | 2,84 | 1,10 | -3,61 | -6,02 | 1,21 | 0,36 | -4,44 |
| IMOB | 8,51 | 4,82 | 1,06 | -0,73 | -11,56 | 1,10 | -5,41 | -8,60 |
| IDIV | 5,51 | 1,90 | 1,99 | -0,99 | -0,56 | -1,20 | 3,85 | 11,06 |
| IFIX | 0,51 | 0,53 | -1,04 | 0,02 | -0,77 | 1,43 | 2,13 | 5,25 |
| Dólar Ptax (BC) | -4,21 | 1,86 | 6,05 | 1,35 | 3,51 | 0,26 | 12,03 | 19,42 |
| Dólar Comercial (mercado) | -4,29 | 1,18 | 6,46 | 1,09 | 3,54 | 0,86 | 11,52 | 19,56 |
| Euro (BC) (4) | -2,03 | 2,92 | 4,73 | 2,89 | 2,37 | 0,07 | 12,19 | 17,29 |
| Euro Comercial (mercado) (4) | -1,98 | 2,23 | 5,07 | 2,79 | 2,43 | 0,71 | 11,69 | 17,68 |
| Ouro (BC) | -0,97 | 5,98 | 5,97 | 2,87 | 7,18 | 8,62 | 35,84 | 46,76 |
| **Inflação** | | | | | | | | |
| IPCA | - | 0,38 | 0,21 | 0,46 | 0,38 | 0,16 | 2,87 | 4,50 |
| IGP-M | - | 0,61 | 0,81 | 0,89 | 0,31 | -0,47 | 1,71 | 3,82 |

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 19/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

## Fundos de Investimento

**Análise diária da indústria - em 14/08/24**

| Categorias | Patrimônio líquido R$ milhões (1) | Rentabilidade nominal - % no dia | no mês | em 2024 | em 12 meses | Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia | no mês | no ano | em 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Renda Fixa | 3.662.934,71 | | | | | 4.003,81 | 47.242,70 | 307.140,81 | 276.588,72 |
| RF Indexados (2) | 147.520,33 | 0,06 | 1,12 | 4,59 | 8,02 | -27,61 | -271,58 | -9.949,44 | -14.792,05 |
| RF Duração Baixa Soberano (2) | 701.069,74 | 0,04 | 0,36 | 6,07 | 10,51 | 894,36 | 14.039,22 | 53.720,99 | 40.782,33 |
| RF Duração Baixa Grau de Invest. (2) | 882.582,36 | 0,04 | 0,41 | 6,93 | 11,99 | 1.692,11 | 9.771,59 | 76.063,33 | 78.770,45 |
| RF Duração Média Grau de Invest. (2) | 188.954,70 | 0,04 | 0,05 | 7,00 | 12,05 | 11,22 | 2.770,09 | 80.130,07 | 84.806,44 |
| RF Duração Alta Grau de Invest. (2) | 171.218,76 | 0,04 | 0,65 | 5,92 | 9,46 | -15,72 | 381,56 | -3.600,42 | -5.052,23 |
| RF Duração Livre Soberano (2) | 222.185,84 | 0,04 | 0,60 | 5,92 | 10,07 | 97,63 | 2.327,50 | -9.291,88 | -27.510,55 |
| RF Duração Livre Grau de Invest. (2) | 658.632,98 | 0,05 | 0,57 | 6,36 | 10,83 | -1.481,91 | 4.439,80 | -27.329,68 | -41.545,33 |
| RF Duração Livre Crédito Livre (2) | 391.687,91 | 0,04 | 0,75 | 6,61 | 11,41 | 1.133,37 | 5.177,16 | 100.759,58 | 143.180,88 |
| Ações | 636.754,07 | | | | | -32,02 | -1.784,67 | -4.055,79 | 39.252,35 |
| Ações Indexados (2) | 10.828,84 | 0,68 | 4,54 | -0,56 | 13,67 | -9,53 | 257,57 | 376,71 | -822,66 |
| Ações Índice Ativo (2) | 31.336,69 | 0,50 | 4,59 | -1,53 | 10,44 | -36,69 | -487,08 | -5.802,65 | -5.334,68 |
| Ações Livre | 233.200,70 | 0,31 | 4,00 | 0,91 | 10,18 | 22,12 | -1.093,64 | -813,04 | -5.299,61 |
| Fechados de Ações | 125.206,00 | 0,27 | 1,48 | -3,35 | -1,54 | 0,00 | -12,14 | -1.953,35 | 29.621,51 |
| Multimercados | 1.653.552,46 | | | | | -232,98 | -15.426,71 | -116.982,45 | -242.867,21 |
| Multimercados Macro | 139.471,33 | 0,06 | 0,76 | 2,94 | 6,93 | -95,54 | -3.443,74 | -40.164,51 | -61.153,96 |
| Multimercados Livre | 629.725,75 | 0,10 | 0,81 | 5,83 | 10,34 | -504,27 | -2.066,06 | -16.496,51 | -75.458,19 |
| Multimercados Juros e Moedas | 48.134,20 | 0,04 | 0,54 | 6,18 | 11,00 | 209,60 | -745,20 | -10.043,97 | -15.540,97 |
| Multimercados Invest. no Exterior (2) | 754.210,05 | 0,18 | 0,12 | 7,02 | 12,14 | 174,99 | -8.931,32 | -51.135,62 | -86.193,98 |
| Cambial | 6.706,25 | 0,23 | -2,65 | 16,78 | 16,91 | -15,81 | 510,87 | -170,18 | -798,41 |
| Previdência | 1.465.317,62 | | | | | -120,51 | 2.108,23 | 25.302,02 | 40.684,87 |
| ETF | 44.278,07 | | | | | -490,95 | 63,38 | -2.453,85 | -2.926,50 |
| Demais Tipos | 2.082.592,66 | | | | | 1.554,17 | 10.025,81 | 76.935,00 | 75.201,34 |
| **Total Fundos de Investimentos** | **7.469.543,18** | | | | | **3.111,54** | **32.713,81** | **208.780,56** | **109.933,82** |
| **Total Fundos Estruturados (3)** | **1.798.242,56** | | | | | **1.246,88** | **9.225,29** | **95.590,09** | **150.888,83** |
| **Total Fundos Off Shore (4)** | **50.481,47** | | | | | - | - | - | - |
| **Total Geral** | **9.318.267,21** | | | | | **4.358,42** | **41.939,10** | **304.370,65** | **260.822,64** |

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

## Custo do dinheiro

**Em % no período**

| Taxas referenciais | 19/08/24 | 16/08/24 | Há 1 semana | No fim de julho | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Selic - meta ao ano | 10,50 | 10,50 | 10,50 | 10,50 | 10,50 | 13,25 |
| Selic - taxa over ao ano | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 13,15 |
| Selic - taxa over ao mês | 1,1781 | 1,1781 | 1,1781 | 1,1781 | 1,1781 | 1,4711 |
| Selic - taxa efetiva ao ano | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 13,19 |
| Selic - taxa efetiva ao mês | 0,8675 | 0,8675 | 0,8675 | 0,9071 | 0,9071 | 1,1375 |
| CDI - taxa over ao ano | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 13,15 |
| CDI - taxa over ao mês | 1,1781 | 1,1781 | 1,1781 | 1,1781 | 1,1781 | 1,4711 |
| CDI - taxa efetiva ao ano | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 13,19 |
| CDI - taxa efetiva ao mês | 0,8675 | 0,8675 | 0,8675 | 0,9071 | 0,9071 | 1,1375 |
| CDB Pré - taxa bruta ao ano | - | - | - | - | - | 12,40 |
| CDB Pré - taxa bruta ao mês | - | - | - | - | - | 0,9789 |
| CDB Pós - taxa bruta ao ano | - | - | - | - | - | 12,23 |
| CDB Pós - taxa bruta ao mês | - | - | - | - | - | 0,9662 |
| **Taxa de juros de referência - B3** | | | | | | |
| TJ3 - 3 meses (em % ao ano) | 10,64 | 10,62 | 10,53 | 10,50 | 10,50 | 12,73 |
| TJ6 - 6 meses (em % ao ano) | 11,06 | 11,06 | 10,92 | 10,83 | 10,74 | 12,14 |
| **Taxas referenciais de Swap - B3** | | | | | | |
| DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano | 10,47 | 10,45 | 10,43 | 10,42 | 10,42 | 13,06 |
| DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano | 10,55 | 10,52 | 10,48 | 10,45 | 10,45 | 12,93 |
| DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano | 10,65 | 10,62 | 10,54 | 10,50 | 10,50 | 12,75 |
| DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano | 10,78 | 10,76 | 10,65 | 10,59 | 10,57 | 12,52 |
| DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano | 11,08 | 11,04 | 10,91 | 10,81 | 10,73 | 12,17 |
| DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano | 11,50 | 11,53 | 11,40 | 11,38 | 11,17 | 11,08 |

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Mercado futuro

**Em 19/08/24**

| DI de 1 dia | PU de ajuste | Taxa efetiva - em % ao ano | Contratos negociados | Cotação - em % ao ano Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em set/24 | 99.607,69 | 10,413 | 439.975 | 10,412 | 10,416 | 10,412 |
| Vencimento em out/24 | 98.781,46 | 10,480 | 254.683 | 10,466 | 10,484 | 10,480 |
| Vencimento em nov/24 | 97.869,14 | 10,574 | 1.467 | 10,560 | 10,584 | 10,584 |
| Vencimento em dez/24 | 97.102,02 | 10,685 | 15.503 | 10,660 | 10,695 | 10,690 |
| Vencimento em jan/25 | 96.234,09 | 10,839 | 1.107.893 | 10,800 | 10,855 | 10,845 |
| Vencimento em fev/25 | 95.320,36 | 10,973 | 2.235 | 10,955 | 11,010 | 11,010 |
| Vencimento em mar/25 | 94.470,73 | 11,115 | 4.520 | 11,090 | 11,160 | 11,150 |
| Vencimento em abr/25 | 93.665,45 | 11,226 | 152.326 | 11,180 | 11,260 | 11,245 |
| Vencimento em mai/25 | 92.837,31 | 11,296 | 1.102 | 11,290 | 11,340 | 11,340 |
| Vencimento em jun/25 | 91.982,80 | 11,343 | 705 | 11,330 | 11,410 | 11,410 |
| Vencimento em jul/25 | 91.144,23 | 11,425 | 498.488 | 11,385 | 11,490 | 11,470 |
| **Dólar comercial** | **Ajuste do dia** | **Var. no dia em %** | **Contratos negociados** | **Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo** | **Máximo** | **Último** |
| Vencimento em set/24 | 5.412,69 | -1,23 | 297.260 | 5.384,00 | 5.480,00 | 5.417,00 |
| Vencimento em out/24 | 5.429,35 | -1,23 | 1.030 | 5.422,00 | 5.472,50 | 5.431,00 |
| Vencimento em nov/24 | 5.448,99 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em dez/24 | 5.465,45 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em jan/25 | 5.484,59 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Euro** | **Ajuste do dia** | **Var. no dia em %** | **Contratos negociados** | **Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo** | **Máximo** | **Último** |
| Vencimento em set/24 | 6.001,30 | -0,69 | 5 | 6.006,50 | 6.006,50 | 6.006,50 |
| Vencimento em out/24 | 6.028,13 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em nov/24 | 6.058,87 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ibovespa** | **Ajuste do dia** | **Var. no dia em %** | **Contratos negociados** | **Cotação - pontos do índice Mínimo** | **Máximo** | **Último** |
| Vencimento em out/24 | 137.999 | 1,36 | 102.710 | 136.295 | 138.390 | 138.230 |
| Vencimento em dez/24 | 140.230 | - | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vencimento em fev/25 | 142.340 | - | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Indicadores do mercado

**Em 19/08/24**

| Indicador | Compra | Venda | Variações % No dia | No mês | No ano | 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$) | 5,4231 | 5,4237 | -0,72 | -4,21 | 12,03 | 9,08 |
| Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$) | 5,4108 | 5,4114 | -1,03 | -4,29 | 11,52 | 8,95 |
| Dólar Turismo (R$/US$) | 5,4285 | 5,6085 | -1,13 | -4,27 | 11,11 | 8,53 |
| Euro (BC) - (R$/€) | 6,0028 | 6,0040 | -0,05 | -2,03 | 12,19 | 11,02 |
| Euro Comercial (mercado) - (R$/€) | 5,9966 | 5,9972 | -0,51 | -1,98 | 11,69 | 11,04 |
| Euro Turismo (R$/€) | 6,0524 | 6,2324 | -0,45 | -2,05 | 11,15 | 10,37 |
| Euro (BC) - (US$/€) | 1,1069 | 1,1070 | 0,67 | 2,27 | 0,14 | 1,78 |
| **Ouro*** | | | | | | |
| Banco Central (R$/g) | 436,6425 | 436,6908 | -0,32 | -0,97 | 35,84 | 44,47 |
| Nova York (US$/onça troy)[1] | - | 2.503,85 | -0,09 | 2,37 | 21,24 | 32,53 |
| Londres (US$/onça troy)[1] | - | 2.500,05 | 1,54 | 3,32 | 21,22 | 32,16 |

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

## TR, Poupança e TBF

**Variações % no período**

| Período | TR | Poupança * | Poupança ** | TBF |
|---|---|---|---|---|
| 31/07 a 31/08 | 0,0743 | 0,5711 | 0,5711 | 0,8442 |
| 01/08 a 01/09 | 0,0707 | 0,5711 | 0,5711 | 0,8080 |
| 02/08 a 02/09 | 0,0668 | 0,5671 | 0,5671 | 0,7689 |
| 03/08 a 03/09 | 0,0668 | 0,5671 | 0,5671 | 0,7694 |
| 04/08 a 04/09 | 0,0705 | 0,5709 | 0,5709 | 0,8062 |
| 05/08 a 05/09 | 0,0742 | 0,5746 | 0,5746 | 0,8430 |
| 06/08 a 06/09 | 0,0742 | 0,5746 | 0,5746 | 0,8425 |
| 07/08 a 07/09 | 0,0743 | 0,5747 | 0,5747 | 0,8439 |
| 08/08 a 08/09 | 0,0706 | 0,5710 | 0,5710 | 0,8068 |
| 09/08 a 09/09 | 0,0671 | 0,5674 | 0,5674 | 0,7720 |
| 10/08 a 10/09 | 0,0670 | 0,5673 | 0,5673 | 0,7713 |
| 11/08 a 11/09 | 0,0707 | 0,5711 | 0,5711 | 0,8082 |
| 12/08 a 12/09 | 0,0744 | 0,5748 | 0,5748 | 0,8451 |
| 13/08 a 13/09 | 0,0744 | 0,5748 | 0,5748 | 0,8451 |
| 14/08 a 14/09 | 0,0744 | 0,5748 | 0,5748 | 0,8445 |
| 15/08 a 15/09 | 0,0708 | 0,5712 | 0,5712 | 0,8085 |
| 16/08 a 16/09 | 0,0672 | 0,5675 | 0,5675 | 0,7729 |

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

## B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

**Índices de ações em 19/08/24**

| | Índice | No dia | No mês | No ano | Em 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|
| **Variação % em reais** | | | | | |
| Ibovespa | 135.778 | 1,36 | 6,37 | 1,19 | 17,65 |
| IBrX | 57.287 | 1,29 | 6,27 | 1,48 | 17,99 |
| IBrX 50 | 22.783 | 1,14 | 5,90 | 2,55 | 19,64 |
| IEE | 94.210 | 1,67 | 5,63 | -0,79 | 8,86 |
| SMLL | 2.191 | 2,60 | 7,75 | -6,89 | -1,88 |
| ISE | 3.777 | 1,98 | 8,61 | 0,36 | 8,95 |
| IMOB | 956 | 1,58 | 8,52 | -5,41 | 2,50 |
| IDIV | 9.424 | 1,81 | 5,52 | 3,85 | 21,39 |
| IFIX | 3.382 | -0,10 | 0,51 | 2,13 | 5,37 |
| **Variação % em dólares** | | | | | |
| Ibovespa | 25.034 | 2,10 | 11,04 | -9,68 | 7,86 |
| IBrX | 10.562 | 2,03 | 10,94 | -9,41 | 8,17 |
| IBrX 50 | 4.201 | 1,87 | 10,56 | -8,46 | 9,68 |
| IEE | 17.370 | 2,41 | 10,28 | -11,44 | -0,20 |
| SMLL | 404 | 3,34 | 12,49 | -16,89 | -10,05 |
| ISE | 696 | 2,72 | 13,38 | -10,42 | -0,11 |
| IMOB | 176 | 2,32 | 13,29 | -15,57 | -6,03 |
| IDIV | 1.737 | 2,55 | 10,16 | -7,30 | 11,29 |
| IFIX | 624 | 0,63 | 4,93 | -8,84 | -3,39 |

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Prêmio de risco do EMBI+*

**Spread em pontos base ****

| País | Spread 30/07/24 | 29/07/24 | Variação - em pontos No dia | No mês | No ano |
|---|---|---|---|---|---|
| Geral | 412 | 408 | 4,0 | 9,0 | 67,0 |
| África do Sul | 328 | 323 | 5,0 | 1,0 | 2,0 |
| Argentina | 1.558 | 1.558 | 0,0 | 103,0 | -349,0 |
| Brasil | 228 | 225 | 3,0 | -3,0 | 33,0 |
| Colômbia | 314 | 312 | 2,0 | 8,0 | 49,0 |
| Filipinas | 83 | 81 | 2,0 | 15,0 | 25,0 |
| México | 190 | 186 | 4,0 | 4,0 | 23,0 |
| Peru | 108 | 106 | 2,0 | 6,0 | 6,0 |
| Turquia | 258 | 251 | 7,0 | 5,0 | -18,0 |
| Venezuela | 19.547 | 19.429 | 118,0 | 978,0 | -4.545,0 |

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

## Reservas internacionais

**Liquidez Internacional *, em US$ milhões**

| Fim de período | | Diário | |
|---|---|---|---|
| dez/23 | 355.034 | 07/08/24 | 365.067 |
| jan/24 | 353.563 | 08/08/24 | 365.211 |
| fev/24 | 352.705 | 09/08/24 | 365.760 |
| mar/24 | 355.008 | 12/08/24 | 365.954 |
| abr/24 | 351.599 | 13/08/24 | 367.023 |
| mai/24 | 355.560 | 14/08/24 | 367.554 |
| jun/24 | 357.827 | 15/08/24 | 366.347 |
| jul/24 | 363.282 | 16/08/24 | 366.858 |

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

## Índice de Renda Fixa Valor

**Base = 100 em 31/12/99**

| | 19/08/24 | 16/08/24 | 15/08/24 | 14/08/24 | 13/08/24 | 12/08/24 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice | 2.156,36 | 2.152,03 | 2.152,06 | 2.155,33 | 2.153,71 | 2.147,98 |
| Var. no dia | 0,20% | 0,00% | -0,15% | 0,08% | 0,27% | 0,06% |
| Var. no mês | 1,20% | 1,00% | 1,00% | 1,16% | 1,08% | 0,81% |
| Var. no ano | 4,41% | 4,20% | 4,21% | 4,36% | 4,29% | 4,01% |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Câmbio

**Em 19/08/24**

| Moeda | Em US$ * Compra | Venda | Em R$ ** Compra | Venda |
|---|---|---|---|---|
| Baht (Tailândia) | 34,4400 | 34,4700 | 0,15730 | 0,15750 |
| Balboa (Panamá) | 1,0000 | 1,0000 | 5,4231 | 5,4237 |
| Bolívar Soberano (Venezuela) | 36,5931 | 36,6848 | 0,1478000 | 0,1482000 |
| Boliviano (Bolívia) | 6,8600 | 6,9900 | 0,7758 | 0,7906 |
| Colon (Costa Rica) | 516,0000 | 521,0000 | 0,010410 | 0,010510 |
| Coroa (Dinamarca) | 6,7412 | 6,7417 | 0,8044 | 0,8046 |
| Coroa (Islândia) | 137,0700 | 137,3500 | 0,03948 | 0,03957 |
| Coroa (Noruega) | 10,5796 | 10,5839 | 0,5124 | 0,5127 |
| Coroa (Rep. Tcheca) | 22,7220 | 22,7330 | 0,2386 | 0,2387 |
| Coroa (Suécia) | 10,3287 | 10,3316 | 0,5249 | 0,5251 |
| Dinar (Argélia) | 133,3660 | 134,6990 | 0,04026 | 0,04067 |
| Dinar (Kuwait) | 0,3056 | 0,3057 | 17,7399 | 17,7477 |
| Dinar (Líbia) | 4,7681 | 4,7904 | 1,1321 | 1,1375 |
| Direitos Especiais de Saque *** | 1,3413 | 1,3413 | 7,2740 | 7,2748 |
| Dirham (Emirados Árabes Unidos) | 3,6727 | 3,6733 | 1,4764 | 1,4768 |
| Dirham (Marrocos) | 9,7202 | 9,7252 | 0,5576 | 0,5580 |
| Dólar (Austrália)*** | 0,6714 | 0,6715 | 3,6411 | 3,6420 |
| Dólar (Bahamas) | 1,0000 | 1,0000 | 5,4231 | 5,4237 |
| Dólar (Belize) | 1,9982 | 2,0332 | 2,6673 | 2,7143 |
| Dólar (Canadá) | 1,3657 | 1,3662 | 3,9695 | 3,9714 |
| Dólar (Cayman) | 0,8250 | 0,8350 | 6,4947 | 6,5742 |
| Dólar (Cingapura) | 1,3086 | 1,3093 | 4,1420 | 4,1447 |
| Dólar (EUA) | 1,0000 | 1,0000 | 5,4231 | 5,4237 |
| Dólar (Hong Kong) | 7,7915 | 7,7916 | 0,6960 | 0,6961 |
| Dólar (Nova Zelândia)*** | 0,6094 | 0,6095 | 3,3048 | 3,3057 |
| Dólar (Trinidad e Tobago) | 6,7304 | 6,8260 | 0,7945 | 0,8059 |
| Euro (Comunidade Européia)*** | 1,1069 | 1,1070 | 6,0028 | 6,0040 |
| Florim (Antilhas Holandesas) | 1,7845 | 1,8200 | 2,9797 | 3,0393 |
| Franco (Suíça) | 0,8629 | 0,8630 | 6,2840 | 6,2854 |
| Guarani (Paraguai) | 7576,7000 | 7601,9100 | 0,0007134 | 0,0007158 |
| Hryvnia (Ucrânia) | 41,3600 | 41,4600 | 0,1308 | 0,1311 |
| Iene (Japão) | 146,4100 | 146,4600 | 0,03703 | 0,03704 |
| Lev (Bulgária) | 1,7660 | 1,7673 | 3,0686 | 3,0712 |
| Libra (Egito) | 48,7300 | 48,8300 | 0,1111 | 0,1113 |
| Libra (Líbano) | 89500,0000 | 89600,0000 | 0,000061 | 0,000061 |
| Libra (Síria) | 13000,0000 | 13003,0000 | 0,00042 | 0,00042 |
| Libra Esterlina (Grã Bretanha)*** | 1,2979 | 1,2980 | 7,0386 | 7,0400 |
| Naira (Nigéria) | 1540,0000 | 1640,0000 | 0,00331 | 0,00352 |
| Lira (Turquia) | 33,7520 | 33,7618 | 0,1606 | 0,1607 |
| Novo Dólar (Taiwan) | 31,9730 | 32,0030 | 0,16950 | 0,16960 |
| Novo Sol (Peru) | 3,7325 | 3,7342 | 1,4523 | 1,4531 |
| Peso (Argentina) | 943,5000 | 944,0000 | 0,00575 | 0,00575 |
| Peso (Chile) | 926,4400 | 927,0400 | 0,005850 | 0,005854 |
| Peso (Colômbia) | 4027,1100 | 4031,5000 | 0,001345 | 0,001347 |
| Peso (Cuba) | 24,0000 | 24,0000 | 0,2260 | 0,2260 |
| Peso (Filipinas) | 56,6300 | 56,6500 | 0,09573 | 0,09577 |
| Peso (México) | 18,7419 | 18,7524 | 0,2892 | 0,2894 |
| Peso (Rep. Dominicana) | 59,5800 | 60,0000 | 0,09039 | 0,09103 |
| Peso (Uruguai) | 40,3300 | 40,3600 | 0,13440 | 0,13450 |
| Rande (África do Sul) | 17,7028 | 17,7075 | 0,3063 | 0,3064 |
| Rial (Arábia Saudita) | 3,7522 | 3,7524 | 1,4452 | 1,4455 |
| Rial (Irã) | 42000,0000 | 42005,0000 | 0,0001291 | 0,0001291 |
| Ringgit (Malásia) | 4,3780 | 4,3850 | 1,2367 | 1,2389 |
| Rublo (Rússia) | 89,8205 | 89,8295 | 0,06037 | 0,06038 |
| Rúpia (Índia) | 83,8190 | 83,8740 | 0,06466 | 0,06471 |
| Rúpia (Indonésia) | 15545,0000 | 15555,0000 | 0,0003486 | 0,0003489 |
| Rúpia (Paquistão) | 278,7400 | 279,0500 | 0,01943 | 0,01946 |
| Shekel (Israel) | 3,7119 | 3,7129 | 1,4606 | 1,4612 |
| Won (Coréia do Sul) | 1333,8400 | 1335,0500 | 0,004062 | 0,004066 |
| Yuan Renminbi (China) | 7,1393 | 7,1406 | 0,7595 | 0,7597 |
| Zloty (Polônia) | 3,8543 | 3,8556 | 1,4066 | 1,4072 |
| | **Cotações Ouro Spot (2)** | **Paridade (3)** | **Em R$(1) Compra** | **Venda** |
| Dólar Ouro | 2504,87 | 0,01242 | 436,6425 | 436,6908 |

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

## Índices de ações Valor-Coppead

**Em pontos**

| Índice | 19/08/24 | 16/08/24 | No fim de jul/24 | dez/23 | Variação - em % dia | mês | Ano |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Valor-Coppead Performance | 175.911,37 | 173.310,03 | 164.489,50 | 173.997,89 | 1,50 | 6,94 | 1,10 |
| Valor-Coppead Mínima Variância | 104.191,48 | 104.195,93 | 101.224,36 | 93.533,91 | 0,00 | 2,93 | 11,39 |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Captações de recursos no exterior

**Últimas operações realizadas no mercado internacional ***

| Emissor/Tomador | Data de liquidação | Data do vencimento | Prazo meses | Valor US$ milhões | Cupom/Custo em % | Retorno em % | Spread pontos-base ** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BTG Pactual | 08/04/24 | 08/04/29 | 60 | 500 | 6,25 | - | - |
| Nexa | 09/04/24 | 09/04/34 | 120 | 600 | 6,75 | - | - |
| Movida | 11/04/24 | 11/04/29 | 60 | 500 | - | 7,85 | - |
| Aegea (1) (3) | 25/06/24 | 20/01/31 | 79 | 300 | 9,0 | 8,375 | - |
| República Federativa do Brasil (2) | 27/06/24 | 22/01/32 | 91 | 2.000 | 6,125 | 6,375 | 212,8 |
| Vale | 28/06/24 | 28/06/54 | 360 | 1.000 | 6,4 | 6,458 | 210,0 |
| XP | 04/07/24 | 04/07/29 | 60 | 500 | - | 7 | - |

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 19/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

## ADR - Índices

**Em 19/08/24**

| Índice | 19/08/24 | 16/08/24 | Em 31/07/24 | 29/12/23 | 19/08/23 | Variação - em % dia | mês | ano | 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| S&P BNY | 188,52 | 186,67 | 185,23 | 165,54 | 152,02 | 0,99 | 1,78 | 13,88 | 24,01 |
| S&P BNY Emergentes | 367,24 | 363,55 | 350,11 | 312,75 | 284,22 | 1,01 | 4,89 | 17,43 | 29,21 |
| S&P BNY América Latina | 202,64 | 199,32 | 189,19 | 225,28 | 196,82 | 1,67 | 7,11 | -10,05 | 2,96 |
| S&P BNY Brasil | 203,54 | 198,92 | 186,11 | 232,95 | 194,87 | 2,32 | 9,36 | -12,63 | 4,45 |
| S&P BNY México | 302,11 | 301,23 | 295,36 | 331,67 | 324,06 | 0,29 | 2,29 | -8,91 | -6,77 |
| S&P BNY Argentina | 254,23 | 253,32 | 223,58 | 178,27 | 149,30 | 0,36 | 13,71 | 42,61 | 70,28 |
| S&P BNY Chile | 141,42 | 139,50 | 139,05 | 162,12 | 163,51 | 1,37 | 1,70 | -12,77 | -13,51 |
| S&P BNY Índia | 3.077,84 | 3.067,02 | 3.096,48 | 2.923,01 | 2.739,48 | 0,35 | -0,60 | 5,30 | 12,35 |
| S&P BNY Ásia | 222,75 | 220,50 | 218,49 | 189,60 | 171,07 | 1,02 | 1,95 | 17,49 | 30,21 |
| S&P BNY China | 326,45 | 322,37 | 306,01 | 336,11 | 323,39 | 1,27 | 6,68 | -2,87 | 0,94 |
| S&P BNY África do Sul | 223,83 | 218,98 | 221,65 | 199,87 | 184,00 | 2,22 | 0,99 | 11,99 | 21,65 |
| S&P BNY Turquia | 35,84 | 35,65 | 36,85 | 22,45 | 21,59 | 0,55 | -2,73 | 59,63 | 66,06 |

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

## Bolsas de valores internacionais

| País | Cidade | Índice | 19/08/24 | 16/08/24 | Variações % No dia | No mês | No ano | Em 12 meses | Em 12 meses Menor índice | Maior índice |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Américas** | | | | | | | | | | |
| EUA | Nova York | Dow Jones | 40.896,53 | 40.659,76 | 0,58 | 0,13 | 8,51 | 18,54 | 32.417,59 | 41.198,08 |
| EUA | Nova York | Nasdaq-100 | 19.766,49 | 19.508,52 | 1,32 | 2,09 | 17,48 | 34,51 | 14.109,57 | 20.675,38 |
| EUA | Nova York | Nasdaq Composite | 17.876,77 | 17.631,72 | 1,39 | 1,58 | 19,09 | 34,51 | 12.595,61 | 18.647,45 |
| EUA | Nova York | S&P 500 | 5.608,25 | 5.554,25 | 0,97 | 1,56 | 17,58 | 28,34 | 4.117,37 | 5.667,20 |
| Canadá | Toronto | S&P/TSX | 23.116,39 | 23.054,61 | 0,27 | 0,02 | 10,30 | 16,64 | 18.737,39 | 23.116,39 |
| México | Cidade do México | IPC | 54.104,68 | 54.083,78 | 0,04 | 1,82 | -5,72 | 1,71 | 48.197,88 | 58.711,87 |
| Colômbia | Bogotá | COLCAP | Feriado | 1.361,01 | - | 1,14 | 13,87 | 20,16 | 1.046,70 | 1.441,68 |
| Venezuela | Caracas | IBVC | Feriado | 88.934,69 | - | -1,39 | 53,78 | 138,90 | 36.599,96 | 94.058,81 |
| Chile | Santiago | IPSA | 6.458,78 | 6.444,38 | 0,22 | 0,28 | 4,21 | 5,31 | 5.407,50 | 6.810,91 |
| Peru | Lima | S&P/BVL General | 28.690,01 | 28.657,15 | 0,11 | -2,87 | 10,52 | 26,12 | 21.451,73 | 30.891,77 |
| Argentina | Buenos Aires | Merval | 1.657.074,66 | 1.649.329,41 | 0,47 | 9,90 | 78,24 | 183,60 | 514.073,77 | 1.715.609,97 |
| **Europa, Oriente Médio e África** | | | | | | | | | | |
| Euro | - | Euronext 100 | 1.479,02 | 1.472,30 | 0,46 | -0,69 | 5,98 | 11,32 | 3.425,66 | 4.149,65 |
| Alemanha | Frankfurt | DAX-30 | 18.421,69 | 18.322,40 | 0,54 | -0,47 | 9,97 | 18,28 | 14.687,41 | 18.869,36 |
| França | Paris | CAC-40 | 7.502,01 | 7.449,70 | 0,70 | -0,39 | -0,55 | 4,72 | 6.795,38 | 8.239,99 |
| Itália | Milão | FTSE MIB | 33.266,32 | 33.040,81 | 0,68 | -1,47 | 9,60 | 19,83 | 27.287,45 | 35.410,13 |
| Bélgica | Bruxelas | BEL-20 | 4.084,74 | 4.075,78 | 0,22 | -1,10 | 10,17 | 14,13 | 3.290,68 | 4.142,40 |
| Dinamarca | Copenhague | OMX 20 | 2.739,17 | 2.738,72 | 0,02 | -0,45 | 19,95 | 28,98 | 2.059,59 | 2.952,52 |
| Espanha | Madri | IBEX-35 | 11.102,50 | 10.949,70 | 1,40 | 0,34 | 9,90 | 19,80 | 8.918,30 | 11.444,00 |
| Grécia | Atenas | ASE General | 1.432,28 | 1.431,88 | 0,03 | -3,10 | 10,76 | 13,37 | 1.111,29 | 1.502,79 |
| Holanda | Amsterdã | AEX | 908,85 | 905,67 | 0,35 | -1,28 | 15,51 | 23,65 | 714,05 | 944,91 |
| Hungria | Budapeste | BUX | Feriado | 72.282,10 | - | -2,39 | 19,24 | 28,54 | 55.055,60 | 74.051,15 |
| Polônia | Varsóvia | WIG | 84.884,54 | 84.690,74 | 0,23 | 0,64 | 8,19 | 24,68 | 63.776,83 | 89.414,00 |
| Portugal | Lisboa | PSI-20 | 6.723,81 | 6.655,90 | 1,02 | 0,23 | 5,12 | 12,34 | 5.824,40 | 6.971,10 |
| Rússia | Moscou | RTS* | 976,50 | 1.002,12 | -2,56 | -9,29 | -9,87 | -6,74 | 976,50 | 1.211,87 |
| Suécia | Estocolmo | OMX | 2.540,83 | 2.533,09 | 0,31 | -2,63 | 5,95 | 18,42 | 2.049,65 | 2.641,47 |
| Suíça | Zurique | SMI | 12.275,24 | 12.188,73 | 0,71 | -0,34 | 10,21 | 13,25 | 10.323,71 | 12.365,18 |
| Turquia | Istambul | BIST 100 | 10.054,20 | 9.821,96 | 2,36 | -5,49 | 34,59 | 33,82 | 7.260,44 | 11.172,75 |
| Israel | Tel Aviv | TA-125 | 2.041,49 | - | 0,11 | 2,18 | 8,84 | 10,38 | 1.608,42 | 2.069,46 |
| África do Sul | Joanesburgo | All Share | 83.799,31 | 82.824,44 | 1,18 | 1,25 | 8,98 | 14,67 | 69.451,97 | 83.799,31 |
| **Ásia e Pacífico** | | | | | | | | | | |
| Japão | Tóquio | Nikkei-225 | 37.388,62 | 38.062,67 | -1,77 | -4,38 | 11,73 | 18,88 | 30.526,88 | 42.224,02 |
| Austrália | Sidney | All Ordinaries | 8.194,80 | 8.189,90 | 0,06 | -1,51 | 4,67 | 11,25 | 6.960,20 | 8.343,80 |
| China | Shenzhen | SZSE Composite | 1.547,45 | 1.548,93 | -0,10 | -3,93 | -15,80 | -20,65 | 1.433,10 | 1.984,30 |
| China | Xangai | SSE Composite | 2.893,67 | 2.879,43 | 0,49 | -1,53 | -2,73 | -7,61 | 2.702,19 | 3.177,06 |
| Coréia do Sul | Seul | KOSPI | 2.674,36 | 2.697,23 | -0,85 | -3,48 | 0,72 | 6,78 | 2.277,99 | 2.891,35 |
| Hong Kong | Hong Kong | Hang Seng | 17.569,57 | 17.430,16 | 0,80 | 1,30 | 3,06 | -2,12 | 14.961,18 | 19.636,22 |
| Índia | Bombaim | S&P BSE Sensex | 80.424,68 | 80.436,84 | -0,02 | -1,61 | 11,33 | 23,83 | 63.148,15 | 81.867,55 |
| Indonésia | Jacarta | JCI | 7.466,83 | 7.432,09 | 0,47 | 2,91 | 2,67 | 8,85 | 6.642,42 | 7.466,83 |
| Tailândia | Bangcoc | SET | 1.323,38 | 1.303,00 | 1,56 | 0,19 | -6,53 | -12,89 | 1.274,01 | 1.576,67 |
| Taiwan | Taipé | TAIEX | 22.409,63 | 22.349,33 | 0,27 | 0,95 | 24,98 | 36,80 | 16.001,27 | 24.390,03 |

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

## IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF nº 42.353.180/0001-35 - NIRE: 33.3.0033871-3 - Companhia Aberta

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de Agosto de 2024**

**I. Dia, Local e Horário:** Aos 07 dias do mês de agosto de 2024, às 11:30h, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*Teams*"), na sede social da Iguá Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 1.791, Barra da Tijuca, CEP 22.775-002. **II. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do artigo 8º, parágrafos 4º e 6º do Estatuto Social da Companhia, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Roberto Correa Barbuti; Secretário: Alexander Pibernat Cunha Cardoso. **IV. Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 11º, "j" do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre: 1) autorização para contratação e celebração (i) do "*Contrato de Financiamento e Repasse no Âmbito do Programa Saneamento Para Todos – Mutuários Privados/FGTS, Modalidade Esgotamento Sanitário*" ("Contrato de Repasse – Esgotamento Sanitário"), por meio do qual o Banco BTG Pactual S.A. ("Agente Financeiro") concederá à Companhia um financiamento no valor total de R$ 514.759.828,97 (quinhentos e quatorze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos) correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Investimento (a ser definido no Contrato de Repasse – Esgotamento Sanitário), na forma do QCI (a ser definido no Contrato de Repasse – Esgotamento Sanitário), lastreado em recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e repassados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente responsável pelo controle e acompanhamento da execução orçamentária dos programas de aplicação dos recursos do FGTS ("Agente Operador"), ao Agente Financeiro, nas condições estabelecidas no âmbito do Programa Saneamento Para Todos; e (ii) do "*Contrato de Financiamento e Repasse no Âmbito do Programa Saneamento Para Todos – Mutuários Privados/FGTS, Modalidade Abastecimento de Água*" ("Contrato de Repasse – Abastecimento de Água" e, em conjunto com Contrato de Repasse – Esgotamento Sanitário, os "Contratos de Repasse") por meio do qual o Agente Financeiro concederá à Companhia um financiamento no valor total de R$ 505.217.981,63 (quinhentos e cinco milhões duzentos e dezessete mil novecentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos), correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Investimento (a ser definido no Contrato de Repasse – Abastecimento de Água), na forma do QCI (a ser definido no Contrato de Repasse – Abastecimento de Água), lastreado em recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e repassados pelo Agente Operador, ao Agente Financeiro, nas condições estabelecidas no âmbito do Programa Saneamento Para Todos. 2) autorização para, em garantia do pagamento fiel, pontual e integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros assumidos pela Companhia no âmbito dos Contratos de Repasse, incluindo, sem limitação, obrigação de pagar as parcelas de principal e acessórios, como encargos (juros, inclusive moratórios, remuneração do Agente Financeiro e taxa de risco de crédito), multas convencionais e demais despesas devidas pela Companhia, nos termos dos Contratos de Repasse, bem como, quando houver e desde que comprovados, verbas indenizatórias, despesas judiciais, arbitrais e extrajudiciais, gastos incorridos com a excussão das Garantias (a ser definido nos Contratos de Repasse), gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais, arbitrais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Financeiro ("Obrigações Garantidas"), outorga de garantia real pela Companhia sob a forma da cessão fiduciária(a) da totalidade dos direitos creditórios (inclusive direitos emergentes, quando aplicável) detidos pela Companhia, diretos e indiretos, atuais e futuros, principais e acessórios, decorrentes ou oriundos Contrato de Concessão (conforme definido nos Contratos de Repasse), incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionadas a tais direitos creditórios, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização a eles relativos, ressalvadas as Retenções do Contrato de Concessão (conforme definido no 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária) ("Direitos Creditórios – Contrato de Concessão"), (b) da totalidade dos direitos creditórios (inclusive direitos emergentes, quando aplicável), diretos e indiretos, atuais e futuros, principais e acessórios, decorrentes ou oriundos *(1)* das Apólices de Seguro (conforme definido no 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária), e *(2)* de cada um dos contratos de EPC e dos contratos de operação e manutenção do Projeto com Valor Mínimo dos Contratos do Projeto (conforme definido no 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária); *(c)* de todos os demais Direitos Creditórios Adicionais (conforme definido no 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária); e *(d)* a totalidade dos direitos da Companhia contra o Banco Depositário, instituição financeira contratada para administração das Contas Vinculadas (conforme definido no 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária), nos termos do Contrato de Administração de Contas e de seu respectivo aditamento, com relação à titularidade das Contas Vinculadas (conforme definidas no 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos os Investimentos Permitidos (conforme definidas no 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária), bem como de quaisquer Direitos das Contas Vinculadas (conforme definido no 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária), por meio da celebração do "*4º (quarto) Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*" ("4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); 3) autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aqui consubstanciadas, incluindo a celebração de todos e quaisquer documentos necessários à celebração dos Contratos de Repasse, incluindo, mas sem limitação (i) os Contratos de Repasse e todos os documentos neles consubstanciados; (ii) o 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e a procuração necessária para eventual excussão de referida garantia, conforme modelo ali previsto; (iii) na qualidade de interveniente-anuente, o "*Contrato de Suporte de Acionistas*" ("Contrato de Suporte") e o "*3º (Terceiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças* da Companhia" ("3º Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária" e, em conjunto com o 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Suporte, os "Contratos de Garantia"); (iv) na qualidade de interveniente-anuente, o contrato de prestação de serviços a ser celebrado com a *Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.*; e (v) os eventuais aditamentos a referidos instrumentos e documentos correlatos; 4) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação aos Contratos de Repasse, aos Contratos de Garantia e às demais matérias indicadas nesta ordem do dia. **V. Deliberações:** Instalada a Reunião, após o exame e discussão das matérias e análise dos documentos apresentados, os membros do Conselho de Administração da Companhia, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram, por maioria de votos: 1) Autorizar a contratação e celebração dos Contratos de Repasse, nas condições estabelecidas no âmbito do Programa Saneamento Para Todos; 2) Aprovar a outorga da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em garantia das Obrigações Garantidas, mediante a celebração do 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária; 3) Aprovar a autorização para que a diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à efetivação das deliberações aqui consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à efetivação das deliberações aqui consubstanciadas, incluindo, mas não se limitando a: (i) os Contratos de Repasse e todos os documentos neles consubstanciados; (ii) o 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e a procuração necessária para eventual excussão de referida garantia, conforme modelo ali previsto; (iii) na qualidade de interveniente-anuente, o Contrato de Suporte e o 3º Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária; (iv) na qualidade de interveniente-anuente, o contrato de prestação de serviços a ser celebrado com a *Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.*; e (v) os eventuais aditamentos a referidos instrumentos e documentos correlatos; e 4) Aprovar a autorização para a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação aos Contratos de Repasse, aos Contratos de Garantia e às demais deliberações aqui consubstanciadas. **VI. Encerramento e lavratura da ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada eletronicamente pelos presentes. O Presidente e o Secretário da mesa declararam, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Reunião do Conselho de Administração. **VII. Assinaturas: Mesa:** Roberto Correa Barbuti - Presidente e Alexander Pibernat Cunha Cardoso - Secretário. **Conselheiros Presentes:** Roberto Correa Barbuti, Péricles Sócrates Weber; Mateus de Faria Renault e Silva. Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2024. **Mesa: Roberto Correa Barbuti** - Presidente, **Alexander Pibernat Cunha Cardoso** - Secretário. **Conselheiros Presentes: Roberto Correa Barbuti -** Presidente do Conselho de Administração, **Mateus de Faria Renault e Silva -** Membro do Conselho de Administração, **Péricles Sócrates Weber -** Membro do Conselho de Administração. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.** Empresa: **Iguá Rio de Janeiro S.A.** - NIRE: 333.0033871-3 Protocolo: 2024/00685000-0 Data do protocolo: 16/08/2024. Certifico o Arquivamento em 19/08/2024 sob o número 00006402893 e demais constantes do termo de autenticação. Autenticação: 8BE0A884474D00AFFFA374EA45A17B9DD2A4CE125E2671828050043DE60CC7CD.

---

## Marfrig Global Foods S.A.

Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031

**Ata da Reunião de Diretoria realizada em 16 de agosto de 2024**

**Data, Hora e Local:** Reunião da Diretoria da **Marfrig Global Foods S.A.** ("**Companhia**") localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1.560, Bloco 5, Torre Sabiá, 3º andar, Sala 301, bairro Vila Hamburguesa, CEP 05.319-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, realizada por videoconferência em 16 de agosto de 2024. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação considerando a presença de todos os Diretores da Companhia. Presentes, via conferência telefônica, os Srs. Rui Mendonça Junior - Diretor-Presidente, Heraldo Geres, Rodrigo Marçal Filho e Tang David. **Mesa:** Presidente: Sr. Rui Mendonça Junior; Secretário: Sr. Heraldo Geres. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre os seguintes assuntos: **(i)** a aprovação dos termos e condições da 17ª (décima sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), objeto de oferta pública de distribuição, sob rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") ou de entidade autorreguladora, destinados exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("**Investidores Profissionais**") nos termos dos artigos 25, 26, inciso V e demais dispositivos aplicáveis da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**") e do artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei do Mercado de Capitais**"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("**Oferta**"), cujas demais características seguem previstas nas deliberações descritas no item 1 abaixo; **(ii)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos, inclusive aditamentos, necessários à emissão das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e eventuais aditamentos: **(a)** o "*Instrumento Particular de Escritura da 17ª (décima sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Marfrig Global Foods S.A.*" ("**Escritura de Emissão**"), a ser celebrado entre a Companhia e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente Fiduciário**"); e **(b)** o "*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 17ª (Décima Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob o Rito de Registro Automático, da 17ª (décima sétima) Emissão da Marfrig Global Foods S.A.*" ("**Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a Companhia e a instituição intermediária líder da Oferta ("**Coordenador Líder**"); e **(iii)** a autorização à diretoria da Companhia ou a eventuais procuradores para praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação e à realização da Emissão e da Oferta, bem como à formalização das matérias tratadas nos itens (i) e (ii) acima, incluindo celebrar aditamentos, além de formalizar e efetivar a contratação do Agente Fiduciário, dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão), o Banco Liquidante (conforme definido na Escritura de Emissão), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos, bem como a ratificação dos atos praticados até o momento. **Deliberações:** Após debatidos examinados e debates das matérias constantes da ordem do dia, os membros da Diretoria deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes: **1.** Autorizar, nos termos do artigo 59, *caput* e §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), dos incisos III e XVIII do artigo 19, parágrafo único do estatuto social da Companhia, a emissão das Debêntures, a Oferta e a celebração pela Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, da Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no âmbito da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos: **(a) Número da Emissão:** 17ª (décima sétima) emissão de debêntures da Companhia; **(b) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("**Valor Total da Emissão**"); **(d) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, em série única; **(e) Distribuição Parcial:** Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 73 e seguintes da Resolução CVM 160, sendo que se o Valor Total da Emissão não for atingido durante o prazo de colocação da Oferta, as Debêntures emitidas serão automaticamente canceladas e a Oferta não será efetivada, nos termos do artigo 73, parágrafo 3º da Resolução CVM 160. **(f) Destinação de Recursos:** Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente utilizados para gestão do capital de giro, dos passivos da Companhia e para propósitos corporativos gerais; **(g) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"); **(h) Data de Emissão:** Para todos os efeitos, a data de emissão de Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"); **(i) Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(j) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo "extrato da conta de depósito" emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(k) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia, nos termos do artigo 58, caput da Lei das Sociedades por Ações, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir aos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures; **(l) Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vigência de 1.862 (mil oitocentos e sessenta e dois) dias contados da Data de Emissão, em data a ser definida na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida), Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme abaixo definido) ou de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão; **(m) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas de acordo com os procedimentos da B3, observado o Plano de Distribuição (conforme abaixo definido). O preço de integralização das Debêntures (i) na primeira data de integralização, será o Valor Nominal Unitário; e (ii) nas datas de integralização posteriores à primeira data de integralização, será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis*, a partir da primeira data de Integralização (inclusive) até a data da efetiva integralização (exclusive) ("**Preço de Integralização**"). A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato de subscrição das Debêntures; **(n) Aquisição Facultativa:** A Companhia não poderá adquirir as Debêntures da Emissão, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; **(o) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("**Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao recebimento: **(i)** da parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, acrescido de **(ii)** prêmio, nos termos da tabela a ser estabelecida na Escritura de Emissão, incidente sobre o valor descrito no item "(i)", a ser calculado de acordo com fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(p) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures:** A Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade (e não menos do que a totalidade) das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo**"), mediante o pagamento: **(i)** do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures ("**Valor do Resgate Antecipado Facultativo**"); acrescido de **(ii)** prêmio, nos termos da tabela a ser estabelecida na Escritura de Emissão, incidente sobre o valor descrito no item "(i)", a ser calculado de acordo com fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(q) Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das Debêntures emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira data de integralização e a seu exclusivo critério, com o consequente cancelamento das referidas Debêntures, que será endereçada aos Debenturistas, na forma a ser prevista na Escritura de Emissão ("**Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**"). Os demais termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado serão estabelecidos na Escritura de Emissão; **(r) Repactuação Programada**: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(s) Atualização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, não será objeto de atualização monetária; **(t) Remuneração das Debêntures:** A partir da primeira data de integralização, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na *internet* (www.b3.com.br) ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de um *spread* (sobretaxa) equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração**"). A Remuneração será calculada conforme a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(u) Pagamento da Remuneração:** Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos semestralmente, conforme datas de pagamento da Remuneração a serem previstas no Anexo I à Escritura de Emissão ("**Datas de Pagamento da Remuneração**"); **(v) Amortização das Debêntures:** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, conforme datas e percentuais a serem indicados na Escritura de Emissão ("**Datas de Amortização das Debêntures**"), sem prejuízo da possibilidade do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, Resgate Antecipado Taxa Substitutiva DI, Amortização Extraordinária Facultativa ou de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Escritura de Emissão; **(w) Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático distribuição, sem a necessidade de análise prévia da CVM, nos termos do disposto na Resolução CVM 160, em regime de melhores esforços de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação da instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das debêntures ("**Coordenador Líder**"), "*Contrato de Estruturação, Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Melhores Esforços, da 17ª (Décima Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Marfrig Global Foods S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("**Contrato de Distribuição**"); **(x) Plano de Distribuição:** O plano de distribuição será organizado pelo Coordenador Líder e seguirá os procedimentos descritos no artigo 49 da Resolução CVM 160 e no Contrato de Distribuição, tendo como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais ("**Plano de Distribuição**"); **(y) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("**Encargos Moratórios**"); **(z) Possibilidade de Desmembramento:** Não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(aa) Vencimento Antecipado:** As Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas e exigíveis, observados os termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos casos apontados na Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis; e **(bb) Demais Termos e Condições:** Os demais termos e condições da Emissão das Debêntures seguirão previstos na Escritura de Emissão. **2.** Autorizar, a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à implementação e à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e eventuais aditamentos: **(a)** a Escritura de Emissão; **(b)** o Contrato de Distribuição; e **(c)** contratos com os prestadores de serviço necessários à Emissão e a Oferta, e eventuais documentos relacionados aos contratos necessários à Emissão e a Oferta, incluindo aditamentos. **3.** Por fim, autorizar quaisquer medidas que precisem ser tomadas e/ou ratificar quaisquer negociações ou medidas realizadas e/ou que venham a ser realizadas pela diretoria da Companhia ou eventuais procuradores devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia, com relação a todos os termos e condições aplicáveis à Emissão e à Oferta, bem como à formalização das matérias tratadas nos itens (1) e (2) acima, incluindo autorizar a diretoria da Companhia e seus eventuais procuradores a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à Emissão e à Oferta, que ainda não tenham sido praticados ou celebrados, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando a procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, inclusive para determinação de taxa de juros das Debêntures e cancelamento de Debêntures que não forem integralizadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Rui Mendonça Junior; Secretário: Heraldo Geres. **Membros da Diretoria:** Rui Mendonça Junior, Heraldo Geres, Rodrigo Marçal Filho e Tang David. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 16 de agosto de 2024. **Heraldo Geres** - Secretário.

---




## AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35.300.574.290

**EXTRATO ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2024**

**Data, hora e local:** Em 24/07/24, às 10h45, por videoconferência na sede da Cia. **Mesa:** Presidente: Sr. **Ricardo B. Silvarinho -** Secretário: Sr. **André G. Gil Guimarães. Deliberações:** **(i)** aprovar a convocação da Assembleia, dispensada a publicação de anúncios, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, das S/As, para deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** Aumento de Capital (conforme abaixo definido); e **(b)** alteração e consolidação do Estatuto Social para refletir o Aumento de Capital, nos termos da proposta da administração da Cia. **(ii)** aprovar a proposta da administração da Cia. acerca das matérias constantes da Ordem do Dia da AGE, contemplando: (a) a proposta de aumento do capital social da Cia., mediante a emissão, pela Cia, de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ("**Ações**"), a serem subscritas mediante capitalização, em proveito da AES Holdings Brasil Ltda. ("**AHB**"), de parcela da reserva especial de ágio registrada pela Cia., nos termos do art. 11, *caput*, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 78, de 29/03/22, no montante de R$ 24.513.385,05, equivalente ao valor do efetivo crédito fiscal auferido pela Companhia, ao longo de sua existência, em razão da amortização do ágio pago pela Cia. Brasiliana de Energia e refletida nas demonstrações financeiras da Cia, resultado da implementação da incorporação da AES Tietê S.A. ("**Reserva Especial de Ágio**" e "**Aumento de Capital**", respectivamente), observados os seguintes termos e condições: quantidade de Ações e valor da emissão: o Aumento de Capital contemplará a emissão de 17.108.039 Ações, ao preço de emissão de R$ 1,432857621852 por ação, totalizando o montante de R$ 24.513.385,05, desconsiderando-se eventual fração de ações, a ser destinado, integralmente, à conta de capital social da Cia.; preço de emissão por Ação: o preço de emissão por Ação será de R$ 1,432857621852, fixado em observância ao art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das S/As, determinado com base no balanço patrimonial da Cia. em 31/03/24; integralização das Ações: as Ações serão integralizadas mediante a capitalização, em proveito da AHB, de parcela da Reserva Especial de Ágio; alteração do capital social da Cia.: em decorrência do Aumento de Capital, o capital social da Cia. passará de R$ 1.799.261.667,36, representado por 2.014.441.535 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para R$ 1.823.775.052,41, representado por 2.031.549.574 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal; direitos das Ações: as Ações conferirão aos seus titulares direitos, vantagens e restrições idênticos aos atualmente aplicáveis às ações ordinárias de emissão da Cia.; destinação dos recursos: tendo em vista que o Aumento de Capital será realizado mediante a capitalização de parcela da Reserva Especial de Ágio, não haverá recursos a serem vertidos para a Cia. no final do processo de subscrição das Ações; e aporte das Ações ao capital social da AES Brasil Energia S.A.: conforme previsto no Contrato de Cessão de Direitos, celebrado entre a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a AHB, com interveniência da AES Brasil Energia S.A. e da AES Tietê Energia S.A. (sucedida por incorporação pela Cia.), em 26/10/15, conforme aditado em 17/12/20, as Ações deverão ser aportadas pela AHB ao capital social da AES Brasil Energia S.A. (b) a proposta de alteração do art. 5º, *caput*, do Estatuto Social, bem como a sua consolidação, de modo a refletir o novo capital social da Cia, caso aprovadas as propostas constantes do item 5(ii)(a) acima; e **(iii)** autorizar os membros da Diretoria da Cia. e/ou seus procuradores devidamente constituídos a tomar todas as providências e a praticar todos os atos que sejam necessários à implementação das deliberações aprovadas acima. **Encerramento: Registrada sob o nº 304.261/24-5 em 14/08/24, por Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra da ata será publicada no endereço eletrônico do jornal Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/).**

---

### UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Escola de Engenharia de São Carlos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024 – EESC/USP - Nº da Licitação: 99010/2024**
**PROCESSO SEI Nº: 154.00004032/2024-24**

**Objeto:** Baterias. **Prazo de Início do Recebimento das Propostas Eletrônicas:** 21/08/2024. **Sessão de Disputa:** 03/09/2024 às 09h00. O acesso à sessão é por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal", através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 21/08/2024**, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes**, **www.eesc.usp.br** **www.imprensaoficial.com.br** e **https://www.gov.br/pncp/pt-br**.

### MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 02/2024**
**MZ - PROCESSO Nº: 154.00003843/2024-16**

O Museu de Zoologia torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 02/2024 - MZ**, do tipo menor preço, cujo objeto é **Serviço de impressão das revistas Arquivos de Zoologia e Papéis Avulsos de Zoologia do Museu de Zoologia da USP**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 19/08/2024 a partir das 10h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 03/09/2024 às 10h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov" através do sítio: **https//www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 19/08/2024, além da página do **ComprasGov**, nos endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

### UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°: 06/2024 - FZEA**
**PROCESSO SEI Nº: 154.00004051/2024-51**

A Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 06/2024 - FZEA**, do tipo menor preço, cujo objeto é **CAFÉ TORRADO E MOIDO, CAFÉ TORRADO EM GRÃOS, AÇUCAR CRISTAL E COPOS DESCARTÁVEIS 200ML**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 20/08/2024 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 03/09/2024 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal" através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 20/08/2024**, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br.**



---

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**




**AVISO DE LICITAÇÃO**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 105/2024 – GMS/FUNDEPAR**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 90105/2024 - PNCP - UASG 929906**

**PROTOCOLO** Nº 21.415.294-0. **OBJETO:** Contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura, para elaboração de projetos básico legal e executivo de arquitetura, projetos complementares e execução da obra em sistema construtivo pré-fabricado da Unidade Nova Escolar (UNV) Jardim Madrid, no Município de Maringá. **VALOR MÁXIMO:** R$ 26.467.056,54 (vinte e seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 19 de novembro de 2024, às 08:30** (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO:** por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br **Informações:** (41) 2117-8286 ou (41) 2117-8302. **DATA:** 20/08/2024 Comissão de Contratação.

---







**Loteria do Estado do Paraná - LOTTOPAR**
**RETIFICAÇÃO**
**AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO 004/2024**
**Protocolo: 22.099.921-1**

**ONDE SE LÊ:**

**PERÍODO DE DISPUTA DE LANCES:**
**10h do dia 27.08.2024**

**LEIA-SE:**

**PERÍODO DE DISPUTA DE LANCES:**
**10h do dia 29.08.2024**

Curitiba, 19 de agosto de 2024.

Daniele Batista dos Santos
Pregoeira – Portaria 064/2024 Lottopar

---





INÊS 249



**Renda fixa** Para melhorar rentabilidade, gestores mudam a composição das carteiras

# Fundo de crédito busca mais título bancário e FIDC

**Liane Thedim**
Do Rio

Em meio à persistente queda nos prêmios de risco no mercado de crédito privado, gestores vêm mudando a composição das carteiras de seus fundos, numa espécie de "salve-se quem puder" para melhorar a rentabilidade. As principais estratégias têm sido aumentar a alocação de recursos em títulos bancários, como CDBs e letras financeiras (LFs), e em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e crédito estruturado em geral.

O primeiro caso é uma aposta dos fundos mais líquidos, com possibilidade de saque em até cinco dias. Já os FIDCs e o crédito estruturado são uma escolha para carteiras mais longas. Nos dois tipos, os gestores também aumentaram a parcela em caixa, aquela que fica alocada em títulos públicos líquidos, como letras financeiras do Tesouro (LFT).

Os prêmios de risco chegaram a ter alguma estabilidade em maio, mas voltaram a cair em julho, puxados pelas sucessivas altas na captação dos fundos do segmento e a desaceleração das emissões, depois dos recordes no primeiro semestre.

Segundo relatório do BTG Pactual, as taxas das debêntures corporativas chegaram a CDI mais 1,44% em julho, frente a 1,53% em junho, e, nos papéis de infraestrutura, 0,63 ponto percentual acima da NTN-B, título do Tesouro atrelado à inflação (0,67 ponto-em junho). "Os spreads vêm diminuindo e já estão abaixo da média de 2021 e 2022, puxados pelos que têm classificação de crédito triplo A [de baixo risco], que estão perto das mínimas de 2019", afirma Thomas Tenyi, autor do estudo. "Isso tem incomodado muitos gestores, que ficam no dilema e buscam estratégias diferentes, mudando composição, aumentando risco, caixa, título bancário."

O analista ressalta que houve um forte aumento nas emissões de CDBs e letras financeiras nos últimos meses, sobretudo em junho, quando o crescimento foi de 3,2%, bem acima do ritmo normal de no máximo 2% ao mês. Dados da B3 mostram que, no ano, o estoque de CDBs sobe 10,12%, de R$ 2,184 trilhões em dezembro para R$ 2,405 trilhões em junho. Já o de letras financeiras, as preferidas dos fundos, avançou 7,69%, de R$ 637 bilhões para R$ 686 bilhões. De acordo com a bolsa, 75% desse total está com fundos e entidades de previdência.

Os CDBs são essencialmente detidos por pessoas físicas e pessoas jurídicas não financeiras (93%). Apenas 6% estão com fundos, já que há custos que reduzem a rentabilidade, como a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). "Esses papéis acabam tendo um risco semelhante ao de uma debênture de alta qualidade com prazo menor de vencimento", afirma Tenyi

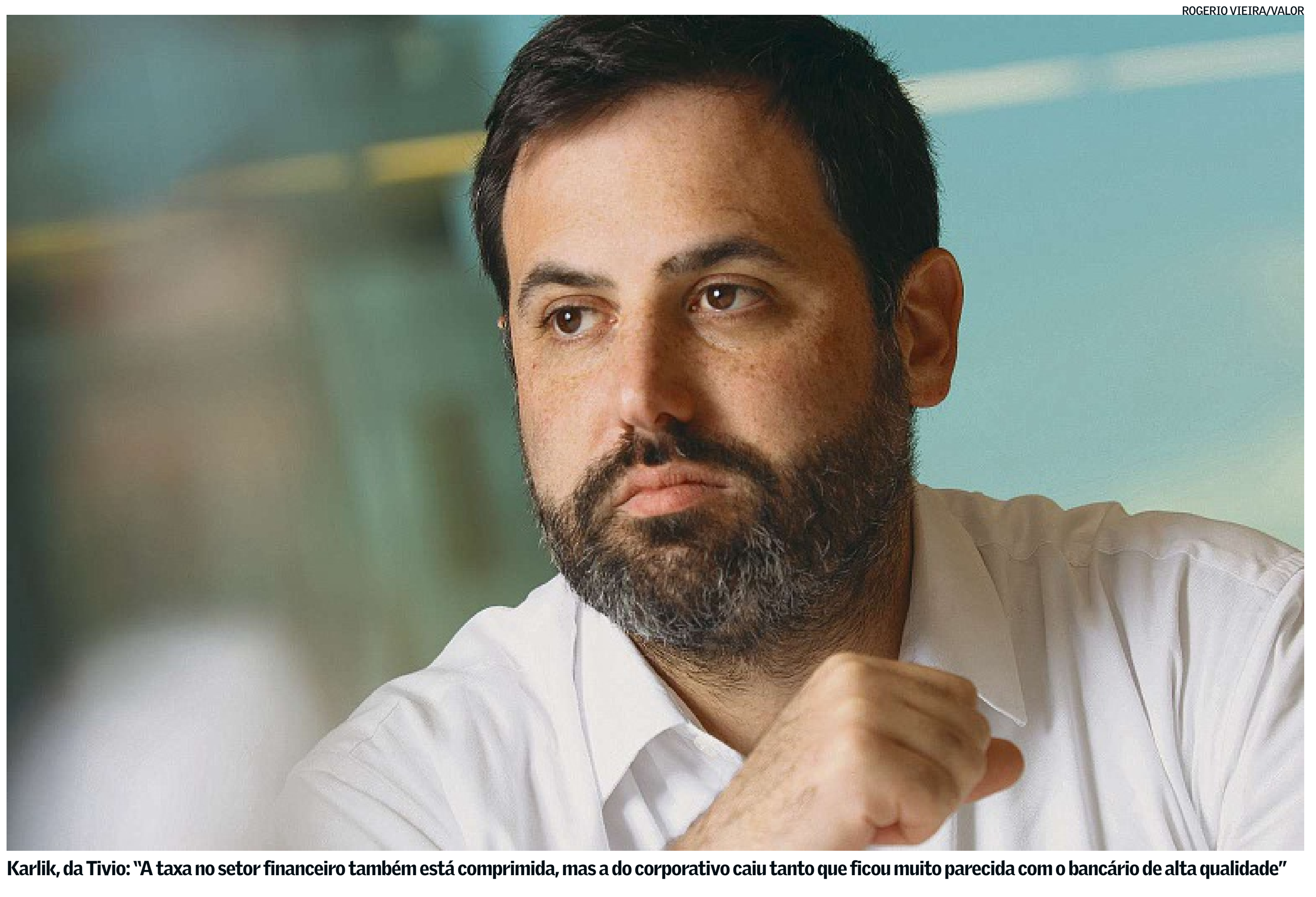
Os FIDCs, por sua vez, registraram captação recorde no primeiro semestre, com R$ 34,3 bilhões em emissões, conforme dados da Anbima, associação que representa as instituições que atuam nos mercados financeiro e de capitais.

Na Tivio Capital, joint venture entre Bradesco e Banco BV, o principal fundo de crédito, o Institucional, tinha 40% de papéis corporativos e 20% de bancários até setembro do ano passado. Agora, as fatias se inverteram. "Os papéis foram vencendo e vimos essas oportunidades. A taxa no setor financeiro também está comprimida, mas a do corporativo caiu tanto que ficou muito parecida com o bancário de alta qualidade, então preferimos estar no bancário, que é muito líquido. E os bancos estão aproveitando para captar barato", diz Sami Karlik, responsável pela gestão dos fundos crédito privado da Tivio.

A asset tem R$ 30 bilhões sob gestão, sendo que o Institucional — que permite resgate no mesmo dia — soma patrimônio líquido de R$ 15 bilhões. As letras financeiras têm vencimentos a partir de dois anos e os CDBs, de três meses. A gestora tem ainda um fundo focado em bancos, o Tivio Banks, com R$ 1,3 bilhão e resgate em dois dias. "Os bancos já captaram muito e agora estamos com dificuldade para comprar papéis porque eles não estão precisando emitir."

Mesmo com a liquidez dos fundos, Karlik afirma que aplica uma pequena parcela em cotas seniores de FIDCs com nota de crédito alta. Para ele, são ativos que podem ter até menos risco do que muitas debêntures e, por terem menor liquidez, pagam prêmios melhores. A posição em caixa é grande: 30%. Em crédito, a Tivio tem R$ 5 bilhões.

> "Um FIDC está pagando CDI mais 5%, mas não tem liquidez, então não dá para fazer uma alocação grande"
> *Juliana Tomaz*



Karlik, da Tivio: "A taxa no setor financeiro também está comprimida, mas a do corporativo caiu tanto que ficou muito parecida com o bancário de alta qualidade"

Estratégia parecida está sendo adotada por Ricardo Nunes, diretor de investimentos de crédito e grandes fortunas da Paramis Capital, com a diferença que a parcela em crédito estruturado ganhou importância nos fundos "high yield" (de mais risco). No fundo DI, com 50% em crédito e que permite saques no mesmo dia, a parcela de CDBs e LFs de bancos de primeira linha aumentou de 33% há três meses para metade da fatia de crédito. No fundo "high grade" (ativos com melhor rating), que permite resgate em 30 dias, esses papéis representavam 25% e agora, 33% no mesmo período.

"Temos operado com caixa maior porque nossa leitura é de que vamos colher frutos lá na frente por termos sido mais seletivos", diz. Segundo ele, o fluxo de captação tem sido intenso, com 10% a 15% de crescimento diário nos aportes no ano, o que dificulta a alocação nas atuais condições de mercado. Nunes explica que o objetivo foi encurtar os prazos, como medida defensiva para o caso de haver repique de spreads ou algum "default" relevante. Além disso, os títulos bancários que tem em carteira não permitem recompra.

"Boa parte do estoque de debêntures no mercado secundário foi emitido a uma taxa maior do que a de agora, e a maioria tem cláusula de resgate antecipado. Uma parcela grande está sendo negociada abaixo do nível que precisaria ter para não sofrermos prejuízo se o emissor resgatar antecipadamente, porque há uma diferença entre os prêmios na recompra." Entre os papéis bancários, diz ele, somente as LFs subordinadas e perpétuas podem ser resgatadas antecipadamente, e elas são minoria. Em crédito, a Paramis reúne R$ 1 bilhão.

A AMW, asset da Warren Investimentos, tem três fundos com liquidez de zero a cinco dias e que têm presença forte de LFs em carteira. A gestora usa um modelo sistemático e chegou a mais de 50% em ativos de bancos. Juliana Tomaz, responsável pela estratégia de crédito estruturado, corporativo e imobiliário dos fundos da casa, conta que o spread médio das LFs com vencimento em dois anos na melhor classificação de risco do Banco Central caiu de 0,8 ponto percentual em novembro para 0,4 acima do CDI. Entre as com pior classificação, caiu de 1,4 para 0,9 no período. A asset tem hoje R$ 2 bilhões sob gestão, sendo R$ 1,8 bilhão em crédito.

A participação de crédito estruturado também cresceu, porque, segundo ela, há menos oportunidades no corporativo e "uma enxurrada de FIDCs". "Um FIDC com lastro em empréstimos consignados do setor público está pagando CDI mais 5%, mas não tem liquidez, então não dá para fazer uma alocação muito grande", diz. Tomaz diz que tem operado com caixa maior, à espera de oportunidades. Em geral, a parcela fica entre 10% e 15% e está em 22% nos fundos com liquidez em até 30 dias.

"Com a falta de papéis corporativos, todo mundo foi para os bancários", diz Henri Rysman, responsável pela área de crédito privado e especialista em ESG do BNP Paribas. Ele conta que aproveitou para vender papéis corporativos mais longos e encurtar a carteira com LFs, na maior parte, e CDBs. "Os bancos estão com excesso de liquidez, vimos alguns parando de emitir ou reduzindo spreads e alongando prazos."

O gestor diz que aumentou a fatia do setor financeiro. No Rubi, por exemplo, com patrimônio de R$ 1,4 bilhão, em dezembro a fatia era de 11% e hoje está em 46%. Já o Match, de ativos bancários, encurtou o prazo médio de sete para seis meses este ano. "Precisamos alocar mas o mercado primário está cada vez mais longo e espremido", diz Rysman. "Há muitas colocações privadas, só metade é distribuída. Em instituições bancárias temos mais campo para atuar porque fazemos emissões bilaterais."

## Assets encurtam prazos para reduzir risco

Do Rio

Na direção inversa de outros fundos, Vinland Capital, Valora e Sparta reduziram recentemente a parcela em letras financeiras (LFs) e CDBs de seus fundos. A Sparta chegou a elevar a fatia a partir de fevereiro, mas a compressão dos prêmios pagos pelos bancos a levou a encurtar os prazos dos papéis em carteira para diminuir o risco, diz o CEO Ulisses Nehmi. "Gostamos de alongar quando vemos espaço para reduções adicionais de spreads, e não vemos isso agora", diz. "Além de diminuir a duração da carteira, também venho alocando em títulos com classificação de crédito duplo A, em vez triplo A." Na asset, todos os fundos têm resgate em prazos variados a partir de 30 dias.

Caminho parecido está trilhando a Valora, especializada em crédito privado, com R$ 16 bilhões em ativos. Fernando Marinho, gestor de portfólio, conta que acabou de vender R$ 200 milhões em LFs e CDBs para fugir dos prêmios de risco reduzidos. "Estamos próximos de zerar o estoque de letras financeiras com vencimento até 2027. O potencial de ganho hoje está nos estruturados, ou seja, FIDCs, CRIs e CRAs [certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio, respectivamente]", afirma. "Mantemos no máximo 20% em caixa e o resto, em títulos corporativos e cada vez mais estruturados."

Segundo ele, a asset também está reduzindo o prazo da carteira, e nesse ponto os FIDCs se encaixam bem, já que têm um ano e meio de prazo médio, enquanto uma debênture tem em média seis anos. A gestora só tem fundos com prazo de resgate acima de 15 dias.

Mais FIDCs conjugados com uma parcela maior de caixa tem sido a estratégia da Vinland. Jean-Pierre Cote Gil, gestor de crédito, diz que o fundo com liquidez em 30 dias vem mantendo 20% em títulos públicos e a fatia de FIDCs, que já foi de 5% a 7%, subiu para 15% a 18%, quase no teto de 20% permitido em aplicações para o público em geral. "Com os FIDCs abrimos mão de liquidez por um retorno maior mas temos mais caixa. É oportuno fazer isso agora."

Na visão dele, é possível conseguir um FIDC que paga CDI mais 3% a 5% com lastro em ativos seguros, como crédito consignado federal, FGTS e recebíveis pulverizadas, enquanto uma debênture com o mesmo rating e menos liquidez paga 1,20% acima do CDI. "A análise toma o dobro tempo, mas compensa", diz. Cote Gil afirma que há cinco anos a gestora entrava em ofertas de FIDC com outras três casas. "Hoje entro com dez. Os gestores cada vez mais vão olhar para esse segmento."

A Vinland, que tem R$ 1,4 bilhão em crédito, também passou a olhar títulos com avaliação "BBB", mas o foco é maior em duplo A. "Ainda tem bons papéis mas que por alguma razão tiveram o prêmio estressado. Por exemplo, pode ser que tenham vindo muito mercado ou passado por alguma situação específica." Os títulos bancários ajudam a compor mas em menor grau por causa dos prêmios reduzidos. "Já tivemos 20% no setor financeiro. Hoje estamos em 9%."

Eduardo Castro, CIO da Portofino Multifamily Office, avalia que o mercado corporativo tradicional é o menos atrativo nesse momento. O escritório também vem buscando debêntures de empresas menores ou FIDCs, que, para ele, fogem do tradicional, "que está muito povoado. "O mercado está precificado hoje não pela qualidade de crédito e sim pela demanda, o que preocupa", diz. "O momento está empurrando o investidor para títulos de crédito, mas temos muito pouco prêmio atualmente." *(LT)*

## O papel dos endowments de universidade na agenda ESG

Palavra do gestor



**Roberto Savaris**

Muito disseminado em diversos países do mundo, os endowments de universidades ainda estão caminhando a passos curtos aqui no Brasil.

Nos Estados Unidos, por exemplo, diversos endowments têm dezenas de bilhões de dólares aplicados, como o da Universidade Harvard, que fechou o ano fiscal de 2023 com mais de US$ 50 bilhões em recursos investidos.

Nos últimos anos, a economia sustentável e de impacto social tem emergido como uma força significativa no mercado financeiro global. Essa tendência reflete um crescente reconhecimento da importância de alinhar os objetivos financeiros com os valores sociais e ambientais. Os fundos patrimoniais, em particular, destacam-se como uma ferramenta poderosa para a execução de programas e projetos de interesse público.

No âmbito da educação, nós, como membros da sociedade civil, temos a responsabilidade de apoiar as universidades e seus endowments. Esse apoio pode vir de diversas formas: doações financeiras, tempo e expertise por meio de mentoria, ou mesmo promovendo práticas de transparência e boa governança. Quando contribuímos, não apenas fortalecemos a saúde financeira das universidades, mas também fomentamos um ciclo virtuoso de desenvolvimento acadêmico e inovação que beneficia toda a sociedade, através do financiamento a projetos de impactos.

As empresas, especialmente aquelas comprometidas com a agenda ESG [ambiental, social e de governança], têm um papel fundamental a desempenhar. Ao olhar para este tipo de fundo, elas podem identificar oportunidades de investimento socialmente responsável que geram valor não apenas financeiro, mas também social e ambiental. Seu apoio pode ser uma poderosa ferramenta de impacto social, permitindo que as empresas reforcem seu compromisso com a educação, a inovação e o desenvolvimento sustentável. Empresas podem colaborar por meio de doações, parcerias em pesquisa e desenvolvimento, e programas de mentoria, contribuindo significativamente para a missão educacional das universidades.

A questão da transparência é crucial na gestão dos endowments universitários. A confiança dos doadores e a eficácia dos fundos dependem de uma gestão transparente e responsável. Isso envolve a divulgação clara dos objetivos do fundo, dos resultados financeiros e do impacto social gerado. Somente através da transparência é possível garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que os doadores se sintam confiantes para continuar contribuindo. A transparência também é um componente essencial da pauta ESG, reforçando o compromisso com a governança responsável.

Muitos alunos, beneficiados por bolsas de estudo financiadas por esses fundos, desenvolvem um forte sentimento de retribuição. Eles percebem o valor da educação que receberam e, mais tarde, se tornam doadores ou mentores, contribuindo para o fortalecimento do fundo e perpetuando o ciclo de apoio e desenvolvimento. Esse sentimento de gratidão é um poderoso motivador que alimenta a sustentabilidade dos fundos patrimoniais, reforçando o impacto social positivo das universidades

Quando bem geridos, esses fundos são instrumentos poderosos e que podem gerar impactos sociais e financeiros significativos. No contexto da pauta ESG, é imperativo o reconhecimento, valorização e o potencial transformador dos endowments, contribuindo para um futuro mais justo, sustentável e próspero para a sociedade. A união de esforços entre indivíduos e empresas pode garantir que as universidades continuem a ser centros de excelência, inovação e progresso social.

**Roberto Savaris** é presidente do Chronos, fundo patrimonial da USP de São Carlos
**E-mail** rs@mobius.com.br

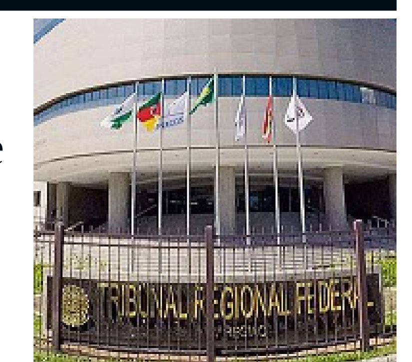
**TJSP**
Cliente terá que indenizar clínica por críticas em redes sociais e sites

valor.globo.com/legislacao



**Opinião Jurídica**
A propriedade intelectual e os desafios para os atletas
E2

**TRF-4**
Hamburgueria catarinense perde disputa de marca
valor.globo.com/legislacao





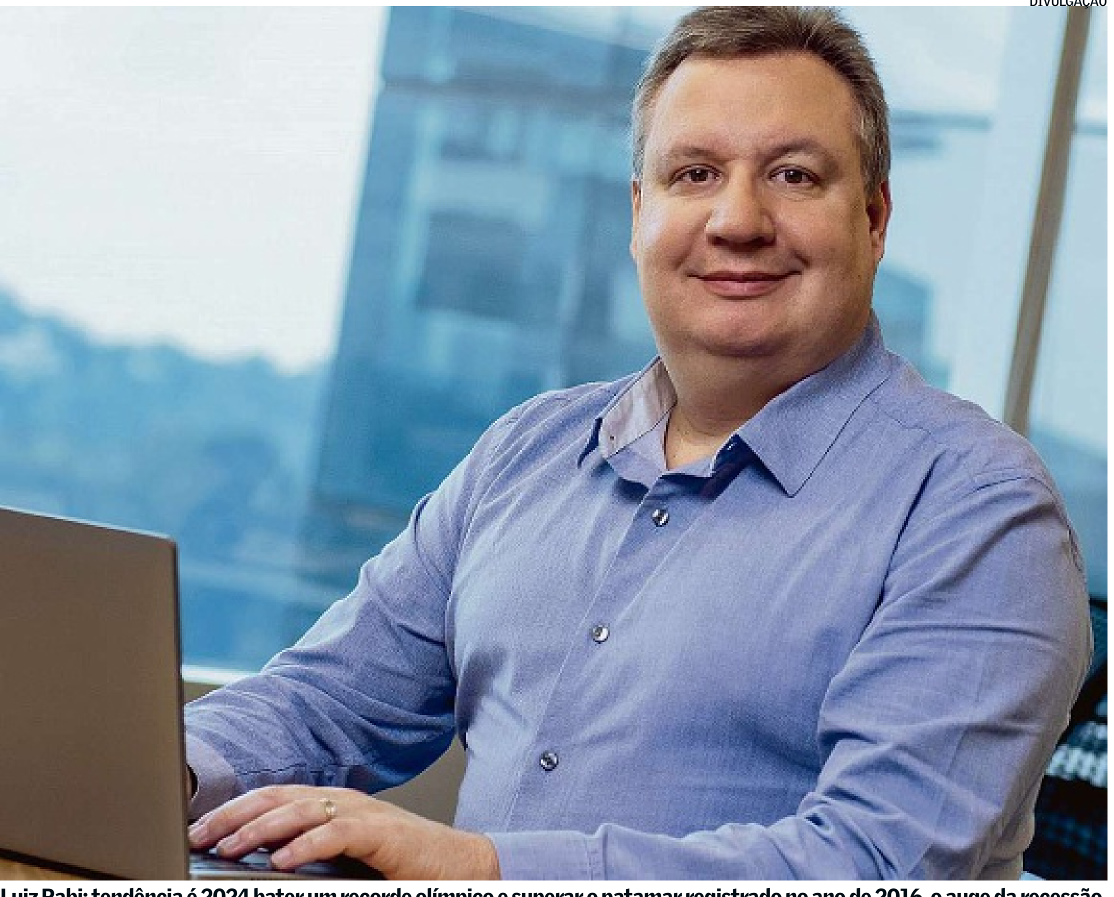

**Insolvência** Serasa registrou em julho alta de 167,7%, na comparação com o mesmo mês de 2023

# Micro e pequenas empresas batem recorde e lideram pedidos de recuperação judicial

**Marcela Villar**
De São Paulo

As micro e pequenas empresas bateram, em julho, recorde de pedidos de recuperação judicial. Foram apresentados 166, o que representa 72,8% do total de 228 solicitações de renegociação de dívidas efetuadas por companhias de todos os portes. Esses são os maiores números para o mês da série histórica da Serasa Experian, que iniciou os registros em 2005.

O acumulado anual dos primeiros sete meses, quando comparado ao mesmo período dos anos anteriores, também é sem precedentes: 879 microempresas e empresas de pequeno porte pediram tutela do Judiciário para renegociar dívidas. Essa quantidade é 25% maior do que os acumulados até julho de 2022 e 2023 somados (704) e maior que o acumulado de 2016 (657), quando houve o maior pico de pedidos de recuperação judicial já visto no país. Na comparação com julho do ano passado, a alta é expressiva: de 167,7%.


DIVULGAÇÃO
Luiz Rabi: tendência é 2024 bater um recorde olímpico e superar o patamar registrado no ano de 2016, o auge da recessão

O setor de serviços também apresentou recorde em julho, superando o ano em que se realizava a Olimpíada no Rio: 94 este ano, contra 93 pedidos em 2016. No acumulado do ano, o cenário é bem pior. Um total de 516 empresas recorreu ao instituto, contra 321 há oito anos — número 61% maior. Já comércio e indústria acumulam 329 e 202 pedidos de recuperação até julho, respectivamente. Só no mês passado, foram 52 e 41 solicitações. O setor primário, onde se concentram as empresas do agronegócio, atingidas pela quebra de safra, somam 195 este ano, sendo 41 no mês passado.

Os números, compartilhados com exclusividade pela Serasa Experian, indicam que os pedidos de reestruturação judicial devem ultrapassar a marca histórica, algo que o acumulado anual já mostra. Ao todo, foram 1.242 pedidos de recuperação neste ano, somando todos os portes de empresa, contra 1.098 em 2016. As falências, porém, foram na contramão em julho deste ano e apresentam queda de 15,8% em relação ao mês período de 2023.

Segundo o economista Luiz Rabi, da Serasa Experian, a tendência é 2024 bater um "recorde olímpico" e superar o patamar de 2016, "o auge da recessão". "É preocupante, porque reflete que tem cada vez mais empresas à beira da insolvência", afirma. O principal motivo para a alta, diz, é o incremento da inadimplência no país. Hoje, são 6,9 milhões de empresas nessa situação, pelos dados da própria Serasa. Desde agosto de 2021 o número não para de crescer.

"Do ponto de vista macro, não estamos piores que em 2016, mas do ponto de vista da inadimplência, estamos", afirma Rabi. "Muita coisa melhorou, mas o problema é que a inadimplência e os pedidos de recuperação judicial são os últimos vagões desse trem, são indicadores que demoram muito para melhorar depois que várias outras variáveis econômicas já melhoraram, como desemprego, que está caindo, e a economia, que está crescendo", acrescenta.

O fato de as micro e pequenas empresas e o setor de serviços estarem liderando os pedidos de recuperação não é coincidência, de acordo com Rabi, pois é nessa bolha que se concentra a atividade empresarial do Brasil. Mas não é só. "O comércio e serviços são mais afetados pela taxa de juros de longo prazo, muito mais que a indústria, que tem a exportação como válvula de escape", diz o economista. "São setores que dependem muito mais do mercado interno para poder direcionar sua produção", completa.

Além disso, a crise financeira sempre é sentida de forma acentuada dentre os menores, explica a advogada Samantha Longo, sócia do Longo Abelha Advogados e integrante do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "As [empresas] médias ainda têm um fluxo de caixa maior, mas as pequenas não têm fluxo ou dinheiro guardado. Os pequenos empresários sobrevivem muito do dia a dia", afirma.

Para as pequenas empresas, há pouca alternativa no mercado para equacionar os débitos, diz o administrador judicial Oreste Laspro, da Laspro Consultores, que também é professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). "A recuperação judicial e extrajudicial são mecanismos estruturados para solução de crise de empresas de grande porte", afirma. "A extrajudicial depende de uma negociação complexa que precisa de bancas e assessores financeiros especializados e só as grandes têm essa disponibilidade. Para as micro e pequenas empresas, sobra a recuperação."

Segundo Laspro, a Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 11.101, de 2005), prevê no artigo 70 um prazo de pagamento aos credores diferenciado para empresas menores, de 36 meses. "Mas o problema é que o prazo também é um complicador forte, porque não tem a mesma possibilidade de esticar a dívida para prazos muitos grandes. É um plano de pagamento impagável", diz.

Para tentar melhorar esse cenário, o Fonaref dialoga com o Sebrae para auxiliar os pequenos empresários no momento pré-insolvência. O intuito é evitar o pedido de recuperação judicial através de treinamentos, palestras e capacitação para que eles conheçam outras saídas, como a mediação antecedente. "Serão várias medidas que o Sebrae vai adotar focado em evitar que as micro e pequenas empresas venham a pedir recuperação", afirma Samantha.

A mediação antecedente foi inserida pelo artigo 20 na reforma, em 2020, da Lei de Recuperação Judicial e Falências. Nela, a empresa tem 60 dias para negociar com credores, se beneficiando do "stay period", prazo em que ficam suspensas as execuções. Além de ser mais rápido, não inviabiliza o acesso a crédito e é menos custoso, já que não é preciso um administrador judicial. "Combina muito com esse nicho, porque as empresas de pequeno porte não têm tantos credores e os contratos não são complexos, normalmente não tem alienação fiduciária nem extraconcursais, então fica mais fácil de fazer a negociação", diz Samantha.

Ela afirma que a mediação pode ser feita em câmaras privadas de mediação e arbitragem, que têm taxas mais vantajosas, ou nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) de cada tribunal, que não tem custas. Nas recuperações judiciais, o custo com o processo pode chegar a 10 a 12% da dívida, segundo Oreste Laspro. Para ele, a mediação é eficiente em poucos casos, quando se tem uma dívida concentrada em poucos credores.

A tendência de melhora nos pedidos de recuperação judicial depende de uma estabilização da inadimplência, aliado com um melhora na taxa de juros e taxa cambial. Como já há certa estabilidade nos CNPJs inadimplentes desde abril, tudo indica é que a melhora comece a ser vista só no próximo ano. "Tivemos um ano e meio de aumento na inadimplência para começar a sensibilizar as estatísticas de recuperação judicial. É um processo bem lento", afirma Luiz Rabi.

"A crise financeira sempre é sentida de forma acentuada dentre os menores"
*Samantha Longo*

## Destaque

**Ação de execução**
A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que o trânsito em julgado da decisão que indefere o pedido de desconsideração da personalidade jurídica impede que outro pedido semelhante seja apresentado no curso da mesma execução. De acordo com os autos, foi ajuizada uma ação de execução de honorários advocatícios contra uma empresa. O credor requereu a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, o que foi deferido pelo juízo de primeira instância. Entretanto, a decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), sob o fundamento de que estariam ausentes os requisitos previstos no artigo 50 do Código Civil (CC). Em autos apartados, o advogado formulou um novo pedido de desconsideração, alegando a existência de novos fatos e documentos, o qual foi indeferido sob a justificativa da existência de coisa julgada material. No recurso ao STJ, o advogado afirmou que o julgamento de um pedido não veda nova apreciação da desconsideração da personalidade jurídica, e, além disso, as decisões interlocutórias — como a que negou o primeiro pedido — não geram coisa julgada material (REsp 2123732).

# Contribuinte perde discussão sobre tributação da Selic

**Arthur Rosa**
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu não julgar, em repercussão geral, uma questão relevante para os contribuintes: a incidência do PIS e da Cofins sobre a taxa básica de juros, a Selic, aplicada na restituição de tributos pagos a maior (repetição de indébito). Os ministros, em votação no Plenário Virtual finalizada na noite de sexta-feira, entenderam que a discussão tem natureza infraconstitucional — ou seja, a última palavra é do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A decisão frustrou as expectativas dos contribuintes, que esperavam um julgamento no Supremo para virar o jogo nessa tese, depois de uma derrota no STJ. O que fica valendo é o entendimento da 1ª Seção, que manteve a tributação em análise de recursos repetitivos, com efeito vinculante para as demais instâncias.

O julgamento foi realizado em junho e, além da repetição de indébito, discutia a tributação da Selic sobre a devolução de depósitos judiciais e pagamentos efetuados por clientes em atraso (Tema 1237). A decisão dos ministros foi unânime e pode, segundo tributaristas, custar mais caro para os contribuintes do que eles imaginavam.

A Receita Federal trata a Selic como receita financeira, cuja alíquota é de 4,65%. Porém, com a publicação do acórdão do STJ, ficou claro ter prevalecido o entendimento de que ela seria receita operacional— alíquota de 9,25%.

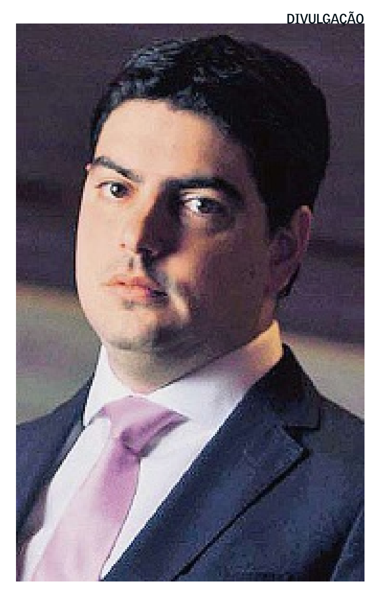
Esse ponto pode ser agora discutido no julgamento de novos recursos (embargos de divergência). A sessão está marcada para o dia 28 e inclui outros pedidos, como ajustes na tese aprovada pelos ministros. Foram solicitados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para que as instituições financeiras, no regime cumulativo de PIS e Cofins, possam escapar da tese.

A tese fixada diz que "os valores de juros, calculados pela taxa Selic ou outros índices, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados decorrentes de obrigações contratuais em atraso, por se caracterizarem como receita bruta operacional, estão na base de cálculo das contribuições ao PIS/Pasep e Cofins cumulativas e, por integrarem o conceito amplo de receita bruta, na base de cálculo das contribuições ao PIS/Pasep e Cofins não cumulativas".

No STJ, os contribuintes também acreditavam que venceriam essa discussão. A esperança veio com o julgamento do Supremo, em setembro de 2021, que afastou a incidência do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL sobre a Selic. Os ministros entenderam que esses valores são mera recomposição do patrimônio, não se inserindo no conceito de lucro (Tema 962).

Para os contribuintes, o julgamento do STF poderia levar à conclusão de que esses valores também não deveriam compor o conceito de receita para fins de incidência das contribuições sociais. Porém, afirma o advogado Eduardo Suessmann, sócio do SBP Law, o STJ deixou claro, na decisão, a diferença entre os dois casos.

"Os ministros [do STJ] entenderam que os juros não podem ser tributados pelo IRPJ e CSLL porque não configuram renda, mas podem ser tributados pelo PIS e pela Cofins porque configuram receita", diz o advogado. "Agora, parece não haver saída", acrescenta ele, lembrando que o STJ analisou a questão depois do precedente do Supremo.


DIVULGAÇÃO

"Agora, parece não haver saída para os contribuintes"
*Eduardo Suessmann*

No julgamento agora sobre a repercussão geral, os ministros seguiram o voto do relator, Luís Roberto Barroso, presidente do STF. Ele afirma que a tese defendida pelo contribuinte é de violação a artigos da Constituição, tendo em vista que o conceito constitucional de receita pressuporia o ingresso de novo recurso financeiro ao patrimônio do contribuinte.

Para ele, "o valor de atualização pela Selic, contudo, teria natureza indenizatória, já que se destinaria a recompor a perda patrimonial relacionada à exigência indevida de tributos". E acrescenta: "Ocorre que a controvérsia exige o exame de legislação infraconstitucional. A ofensa à Constituição, se existisse, seria indireta ou reflexa, o que inviabiliza o processamento do recurso extraordinário" (RE 1438704 ou Tema 1314).

Caio Cesar Nader Quintella, sócio de Nader Quintella Advogados, considera a decisão temerária. "Temos aqui, mais uma vez, a inconstância do STF com o critério de verificação da abrangência da matéria constitucional direta de PIS e Cofins, que em passado recente foi considerada muito mais ampla, permitindo o julgamento. No caso específico, para o contribuinte parece haver uma condenação definitiva ao entendimento desfavorável firmado pelo STJ, beneficiando as perspectivas de arrecadação da Fazenda Nacional."

# A propriedade intelectual e os desafios para atletas

Opinião Jurídica

**Fernanda Rosa Picosse**

O cenário esportivo brasileiro tem sido palco de notáveis inovações técnicas e conquistas de reconhecimento internacional. Na Olimpíadas de Paris (2024), vimos casos emblemáticos que ilustram a intersecção entre o direito da propriedade intelectual e o esporte de alto rendimento, suscitando reflexões sobre a proteção jurídica dos atletas e suas criações.

No âmbito da ginástica artística, duas atletas brasileiras se destacaram por registrar movimentos inéditos junto à Federação Internacional de Ginástica (FIG). Julia Soares oficializou a manobra "Soares", utilizada para iniciar suas séries na trave, caracterizada por uma meia pirueta que resulta em uma posição invertida no lado oposto do aparelho. Por sua vez, Rebeca Andrade registrou o "Triplo Twist Yurchenko" (TTY), um salto de extrema dificuldade que recebeu nota 6,0, ficando atrás apenas do "Biles II" (6,4) da atleta estadunidense Simone Biles.

Esses registros, embora não configurem propriedade intelectual no sentido estrito, representam um reconhecimento formal da contribuição dessas atletas para o desenvolvimento técnico da modalidade. Tal reconhecimento pode ter implicações significativas em suas carreiras, tanto em termos de pontuação em competições quanto de prestígio profissional.

Em contraste com a relativa simplicidade do registro de movimentos esportivos, a proteção de nomes e apelidos de atletas enfrenta desafios mais complexos no âmbito da propriedade intelectual. O caso da skatista Rayssa Leal ilustra essa problemática. A atleta, conhecida como "Fadinha do skate", enfrentou na época das Olimpíadas de Tokio tentativas de terceiros que tentaram registrar seu apelido como marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Felizmente, o INPI, órgão responsável pelo registro de marcas no Brasil, acertadamente anulou e indeferiu essas tentativas, baseando sua decisão no artigo 124, inciso XVI, da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), que estabelece que não são registráveis como marca "pseudônimo ou apelido notoriamente conhecidos, nome artístico singular ou coletivo, salvo com consentimento do titular, herdeiros ou sucessores". Essa disposição visa proteger os direitos de personalidade dos indivíduos, incluindo atletas.

No entanto, a situação se complica quando o titular do pseudônimo ou apelido é menor de idade. Conforme o Manual de Marcas do INPI, o registro de nome civil, assinatura ou imagem de menor de 18 anos como marca só é possível se requerido em nome do próprio menor, não sendo aceita autorização para o registro assinada pelos pais ou responsáveis legais.

É importante ressaltar que o reconhecimento de uma manobra ou movimento com o sobrenome da atleta pela Federação Internacional de Ginástica (FIG) constitui, essencialmente, uma homenagem à pioneira que primeiro executou tal movimento.

Contudo, essa "marca registrada" não confere exclusividade de uso à atleta. Para monetizar e obter direitos exclusivos de uso em território nacional, é necessário o registro do nome do movimento ou manobra como marca junto ao INPI. Esse processo é distinto do reconhecimento técnico pela federação esportiva e envolve procedimentos específicos no âmbito da propriedade industrial.

No futebol é comum a existência de uma série de dribles que são nomeados e reconhecidos pelos entusiastas do esporte, embora, na maioria das vezes, não se saiba quem foram seus criadores. Em contrapartida, há exemplos de dribles que são diretamente associados a jogadores específicos. O primeiro exemplo é o drible "Elástico", popularizado por Rivelino, e o segundo é o "Pedala Robinho", protagonizado pelo ex-jogador do Santos, Robinho.

Essa distinção entre reconhecimento esportivo e proteção marcária é crucial para compreender os desafios enfrentados por atletas na proteção de seus direitos de propriedade intelectual. O caso da skatista Rayssa Leal exemplifica a complexidade dessa questão. Enquanto as ginastas puderam registrar seus movimentos junto à FIG sem maiores obstáculos, Rayssa enfrentou tentativas de terceiros de registrar seu apelido como marca. Essa situação evidencia a vulnerabilidade dos atletas, especialmente os mais jovens, frente a possíveis apropriações indevidas de elementos associados à sua imagem e carreira.

A disparidade entre esses cenários ressalta a necessidade de uma abordagem mais abrangente e integrada na proteção dos direitos de propriedade intelectual no esporte. Atletas e seus representantes devem estar cientes das diferentes esferas de proteção disponíveis — desde o reconhecimento técnico por federações até o registro formal de marcas, perante o INPI — para assegurar a plena salvaguarda de seus interesses e contribuições ao esporte.

Esses casos evidenciam a necessidade de uma abordagem multifacetada na proteção dos direitos de propriedade intelectual dos atletas. Enquanto o registro de movimentos esportivos junto às federações internacionais parece ser um processo relativamente direto, a proteção de nomes e apelidos envolve nuances legais mais complexas, especialmente quando se trata de atletas menores de idade.

É imperativo que atletas, seus representantes legais e as entidades esportivas estejam cientes dessas nuances para proteger os direitos de propriedade intelectual. Além disso, pode-se argumentar pela necessidade de uma revisão das normas vigentes, considerando as particularidades do cenário esportivo contemporâneo, onde atletas cada vez mais jovens alcançam notoriedade internacional.

**Fernanda Rosa Picosse** é advogada especialista em propriedade intelectual, sócia da Iplatam Marcas e Patentes



## OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 344ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0733768) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 344ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 344ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 344ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0733768), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 247ª E 248ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882396/19L0882417) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão – (IF 19L0882396/19L0882417), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 239ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0907949) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 239ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 239ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 239ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0907949), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 338ª E 345ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0099843/ 21F0136519) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21F0099843/ 21F0136519), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 365ª E 366ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F1076950 / 21F1076974) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 365ª e 366ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 365ª e 366ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 365ª e 366ª Séries da 1ª Emissão - (IF 21F1076950 / 21F1076974), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 484ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22C0987445) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 484ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 484ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de março de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 484ª Série da 1ª Emissão – (IF 22C0987445), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ORIZON

# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

### Relatório da Administração Orizon Meio Ambiente S.A. 2T24

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações trimestrais (ITR) consolidadas auditadas da Companhia relativa aos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023. Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

**PERÍODO FINDO EM FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023**

| Demonstrações do Resultado (em R$ milhares, exceto %) | 2T24 | AV% | 2T23 | AV% | AH% |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 190.571 | 100,00% | 167.951 | 100,00% | 13,47% |
| Custos dos serviços prestados | -113.467 | -59,54% | -126.157 | -75,12% | -10,06% |
| Lucro Bruto | 77.104 | 40,46% | 41.794 | 24,88% | 84,49% |
| Despesas gerais e administrativas e com vendas | -29.553 | -15,51% | -19.843 | -11,81% | 48,93% |
| Outras receitas (despesas) líquidas | 3.994 | 2,10% | -1.056 | -0,63% | n.a. |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial | 51.545 | 27,05% | 20.895 | 12,44% | 146,69% |
| Resultado de equivalência patrimonial | 2.319 | 1,22% | 3.063 | 1,82% | -24,29% |
| Resultado financeiro | -21.053 | -11,05% | -23.311 | -13,88% | -9,69% |
| Receitas Financeiras | 29.988 | 15,74% | 20.635 | 12,29% | 45,33% |
| Despesas Financeiras | -51.041 | -26,78% | -43.946 | -26,17% | 16,14% |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 32.811 | 17,22% | 647 | 0,39% | n.a. |
| Imposto de renda e contribuição social | -15.036 | -7,89% | -8.424 | -5,02% | 78,49% |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | -15.556 | -8,16% | -8.991 | -5,35% | 73,02% |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 520 | 0,27% | 567 | 0,34% | 0,00% |
| Resultado do período | 17.775 | 9,33% | -7.777 | -4,63% | n.a. |

***Receita operacional líquida***

A receita líquida no segundo trimestre de 2024 atingiu R$190.571 mil, em comparação com R$167.951 mil no mesmo período findo em 2023, crescimento de 13,47%. Esta variação foi principalmente devido a aumento nos volumes de resíduos dos ecoparques, aumento no preço médio.

***Custo dos serviços prestados***

O custo dos serviços prestados no segundo trimestre de 2024 foi de R$113.467 mil comparativamente a R$126.157 mil no ano de 2023, o que representou uma redução de R$12.690 mil ou 10,06%. Redução atribuída a redução de custos de depreciação dos ativos.

***Lucro bruto***

O lucro bruto no segundo trimestre de 2024 foi de R$77.104 mil comparativamente a R$41.794 mil no mesmo período findo em 2023, o que representou um aumento de R$35.310 mil. O lucro bruto representou 40,46% e 24,88% da receita líquida nos períodos findos em 31 de junho de 2024 e 2023, respectivamente. A variação decorreu principalmente pela melhora operacional nos ativos.

***Despesas gerais e administrativas***

No segundo trimestre de 2024, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$29.553 mil comparativamente a R$19.843 mil no mesmo período de 2023, o que representou um aumento de R$9.710 mil ou 48,93%. As despesas gerais e administrativas representaram 15,51% e 11,81% da receita líquida nos segundos trimestres de 2024 e de 2023, respectivamente.

***Outras receitas (despesas), líquidas***

No segundo trimestre de 2024, as outras receitas (despesas), líquidas, foram positivas em R$3.994 mil comparativamente a uma despesa de R$1.056 mil no mesmo período findo em 2023, o que representou um aumento de R$5.050 mil.

***Resultado antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial***

Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial no segundo trimestre de 2024 foi de R$51.545 mil comparativamente ao resultado de R$20.895 mil no mesmo período findo em 2023, o que representou um aumento de R$30.650 mil em função dos itens acima mencionados. O resultado de equivalência patrimonial no segundo trimestre de 2024 foi positivo em R$2.319 mil em comparação com os R$3.063 referentes ao período findo em 30 de junho de 2023, o que representou uma redução de 24,29% ou R$744 mil.

***Resultado financeiro, líquido***

O resultado financeiro em 2024 foi uma despesa financeira líquida de R$21.053 mil comparativamente a R$23.311 mil no mesmo período findo em 2023, o que representou uma redução de R$2.258 mil. Essa variação ocorreu devido tanto a receitas financeiras maiores na comparação entre os períodos findos, quanto a redução de despesas financeiras

***Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social***

No ano de 2024, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi um lucro de R$32.811 mil comparativamente ao lucro de R$647 mil no segundo trimestre de 2023, e pode ser atribuído substancialmente ao conjunto de fatores mencionados anteriormente.

***Imposto de renda e contribuição social***

Imposto de renda e contribuição social segundo trimestre de 2024 totalizou R$15.036 mil, comparado a R$8.424 mil de 2023, representou um aumento de R$6.612 mil ou 78,49%.

***Resultado do período***

Em 30 de junho de 2024, o resultado do período foi um lucro de R$17.775 mil comparativamente ao prejuízo de R$7.777 mil no mesmo período de 2023. Essa melhoria nos resultados é atribuída aos itens destacados acima.

**Declaração da Administração**

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela elaboração adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ("ITR").

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da ITR relativa ao trimestre findo em 30 de junho de 2024.

**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o segundo trimestre de 2024. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

**Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024** - (Valores expressos em milhares de reais)

| Ativo | Nota | Controladora 30/06/2024 | Controladora 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | **138.984** | 216.861 | **270.140** | 249.528 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | **-** | 30 | **4.983** | 8.132 |
| Contas a receber de clientes | 5 | **52.956** | 40.956 | **195.893** | 167.386 |
| Debêntures | 10 | **65.868** | - | **65.868** | - |
| Impostos e contribuições a recuperar | 6.a | **14.506** | 11.504 | **32.262** | 24.893 |
| Adiantamentos | 8.a | **38.148** | 21.502 | **63.208** | 38.640 |
| Total do ativo circulante | | **310.462** | 290.853 | **632.354** | 488.579 |
| Não circulante | | | | | |
| Debêntures | 10 | **456.754** | 488.249 | **456.754** | 488.249 |
| Contas a receber de clientes | 6 | **42.216** | 40.666 | **82.100** | 76.355 |
| Partes relacionadas | 7 | **181.830** | 183.756 | **135.476** | 139.396 |
| Depósitos judiciais e cauções | 18.c | **796** | 796 | **802** | 796 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 6.d | **77.275** | 76.287 | **77.275** | 76.287 |
| Investimentos | 9 | **1.306.862** | 1.260.876 | **101.877** | 98.955 |
| Imobilizado | 11 | **214.814** | 207.170 | **771.639** | 722.870 |
| Intangível | 12 | **43.811** | 43.774 | **452.911** | 465.845 |
| Direito de uso | 13 | **19.834** | 22.794 | **41.500** | 40.381 |
| Adiantamentos | 8.a | **2** | 2 | **6.072** | 5.599 |
| Total do ativo não circulante | | **2.344.194** | 2.324.370 | **2.126.406** | 2.114.733 |
| Total do ativo | | **2.654.656** | 2.615.223 | **2.758.760** | 2.603.312 |

| Passivo | Nota | Controladora 30/06/2024 | Controladora 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | **61.684** | 21.134 | **141.465** | 41.826 |
| Arrendamentos | 13 | **16.518** | 18.734 | **30.717** | 28.759 |
| Fornecedores | 14 | **19.599** | 25.794 | **52.166** | 55.704 |
| Outorgas a pagar | 15 | **101** | 101 | **11.818** | 13.969 |
| Salários e encargos sociais | 16 | **17.065** | 12.819 | **30.873** | 23.074 |
| Impostos e contribuições a recolher | 6.b | **7.241** | 7.038 | **32.067** | 33.336 |
| Parcelamento de impostos | 17 | **9.479** | 6.705 | **21.161** | 18.401 |
| Adiantamentos de clientes | 19 | **1.010** | 1.435 | **3.770** | 2.511 |
| Contas a pagar | 20 | **17.410** | 17.219 | **17.887** | 19.882 |
| Outros passivos circulantes | 8.b | **57** | 13.131 | **524** | 708 |
| Total do passivo circulante | | **150.164** | 124.110 | **342.448** | 238.170 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | **1.037.853** | 1.070.864 | **1.134.405** | 1.084.736 |
| Arrendamentos | 13 | **11.749** | 14.487 | **20.191** | 23.329 |
| Parcelamento de impostos | 17 | **17.936** | 21.317 | **43.302** | 47.551 |
| Provisão para perdas em investimentos | 9 | **158** | 158 | **158** | 158 |
| Partes relacionadas | 7 | **652.409** | 651.414 | **398.127** | 431.581 |
| Provisão para contingências | 18 | **10.792** | 13.612 | **16.235** | 19.316 |
| Contas a pagar | 20 | **13.749** | 20.975 | **13.749** | 20.975 |
| Outros passivos não circulantes | 8.b | **12.980** | - | **27.812** | 27.701 |
| Total do passivo não circulante | | **1.757.626** | 1.792.827 | **1.653.979** | 1.655.347 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 21.a | **806.843** | 806.843 | **806.843** | 806.843 |
| Reserva especial de ágio | | **14.401** | 14.401 | **14.401** | 14.401 |
| Reservas de capital | 21.b | **156.654** | 156.654 | **156.654** | 156.654 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | **10.359** | 10.359 | **10.359** | 10.359 |
| Prejuízos acumulados | | **(241.391)** | (289.971) | **(241.391)** | (289.971) |
| | | **746.866** | 698.286 | **746.866** | 698.286 |
| Participação de controladores | | **746.866** | 698.286 | **746.866** | 698.286 |
| Participação de não controladores | | **-** | - | **15.467** | 11.509 |
| Total do patrimônio líquido | | **746.866** | 698.286 | **762.333** | 709.795 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | **2.654.656** | 2.615.223 | **2.758.760** | 2.603.312 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023** - (Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | Reserva especial de ágio | Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído | Reserva de capital | Prejuízos acumulados | Outros resultados abrangentes | Total | Participação de não controladores | Total Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 21 | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2023 | | 806.843 | 14.401 | 10.359 | 156.654 | (278.703) | - | 709.554 | - | 709.554 |
| Aquisição parcial de participação societária | | - | - | - | - | - | - | - | 9.328 | 9.328 |
| Prejuízo do período | | - | - | - | - | (55.208) | - | (55.208) | (81) | (55.289) |
| Saldos em 30 de junho de 2023 | | 806.843 | 14.401 | 10.359 | 156.654 | (333.911) | - | 654.346 | 9.247 | 663.593 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | | **806.843** | **14.401** | **10.359** | **156.654** | **(289.971)** | **-** | **698.286** | **11.509** | **709.795** |
| Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial | | - | - | - | - | - | 6.667 | 6.667 | - | 6.667 |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | - | 41.913 | - | 41.913 | 3.958 | 45.871 |
| Saldos em 30 de junho de 2024 | | **806.843** | **14.401** | **10.359** | **156.654** | **(248.058)** | **6.667** | **746.866** | **15.467** | **762.333** |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**Demonstrações dos resultados**
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

| | Nota | Controladora 30/06/2024 | Controladora 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 22 | **139.787** | 109.717 | **369.339** | 327.923 |
| Custo dos serviços prestados | 23 | **(85.852)** | (110.898) | **(218.292)** | (267.938) |
| Lucro bruto | | **53.935** | (1.181) | **151.047** | 59.985 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | 23 | **(50.285)** | (38.162) | **(62.357)** | (51.046) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | **6.974** | (1.509) | **9.627** | 971 |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial | | **10.624** | (40.852) | **98.317** | 9.910 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 24 | **45.470** | 35.752 | **52.875** | 36.816 |
| Despesas financeiras | 24 | **(81.466)** | (82.081) | **(96.512)** | (94.141) |
| | | **(35.996)** | (46.329) | **(43.637)** | (57.325) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9 | **66.297** | 30.805 | **6.803** | 6.036 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | **40.925** | (56.376) | **61.483** | (41.379) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Corrente | | **-** | - | **(16.600)** | (15.078) |
| Diferido | 6.c | **988** | 1.168 | **988** | 1.168 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | | **41.913** | (55.208) | **45.871** | (55.289) |
| Atribuível aos quotistas | | | | | |
| Não controladores | | **-** | - | **3.958** | (81) |
| Controladores | | **41.913** | (55.208) | **41.913** | (55.208) |
| Lucro (prejuízo) líquido básico/diluído por ação | | **11,94** | (13,54) | **13,07** | (13,54) |

| | Nota | Controladora 01/04/2024 a 30/06/2024 | Controladora 01/04/2023 a 30/06/2023 | Consolidado 01/04/2024 a 30/06/2024 | Consolidado 01/04/2023 a 30/06/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 22 | **74.105** | 63.304 | **190.571** | 167.951 |
| Custo dos serviços prestados | 23 | **(44.072)** | (59.106) | **(113.467)** | (126.157) |
| Lucro bruto | | **30.033** | 4.198 | **77.104** | 41.794 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | 23 | **(24.363)** | (13.195) | **(29.553)** | (19.843) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | **4.778** | (5.858) | **3.994** | (1.056) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial | | **10.448** | (14.855) | **51.545** | 20.895 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 24 | **23.719** | 19.185 | **29.988** | 20.635 |
| Despesas financeiras | 24 | **(40.762)** | (39.065) | **(51.041)** | (43.946) |
| | | **(17.043)** | (19.880) | **(21.053)** | (23.311) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9 | **21.997** | 26.472 | **2.319** | 3.063 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | **15.402** | (8.263) | **32.811** | 647 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Corrente | | **-** | - | **(15.556)** | (8.991) |
| Diferido | 6.c | **520** | 567 | **520** | 567 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | | **15.922** | (7.696) | **17.775** | (7.777) |
| Atribuível aos quotistas | | | | | |
| Não controladores | | **-** | - | **1.853** | (81) |
| Controladores | | **15.922** | (7.696) | **15.922** | (7.696) |
| Lucro (prejuízo) líquido básico/diluído por ação | | **4,54** | (2,19) | **5,06** | (2,22) |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**
**Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023**
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora 30/06/2024 | Controladora 30/06/2023 | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 30/06/2023 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | **41.913** | (55.208) | **45.871** | (55.289) |
| **Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):** | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | **(66.297)** | (30.805) | **(6.803)** | (6.036) |
| Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa | **4.004** | 3.529 | **1.110** | 5.115 |
| Provisão para contingências | **(2.820)** | (2.841) | **(3.081)** | (2.913) |
| Ajuste a valor presente | **2.905** | 3.435 | **1.132** | 3.435 |
| Rendimentos de debêntures | **(33.166)** | (34.347) | **(33.166)** | (34.347) |
| Imposto de renda de contribuição social diferidos | **(988)** | (1.168) | **(988)** | (1.168) |
| Depreciações e amortizações | **33.908** | 52.706 | **61.740** | 92.706 |
| Provisão para fechamento de aterro | **312** | 667 | **1.634** | 5.470 |
| Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos | **75.023** | 75.446 | **80.328** | 80.603 |
| Variação Cambial líquida | **(1.287)** | - | **(1.942)** | - |
| **(Aumento) redução nos ativos operacionais** | | | | |
| Contas a receber de clientes | **(16.267)** | 4.843 | **(31.635)** | 37.692 |
| Impostos a recuperar | **(3.002)** | (4.176) | **(7.369)** | (10.833) |
| Depósitos judiciais e cauções | **-** | - | **(6)** | 19 |
| Adiantamentos | **(4.562)** | (7.487) | **(14.493)** | (6.945) |
| **Aumento (redução) nos passivos operacionais** | | | | |
| Fornecedores | **(6.272)** | (9.411) | **(3.731)** | (15.580) |
| Outorgas a pagar | **-** | - | **(2.151)** | (268) |
| Salários e encargos sociais | **4.246** | 4.305 | **7.799** | 5.382 |
| Impostos e contribuições a recolher | **203** | 478 | **7.279** | 7.328 |
| Adiantamentos de clientes | **(425)** | 3.137 | **1.259** | (3.788) |
| Contas a pagar | **(9.951)** | (5.940) | **(12.136)** | (6.852) |
| Parcelamento de impostos | **(607)** | (3.662) | **(1.489)** | (1.509) |
| Outros | **(405)** | (15.034) | **(1.707)** | (20.996) |
| Caixa (aplicado nas) atividades operacionais | **16.465** | (11.533) | **87.455** | 71.226 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | **-** | - | **(8.548)** | (15.453) |
| Juros pagos | **(65.493)** | (60.768) | **(69.244)** | (66.408) |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | **(49.028)** | (72.301) | **9.663** | (10.635) |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Aquisições de participação societária, líquidos dos caixas adquiridos | **-** | (10.519) | **-** | (10.519) |
| Aquisições de imobilizado e intangível | **(19.281)** | (24.164) | **(79.778)** | (85.874) |
| Títulos e valores mobiliários | **30** | (70) | **3.149** | (1.447) |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | **-** | (483) | **-** | (751) |
| Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento | **(19.251)** | (35.236) | **(76.629)** | (98.591) |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Arrendamentos pagos | **(10.019)** | (5.306) | **(20.638)** | (15.170) |
| Empréstimos e financiamentos Captados | **-** | - | **160.000** | - |
| Empréstimos e financiamentos pagos | **(2.500)** | (6.000) | **(22.250)** | (20.750) |
| Partes relacionadas | **2.921** | 168.918 | **(29.534)** | 186.421 |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas das atividades de financiamento | **(9.598)** | 157.612 | **87.578** | 150.501 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | **(77.877)** | 50.075 | **20.612** | 41.275 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | **216.861** | 5.002 | **249.528** | 28.669 |
| Caixa de incorporação - SPE Paulínia | **-** | 592 | **-** | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | **138.984** | 55.669 | **270.140** | 69.944 |
| Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa | **(77.877)** | 50.075 | **20.612** | 41.275 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

| | Controladora 30/06/2024 | Controladora 30/06/2023 | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 30/06/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) do período | **41.913** | (55.208) | **45.871** | (55.289) |
| Outros resultados abrangentes | **6.667** | - | **6.667** | - |
| Resultado abrangente do período | **48.580** | (55.208) | **52.538** | (55.289) |
| Atribuível aos acionistas: | | | | |
| Não controladores | **-** | - | **3.958** | (81) |
| Controladores | **-** | - | **48.580** | (55.208) |

| | Controladora 01/04/2024 a 30/06/2024 | Controladora 01/04/2023 a 30/06/2023 | Consolidado 01/04/2024 a 30/06/2024 | Consolidado 01/04/2023 a 30/06/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) do período | **15.922** | (7.696) | **17.775** | (7.777) |
| Outros resultados abrangentes | **6.667** | - | **6.667** | - |
| Resultado abrangente do período | **22.589** | (7.696) | **24.442** | (7.777) |
| Atribuível aos acionistas: | | | | |
| Não controladores | **-** | - | **1.853** | (81) |
| Controladores | **-** | - | **22.589** | (7.696) |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**Demonstrações do valor adicionado**
**Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023**
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora 30/06/2024 | Controladora 30/06/2023 | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 30/06/2023 |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas** | **157.261** | 122.723 | **425.157** | 372.301 |
| Serviços prestados | **161.265** | 126.252 | **426.267** | 377.416 |
| Provisão de para créditos de liquidação duvidosa | **(4.004)** | (3.529) | **(1.110)** | (5.115) |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | **(44.889)** | (49.228) | **(119.536)** | (125.204) |
| Custo dos serviços prestados | **(42.323)** | (35.465) | **(110.007)** | (112.796) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | **(2.566)** | (13.763) | **(9.529)** | (12.408) |
| **Valor adicionado bruto** | **112.372** | 73.495 | **305.621** | 247.097 |
| **Retenções** | **(34.220)** | (54.356) | **(63.374)** | (98.177) |
| Depreciação e amortização | **(33.908)** | (54.356) | **(61.740)** | (98.177) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(312)** | **-** | **(1.634)** | **-** |
| **Valor adicionado líquido produzido** | **78.152** | 19.139 | **242.247** | 148.920 |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | **114.473** | 68.627 | **62.737** | 44.989 |
| Resultado de equivalência patrimonial | **66.297** | 30.805 | **6.803** | 6.036 |
| Receitas financeiras | **48.176** | 37.822 | **55.934** | 38.953 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **192.625** | 87.766 | **304.984** | 193.909 |
| **Distribuição do valor adicionado** | **192.625** | 87.766 | **304.984** | 193.909 |
| **Pessoal** | **44.829** | 39.208 | **85.366** | 80.932 |
| Remuneração direta | **27.818** | 23.911 | **52.123** | 47.781 |
| Benefícios | **3.205** | 3.012 | **5.798** | 5.557 |
| FGTS | **2.499** | 2.137 | **4.690** | 4.614 |
| Outros | **11.307** | 10.148 | **22.755** | 22.980 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | **23.196** | 17.438 | **75.599** | 65.539 |
| Federais | **15.768** | 11.902 | **54.101** | 46.366 |
| Estaduais | **481** | 140 | **2.418** | 1.833 |
| Municipais | **6.947** | 5.396 | **19.080** | 17.340 |
| **Remuneração de capital de terceiros** | **82.687** | 86.328 | **98.148** | 102.727 |
| Aluguéis | **1.221** | 4.247 | **1.636** | 8.586 |
| Despesas financeiras | **81.466** | 82.081 | **96.512** | 94.141 |
| **Remuneração de capitais próprios** | **41.913** | (55.208) | **45.871** | (55.289) |
| Lucros retidos (prejuízo) do período | **41.913** | (55.208) | **41.913** | (55.208) |
| Participação de não controladores | **-** | - | **3.958** | (81) |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2024 -** (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos: A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 14 (quatorze) aterros sanitários para resíduos não perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondônia e Mato Grosso, recebendo cerca de 23.000 toneladas diárias de resíduos. Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas: Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 46.000 Nm3 por hora de biogás em 06 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 86MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras, sendo parte para geração de energia e parte queimando em *flare*. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo, no formato *take-or-pay*, com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia elétrica incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa produz biogás para a geração de 2 MW para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente participa de *joint venture* (em formato de consórcio) que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Em Paulínia, o aterro sanitário, adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. Por fim, no último trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas iniciaram a queima do biogás em *flare* nos ecoparques de Maceió e Rosario do Catete. Além disto, no que tange à exploração de créditos de carbono, as Orizon Meio Ambiente e suas controladas, possuem através de seus aterros geração anual da ordem de 3 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa[1]. [1] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. Beneficiamento de Resíduos: Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 30 de junho de 2024, a Orizon Meio Ambiente conta com 05 (cinco) unidades operacionais, sendo: (i) uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento), (ii) 01 joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderurgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, (iii) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba, estado de São Paulo, (iv) 01 unidade em Jaboatão dos Guararapes de triagem mecanizada e (v) 01 unidade de triagem mecanizada em Paulínia. Engenharia Ambiental: A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros. Aproveitamento de biogás para geração de energia: Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA) firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. ("Asja Brasil"), tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Conforme detalhado na nota 26, a Companhia, possui opção de compra da Asja Pernambuco, desenvolvedora do projeto de energia no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção. Exploração da produção de biometano nos Ecoparques: A Companhia submeteu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, através de sua coligada Orizon Energia e Gás Renovável Limitada ("BioE"), a operação que consiste na constituição de duas novas sociedades ("Sociedades") pela BioE e GN Verde Participações S.A. ("GN Verde"), holding não-operacional controlada pela Urca Comercializadora de Gás Natural S.A., para produção inicial estimada em 180.000 m3/ dia de biometano nos Ecoparques Nova Iguaçu e São Gonçalo ("Transação"). BioE e GN Verde terão, cada sócio, 50% (cinquenta por cento) de participação das Sociedades e estão em fase avançada de discussão dos documentos finais da operação. Controladas diretas: O contexto operacional das controladas diretas é como segue: a) *Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI"):* A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município; dentre outras atividades afins. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: • Obra/Serviço: Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. • Início: 15 de dezembro de 2000. • Término: 15 de dezembro de 2034. Atualmente, além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita. Adicionalmente, a CTRNI disponibiliza entre 10.000 e 12.000 Nm3 por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalados, bem como gera créditos de carbono. A Orizon Meio Ambiente detém área adjacente ao aterro sanitário para ampliações das atividades ali desempenhadas além do prazo da concessão. b) *Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA"):* A CTRA desempenha as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstas no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Tanguá, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA tem contrato com a São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda. ("SGEGAR") para disponibilidade e fornecimento de biogás. A concessão da CTRA tem vencimento em agosto de 2030, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. *Termo de composição e ajuste de entendimentos:* Em 23 de novembro de 2017, a controlada CTRA firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interveniente. O documento firmado objetiva, dentre outros assuntos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante a CTRA e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão PMSG nº 001/2004. Em 10 de fevereiro de 2023, a CTRA e a PMSG assinaram aditivo ao termo de composição de ajuste de entendimentos, convencionando entre as partes que a quantia estimada de R$22.427 será liquidada de forma diferida em parcelas mensais de R$300 desde a homologação do instrumento de aditivo até a liquidação integral do montante. No primeiro trimestre de 2024 a Companhia recebeu a quinta parcela do acordo. c) *Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. ("CTRBM"):* Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. A CTRBM recebe entre de 500 e 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para planta de geração termoelétrica com capacidade instalada de 2MW, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. d) *ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho"):* A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTR NI. e) *UTM Jaboatão dos Guararapes LTDA ("UTM Jaboatão"): Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco:* Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada ("UTM") instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento entrou em operação no 3° trimestre de 2022 e tem capacidade de recebimento de 500.000 toneladas anuais de resíduos. f) *SPEs UPIs Estre ("UPIs Estre"): Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu. g) *Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações Ltda.):* A Orizon Pantanal Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto a participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas da Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. h) *CTR Porto Velho ("CTR PV"):* Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia adquiriu, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida da CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica e/ou biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. No último trimestre de 2023, o CTR PV passou a receber resíduos do município de Porto Velho, maior município da região, e ratificando a estratégia do projeto. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das CTR Porto Velho foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

| | |
|---|---|
| **Patrimônio líquido da CTR Porto Velho** | **19.039** |
| % participação adquirida | **51%** |
| **Total adquirido** | **9.710** |
| **Ativos líquidos identificáveis a valor justo** | **290** |
| Preço de aquisição - Contraprestação | **10.000** |

i) *Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada ("CGR Cuiabá)) e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda ("CGR Ambiental"): Combinação de negócios:* Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário privado localizado no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso. Controladas em conjunto e coligada: a) *UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia"):* A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e a Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercurio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW médios, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. b) *SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec").* A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. c) *Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon"):* A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. d) *CTR Santa Luzia ("CTR SL"):* Em 10 de abril de 2023, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante, para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para Companhia e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A. e espanhola Urbaser S.A.. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. e) *Biometano Verde Paulínia S.A.:* Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua controladora Orizon Valorização de Resíduos S.A. divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), para a produção de biometano no Ecoparque de Paulínia.em conjunto com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A.. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: No contexto da transação, a Compass investirá até R$ 355.000, sendo R$ 235.000 no estágio inicial da parceria, dos quais R$ 100.000 aportados na Biometano Verde Paulínia S.A. e R$ 135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R$ 120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A Companhia por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano a preço de mercado (Vide Nota 27). Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Compass com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em até R$ 450 milhões. O início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em R$ 400 milhões o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**2.1. Declaração de conformidade:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2023. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi concedida em 15 de agosto de 2024. Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2024 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de junho de 2024. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

continua...

INÊS 249

ORIZON

# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2024 -** (Em milhares de reais)

A estrutura societária do Grupo é como segue:

| Companhia | Categoria | Participação no capital (%) 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|
| CTRNI | Controlada | **100** | 100 |
| CTRA | Controlada | **100** | 100 |
| CTRBM | Controlada | **100** | 100 |
| SES Haztec | Controlada em conjunto | **50** | 50 |
| ETR Gramacho | Controlada | **100** | 100 |
| UTM Jaboatão | Controlada | **100** | 100 |
| Vamtec Orizon | Controlada em conjunto | **50** | 50 |
| UTE Paulínia | Controlada em conjunto | **33,33** | 33,33 |
| SPE Itaboraí | Controlada | **100** | 100 |
| SPE Itapevi | Controlada | **100** | 100 |
| SPE Rosário do Catete | Controlada | **100** | 100 |
| Orizon Sorocaba Blendagem | Controlada | **100** | 100 |
| Orizon Tremembé Ambiental | Controlada | **100** | 100 |
| SPE CTR Metropolitana | Controlada | **100** | 100 |
| Metropolitana Serviços Ambientais | Controlada indireta | **50** | 50 |
| SPE Maceió | Controlada | **100** | 100 |
| Orizon Pantanal | Controlada | **100** | 100 |
| CTR Porto Velho | Controlada | **51** | 51 |
| CTR Santa Luzia | Controlada em conjunto | **50** | 75 |
| Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada | Controlada indireta | **100** | 100 |
| CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. | Controlada indireta | **100** | 100 |
| Orizon Holding Ceará Ltda. | Controlada direta | **100** | 100 |
| Biometano Verde Paulínia S.A. | Controlada em conjunto | **49** | 49 |

**2.4**. **Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira - conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios e mensuração de valor justo. **2.6. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor:** As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.15 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa | **1** | - | **45** | 44 |
| Equivalentes de caixa | **9.252** | 6.982 | **70.522** | 39.605 |
| Certificado de depósito bancário (CDB) | **129.731** | 209.879 | **199.573** | 209.879 |
| Total | **138.984** | 216.861 | **270.140** | 249.528 |

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Certificado de depósito bancário (CDB) | **-** | 30 | **4.983** | 8.132 |

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs").

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Contas a receber | **48.611** | 42.073 | **306.726** | 295.829 |
| Serviços a faturar (1) | **67.971** | 56.955 | **127.337** | 102.872 |
| | **116.582** | 99.028 | **434.063** | 398.701 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | **(21.410)** | (17.406) | **(156.070)** | (154.960) |
| Total | **95.172** | 81.622 | **277.993** | 243.741 |
| Circulante | **52.956** | 40.956 | **195.893** | 167.386 |
| Não circulante | **42.216** | 40.666 | **82.100** | 76.355 |

(1) O saldo de serviços a faturar refere-se a (i) Créditos de Carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados do contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) À apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| A vencer | **19.242** | 13.027 | **71.023** | 65.706 |
| Vencidos até 30 dias | **2.017** | 2.213 | **16.301** | 13.602 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | **2.075** | 1.024 | **15.019** | 6.726 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | **306** | 219 | **2.492** | 8.446 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | **906** | 356 | **10.641** | 13.270 |
| Vencidos de 181 a 360 dias | **255** | 5.754 | **12.596** | 22.843 |
| Vencidos acima de 360 dias | **23.810** | 19.480 | **178.654** | 165.236 |
| Total | **48.611** | 42.073 | **306.726** | 295.829 |

Dos saldos a receber da controlada CTRA junto a PMSG, no montante de R$43.792, R$12.068 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, atualmente contabilizados, porém, somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro | **(17.406)** | (19.523) | **(154.960)** | (161.255) |
| Reversão (Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversão | **(4.004)** | 2.117 | **(1.110)** | 6.295 |
| Saldo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 | **(21.410)** | (17.406) | **(156.070)** | (154.960) |

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de junho de 2024. Conforme detalhado na Nota 1.d, há acordo firmado pela controlada CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

| Movimentação do acordo | |
|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro de 2023 | 14.660 |
| Parcelas recebidas em 2023 | (1.200) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | **13.460** |
| Parcelas recebidas em 2024 | **(300)** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **13.160** |

Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

| Empresa | Período de geração de créditos | Quantidade de Créditos de Carbono (tCO2eq) | Saldo em R$ Mil |
|---|---|---|---|
| CTRNI | 01-01-21 a 31-12-21 | 563 | 13.775 |
| CTRA | 01-01-21 a 31-12-21 | 422 | 10.331 |
| Orizon Meio Ambiente | 01-01-21 a 31-12-21 | 491 | 12.005 |
| | | | **36.111** |

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos no início de 2023, cujo montante correspondeu R$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 30 de junho de 2024. O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA). O montante atualizado para 30 de junho de 2024, considerando o efeito da variação cambial é de R$36.111 (R$31.448 em 31 de dezembro de 2023). Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário. O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: 1. Desenvolvimento do projeto; 2. Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc); 3. Envio do projeto para a nova entidade; 4. Revisão do projeto pela nova entidade; 5. Certificação do projeto. Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como Verified Carbon Standard (Verra) ou Gold Standard.

**6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

a) Impostos e contribuições a recuperar:

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1) | **10.172** | 6.962 | **19.893** | 13.437 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1) | **1.086** | 1.550 | **1.930** | 1.637 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) | **945** | - | **2.130** | 1.317 |
| Programa de Integração Social (PIS) (1) | **116** | 248 | **664** | 700 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1) | **400** | 1.007 | **2.856** | 3.064 |
| Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) | **75** | 75 | **107** | 106 |
| Outros impostos a recuperar | **1** | 1 | **413** | 410 |
| Subtotal - tributos federais | **12.795** | 9.843 | **27.993** | 20.671 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) | **1** | 18 | **42** | 76 |
| Subtotal - tributos estaduais | **1** | 18 | **42** | 76 |
| Imposto sobre Serviços (ISS) (2) | **1.710** | 1.643 | **4.227** | 4.146 |
| Subtotal - tributos municipais | **1.710** | 1.643 | **4.227** | 4.146 |
| Total | **14.506** | 11.504 | **32.262** | 24.893 |

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras, cujo aumento se deve ao aumento no montante do saldo de aplicações financeiras oriundo dos recursos captados no IFC (Nota 13.). (2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) | **-** | 1.592 | **1.136** | 2.650 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | **2.467** | 2.507 | **10.550** | 10.564 |
| Imposto de renda retido na fonte (IRRF) | **335** | 502 | **2.281** | 2.110 |
| Programa de Integração Social (PIS) | **-** | - | **1.682** | 2.509 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | **-** | - | **4.464** | 6.308 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) | **1.953** | 1.946 | **5.025** | 5.159 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) | **295** | 91 | **998** | 961 |
| Outros impostos (*) | **2.191** | 400 | **5.931** | 3.075 |
| Total | **7.241** | 7.038 | **32.067** | 33.336 |

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

SUDENE - Incentivo fiscal obtido: Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A.. Os referidos enquadramentos permitem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a receita federal do Brasil com base nos laudos emitidos pela SUDENE.

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 é como segue:

| | Controladora 30/06/2024 | 30/06/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | **40.925** | (56.376) | **61.483** | (41.379) |
| Alíquota nominal combinada | **34%** | 34% | **34%** | 34% |
| Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente | **(13.915)** | 19.168 | **(20.904)** | 14.069 |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | **22.541** | 10.474 | **2.313** | 2.052 |
| Multa e juros | **462** | - | **1.425** | - |
| Créditos tributários constituídos (não constituídos) | **(8.100)** | (28.474) | **1.554** | (30.031) |
| Total do Imposto de renda e contribuição social | **988** | 1.168 | **(15.612)** | (13.910) |
| Alíquota efetiva (*) | **2%** | -2% | **-25%** | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | **-** | - | **(16.600)** | (15.078) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | **988** | 1.168 | **988** | 1.168 |

| | Controladora 30/06/2024 | 30/06/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | **15.402** | (8.263) | **32.811** | 647 |
| Alíquota nominal combinada | **34%** | 34% | **34%** | 34% |
| Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente | **(5.237)** | 2.809 | **(11.156)** | (220) |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | **7.479** | 9.001 | **789** | 1.041 |
| Doações | **(450)** | - | **(450)** | - |
| Multa e juros | **205** | - | **663** | - |
| Créditos tributários constituídos (não constituídos) | **(1.477)** | (11.243) | **(4.882)** | (9.245) |
| Total do Imposto de renda e contribuição social | **520** | 567 | **(15.036)** | (8.424) |
| Alíquota efetiva (*) | **3%** | -7% | **-46%** | -1302% |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | **-** | - | **(15.556)** | (8.991) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | **520** | 567 | **520** | 567 |

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

| | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Ativo** | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | **158.600** | 158.600 |
| Diferenças temporárias | | |
| Provisão de créditos para liquidação duvidosa | **53.064** | 52.686 |
| Provisão para contingências | **5.520** | 6.567 |
| Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade | **(69.460)** | (70.129) |
| | **147.724** | 147.724 |
| **Passivo** | | |
| Diferenças temporárias | | |
| Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009 | **(21.417)** | (21.417) |
| Ajuste a valor presente / valor justo e outras diferenças temporárias | **(49.032)** | (50.020) |
| | **(70.449)** | (71.437) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) | **77.275** | 76.287 |

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre sua controladora Orizon Valorização de Resíduos e a Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. Em 28 de fevereiro de 2023, a Orizon Meio Ambiente incorporou sua controlada SPE Paulínia. Além disto, a Companhia segue avaliando incorporações de ativos recém adquiridos. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

| | |
|---|---|
| **2025** | **2.824** |
| **2026** | **5.490** |
| **2027** | **8.633** |
| **2028** | **10.821** |
| **2029** | **12.690** |
| **2030** | **14.103** |
| **2031** | **15.986** |
| **2032** | **17.319** |
| **2033** | **19.339** |
| **2034** | **40.519** |
| | **147.724** |

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela Companhia se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

*Ativo fiscal diferido:*

| | Controladora e Consolidado 30/06/2024 Ativo Diferido | Passivo Diferido | Efeito líquido | 31/12/2023 Ativo diferido | Passivo diferido | Efeito líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Orizon Meio Ambiente (*) | **147.724** | **(70.449)** | **77.275** | 147.724 | (71.437) | 76.287 |

(*) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado.

**7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

| **Ativo** | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| ETR Jardim Gramacho (1) | **8.323** | - | **-** | - |
| Orizon Valorização de Resíduos S.A. (1) | **-** | - | **26.747** | 26.747 |
| GERA ENERGIA BRASIL S.A. | **153** | 153 | **153** | 153 |
| Centro Gerenciamento Residuais Cuiabá | **-** | 5.428 | **-** | - |
| SPE Itapevi | **-** | 2.423 | **-** | - |
| Metropolitana | **925** | 1.405 | **924** | 1.405 |
| SPE Itaboraí | **3.655** | 3.435 | **-** | - |
| SPE Rosário do Catete | **6.659** | 11.521 | **-** | - |
| SPE Sorocaba | **645** | - | **-** | - |
| SPE Maceió | **-** | 2.347 | **-** | - |
| SPE Metropolitana | **1** | 1 | **-** | - |
| Foxx Holding (1) | **37.909** | 37.909 | **37.909** | 37.909 |
| Foxx Inova (1) | **63.557** | 66.882 | **63.617** | 66.942 |
| Barueri Energia (1) | **5.776** | 5.776 | **5.776** | 5.776 |
| Orizon Pantanal (1) | **47.870** | 46.012 | **-** | - |
| Orizon Biometano Paulínia II | **39** | 39 | **39** | 39 |
| Orizon Energia | **1** | 1 | **-** | 1 |
| Orizon O&M | **-** | - | **1** | - |
| Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes | **287** | 287 | **287** | 287 |
| Orizon Locações | **1** | 1 | **1** | 1 |
| Orizon Economia Circular | **12** | 12 | **12** | 12 |
| Orizon Verde Paulínia | **-** | 9 | **-** | 9 |
| Orizon Holding Ceará | **3** | 1 | **3** | 1 |
| Foxx URE - JP (1) | **6** | 114 | **6** | 114 |
| UTM Jaboatão dos Guararapes | **6.008** | - | **-** | - |
| LS Participações | **-** | - | **1** | - |
| Total | **181.830** | 183.756 | **135.476** | 139.396 |

(1) Referem-se a transações de conta corrente, para manutenção do capital de giro.

| **Passivo** | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| CTR Alcântara (1) | **14.217** | 24.824 | **-** | - |
| ETR Jardim Gramacho (1) | **-** | 2.122 | **-** | - |
| CTRNI (1) | **201.750** | 166.803 | **-** | - |
| CTRBM (1) | **29.440** | 30.821 | **-** | - |
| CTRPV | **311** | 440 | **-** | - |
| Orizon Valorização de Resíduos S.A. | **304.497** | 340.411 | **306.450** | 342.364 |
| UTE Paulínia | **3.322** | 3.837 | **3.322** | 3.837 |
| Orizon Biometano Paulínia | **61.524** | 61.524 | **61.524** | 61.524 |
| SPE ITAPEVI | **534** | - | **-** | - |
| SPE MACEIÓ (1) | **2.396** | - | **-** | - |
| SPE SOROCABA | **-** | 59 | **-** | - |
| SPE TREMEMBÉ | **27.334** | 20.329 | **-** | - |
| Orizon Energia | **2.899** | - | **2.900** | - |
| CGR CUIABÁ | **3.940** | - | **-** | - |
| CGR AMBIENTAL | **245** | 244 | **-** | - |
| Foxx Holding | **-** | - | **2.933** | 2.933 |
| Foxx Inova | **-** | - | **20.693** | 20.618 |
| Barueri Energia | **-** | - | **8** | 8 |
| ECOFORT | **-** | - | **297** | 297 |
| Total | **652.409** | 651.414 | **398.127** | 431.581 |

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

Na Companhia, o saldo se originou principalmente na aquisição da SPE Maceió, uma vez que, no âmbito dessa transação e conclusão da aquisição da UPI Aterros, a Orizon Valorização de Resíduos S.A entregou 4.636.353 ações para a Jive, perfazendo o montante de R$184.064, o que gerou um saldo a receber da Companhia. Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2023, a OVR realizou transferências para a OMA, principalmente de recursos captados na oferta subsequente de ações, para manutenção de capital de giro e avanço nos investimentos em andamento. Transações de Conta-Corrente: Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Orizon Meio Ambiente possui debêntures a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos com seus respectivos efeitos no resultado do período detalhados na Nota 10. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Nos trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

| | Consolidado 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|---|---|---|
| Remuneração do pessoal-chave da Administração | **4.265** | 6.152 |

Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: A Companhia concluiu a transação com a Compass para operação por um período de 20 anos em que se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Notas 1 e 27).

**8. ADIANTAMENTOS E OUTROS PASSIVOS**

a) Adiantamentos:

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Adiantamento de outorgas (1) | **-** | - | **5.850** | 5.850 |
| Adiantamentos a funcionários (2) | **1.779** | 2 | **5.390** | 2 |
| Adiantamentos a fornecedores (3) | **7.039** | 1.584 | **20.085** | 14.651 |
| Adiantamentos para aquisição de novos negócios (4) | **26.946** | 17.703 | **26.946** | 17.703 |
| Outros adiantamentos (5) | **2.386** | 2.215 | **11.009** | 6.033 |
| **Total** | **38.150** | 21.504 | **69.280** | 44.239 |
| **Circulante** | **38.148** | 21.502 | **63.208** | 38.640 |
| **Não circulante** | **2** | 2 | **6.072** | 5.599 |

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da perícia judicial sobre os valores com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se a empréstimos realizados no contexto da aquisição do ecoparque de Porto Velho, dos quais R$14.037 estão em aberto, com remuneração de IPCA+1% a.m. Adicionalmente, em agosto de 2023, a Companhia formalizou processo para aquisição de aterro sanitário localizado em Juazeiro do Norte no Ceará com pagamento de adiantamento no montante de R$4.800, além destes, ocorreram outros aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos. (5) O saldo em aberto se refere à controlada indireta CTRNI, que possui o montante de R$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente à potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação. Além disto, há transações referentes a estoques de almoxarifado e apólices de seguro contratadas para as operações.

b) Outros passivos:

| | Controladora 30/06/2024 | 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Aquisições a pagar (1) | **-** | - | **3.126** | 4.471 |
| Outros títulos a pagar (2) | **57** | 460 | **522** | 841 |
| Provisão para fechamento de aterro (3) | **12.980** | 12.671 | **24.688** | 23.097 |
| Total | **13.037** | 13.131 | **28.336** | 28.409 |
| Circulante | **57** | 13.131 | **524** | 708 |
| Não circulante | **12.980** | - | **27.812** | 27.701 |

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental, conforme detalhado na nota 1. (2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados. (3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de aterros provenientes das recentes aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembé e SPE Rosário do Catete. A provisão ocorre pelo fato de tais aterros serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia.

**9. INVESTIMENTOS**

A movimentação dos investimentos para 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

| | 31/12/2023 | Reclassi-ficações/ Dividendos | Resultado Abrangentes Equivalência | Amortização Intangível Concessão (ii) | Resultado de Equivalência Patrimonial | 30/06/2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CTRNI | 180.421 | **-** | **-** | **-** | **14.333** | **194.754** |
| CTRA | 176.257 | **-** | **-** | **-** | **12.120** | **188.377** |
| CTRBM | 63.291 | **-** | **-** | **-** | **7.976** | **71.267** |
| CTR Porto Velho | 12.174 | **(1.537)** | **-** | **-** | **4.119** | **14.756** |
| SES Haztec | (158) | **-** | **-** | **-** | **-** | **(158)** |
| ETR Gramacho | 23.347 | **-** | **-** | **-** | **502** | **23.849** |
| Vamtec Haztec | 2.738 | **(993)** | **-** | **-** | **241** | **1.986** |
| UTM Jaboatão | 76.760 | **-** | **-** | **-** | **(6.300)** | **70.460** |
| UTE Paulínia | 9.814 | **(9.576)** | **-** | **-** | **3.618** | **3.856** |
| SPE Itaborai | 37.885 | **-** | **-** | **-** | **(680)** | **37.205** |
| SPE Itapevi | 17.103 | **-** | **-** | **-** | **4.120** | **21.223** |
| Rosario do Catete | 59.300 | **-** | **-** | **-** | **(1.826)** | **57.474** |
| SPE Sorocaba | 10.209 | **-** | **-** | **-** | **(1.056)** | **9.153** |
| SPE Tremembé | 29.949 | **-** | **-** | **-** | **8.576** | **38.525** |
| SPE CTR Metropolitana | 12.617 | **-** | **-** | **-** | **601** | **13.218** |
| SPE Maceio | 62.165 | **-** | **-** | **-** | **4.831** | **66.996** |
| Orizon Pantanal | 6.194 | **-** | **-** | **-** | **12.781** | **18.975** |
| Santa Luzia | 24.087 | **13** | **6.667** | **-** | **869** | **31.636** |
| Biometano Verde Paulinia | 49.699 | **9** | **-** | **-** | **1.474** | **51.182** |
| Orizon Holding Ceara | (1) | **-** | **-** | **-** | **(2)** | **(3)** |
| Intangível concessão | | | | | | |
| CTRNI | 6.844 | **-** | **-** | **(306)** | **-** | **6.538** |
| CTRA | 902 | **-** | **-** | **(148)** | **-** | **754** |
| ETR Gramacho - intangíveis | | | | | | |
| Rentabilidade futura | 2.731 | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.731** |
| Ecopesa - intangíveis | | | | | | |
| Rentabilidade futura | 2.543 | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.543** |
| Ativo imobilizado | 3.647 | **-** | **-** | **(272)** | **-** | **3.375** |
| Carteira de clientes | 172 | **-** | **-** | **(87)** | **-** | **85** |
| SPEs - intangíveis | | | | | | |
| Carteira de clientes | 2.351 | **-** | **-** | **(134)** | **-** | **2.217** |
| Ativo imobilizado | 34.178 | **-** | **-** | **(2.969)** | **-** | **31.209** |
| Licenças | 353.499 | **-** | **-** | **(10.978)** | **-** | **342.521** |
| Total | 1.260.718 | **(12.084)** | **6.667** | **(14.894)** | **66.297** | **1.306.704** |

**Controladora - 31/12/2023**

| | 31/12/2022 | (*) Aumento de capital | Aquisições Reclassificações | Incorporação SPE Paulínia | Amortização intangível concessão (ii) | Resultado de Equivalência Patrimonial | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CTRNI | 154.170 | - | - | - | - | 26.251 | 180.421 |
| CTRA | 163.574 | - | - | - | - | 12.683 | 176.257 |
| CTRBM | 62.697 | - | - | - | - | 594 | 63.291 |
| CTR Porto Velho | - | 785 | 10.000 | - | - | 1.389 | 12.174 |
| SES Haztec | (158) | - | - | - | - | - | (158) |
| ETR Gramacho | 14.873 | 8.204 | - | - | - | 270 | 23.347 |
| Vamtec Haztec | 2.316 | - | 993 | - | - | (571) | 2.738 |
| UTM Jaboatão | 69.565 | 17.577 | - | - | - | (10.382) | 76.760 |
| UTE Paulínia | 30.940 | (30.703) | - | - | - | 9.577 | 9.814 |
| SPE ITABORAI | 38.475 | - | - | - | - | (590) | 37.885 |
| SPE ITAPEVI | 16.953 | - | - | - | - | 150 | 17.103 |
| SPE PAULINIA | 111.909 | - | - | (108.981) | - | (2.928) | - |
| ROSARIO DO CATETE | 63.372 | - | - | - | - | (4.072) | 59.300 |
| SPE SOROCABA | 11.850 | - | - | - | - | (1.641) | 10.209 |
| SPE TREMEMBE | 15.913 | - | - | - | - | 14.036 | 29.949 |
| SPE CTR METROPOLITANA | 10.824 | 10 | - | - | - | 1.783 | 12.617 |
| SPE MACEIO | 40.830 | 1.079 | - | - | - | 20.256 | 62.165 |
| ORIZON PANTANAL | (5.642) | - | - | - | - | 11.836 | 6.194 |
| SANTA LUZIA | - | - | 23.421 | - | - | 666 | 24.087 |
| BIOMETANO VERDE PAULINIA | - | - | 49.000 | - | - | 699 | 49.699 |
| ORIZON HOLDING CEARA | - | - | - | - | - | (1) | (1) |
| Intangível concessão | | | | | | | |
| CTRNI | 7.456 | - | - | - | (612) | - | 6.844 |
| CTRA | 1.197 | - | - | - | (295) | - | 902 |
| ETR Gramacho - intangíveis | | | | | | | |
| Rentabilidade futura | 2.731 | - | - | - | - | - | 2.731 |
| Ecopesa - intangíveis | | | | | | | |
| Rentabilidade futura | 2.543 | - | - | - | - | - | 2.543 |
| Ativo imobilizado | 4.204 | - | - | - | (557) | - | 3.647 |
| Carteira de clientes | 347 | - | - | - | (175) | - | 172 |
| SPEs - intangíveis | | | | | | | |
| Carteira de clientes | 2.620 | - | - | - | (269) | - | 2.351 |
| Ativo imobilizado | 33.910 | - | 6.120 | - | (5.852) | - | 34.178 |
| Licenças | 381.644 | - | (6.120) | - | (22.025) | - | 353.499 |
| Provisão no preço de alocação | (4.799) | - | 4.799 | - | - | - | - |
| Total | 1.234.314 | (3.048) | 88.213 | (108.981) | (29.785) | 80.005 | 1.260.718 |

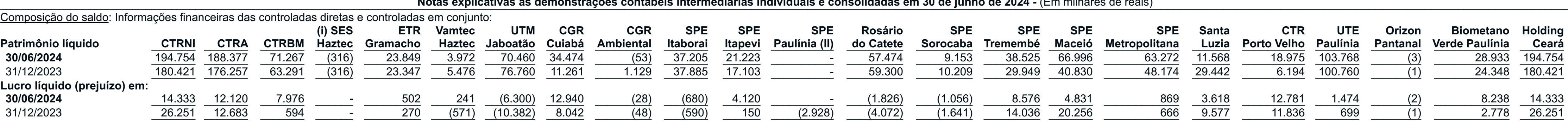
**Consolidado - 30/06/2024**

| | 31/12/2023 | Reclassi-ficações/ Dividendos | Resultados Abrangentes Equivalência | Equivalêncial Patrimonial | 30/06/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ses Haztec | (158) | **-** | **-** | **-** | **(158)** |
| UTE Paulínia | 9.814 | **(9.577)** | **-** | **3.618** | **3.855** |
| Vamtec Haztec | 2.738 | **(993)** | **-** | **241** | **1.986** |
| SPE Metropolitana | 12.617 | **-** | **-** | **601** | **13.218** |
| Santa Luzia | 24.087 | **13** | **6.667** | **869** | **31.636** |
| Biometano Verde Paulínia | 49.699 | **9** | **-** | **1.474** | **51.182** |
| Total | 98.797 | **(10.548)** | **6.667** | **6.803** | **101.719** |

**Consolidado - 31/12/2023**

| | 31/12/2022 | Aumento de Capital / AFAC/ Aquisições | Reclassifi-cações | Equivalência patrimonial | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ses Haztec | (158) | - | - | - | (158) |
| UTE Paulínia | 30.940 | (30.703) | - | 9.577 | 9.814 |
| Vamtec Haztec | 2.316 | - | 993 | (571) | 2.738 |
| SPE Metropolitana | 10.827 | 1.101 | - | 689 | 12.617 |
| Santa Luzia | - | 23.421 | - | 666 | 24.087 |
| Biometano Verde Paulínia | - | 49.000 | - | 699 | 49.699 |
| Provisão no preço de alocação | (4.799) | - | 4.799 | - | - |
| Total | 39.126 | 42.819 | 5.792 | 11.060 | 98.797 |

continua...



# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2024 -** (Em milhares de reais)

Composição do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e controladas em conjunto:

| Patrimônio líquido | CTRNI | CTRA | CTRBM | (i) SES Haztec | ETR Gramacho | Vamtec Haztec | UTM Jaboatão | CGR Cuiabá | CGR Ambiental | SPE Itaboraí | SPE Itapevi | SPE Paulínia (II) | Rosário do Catete | SPE Sorocaba | SPE Tremembé | SPE Maceió | SPE Metropolitana | Santa Luzia | CTR Porto Velho | UTE Paulínia | Orizon Pantanal | Biometano Verde Paulínia | Holding Ceará |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 30/06/2024 | 194.754 | 188.377 | 71.267 | (316) | 23.849 | 3.972 | 70.460 | 34.474 | (53) | 37.205 | 21.223 | - | 57.474 | 9.153 | 38.525 | 66.996 | 63.272 | 11.568 | 18.975 | 103.768 | (3) | 28.933 | 194.754 |
| 31/12/2023 | 180.421 | 176.257 | 63.291 | (316) | 23.347 | 5.476 | 76.760 | 11.261 | 1.129 | 37.885 | 17.103 | - | 59.300 | 10.209 | 29.949 | 40.830 | 48.174 | 29.442 | 6.194 | 100.760 | (1) | 24.348 | 180.421 |
| **Lucro líquido (prejuízo) em:** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 30/06/2024 | 14.333 | 12.120 | 7.976 | - | 502 | 241 | (6.300) | 12.940 | (28) | (680) | 4.120 | - | (1.826) | (1.056) | 8.576 | 4.831 | 869 | 3.618 | 12.781 | 1.474 | (2) | 8.238 | 14.333 |
| 31/12/2023 | 26.251 | 12.683 | 594 | - | 270 | (571) | (10.382) | 8.042 | (48) | (590) | 150 | (2.928) | (4.072) | (1.641) | 14.036 | 20.256 | 666 | 9.577 | 11.836 | 699 | (1) | 2.778 | 26.251 |

(i) A SES Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON. (ii) Em virtude da incorporação, o prejuízo acumulado da SPE Paulínia reflete os meses de janeiro e fevereiro de 2023.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| Investimentos | **1.306.862** | 1.260.876 | **101.877** | 98.955 |
| Provisão para perdas em investimentos (*) | **(158)** | (158) | **(158)** | (158) |
| Total, líquido | **1.306.704** | 1.260.718 | **101.719** | 98.797 |

(*) A provisão para perdas em investimentos está classificada no passivo não circulante.

**10. DEBÊNTURES**

Conforme detalhado na Nota 13, em 23 de abril, a Companhia e o Fundo de Liquidação Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados ("FIDC NP"), assinaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, para distribuição privada da Companhia, tendo a Orizon Valorização de Resíduos como interveniente, com vencimento único em 23 de abril de 2029. Em contrapartida da emissão das debêntures citadas acima, o FIDC NP entregou as debêntures da Orizon Valorização de Resíduos a Companhia. As debêntures entregues da controladora Orizon Valorização de Resíduos pelo FIDC NP à Companhia, estavam anteriormente escrituradas pelo Sindicato formado pelos bancos Bradesco, Santander, Itaú e Haitong, através das 4ª e 5ª emissões de debêntures emitidas em 6 de fevereiro de 2013 e 30 de janeiro de 2015. Até 31 de outubro de 2019 apenas as debêntures detidas pelos bancos Santander, Haitong e Itaú haviam sido adquiridas pelo FIDC NP e entregues a Companhia. Em 1º de novembro de 2019, o FIDC NP concluiu o processo de aquisição das debêntures detidas até então pelo Banco Bradesco. De forma similar à operação anterior, o FIDC entregou às respectivas debêntures em contrapartida da Terceira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações por parte da Orizon Meio Ambiente no valor de R$112.040. Na mesma data, a Orizon Meio Ambiente e o FIDC NP aditaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples transformando-a também em conversível nos mesmos moldes da terceira emissão. Dessa forma, as Escrituras de debêntures das 4ª e 5ª emissões supracitadas passaram a ter a Orizon Meio Ambiente em sua composição, cuja devedora é a Orizon Valorização de Resíduos. Nestas operações não houve desembolsos iniciais de caixa, tendo em vista que o montante das debêntures aportadas corresponde ao mesmo valor de debêntures emitidas para o FIDC NP. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos são conforme abaixo:

| | |
|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 419.967 |
| Rendimento das debêntures | 69.709 |
| Ajuste a valor presente | (1.427) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 488.249 |
| Rendimento das debêntures | **33.166** |
| Ajuste a valor presente | **1.207** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **522.622** |

Valor decorrente das debêntures da Orizon VR adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamento, conforme detalhado nesta nota. Os referidos títulos a receber possuem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 2.5 % a.a, em conformidade com a remuneração já praticada anteriormente com os antigos debenturistas, respeitando as cláusulas das Escrituras originais. Periodicamente, a Companhia avalia o valor de mercado destes títulos e valores mobiliários, a fim de identificar eventuais necessidades de atualização. Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples: Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("*Term Sheet*") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados, pela Companhia ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cujo quitação ocorreu pelo valor R$305.964. O saldo de AVP e seus respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R$59.060.

**11. IMOBILIZADO (CONTROLADORA)**

| Imobilizado, líquido | Terrenos | Veículos | Benfeitorias em imóveis de terceiros (1) | Edificações | Móveis e utensílios | Máquinas e equipamentos | Instalações (2)/(3) | Mais Valia | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 20.434 | 3.561 | 4.903 | 1.018 | 4.230 | 37.140 | 211.430 | - | 282.716 |
| Incorporação SPE Paulínia 02-2023 | 406 | 1.678 | 154 | - | 743 | 8.987 | 275.625 | - | 287.593 |
| Adições | - | - | - | - | 448 | 771 | 51.454 | - | 52.673 |
| Baixas | (2.314) | (130) | - | (686) | - | - | (99) | - | (3.229) |
| Provisão para redução ao valor recuperável | - | - | - | - | - | - | (35.391) | - | (35.391) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 18.526 | 5.109 | 5.057 | 332 | 5.421 | 46.898 | 503.019 | - | 584.362 |
| Adições | - | - | - | - | 152 | 86 | 19.105 | - | 19.343 |
| Baixas | - | - | - | - | - | (165) | - | - | (165) |
| Reclassificações | - | - | - | - | - | 7.330 | (7.330) | - | - |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | 18.526 | 5.109 | 5.057 | 332 | 5.573 | 54.149 | 514.794 | - | 603.540 |
| **Depreciação acumulada** | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | - | (3.561) | (3.795) | (485) | (2.945) | (28.759) | (82.910) | - | (122.455) |
| Incorporação SPE Paulínia 02-2023 | - | (1.732) | (24) | - | (587) | (8.457) | (192.013) | - | (202.813) |
| Adições | - | (16) | (113) | (13) | (203) | (1.356) | (50.722) | - | (52.423) |
| Baixas | - | 135 | - | 270 | - | - | 94 | - | 499 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | - | (5.174) | (3.932) | (228) | (3.735) | (38.572) | (325.551) | - | (377.192) |
| Adições | - | (4) | (54) | (5) | (28) | (842) | (10.653) | - | (11.586) |
| Baixas | - | - | - | - | - | 52 | - | - | 52 |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | - | (5.178) | (3.986) | (233) | (3.763) | (39.362) | (336.204) | - | (388.726) |
| Imobilizado, líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 18.526 | (65) | 1.125 | 104 | 1.686 | 8.326 | 177.468 | - | 207.170 |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **18.526** | **(69)** | **1.071** | **99** | **1.810** | **14.787** | **178.590** | **-** | **214.814** |
| Vida útil média (anos) | - | 5 | - | 25 | 10 | 10 | 10 | - | - |

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula. Nesta rubrica também está classificado o montante de R$151.720 e R$79.503 referentes aos projetos para construção da unidade de WtE e UTM (nota 1) das controladas indiretas Barueri Energias Renováveis e UTM Jaboatão, respectivamente. No encerramento do exercício de 2023, a Companhia decidiu pelo registro do resultado como provisão para redução ao valor recuperável dos saldos de ativo imobilizado oriundos da UGC de Engenharia Ambiental, em razão de descontinuidade deste segmento. O montante de R$35.391 foi registrado na rubrica de provisão para redução ao valor recuperável no resultado do exercício. (3) Refere-se à alocação de mais-valia atribuída aos montantes de ativo imobilizado das empresas adquiridas. Estes ativos possuem vida útil entre 1 e 42 anos, estando a maior parte dos ativos recém alocados na faixa média de 23 anos.

| Imobilizado, líquido | Terrenos | Veículos | Benfeitorias em imóveis de terceiros (1) | Edificações | Móveis e utensílios | Máquinas e equipamentos | Instalações (2)/(3) | Mais Valia | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 36.579 | 10.728 | 5.505 | 4.583 | 7.219 | 100.710 | 1.280.311 | 50.872 | 1.496.507 |
| Saldo oriundo de aquisições de empresas | - | - | - | - | - | - | 20.950 | - | 20.950 |
| Adições | - | 280 | - | - | 677 | 9.444 | 158.957 | - | 169.358 |
| Baixas | (2.314) | (423) | - | (686) | - | - | (100) | - | (3.523) |
| Reclassificação | - | - | - | - | - | - | - | 6.120 | 6.120 |
| Provisão para redução ao valor recuperável | - | - | - | - | - | - | (35.391) | - | (35.391) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 34.265 | 10.585 | 5.505 | 3.897 | 7.896 | 110.154 | 1.424.727 | 56.992 | 1.654.021 |
| Adições | 3.566 | 3 | - | (3.566) | 219 | 3.869 | 75.794 | - | 79.885 |
| Baixas | - | (102) | - | - | - | (400) | - | - | (502) |
| Reclassificações | - | - | - | - | - | 7.330 | (8.162) | - | (832) |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **37.831** | **10.486** | **5.505** | **331** | **8.115** | **120.953** | **1.492.359** | **56.992** | **1.732.572** |
| **Depreciação acumulada** | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | - | (10.437) | (4.020) | (484) | (4.973) | (71.189) | (725.837) | (9.112) | (826.052) |
| Adições | - | (234) | (146) | (14) | (251) | (9.705) | (89.011) | (6.624) | (105.985) |
| Baixas | - | 520 | - | 270 | 2 | - | 94 | - | 886 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | - | (10.151) | (4.166) | (228) | (5.222) | (80.894) | (814.754) | (15.736) | (931.151) |
| Adições | - | (97) | (145) | (4) | (108) | (2.729) | (24.619) | (3.251) | (30.953) |
| Baixas | - | 99 | - | - | - | 240 | - | - | 339 |
| Reclassificações | - | - | - | - | - | - | 832 | - | 832 |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | - | (10.149) | (4.311) | (232) | (5.330) | (83.383) | (838.541) | (18.987) | (960.933) |
| Imobilizado, líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 34.265 | 434 | 1.339 | 3.669 | 2.674 | 29.260 | 609.973 | 41.256 | 722.870 |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **37.831** | **337** | **1.194** | **99** | **2.785** | **37.570** | **653.818** | **38.005** | **771.639** |
| Vida útil média (anos) | - | 5 | - | 25 | 10 | 10 | 10 | - | - |

(*) Refere-se a baixa pela venda de equipamentos da OMA para Orizon Biometano, referente a planta de Biometano localizada no Ecoparque Paulínia. (1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, além da divisão de triagem mecância (UTM). No encerramento do exercício de 2023, a Companhia decidiu pelo registro do resultado como provisão para redução ao valor recuperável dos saldos de ativo imobilizado oriundos da UGC de Engenharia Ambiental, em razão de descontinuidade deste segmento. O montante de R$35.391 foi registrado na rubrica de provisão para redução ao valor recuperável no resultado do exercício. (3) Refere-se à alocação de mais-valia atribuída aos montantes de ativo imobilizado das empresas adquiridas. Estes ativos possuem vida útil entre 1 e 42 anos, estando a maior parte dos ativos recém alocados na faixa média de 23 anos.

**12. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)**

| Intangível, líquido | Controladora 30/06/2024 | Controladora 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Aquisições: | | | | |
| Ecopesa Ambiental S.A. (i) | **35.235** | 35.235 | **35.235** | 35.235 |
| Carteira de clientes | - | - | **85** | 172 |
| Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i) | **8.065** | 8.065 | **8.065** | 8.065 |
| Rentabilidade futura ("goodwill") (i) | - | - | **2.731** | 2.731 |
| Licenças | - | - | **342.522** | 353.498 |
| Carteira de clientes | - | - | **2.217** | 2.350 |
| Licenças | - | - | **55.219** | 56.447 |
| Provisão para fechamento de aterro | - | - | **(2.045)** | (2.045) |
| Subtotal - ágios e mais valias relacionados a aquisição de investimentos | **43.300** | 43.300 | **444.029** | 456.453 |
| Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra | - | - | **6.538** | 6.844 |
| Concessão da CTRA - alocação de preço de compra | - | - | **754** | 901 |
| Subtotal - concessões | - | - | **7.292** | 7.745 |
| Condicionantes das licenças de operação (LOs) | - | - | **764** | 813 |
| Software | **511** | 474 | **826** | 834 |
| Total | **43.811** | 43.774 | **452.911** | 465.845 |

(i) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis

| A movimentação dos intangíveis é como segue: | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 76.354 | 530.286 |
| Adição de intangíveis | 115 | 68 |
| Amortização - mais-valia | - | (24.580) |
| Reclassificação para o ativo imobilizado | - | (6.120) |
| Provisão para redução ao valor recuperável | (32.671) | (32.671) |
| Amortização dos intangíveis de concessão | - | (908) |
| Amortização de outros intangíveis | (24) | (230) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 43.774 | 465.845 |
| Adição de intangíveis | **51** | **56** |
| Amortização - mais-valia | **-** | **(12.424)** |
| Amortização dos intangíveis de concessão | **-** | **(454)** |
| Amortização de outros intangíveis | **(14)** | **(112)** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **43.811** | **452.911** |

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a análise de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

| UGC | Taxa média de Crescimento | Taxa de desconto antes dos impostos | Ativos líquidos em 30/06/2024 | Metodologia Utilizada |
|---|---|---|---|---|
| Plastimassa | **5%** | **15%** | **8.065** | **Valor em uso** |
| Ecopesa | **5%** | **15%** | **80.860** | **Valor em uso** |
| ETR Jardim Gramacho | **5%** | **15%** | **26.413** | **Valor em uso** |

No encerramento do a findar-se em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reavaliará as UGCs e eventuais impactos sobre necessidade de constituição para provisão ao valor recuperável.

**13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS**

| Credor | Objeto | Vencimento | Encargos financeiros | Controladora 30/06/2024 | Controladora 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Banco Bradesco | Capital de giro | 30/04/2029 | CDI + 1% a.a. | **90.994** | 86.060 |
| Debêntures | Debêntures | 30/11/2028 | CDI + 2,6% a.a. | **401.948** | 402.128 |
| Debêntures | Debêntures | 15/11/2035 | CDI + 3,8% a.a. | **250.335** | 253.197 |
| Debêntures | Debêntures | 15/11/2031 | IPCA + 6,76% a.a. | **282.072** | 277.066 |
| International Finance Corporation ("IFC") | Financiamento Corporativo Atrelado a Projetos | 15/04/2031 | CDI + 2,9% a.a. | **133.563** | 134.043 |
| Ajuste a valor presente (i) | | | | **(22.663)** | (23.860) |
| Custos na captação de recursos | | | | **(36.712)** | (36.636) |
| Total | | | | **1.099.537** | 1.091.998 |
| Circulante | | | | **61.684** | 21.134 |
| Não circulante | | | | **1.037.853** | 1.070.864 |

(i) Valor decorrente das debêntures da Orizon VR adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamento, conforme detalhado nesta nota 10.

| Credor | Objeto | Vencimento | Encargos financeiros | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Banco ABC do Brasil | Capital de giro | 11/10/2024 | CDI + 0,2141% a.m. | | |
| | | 12/01/2026 | CDI + 2,9183% a.a | **14.060** | 18.872 |
| Banco Bradesco | Capital de giro | 30/04/2029 | CDI + 1% a.a. | **90.994** | 86.060 |
| Banco Votorantim | Capital de giro | 22/07/2024 | CDI + 2,6% a.a. | | |
| | | 02/04/2026 | CDI + 2,65% a.a.. | **67.047** | 10.652 |
| Debêntures | Debêntures | 30/11/2028 | CDI + 2,6% a.a. | **401.948** | 402.128 |
| Debêntures | Debêntures | 15/11/2035 | CDI + 3,8% a.a. | **250.335** | 253.197 |
| Debêntures | Debêntures | 15/11/2031 | IPCA + 6,76% a.a | **282.072** | 277.066 |
| International Finance Corporation ("IFC") | Financiamento Corporativo Atrelado a Projetos | 15/04/2031 | CDI + 2,9% a.a. | **133.563** | 134.043 |
| Banco do Brasil | Capital de giro | 10/04/2026 | CDI + 2,21% a.a. | | |
| | | 10/06/2027 | CDI + 2,27% a.a. | **65.149** | - |
| Banco Safra | Capital de giro | 03/06/2024 | CDI + 0,19% a.m. | | |
| | | | 8,11% a,a, | **31.966** | 5.040 |
| Ajuste a valor justo - MTM swap | | 26/05/2026 | CDI + 2,3% a.a | (1.774) | - |
| Ajuste a valor presente | | | | **(22.663)** | (23.860) |
| Custos na captação de recursos | | | | **(36.827)** | (36.636) |
| Total | | | | **1.275.870** | 1.126.562 |
| Circulante | | | | **141.465** | 41.826 |
| Não circulante | | | | **1.134.405** | 1.084.736 |

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são como segue:

| | Controladora 30/06/2024 | Controladora 31/12/2023 | Consolidado 30/06/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro | **1.091.998** | 951.108 | **1.126.562** | 1.015.913 |
| Encargos financeiros | **73.170** | 147.234 | **77.393** | 154.742 |
| Ajuste a valor presente | **1.197** | (170) | **(576)** | (287) |
| Variação cambial | **-** | - | **1.785** | - |
| Captações/ assunções de dívida | **-** | 130.000 | **160.000** | 130.000 |
| Reconhecimento de gastos na captação de recursos | **(77)** | (4.131) | **(193)** | (4.131) |
| Pagamento de principal | **(2.500)** | (7.617) | **(22.250)** | (36.750) |
| Pagamento de juros | **(64.251)** | (124.426) | **(66.851)** | (132.925) |
| Saldos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 | **1.099.537** | 1.091.998 | **1.275.870** | 1.126.562 |

Cronograma de pagamentos: Em 30 de junho de 2024, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **2025** | **32.388** | **63.523** |
| **2026** | **221.071** | **269.822** |
| **2027** | **270.335** | **287.001** |
| **2028** | **181.854** | **181.854** |
| **2029 em diante** | **332.205** | **332.205** |
| **Total** | **1.037.853** | **1.134.405** |

*Captação de recursos - Banco ABC Brasil (Consolidado):* Em 18 de fevereiro de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente assinou contratos de empréstimos com o Banco ABC Brasil, com o propósito de suportar a quitação da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Orizon Meio Ambiente. A captação de recursos junto ao Banco ABC Brasil foi realizada através da emissão de duas cédulas de créditos bancários ("CCBs") no valor total de R$40.000. A Companhia liquidou a última parcela desta dívida no primeiro semestre de 2023. Em 11 de junho de 2021, a controlada direta CTRNI captou o montante de R$15.000 junto ao Banco ABC Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI + 0,2141% a.m. A dívida será quitada em 40 parcelas de R$375, sendo a primeira com vencimento em 12 de julho 2021 e a última em 11 de outubro 2024. O empréstimo não possui garantias e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos estão relacionadas ao atendimento dos mesmos índices não financeiros já descritos na seção que trata de recurso captado pela Companhia junto ao ABC. Adicionalmente, em 08 de dezembro de 2022, a controlada direta CTRNI assinou com o Banco ABC do Brasil Cédula de Crédito Bancário (CDB), no montante de R$20.000. A dívida será liquidada em 8 parcelas semestrais de R$5.000, vencendo a primeira em 09 de janeiro de 2023 e a última em 12 de janeiro de 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,9183% a.a. Os juros serão pagos mensalmente a partir do pagamento da primeira parcela de principal. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns *covenants* não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos; dentre outros itens menos relevantes. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *CTRNI - Banco Safra (Consolidado):* Em 30 de maio de 2022, a controlada direta CTRNI captou o montante de R$20.000 junto ao Banco Safra, através de emissão de cédula única. O montante será remunerado por 100% do CDI+0,19% a.m. A dívida será quitada em 4 parcelas semestrais de R$5.000, ocorrendo o primeiro vencimento em 05 de dezembro de 2022 e o último em 03 de junho de 2024. O saldo da dívida foi integralmente quitado no 2° trimestre de 2024. Em 04 de junho de 2024, a controlada direta CTRNI captou o montante de R$30.000 (USD5.718 convertido a taxa de R$5,25 na data de contratação) junto ao Banco Safra, através de emissão de cédula única de crédito internacional. O montante será remunerado por 8,11% a.a.. A dívida será quitada em 8 parcelas trimestrais de R$3.751 (USD715), ocorrendo o primeiro vencimento em 03 de setembro de 2024 e o último em 26 de maio de 2026. Por se tratar de dívida em moeda estrangeira, a Companhia firmou contrato de swap para proteção de oscilações cambiais durante a vigência da dívida, a taxa contratada foi CDI+2,3% a.a . A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) Declaração de falência; (2) Deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) Protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R$15.000; dentre outros itens menos relevantes. A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBTIDA x Despesa Financeira - Não Inferior a 2,0x; Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Não inferior a 1,25x. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *CTR NI - Banco do Brasil (Consolidado):* Em 29 de abril de 2024, a controlada direta CTRNI captou o montante de R$15.000 junto ao Banco do Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI + 2,21% a.a. A dívida será quitada em 18 parcelas mensais de R$833, sendo a primeira com vencimento em 10 de abril 2024 e a última em 11 de março 2026. Em 24 de junho de 2024, a controlada direta CTRNI captou o montante de R$50.000 junto ao Banco do Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI + 2,27% a.a. A dívida será quitada em 3 parcelas anuais de R$16.667, sendo a primeira com vencimento em 10 de junho 2025 e a última em 10 de junho 2027. *CTR NI - Banco do Brasil (Consolidado):* As dívidas possuem alguns *covenants* não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos; dentre outros itens menos relevantes. *CTR NI - Banco Votorantim:* Em 1° de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI firmou com o Banco Votorantim Termo de Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, no montante de R$65.000, representado por 65.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em 4 parcelas semestrais de R$16.250, vencendo a primeira em 02 de outubro 2024 e a última em 02 de abril 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,65% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. As dívidas possuem alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R$15.000; dentre outros itens menos relevantes. A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Não inferior a 1,25x. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):* Em 23 de junho de 2020 a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente, passando a Orizon a ser devedora de sua controlada direta e quitando a dívida que possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R$22.664 (R$23.860 em 31 de dezembro de 2023) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. Desta forma, o Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com interveniência e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R$327, mensais e consecutivas, e; (b) O saldo devedor remanescente no dia 30 de abril de 2029. Após 19 de junho de 2021, os juros remuneratórios passaram a ser calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1% e, sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthesis e a Orizon Valorização de Resíduos, em decorrência do ajustado no Instrumento de Confissão e Assunção de Dívida, outorgaram-se mútua e recíproca quitação, para nada mais reclamarem, uma da outra, a que tempo ou título for em relação ao saldo existente entre as partes. *Emissão de novas debêntures* - 4ª Emissão: Em 16 de novembro de 2021, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, da Orizon Meio Ambiente, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 Debêntures, sendo: (i) 250.000 Debêntures da primeira série; e (ii) 250.000 Debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R$500.000 na data de emissão. Os recursos captados na Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados exclusivamente para os custos relativos à Emissão, e para a consecução, adequação e ampliação das centrais de tratamento de resíduos localizadas em Barra Mansa, Nova Iguaçu e Alcântara, enquanto os recursos captados na Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para refinanciamento de dívidas existentes e para utilização geral da Companhia, de acordo com seu objeto social. As séries foram emitidas pela controlada Orizon Meio Ambiente. As debêntures possuíam prazo de carência de principal e a partir novembro de 2023, os valores de principal e juros começarão a ser pagos em parcelas semestrais até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2035 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI + 3,8% a.a e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente. A referida Escritura Particular possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Listagem da controlada Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B. No 4° trimestre de 2022, a Orizon Meio Ambiente teve seu registro na CVM ("Comissão de Valores Mobiliários") na categoria Tipo B para realização de transações de capital. • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas); • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBTIDA x Despesas Financeiras - Não Inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Não inferior a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 30 de junho de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures* - 5ª Emissão: Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), de 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures, perfazendo o montante total de R$400.000. (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros começaram a ser pagos mensalmente a partir de dezembro de 2022. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a.. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBTIDA x Despesa Financeira - Não Inferior a 2,0x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 30 de junho de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"):* Em 30 de junho de 2023, a Companhia celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"), braço do Banco Mundial voltado ao setor privado, para fortalecer a estratégia de crescimento e posicionamento do grupo. O Financiamento, no montante de R$130.000, foi desembolsado em 04 setembro de 2023, objetivando, principalmente, reembolso de investimentos realizados em triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume, com vencimento final em 15 de abril de 2031, com 1 ano de carência de principal e pagamentos semestrais de juros e principal. O financiamento possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, destacando-se abaixo os principais: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - - Deve ser inferior ou igual a 4,5x a 3,5x, devendo a menor ocorrer a partir de 2025; • Relação EBTIDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de cobertura do serviço da dívida - Não inferior a 1,25x. • Restrição a reorganizações societárias exceto pelos casos permitidos no contrato de empréstimo; *5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão:* Em 30 de janeiro de 2015, a Orizon Valorização de Resíduos emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R$150.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+*Spread* que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/ EBITDA". As debêntures possuíam prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures, que originalmente deveria ocorrer em janeiro de 2022. Conforme detalhado nesta nota, a operação estava suportada por *waiver* obtido em 2021 com validade até novembro de 2023 com efeito de suspensão de vencimento desta dívida. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia foi repactuada em 26 de dezembro de 2022, sendo mantidos os *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos debenturistas e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. *Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples:* Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("*Term Sheet*") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados, pela Companhia ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cujo quitação ocorreu pelo valor R$305.964. Na data da quitação, a dívida estava atualizada com valor de face de R$381.912, com efeito de dedução do *AVJ* no montante de R$75.948. No ato da quitação, foram apurados os devidos impostos sobre a realização do *AVJ*, tratado na origem com efeitos de diferimento de temporalidade. O saldo de AVP e seu respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R$59.060, sendo neutralizados no consolidado pelo lançamento da controlada. Arrendamentos (Consolidado): A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: • Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. *Orizon Meio Ambiente - Banco Safra (Consolidado):* Em 18 de outubro de 2022, a companhia assinou 2 Contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Banco Safra, no montante total de R$9.667. Os objetos dos contratos são arrendamentos de unidades de tratamento de chorume procedente de aterro sanitário (ecoparque) por osmose reversa. A dívida será liquidada em 48 parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2022 e a última em outubro de 2026, com remuneração de 2,86% a.a. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento, tais como: ausência no pagamento de parcelas do contrato, obrigações de IPVA, multas por infração de trânsito, dentre outros. *Orizon Meio Ambiente -Société Générale Equipment Finance S.A..* Em 17 de agosto de 2023, a OMA firmou com o Société Générale Equipment Finance S.A. contrato de financiamento para aquisição de central de sucção e queima de biogás no montante de 7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de R$135, vencendo a primeira em 28 de outubro de 2023 e a última em 28 de setembro de 2028, com remuneração de CDI + 3% a.a.. A movimentação dos arrendamentos para 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 21.558 | 55.756 |
| Adição de novos contratos no período - IFRS 16 | 12.284 | 28.936 |
| Adição por incorporação - Paulínia | 13.719 | - |
| Pagamento de principal | (15.377) | (32.162) |
| Pagamento de juros | (2.244) | (4.349) |
| Juros apropriados no exercício | 3.281 | 3.907 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 33.221 | 52.088 |
| Adição de novos contratos no período - IFRS 16 | **8.583** | **23.261** |
| Baixa de contratos | **(4.129)** | **(4.345)** |
| Pagamento de principal | **(10.019)** | **(20.638)** |
| Pagamento de juros | **(1.242)** | **(2.393)** |
| Juros apropriados no período | **1.853** | **2.935** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **28.267** | **50.908** |
| Circulante | **16.518** | **30.717** |
| Não circulante | **11.749** | **20.191** |

continua...

INÊS 249

ORIZON

# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2024 -** (Em milhares de reais)

Cronograma de pagamentos (consolidado): Em 30 de junho de 2024, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2025 | **7.891** | **14.518** |
| 2026 | **1.219** | **2.711** |
| 2027 | **1.171** | **1.234** |
| 2028 | **987** | **1.037** |
| 2029 em diante | **481** | **691** |
| **Total** | **11.749** | **20.191** |

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 30 de junho de 2024, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 10.923 | 42.258 |
| Adição de novos contratos | 12.284 | 28.936 |
| Adição por incorporação - SPE Paulínia | 12.896 | - |
| Amortização do direito de uso no exercício | (13.309) | (30.813) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 22.794 | 40.381 |
| Adição de novos contratos | **8.583** | **23.261** |
| Baixa de contratos | **(4.129)** | **(4.345)** |
| Amortização do direito de uso no período | **(7.414)** | **(17.797)** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **19.834** | **41.500** |

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui o direito de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de junho de 2024 de R$1.909 (R$2.975 em 31 de dezembro de 2023).

**14. FORNECEDORES**

Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos aterros sanitários das controladas. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| Fornecedores | **19.599** | 25.794 | 52.166 | 55.704 |

**15. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)**

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente.

| Aterro sanitário | Percentual da outorga | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|
| Orizon Meio Ambiente | 10% | **101** | 101 |
| CTRNI | 6% | **3.574** | 5.856 |
| CTRAL | 2% | **3.895** | 3.570 |
| CTRBM | 10% | **4.248** | 4.442 |
| Total | | **11.818** | 13.969 |

**16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| Salários e honorários a pagar | **3.177** | 2.567 | **5.417** | 4.401 |
| INSS a recolher | **2.599** | 1.764 | **4.804** | 3.660 |
| FGTS a recolher | **319** | 426 | **702** | 907 |
| Provisão e encargos sobre férias | **7.240** | 6.831 | **13.249** | 12.283 |
| Provisão e encargos sobre 13º salário | **2.224** | - | **4.350** | - |
| IRRF sobre salários | **1.088** | 910 | **1.551** | 1.253 |
| Outros | **418** | 321 | **800** | 570 |
| Total | **17.065** | 12.819 | **30.873** | 23.074 |

**17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Parcelamento de impostos** | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| INSS [(1)] | **3.844** | 4.291 | **7.153** | 7.868 |
| ISS | **255** | 560 | **286** | 619 |
| ICMS | **942** | 1.248 | **1.065** | 1.437 |
| COFINS [(1)] | **8.161** | 9.781 | **16.924** | 19.384 |
| IRPJ [(1)] | **2.443** | 2.934 | **13.936** | 13.897 |
| CSLL [(1)] | **1.051** | 1.219 | **5.885** | 5.808 |
| PIS [(1)] | **2.926** | 3.310 | **4.761** | 5.314 |
| PERT [(1)] | **6.668** | 4.477 | **13.326** | 11.423 |
| Outros Parcelamentos | **1.125** | 202 | **1.127** | 202 |
| Total | **27.415** | 28.022 | **64.463** | 65.952 |
| Circulante | **9.479** | 6.705 | **21.161** | 18.401 |
| Não circulante | **17.936** | 21.317 | **43.302** | 47.551 |

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da companhia e controladas diretas CTRNI, CTRBM, CTRA e ETR. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas. A maior parte dos saldos de parcelamentos possui entre vencimento até 2027, cuja remuneração ocorre pela taxa selic.

Cronograma de pagamentos: Em 30 de junho de 2024, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2025 | **2.552** | **6.357** |
| 2026 | **5.103** | **12.713** |
| 2027 | **5.103** | **12.713** |
| 2028 em diante | **5.178** | **11.519** |
| Total | **17.936** | **43.302** |

**18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, a Administração registrou uma provisão para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| Trabalhistas | **7.261** | 10.118 | **8.108** | 11.210 |
| Cíveis | **779** | 768 | **779** | 784 |
| Tributárias | **2.752** | 2.726 | **7.348** | 7.322 |
| Total | **10.792** | 13.612 | **16.235** | 19.316 |

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

| Controladora | Trabalhistas | Tributários | Cível | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro de 2023 | 13.824 | - | 3.316 | 17.140 |
| Adições/Reversões | (2.317) | 2.726 | (300) | 109 |
| Pagamentos | (1.389) | - | (2.248) | (3.637) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 10.118 | 2.726 | 768 | 13.612 |
| Adições (Reversões) | **(2.770)** | **26** | **237** | **(2.507)** |
| Pagamentos | **(87)** | **-** | **(226)** | **(313)** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **7.261** | **2.752** | **779** | **10.792** |

| Consolidado | Trabalhistas | Tributários | Cível | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 1° de janeiro de 2023 | 14.930 | 4.596 | 3.388 | 22.914 |
| Adições/Reversões | (2.331) | 2.726 | (300) | 95 |
| Pagamentos | (1.389) | - | (2.304) | (3.693) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 11.210 | 7.322 | 784 | 19.316 |
| Adições (Reversões) | **(3.003)** | **46** | **221** | **(2.736)** |
| Pagamentos | **(99)** | **(20)** | **(226)** | **(345)** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **8.108** | **7.348** | **779** | **16.235** |

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Além disto, estão registrados montantes provisionados sobre riscos relacionados a pagamentos ao corpo executivo. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 30 de junho de 2024 e 31 dezembro de 2023, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Informações contábeis intermediárias são conforme quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Natureza dos processos** | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| Cível | **73.667** | 73.252 | **110.184** | 77.771 |
| Trabalhista | **11.515** | 8.770 | **15.959** | 11.000 |
| Tributário | **141.321** | 158.274 | **287.619** | 290.002 |
| Total | **226.503** | 240.296 | **413.762** | 378.773 |

(1) *Cível:* • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. (2) *Trabalhista:* • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. (3) *Tributário:* • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de junho de 2024 e 31 dezembro de 2023, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| Depósitos judiciais | **796** | 796 | **802** | 796 |

**19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES**

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes no consolidado:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 12.514 | 21.928 |
| Adição por incorporação | 753 | - |
| Ingressos | 20.656 | 49.868 |
| Compensações | (32.488) | (69.285) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 1.435 | 2.511 |
| Ingressos | **1.917** | **13.122** |
| Compensações | **(2.342)** | **(11.863)** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **1.010** | **3.770** |

**20. CONTAS A PAGAR**

Arbitragem: Com base nos termos anteriormente firmados entre as controladas indiretas CTRNI e CTRA, foi acordado que valores devidos para a Gás Verde (NIEGAR/ SGEGAR) no âmbito da arbitragem, seriam abatidos a razão de 30% de cada fatura devida pela mesma. Em 30 de junho de 2024, os valores são apresentados conforme abaixo:

| | CTR NI | CTRA | Total |
|---|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 25 | 5.568 | 5.593 |
| Compensações com valores faturas de biogás | (25) | (4.390) | (4.415) |
| Correções monetárias | - | 1.485 | 1.485 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | - | 2.663 | 2.663 |
| Compensações | **-** | **(2.517)** | **(2.517)** |
| Correções monetárias | **-** | **331** | **331** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **-** | **477** | **477** |

Aquisição de empresas: *Aquisição SPEs - UPI Estre:* Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril de 2022 a Companhia concluiu o processo de aquisição das SPEs UPI Estre. O valor de negociação foi firmado da seguinte forma: A movimentação do saldo está apresentada abaixo:

| | Fluxo de pagamento - Aquisição SPEs Estre | | |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | Total |
| Saldo em 1° de janeiro de 2023 | 47.295 | 324.818 | 372.113 |
| Pagamentos realizados no exercício | (18.754) | (324.818) | (343.572) |
| Ajuste a valor presente | 8.165 | - | 8.165 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 36.706 | - | 36.706 |
| Pagamentos realizados no período | **(9.372)** | **-** | **(9.372)** |
| Ajuste a valor presente | **2.915** | **-** | **2.915** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **30.249** | **-** | **30.249** |
| Circulante | | | 16.500 |
| Não Circulante | | | 13.749 |

(1) O montante será liquidado em 48 parcelas fixas e irreajustáveis de R$1.562. Em 30 de junho de 2024 havia 22 parcelas em aberto. Uma vez que estas parcelas de longo prazo não possuem incidência de juros, a Companhia calcula o ajuste a valor presente. (2) Até 30 de junho de 2022, este montante estava registrado na rubrica de Instrumentos Patrimoniais no Patrimônio líquido e era apresentado nesta nota para composição da dívida total pela aquisição das SPEs UPI Estre. Em fevereiro de 2023, foi homologado o aumento de capital da Orizon e parte das ações emitidas foram entregues a Jive para quitação do saldo em aberto.

Abaixo, cronograma de pagamento da dívida aquisição das SPEs no passivo não circulante, com exceção da parcela classificada no patrimônio líquido. Abaixo, cronograma de pagamento da dívida aquisição das SPEs:

| | |
|---|---|
| 2025 | **8.250** |
| 2026 | **5.499** |
| Total | **13.749** |

*Aquisição de Santa Luzia:* Conforme divulgado na nota 1, a Companhia concluiu no primeiro semestre de 2023 a aquisição de 50% de participação no capital social da CTR Santa Luzia, pelo valor de R$25.000. Abaixo, movimentação referente aquisição de participação societária:

| | |
|---|---|
| Aquisição da CTR Santa Luzia - Abril/2023 | 25.000 |
| Atualização monetária | (190) |
| Compensação de valores antecipados | (23.322) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 1.488 |
| Compensação de valores antecipados | **(590)** |
| Atualização monetária | **12** |
| Saldo em 30 de junho de 2024 | **910** |

**21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R$806.843, representado por 3.510 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária:

| **Acionista** | **Quantidade de ações (mil)** | **Percentual de participação (%)** |
|---|---|---|
| Orizon Valorização de Resíduos S.A. | **3.510** | **100%** |

b) Bônus de Subscrição: Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R$156.654, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficará registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Orizon Valorização de Resíduos. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. c) Ajuste de avaliação patrimonial: Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas 31 de dezembro na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). d) Política de distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) Lucro e Prejuízo básico e diluído por ação:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2024 | 30/06/2023 | 30/06/2024 | 31/06/2023 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | **41.913** | (55.208) | **45.871** | (55.289) |
| Quantidade de ações ordinárias | **3.510** | 3.510 | **3.510** | 3.510 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação* | **11,94** | (15,73) | **13,07** | (15,75) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 01/04/2024 a 30/06/2024 | 01/04/2023 a 30/06/2023 | 01/04/2024 a 30/06/2024 | 01/04/2023 a 30/06/2023 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | **15.922** | (7.696) | **17.775** | (7.777) |
| Quantidade de ações ordinárias | **3.510** | 3.510 | **3.510** | 3.510 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação* | **4,54** | (2,19) | **5,06** | (2,22) |

* A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 30/06/2024 | 30/06/2023 | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
| Receita operacional bruta | **162.289** | 127.709 | **434.274** | 385.135 |
| Deduções da receita bruta | | | | |
| Programa de Integração Social - PIS | **(2.505)** | (1.962) | **(6.318)** | (5.406) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | **(11.545)** | (9.037) | **(29.112)** | (24.914) |
| Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS | **(6.947)** | (5.396) | **(19.080)** | (17.340) |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | **(481)** | (140) | **(2.418)** | (1.833) |
| Outros | **(978)** | (1.021) | **(2.908)** | (2.458) |
| Total dos impostos incidentes | **(22.456)** | (17.556) | **(59.836)** | (51.951) |
| Vendas canceladas | **(46)** | (436) | **(5.099)** | (5.261) |
| Receita operacional líquida | **139.787** | 109.717 | **369.339** | 327.923 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 01/04/2024 a 30/06/2024 | 01/04/2023 a 30/06/2023 | 01/04/2024 a 30/06/2024 | 01/04/2023 a 30/06/2023 |
| Receita operacional bruta | **86.605** | 73.802 | **226.394** | 194.898 |
| Deduções da receita bruta | | | | |
| Programa de Integração Social - PIS | **(1.288)** | (1.180) | **(3.278)** | (2.783) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | **(5.871)** | (5.326) | **(15.040)** | (12.712) |
| Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS | **(3.544)** | (3.269) | **(9.890)** | (8.863) |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | **(421)** | (82) | **(1.412)** | (877) |
| Outros | **(1.357)** | (219) | **(1.367)** | (871) |
| Total dos impostos incidentes | **(12.481)** | (10.076) | **(30.987)** | (26.106) |
| Vendas canceladas | **(19)** | (422) | **(4.836)** | (841) |
| Receita operacional líquida | **74.105** | 63.304 | **190.571** | 167.951 |

**23. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

Controladora

| | 30/06/2024 | | | 30/06/2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custos e despesas por natureza** | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e adminis-trativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e adminis-trativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | **(23.787)** | **(21.042)** | **(44.829)** | (22.910) | (16.298) | (39.208) |
| Materiais de produção e consumo | **(19.975)** | **(672)** | **(20.647)** | (13.482) | - | (13.482) |
| Depreciação e amortização | **(18.395)** | **(15.513)** | **(33.908)** | (48.725) | (4.964) | (53.689) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(312)** | **-** | **(312)** | (667) | - | (667) |
| Serviços de terceiros | **(9.962)** | **(7.478)** | **(17.440)** | (10.771) | (14.076) | (24.847) |
| Aluguéis | **(1.035)** | **(186)** | **(1.221)** | (3.130) | (1.117) | (4.247) |
| Energia | **(1.314)** | **(50)** | **(1.364)** | (990) | (30) | (1.020) |
| Combustíveis | **(5.345)** | **-** | **(5.345)** | (4.481) | (49) | (4.530) |
| Fretes | **(290)** | **(1)** | **(291)** | (365) | (9) | (374) |
| Baixa de clientes | **-** | **-** | **-** | (425) | - | (425) |
| Contingências | **-** | **2.821** | **2.821** | - | 5.362 | 5.362 |
| Outros | **(5.437)** | **(8.164)** | **(13.601)** | (4.952) | (6.981) | (11.933) |
| Total | **(85.852)** | **(50.285)** | **(136.137)** | (110.898) | (38.162) | (149.060) |

Controladora

| | 01/04/2024 a 30/06/2024 | | | 01/04/2023 a 30/06/2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custos e despesas por natureza** | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e adminis-trativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e adminis-trativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | **(12.185)** | **(11.343)** | **(23.528)** | (13.533) | (8.694) | (22.227) |
| Materiais de produção e consumo | **(10.185)** | **(257)** | **(10.442)** | (5.691) | - | (5.691) |
| Depreciação e amortização | **(9.002)** | **(7.593)** | **(16.595)** | (25.073) | 3.105 | (21.968) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(1.194)** | **-** | **(1.194)** | (667) | - | (667) |
| Serviços de terceiros | **(4.318)** | **(3.832)** | **(8.150)** | (6.833) | (6.142) | (12.975) |
| Aluguéis | **(909)** | **(282)** | **(1.191)** | (1.717) | (580) | (2.297) |
| Energia | **(948)** | **(34)** | **(982)** | (543) | (15) | (558) |
| Combustíveis | **(2.998)** | **-** | **(2.998)** | (2.483) | (23) | (2.506) |
| Fretes | **(64)** | **(1)** | **(65)** | (311) | (1) | (312) |
| Baixa de clientes | **-** | **-** | **-** | (425) | - | (425) |
| Contingências | **-** | **2.008** | **2.008** | - | 5.362 | 5.362 |
| Outros | **(2.269)** | **(3.029)** | **(5.298)** | (1.830) | (6.207) | (8.037) |
| Total | **(44.072)** | **(24.363)** | **(68.435)** | (59.106) | (13.195) | (72.301) |

Consolidado

| | 30/06/2024 | | | 30/06/2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custos e despesas por natureza** | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e adminis-trativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e adminis-trativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | **(59.246)** | **(26.120)** | **(85.366)** | (59.839) | (21.093) | (80.932) |
| Materiais de produção e consumo | **(44.570)** | **(1.133)** | **(45.703)** | (38.343) | - | (38.343) |
| Depreciação e amortização | **(46.170)** | **(15.570)** | **(61.740)** | (83.295) | (9.412) | (92.707) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(1.634)** | **-** | **(1.634)** | (5.470) | - | (5.470) |
| Serviços de terceiros | **(21.756)** | **(12.239)** | **(33.995)** | (31.180) | (12.227) | (43.407) |
| Aluguéis | **(1.235)** | **(401)** | **(1.636)** | (6.539) | (2.047) | (8.586) |
| Outorgas | **(5.387)** | **-** | **(5.387)** | (4.067) | (886) | (4.953) |
| Energia | **(9.455)** | **(85)** | **(9.540)** | (5.080) | (103) | (5.183) |
| Combustíveis | **(15.857)** | **-** | **(15.857)** | (16.703) | (908) | (17.611) |
| Fretes | **(552)** | **(4)** | **(556)** | (3.932) | (80) | (4.012) |
| Baixa de clientes | - | - | **-** | (1.050) | - | (1.050) |
| Contingências | **-** | **3.080** | **3.080** | - | 5.463 | 5.463 |
| Outros (*) | **(12.430)** | **(9.885)** | **(22.315)** | (12.440) | (9.753) | (22.193) |
| Total | **(218.292)** | **(62.357)** | **(280.649)** | (267.938) | (51.046) | (318.984) |

Consolidado

| | 01/04/2024 a 30/06/2024 | | | 01/04/2023 a 30/06/2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custos e despesas por natureza** | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e adminis-trativas | Total | Custo dos serviços prestados | Despesas gerais e adminis-trativas | Total |
| Pessoal (salários e ordenados) | **(30.360)** | **(14.127)** | **(44.487)** | (29.488) | (12.011) | (41.499) |
| Materiais de produção e consumo | **(22.027)** | **(552)** | **(22.579)** | (16.213) | - | (16.213) |
| Depreciação e amortização | **(23.327)** | **(7.588)** | **(30.915)** | (34.221) | (434) | (34.655) |
| Provisão para fechamento de aterro | **(2.191)** | **-** | **(2.191)** | (5.470) | - | (5.470) |
| Serviços de terceiros | **(9.901)** | **(6.718)** | **(16.619)** | (17.132) | (5.596) | (22.728) |
| Aluguéis | **(1.821)** | **(378)** | **(2.199)** | (3.161) | (1.208) | (4.369) |
| Outorgas | **(2.695)** | **-** | **(2.695)** | (1.874) | (507) | (2.381) |
| Energia | **(7.094)** | **(49)** | **(7.143)** | (2.626) | (65) | (2.691) |
| Combustíveis | **(8.099)** | **-** | **(8.099)** | (6.709) | (857) | (7.566) |
| Fretes | **(124)** | **(4)** | **(128)** | (3.307) | (72) | (3.379) |
| Baixa de clientes | **-** | **-** | **-** | (1.050) | - | (1.050) |
| Contingências | **-** | **2.013** | **2.013** | - | 4.744 | 4.744 |
| Outros * | **(5.828)** | **(2.150)** | **(7.978)** | (4.906) | (3.837) | (8.743) |
| Total | **(113.467)** | **(29.553)** | **(143.020)** | (126.157) | (19.843) | (146.000) |

(*) Nesta rubrica estão registrados principalmente gastos relacionados a novos negócios e ativos recém adquiridos (viagens, reuniões, etc), manutenção de máquinas e equipamentos por conformidade contratual, dentre outros.

**24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | 30/06/2024 | 30/06/2023 | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
| Ajuste a valor presente | **-** | 132 | **1.773** | 132 |
| Variação cambial ativa | **1.287** | - | **3.727** | - |
| Rendimentos de aplicações financeiras | **9.654** | 382 | **11.804** | 653 |
| Rendimentos de títulos e valores mobiliários | **35.986** | 34.347 | **39.098** | 34.347 |
| Descontos financeiros obtidos | **4** | 99 | **21** | 104 |
| Outras receitas financeiras | **827** | 2.862 | **827** | 3.717 |
| Impostos incidentes sobre receitas financeiras | **(2.288)** | (2.070) | **(4.375)** | (2.137) |
| Total | **45.470** | 35.752 | **52.875** | 36.816 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Variação cambial passiva | **-** | (904) | **(1.785)** | (3.148) |
| Juros de empréstimos e financiamentos | **(74.261)** | (74.538) | **(78.351)** | (78.700) |
| Ajuste a valor presente | **(4.840)** | (4.466) | **(5.883)** | (5.531) |
| Multa e juros | **(1.360)** | (1.033) | **(4.190)** | (2.341) |
| Desconto concedido | **-** | (9) | **(494)** | (921) |
| Outas despesas financeiras | **(1.005)** | (1.131) | **(5.809)** | (3.500) |
| Total | **(81.466)** | (82.081) | **(96.512)** | (94.141) |
| Resultado financeiro, líquido | **(35.996)** | (46.329) | **(43.637)** | (57.325) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | 01/04/2024 a 30/06/2024 | 01/04/2023 a 30/06/2023 | 01/04/2024 a 30/06/2024 | 01/04/2023 a 30/06/2023 |
| Ajuste a valor presente | **(233)** | 60 | **1.540** | 60 |
| Variação cambial ativa | **951** | - | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | **4.497** | 327 | **6.398** | 455 |
| Rendimentos de títulos e valores mobiliários | **19.464** | 17.219 | **21.904** | 17.168 |
| Descontos financeiros obtidos | **3** | 97 | **4** | 63 |
| Outras receitas financeiras | **136** | 2.851 | **1.993** | 2.747 |
| Impostos incidentes sobre receitas financeiras | **(1.099)** | (1.369) | **(1.851)** | 142 |
| Total | **23.719** | 19.185 | **29.988** | 20.635 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Variação cambial passiva | **-** | (607) | **(1.785)** | (1.760) |
| Juros de empréstimos e financiamentos | **(36.684)** | (34.759) | **(39.981)** | (36.305) |
| Ajuste a valor presente | **(2.848)** | (4.445) | **(3.422)** | (5.510) |
| Multa e juros | **(605)** | (542) | **(1.950)** | (1.126) |
| Desconto concedido | **(10)** | (20) | **(397)** | (260) |
| Outas despesas financeiras | **(615)** | 1.308 | **(3.506)** | 1.015 |
| Total | **(40.762)** | (39.065) | **(51.041)** | (43.946) |
| Resultado financeiro, líquido | **(17.043)** | (19.880) | **(21.053)** | (23.311) |

**25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

Consolidado – 30/06/2024

| | Tratamento e destinação final | Energia, biogás e crédito de carbono | Beneficiamento de resíduos/ WTE | Engenharia Ambiental | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | **305.173** | **30.333** | **21.493** | **12.340** | **369.339** |
| Custo dos serviços prestados | **(128.232)** | **(6.817)** | **(22.618)** | **(12.821)** | **(170.488)** |
| Lucro bruto antes da depreciação | **176.941** | **23.516** | **(1.125)** | **(481)** | **198.851** |
| Custos de depreciação | | | | | **(47.804)** |
| Lucro bruto | | | | | **151.047** |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | | **(62.357)** |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | | | | **9.627** |
| Lucro antes do resultado financeiro equivalência patrimonial | | | | | **98.317** |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | | | | | **52.875** |
| Despesas financeiras | | | | | **(96.512)** |
| Resultado financeiro, líquido | | | | | **(43.637)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | | **6.803** |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | | **61.483** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Corrente | | | | | **(16.600)** |
| Diferido | | | | | **988** |
| Lucro líquido do período | | | | | **45.871** |

Consolidado – 30/06/2023

| | Tratamento e destinação final | Energia, biogás e crédito de carbono | Beneficiamento de resíduos/ WTE | Engenharia Ambiental | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 260.426 | 23.533 | 25.944 | 18.020 | 327.923 |
| Custo dos serviços prestados | (121.241) | (7.023) | (33.681) | (17.228) | (179.173) |
| Lucro bruto antes da depreciação | 139.185 | 16.510 | (7.737) | 792 | 148.750 |
| Custos de depreciação | | | | | (88.765) |
| Lucro bruto | | | | | 59.985 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | | | | | (51.046) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | | | | 971 |
| Lucro antes do resultado financeiro equivalência patrimonial | | | | | 9.910 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | | | | | 36.816 |
| Despesas financeiras | | | | | (94.141) |
| Resultado financeiro, líquido | | | | | (57.325) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | | 6.036 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | | (41.379) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Corrente | | | | | (15.078) |
| Diferido | | | | | 1.168 |
| Prejuízo do período | | | | | (55.289) |

**26. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)**

Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono: A Companhia através de suas controladas diretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. Fornecimento de Biogás: Investidas diretas - CTRNI e CTRA: A Companhia através de suas controladas diretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. OMA - Biometano Verde Paulínia: A companhia possui compromisso de fornecedor biogás para a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m3 podendo alcançar até 300.000 m3. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 $Nm^3/h$ e 30.000 $Nm^3/h$ a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. • Contrato de take or pay - Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos, etc). • Contrato de take or pay - Biometano: Compass compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. Opção para aquisição de participação societária: Por meio do contrato de Opção de Compra e Cessão de Direitos Sobre Quotas, a Companhia, possui opção de compra da participação societária remanescente do Consórcio Pernambuco Asja Foxx. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção.

**27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

30/06/2024

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros | Categoria | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor Justo |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | **138.984** | **138.984** | **270.140** | **270.140** |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio do resultado | **-** | **-** | **4.983** | **4.983** |
| Títulos e valores mobiliários - Debêntures | Valor justo por meio do resultado | **522.622** | **522.622** | **522.622** | **522.622** |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | **95.172** | **95.172** | **277.993** | **277.993** |
| Contas a receber de partes relacionadas | Custo amortizado | **181.830** | **181.830** | **135.476** | **135.476** |
| Depósitos judiciais e cauções | Custo amortizado | **796** | **796** | **802** | **802** |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | **19.599** | **19.599** | **52.166** | **52.166** |
| Empréstimos e financiamentos | Valor justo por meio do resultado | **1.099.537** | **1.099.537** | **1.275.870** | **1.275.870** |
| Arrendamentos | Custo amortizado | **28.267** | **28.267** | **50.908** | **50.908** |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado | **652.409** | **652.409** | **398.127** | **398.127** |
| Outorgas a pagar | Custo amortizado | **101** | **101** | **11.818** | **11.818** |
| Adiantamento de clientes | Custo amortizado | **1.010** | **1.010** | **3.770** | **3.770** |

31/12/2023

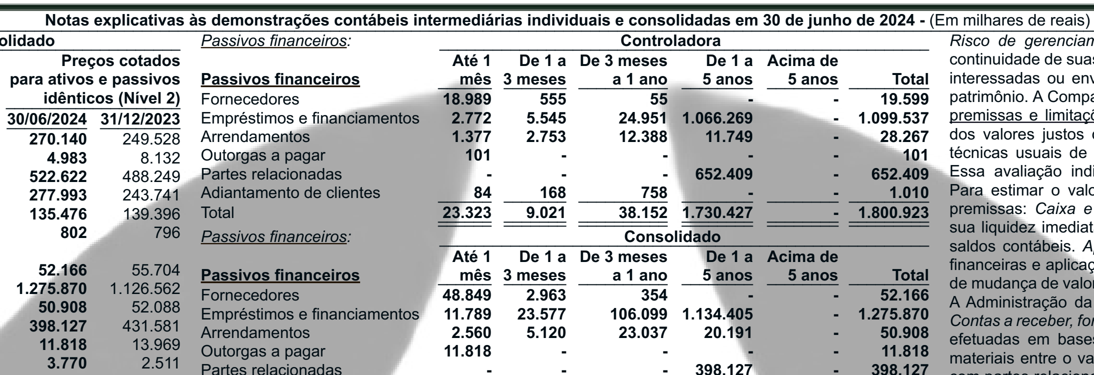
| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros | Categoria | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor Justo |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 216.861 | 216.861 | 249.528 | 249.528 |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio do resultado | 30 | 30 | 8.132 | 8.132 |
| Títulos e valores mobiliários Debêntures | Valor justo por meio do resultado | 488.249 | 488.249 | 488.249 | 488.249 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 81.622 | 81.622 | 243.741 | 243.741 |
| Contas a receber de partes relacionadas | Custo amortizado | 183.756 | 183.756 | 139.396 | 139.396 |
| Depósitos judiciais e cauções | Custo amortizado | 796 | 796 | 783 | 783 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 25.794 | 25.794 | 55.704 | 55.704 |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | 1.091.998 | 1.091.998 | 1.126.562 | 1.126.562 |
| Arrendamentos | Custo amortizado | 33.221 | 33.221 | 52.088 | 52.088 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado | 651.414 | 651.414 | 431.581 | 431.581 |
| Outorgas a pagar | Custo amortizado | 101 | 101 | 13.969 | 13.969 |
| Adiantamento de clientes | Custo amortizado | 1.435 | 1.435 | 2.511 | 2.511 |

A controlada CTRNII possui contrato de *swap* para cobertura cambial da operação de crédito junto ao Banco Safra, conforme contrato firmado em junho de 2024. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) Hierarquia do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/ IFRS 9 estabelece uma hierarquia de seis níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos seis níveis dessa hierarquia: *Nível 1* - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1. *Nível 2* - os *inputs* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 30 de junho de 2024 são todos classificados como Nível 2. *Nível 3* - os *inputs* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 30 de junho de 2024 a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Controladora

| | | Valor contábil | | Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2) | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros | Hierarquia do valor justo | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| Caixa e equivalentes de caixa | Nível 2 | **138.984** | 216.861 | **138.984** | 216.861 |
| Títulos e valores mobiliários | Nível 2 | **-** | 30 | **-** | 30 |
| Títulos e valores mobiliários Debêntures | Nível 2 | **522.622** | 488.249 | **522.622** | 488.249 |
| Contas a receber de clientes | | **95.172** | 40.956 | **95.172** | 40.956 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | **181.830** | 183.756 | **181.830** | 183.756 |
| Depósitos judiciais e cauções | | **796** | 796 | **796** | 796 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | | **19.599** | 25.794 | **19.599** | 25.794 |
| Empréstimos e financiamentos | Nível 2 | **1.099.537** | 1.091.998 | **1.099.537** | 1.091.998 |
| Arrendamentos | | **28.267** | 33.221 | **28.267** | 33.221 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | | **652.409** | 651.414 | **652.409** | 651.414 |
| Outorgas a pagar | | **101** | 101 | **101** | 101 |
| Adiantamento de clientes | | **1.010** | 1.435 | **1.010** | 1.435 |

continua...



# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2024 - (Em milhares de reais)**

| Consolidado | Hierarquia do valor justo | Valor contábil 30/06/2024 | Valor contábil 31/12/2023 | Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2) 30/06/2024 | Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2) 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Nível 2 | 270.140 | 249.528 | 270.140 | 249.528 |
| Títulos e valores mobiliários | Nível 2 | 4.983 | 8.132 | 4.983 | 8.132 |
| Títulos e valores mobiliários - Debêntures | Nível 2 | 522.622 | 488.249 | 522.622 | 488.249 |
| Contas a receber de clientes | | 277.993 | 243.741 | 277.993 | 243.741 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 135.476 | 139.396 | 135.476 | 139.396 |
| Depósitos judiciais e cauções | | 802 | 796 | 802 | 796 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | | 52.166 | 55.704 | 52.166 | 55.704 |
| Empréstimos e financiamentos | Nível 2 | 1.275.870 | 1.126.562 | 1.275.870 | 1.126.562 |
| Arrendamentos | | 50.908 | 52.088 | 50.908 | 52.088 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | | 398.127 | 431.581 | 398.127 | 431.581 |
| Outorgas a pagar | | 11.818 | 13.969 | 11.818 | 13.969 |
| Adiantamento de clientes | | 3.770 | 2.511 | 3.770 | 2.511 |

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: *Risco de liquidez:* O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortaleceram a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma financeiro e recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

*Ativos financeiros:*

| Controladora – Ativos financeiros | Sem vencimento | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 138.984 | - | - | - | - | 138.984 |
| Contas a receber de clientes | - | 87.931 | 6.025 | 1.216 | - | 95.172 |
| Partes relacionadas | - | - | - | - | 181.830 | 181.830 |
| Debêntures | - | - | - | 58.499 | 464.123 | 522.622 |
| Total | 138.984 | 87.931 | 6.025 | 59.715 | 645.953 | 938.608 |

| Consolidado – Ativos financeiros | Sem vencimento | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 270.140 | - | - | - | - | 270.140 |
| Títulos e valores mobiliários | 4.983 | - | - | - | - | 4.983 |
| Contas a receber de clientes | - | 226.547 | 31.209 | 4.205 | 16.032 | 277.993 |
| Partes relacionadas | - | - | - | - | 135.476 | 135.476 |
| Debêntures | - | - | - | 58.499 | 464.123 | 522.622 |
| Total | 275.123 | 226.547 | 31.209 | 62.704 | 615.631 | 1.211.214 |

*Passivos financeiros:*

| Controladora – Passivos financeiros | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 18.989 | 555 | 55 | - | - | 19.599 |
| Empréstimos e financiamentos | 2.772 | 5.545 | 24.951 | 1.066.269 | - | 1.099.537 |
| Arrendamentos | 1.377 | 2.753 | 12.388 | 11.749 | - | 28.267 |
| Outorgas a pagar | 101 | - | - | - | - | 101 |
| Partes relacionadas | - | - | - | 652.409 | - | 652.409 |
| Adiantamento de clientes | 84 | 168 | 758 | - | - | 1.010 |
| Total | 23.323 | 9.021 | 38.152 | 1.730.427 | - | 1.800.923 |

| Consolidado – Passivos financeiros | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 48.849 | 2.963 | 354 | - | - | 52.166 |
| Empréstimos e financiamentos | 11.789 | 23.577 | 106.099 | 1.134.405 | - | 1.275.870 |
| Arrendamentos | 2.560 | 5.120 | 23.037 | 20.191 | - | 50.908 |
| Outorgas a pagar | 11.818 | - | - | - | - | 11.818 |
| Partes relacionadas | - | - | - | 398.127 | - | 398.127 |
| Adiantamento de clientes | 314 | 628 | 2.828 | - | - | 3.770 |
| Total | 75.330 | 32.288 | 132.318 | 1.552.723 | - | 1.792.659 |

*Risco de crédito:* O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$156.070 e R$154.960, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). *Risco de preços:* Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. *Risco de taxa de juros:* Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. *Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:* A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

| Ativos (Consolidado) – Operação | Saldo 30/06/2024 | Cenário provável | Cenário I Δ 25% | Cenário II Δ 50% |
|---|---|---|---|---|
| *Taxa efetiva anual do CDI - trimestre findo em 30/06/2024(*)* | 5,22% | | | |
| Aplicações financeiras e Debêntures (Nota 4 e 10) | 461.737 | 485.824 | 497.867 | 509.911 |
| *Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2024* | | 10,43% | 13,04% | 15,65% |
| Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício a findar-se em 31/12/2024 | | 24.087 | 36.130 | 48.174 |

| Passivos (Consolidado) – Operação | Saldo 30/06/2024 | Cenário provável | Cenário I Δ 25% | Cenário II Δ 50% |
|---|---|---|---|---|
| *Taxa efetiva anual do CDI - trimestre findo em 30/06/2024(*)* | 5,22% | | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 13) | 1.275.870 | 1.342.427 | 1.375.705 | 1.408.983 |
| *Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2024(*)* | | 10,43% | 13,04% | 15,65% |
| Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício a findar-se em 31/12/2024 | | 66.557 | 99.835 | 133.113 |

(*)Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

*Risco de gerenciamento de capital:* A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2024 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Empréstimos e financiamentos:* A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. *Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:* Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. *Partes relacionadas:* Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

**28. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)**

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de junho de 2024, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se a coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

**29. EVENTOS SUBSEQUENTES (CONSOLIDADO)**

Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano: Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato") entre a Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("BioE") e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge", e, em conjunto com a BioE, "Partes"). Nos termos do Contrato, a BioE, diretamente ou através de subsidiária integral, disponibiliza e venda biometano à Edge pelo prazo de 10 anos com início de fornecimento previsto para o segundo semestre de 2026, com um volume médio estimado de, no mínimo, 25 mil m³/dia de biometano. Em relação aos aspectos comerciais, o Contrato tem preço fixo, corrigido pela inflação, e remuneração variável atrelada a métricas específicas estabelecidas nos documentos do contrato. Conclusão do registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque de Jaboatão dos Guararapes (PE): Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Aquisição Oeste Ambiental: Em 12 de agosto de 2024, foi realizada, pela OMA, a aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) da Oeste Ambiental Ltda. ("Transação"), empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Rodolfo Fernandes, estado do Rio Grande do Norte ("Aterro Sanitário"). O Aterro Sanitário está em fase inicial de operação e é a única solução de destinação final adequada de resíduos da região, com geração potencial de 600 toneladas diárias de resíduos sólidos urbanos e que possui vida útil estimada de mais de vinte anos. Pela aquisição, a OMA desembolsará, entre parcela primária e secundária, o montante total de até R$ 10,2 milhões, sendo parte desse montante condicionado ao cumprimento de métricas de earnout pelo Vendedor conforme definido nos documentos da transação. A Transação fortalece o posicionamento da Companhia, com presença agora em 12 estados brasileiros, com sinergias geográficas com os demais projetos da OrizonVR na região Nordeste, e ratifica sua estratégia de crescimento quanto à ampliação de volume de resíduos sob sua gestão, permitindo ainda a implantação de atividades de valorização, tais como a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outros. Adicionalmente a aquisição do Aterro Sanitário, a Companhia firmou, na mesma data, opção de compra de 51% (cinquenta e um por cento) de outro aterro sanitário localizado na região Nordeste, em fase inicial de licenciamento de um aterro sanitário com potencial de 800 a 1.200 toneladas diárias de resíduos, o que, no futuro, poderá ser mais um projeto da Companhia. Conclusão da aquisição do Ecoparque Juazeiro do Norte: Em 13 de agosto de 2024, a Companhia divulgou que as condições pré-definidas para conclusão da transação foram cumpridas e, por meio da Orizon Holding Ceará Ltda. ("Orizon Ceará"), subsidiária integral da OMA, foi concluída a aquisição do controle do Ecoparque Juazeiro do Norte S.A. ("Ecoparque Juazeiro" e "Transação", respectivamente). Em um primeiro momento, a Orizon Ceará deterá 60% do Ecoparque Juazeiro, sendo que, caso haja o cumprimento de métricas de earn-out pelo vendedor, tal percentual será reduzido para 51% e desembolsado um complemento de preço. O valor total da aquisição está limitado a R$ 16,3 milhões, conforme anteriormente divulgado. A Transação inclui ainda uma opção de compra da participação restante em condições pré-definidas.

**Leonardo Roberto Pereira dos Santos** - Diretor - CPF 218.498.438-80
**Jessé Gonçalves de Lima Andrade** - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

**Relatório sobre a revisão de informações trimestrais**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**Orizon Meio Ambiente S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

**Introdução:** Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias:** A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.



**ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP015199/F

**Glaucio Dutra Silva**
Contador CRC-RJ090174/O

---

# OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 463ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22C1235206) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 463ª Série da 1ª Emissão – (IF 22C1235206), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

# OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 355ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0137139) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 355ª Série da 1ª Emissão - (IF 21F0137139), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

# OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 358ª E 359ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0968384 / 21F0968392) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão - (IF 21F0968384 / 21F0968392), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação" **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---



MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**
**ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS**

## AVISO DE LICITAÇÃO

**Leilão Eletrônico 0800100/000003/2024**

**MERCADORIAS:** Eletrônicos, informática, peças diversas, veículos e outros.
**RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS**: do dia 19/09/2024 às 8h até o dia 23/09/2024 às 21h.
**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 24/09/2024 às 9h.
**LOCAL:** https://www.gov.br/receitafederal - e-CAC - opção "Sistema de Leilão Eletrônico".
**EDITAL E INFORMAÇÕES:** Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos - Rodovia Santos Dumont, s/nº, km 66, Campinas/SP; no sítio: www.gov.br/receitafederal; ou pelo e-mail leilao.rf08@rfb.gov.br.

**Rodrigo Despontin**
**Agente de Contratação**



---

**SE NARANDIBA S.A.**
**CNPJ Nº 10.337.920/0001-53 - NIRE Nº 33.300.288.163**
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
**REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2024**

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Em 05 de agosto de 2024, às 11:45 horas, na sede da companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, 1º andar, parte ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada, conforme faculta o artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelos Srs. Fabiano Uchoas Ribeiro e Rozilene Marques Garcia, respectivamente. **4. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar a: **(i)** Distribuição de dividendos intermediários. **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisar e discutir os assuntos da ordem do dia, a acionista única **Neoenergia Transmissão S.A.** resolveu, sem quaisquer restrições: **(i) APROVAR**, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. **6. ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, sendo encerrada a Assembleia de Acionistas, da qual se lavrou esta ata em formato de sumário que foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS:** Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro; Secretário: Rozilene Marques Garcia; Acionista: Neoenergia Transmissão S.A. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2024. Fabiano Uchoas - Presidente, Rozilene Marques Garcia - Secretária. **Neoenergia Transmissão S.A.** Fabiano Uchoas Ribeiro - Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas. Certifico o arquivamento em 15/08/2024 sob o nº 6398152. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

---



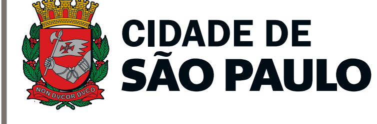

## COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90002/2024,** referente ao processo nº **024.00060800/2024-88**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SISTEMAS 2 PEÇAS, DE USO AMBULATORIAL E HOSPITALAR** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 30/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 20/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

---




**SUBPREFEITURA GUAIANASES**

## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência Presencial **n° 90013/SUB-G/2024 -** Processo SEI **nº 6038.2024/0002122-9**

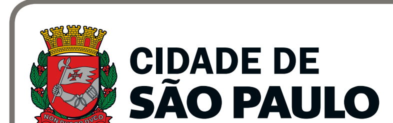
OBJETO: **Construção de Pinguela na Rua Eugênio Radiante x Av. Sansão Castelo Branco -** Data/hora da sessão pública: **25/09/2024 às 10:00h -** O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário da 09:00 às 16:00 horas, até o último dia útil que anteceder a abertura, gratuitamente, na Rua Hipólito de Camargo, 479 - Vila Lourdes - Guaianases - São Paulo - SP, CEP 08410-030 ou as informações podem ser baixadas pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br (UASG 925074) ou clicando no link a seguir: SEI 108896159 (edital e termo de referência) ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio.

Informações adicionais: Telefone (11) 2392-1090 ou 2392-1045 e/ou e-mail subglicitacao@smsub.prefeitura.sp.gov.br .

---

**NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**
CNPJ 27.847.973/0001-17 - NIRE 3330032367-8
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
**REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2024**

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL**: No dia 05 de agosto de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia do Flamengo, 78, Sala 101, CEP: 22210-030. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada, conforme faculta o artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelos Sr. Fabiano Uchoas Ribeiro e Rozilene Marques Garcia, respectivamente. **4. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar a: **(i)** Distribuição de dividendos intermediários. **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisar e discutir os assuntos da ordem do dia, a acionista única **Neoenergia Transmissão S.A.** resolveu, sem quaisquer restrições: **(i) APROVAR**, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 3.149.000,00 (três milhões, cento e quarenta e nove mil reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. **6. ENCERRAMENTO**: Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, sendo encerrada a Assembleia de Acionistas, da qual se lavrou esta ata em formato de sumário que foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS**: Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro; Secretário: Rozilene Marques Garcia; Acionista: Neoenergia Transmissão S.A. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2024. Fabiano Uchoas Ribeiro - Presidente; Rozilene Marques Garcia - Secretário; **Neoenergia Transmissão S.A.** - Fabiano Uchoas Ribeiro - Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas. JUCERJA. Certifico o arquivamento em 15/08/2024 sob o nº 00006399563. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.




# IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Realizada em 07 de agosto de 2024, às 11:10h, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*MS Teams*"), conforme autoriza o §7º do art. 8º do Estatuto Social da **IGUÁ SANEAMENTO S.A**. ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença**: Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§ 6º e 7º do Estatuto Social, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa**: Presidente: Paulo Todescan Lessa Mattos; Secretária: Thaís da Rosa Mallmann. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** A autorização para a celebração, na qualidade de acionista fiadora, (i) do "*Contrato de Financiamento e Repasse no Âmbito do Programa Saneamento Para Todos – Mutuários Privados/FGTS, Modalidade Esgotamento Sanitário*" ("Contrato de Repasse – Esgotamento Sanitário"), por meio do qual o Banco BTG Pactual S.A. ("Agente Financeiro") concederá à Iguá Rio de Janeiro S.A ("Tomadora") um financiamento no valor total de R$ 514.759.828,97 (quinhentos e quatorze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais e noventa e sete centamos), correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Investimento (a ser definido no Contrato de Repasse – Esgotamento Sanitário), na forma do QCI (a ser definido no Contrato de Repasse – Esgotamento Sanitário), lastreado em recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e repassados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente responsável pelo controle e acompanhamento da execução orçamentária dos programas de aplicação dos recursos do FGTS ("Agente Operador"), ao Agente Financeiro, nas condições estabelecidas no âmbito do Programa Saneamento Para Todos; e (ii) do "*Contrato de Financiamento e Repasse no Âmbito do Programa Saneamento Para Todos – Mutuários Privados/FGTS, Modalidade Abastecimento de Água*" ("Contrato de Repasse – Abastecimento de Água" e, em conjunto com Contrato de Repasse – Esgotamento Sanitário, os "Contratos de Repasse") por meio do qual o Agente Financeiro concederá à Tomadora um financiamento no valor total de R$ 505.217.981,63 (quinhentos e cinco milhões duzentos e dezessete mil novecentos e oitenta e um reais de sessenta e três centavos), correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Investimento (a ser definido no Contrato de Repasse – Abastecimento de Água), na forma do QCI (a ser definido no Contrato de Repasse – Abastecimento de Água), lastreado em recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e repassados pelo Agente Operador, ao Agente Financeiro, nas condições estabelecidas no âmbito do Programa Saneamento Para Todos; **(2)** A autorização para, em garantia do pagamento fiel, pontual e integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, assumidos pela Tomadora nos Contratos de Repasse, incluindo, sem limitação, obrigação de pagar as parcelas de principal e acessórios, como encargos (juros, inclusive moratórios, remuneração do Agente Financeiro e taxa de risco de crédito), multas convencionais e demais despesas devidas pela Tomadora, nos termos dos Contratos de Repasse, bem como, quando houver e desde que comprovados, verbas indenizatórias, despesas judiciais, arbitrais e extrajudiciais, gastos incorridos com a excussão das Garantias (conforme definido nos Contratos de Repasse), gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais, arbitrais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Financeiro ("Obrigações Garantidas"), outorga de (i) garantia fidejussória pela Companhia, até o *Completion do Projeto* (conforme definido nos Contratos de Repasse), na qualidade de principal pagadora e solidariamente responsável, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil ("Fiança"), renunciando, expressamente, a todo e qualquer benefício de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e 130 e 794 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"); e (ii) garantia real, pela Companhia, sob a forma da alienação fiduciária (a) da totalidade das ações que compõem o capital social da Tomadora detidas pela Companhia, que, nesta data, representam 100% (cem por cento) do capital social da Tomadora (incluindo, sem limitação, ações ordinárias, ações preferenciais ou de qualquer classe), presentes e futuras, de titularidade da Tomadora e/ou que venham a ser detidas, recebidas, conferidas, subscritas e/ou adquiridas pela Companhia e/ou por novos acionistas da Tomadora e/ou que, sob qualquer forma, venham a ser emitidas pela Tomadora, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, incluindo eventuais ações decorrentes de desmembramentos ou grupamentos das ações, consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária, aumento de capital ou, sob qualquer outra forma, quer substituam as ações originalmente alienadas fiduciariamente aos Debenturistas ("Ações"); (b) de todos os direitos e/ou ativos econômicos, patrimoniais e/ou políticos inerentes e oriundos às Ações e às Ações Adicionais (conforme definido abaixo), a qualquer título, existentes ou futuros, inclusive os frutos, rendimentos, preferências e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, incluindo, mas não se limitando, aos dividendos, juros sobre o capital próprio, resgate de ações, bonificações em geral e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Tomadora ("Direitos Econômicos Relacionados às Ações" e "Direitos Econômicos Relacionados às Ações Adicionais", respectivamente; sendo os Direitos Econômicos Relacionados às Ações e os Direitos Econômicos Relacionados às Ações Adicionais quando referido em conjunto com as Ações e as Ações Adicionais, as "Ações Alienadas Fiduciariamente"); (c) todas as ações que porventura, a partir desta data, venham a ser emitidas pela Tomadora e detidas pela Companhia ou seus eventuais sucessores legais por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações, conversão de debêntures de emissão da Tomadora, bem como todas as ações, valores mobiliários e demais direitos (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários) que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Tomadora ("Ações Adicionais"); e (d) quaisquer direitos de subscrição relacionados às Ações, direitos conversíveis em Ações ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relacionados às Ações, assim como quaisquer ações ordinárias ou preferenciais que a Companhia venha a deter no futuro no capital social da Tomadora, de acordo com os artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações ou de qualquer outra forma, os quais estarão, em qualquer caso, automaticamente sujeitos à alienação fiduciária, em regime de compartilhamento com os titulares das Debêntures (conforme definido nos Contratos de Repasse), representados pelo Agente Fiduciário das Debêntures (conforme definido nos Contratos de Repasse), mediante celebração de termo de adesão ao Contrato de Compartilhamento (conforme definido nos Contratos de Repasse), por meio da celebração do "*3º Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*" ("3º Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); **(3)** A assunção, pela Companhia, de determinadas obrigações de aporte de capital na Tomadora, observadas as hipóteses, condições, limitações e forma previstas no "*Contrato de Suporte de Acionistas e Outras Avenças*" a ser celebrado entre a Companhia, a Tomadora e o Agente Financeiro ("Contrato de Suporte" e "Aporte de Capital na Tomadora", respectivamente, e o Contrato de Suporte, em conjunto com o 3º Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia"); **(4)** A autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aqui consubstanciadas, incluindo a celebração de todos e quaisquer documentos necessários e/ou relacionados à celebração dos Contratos de Repasse, incluindo, mas sem limitação (i) os Contratos de Repasse e todos os documentos neles consubstanciados; (ii) os Contratos de Garantia, bem como as procurações necessárias para eventual excussão de referidas garantias, conforme modelos ali previstos; e (iii) os eventuais aditamentos a referidos instrumentos e documentos correlatos; e **(5)** A ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação aos Contratos de Repasse, aos Contratos de Garantia e às demais matérias indicadas nesta ordem do dia. **V. Discussões e Deliberações**: O conselho de administração discutiu e deliberou o que segue: **(1)** Autorizar a celebração dos Contratos de Repasse, nas condições estabelecidas no âmbito do Programa Saneamento Para Todos. **(2)** Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, da (i) Fiança, até o Completion do Projeto (conforme definido nos Contratos de Repasse); e (ii) da Alienação Fiduciária de Ações; **(3)** Aprovar a assunção pela Companhia da obrigação de Aporte de Capital na Tomadora e celebração do Contrato de Suporte; **(4)** Aprovar a autorização para que a diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à efetivação das deliberações aqui consubstanciadas, incluindo a celebração de todos e quaisquer documentos necessários à celebração dos Contratos de Repasse, incluindo, mas sem limitação (i) os Contratos de Repasse e todos os documentos neles consubstanciados; (ii) os Contratos de Garantia e as procurações a eles relacionados; e (iii) os eventuais aditamentos a referidos instrumentos e documentos correlatos. **(5)** Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação aos Contratos de Repasse, aos Contratos de Garantia e às demais deliberações aqui consubstanciadas. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada eletronicamente pelos presentes. O Presidente e o Secretário da mesa declararam, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Reunião do Conselho de Administração. **Mesa:** Paulo Todescan Lessa Mattos - Presidente; Thaís da Rosa Mallmann - Secretária. **Conselheiros presentes:** Paulo Todescan Lessa Mattos, Martin Sebastian Berardi, Vanessa Cristina Resende Vianna, Gustavo Nickel Buffara de Freitas, Jerson Kelman, Maria Silvia Bastos Marques e Cleverson Aroeira da Silva. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 07 de agosto de 2024. **Mesa: Thaís da Rosa Mallmann** - Secretária. JUCESP-Protocolo nº 2.232.158/24-0 em 15/08/2024.

---

# CIDADE DE SÃO PAULO — EDUCAÇÃO

## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **Nº 90036/SME/2024 -** Processo SEI **Nº 6016.2024/0019721-1**

Objeto: **Registro de Preços para a futura aquisição de Produto para prevenir assadura e Toalha umedecida -** Data/hora da sessão pública: **09h30 do dia 30/08/2024.**

O **Edital e seus Anexos** poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através da apresentação de *pen-drive* para gravação na COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 315 - Vila Clementino, ou através da internet pelo site www.comprasnet.gov.br e http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

## CONVITE CONSULTA PÚBLICA

Consulta Pública **Nº 90015/SME/2024 -** Processo Eletrônico **Nº 6016.2024/0055683**

Objeto: **Registro de preços para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte em ônibus de fretamento por viagem, com fornecimento de veículo, condutor e combustível destinado ao transporte de todos os alunos, professores e funcionários da Rede Municipal de Educação e demais Órgãos Participantes.**

A Secretaria Municipal de Educação está realizando a Consulta Pública nº **90015/SME/2024,** em atendimento ao Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022, para colher subsídios que poderão ser utilizados na elaboração do Edital para Registro de Preços para a futura aquisição de shampoo infantil para atendimento aos alunos de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação. Com esta Consulta Pública a Secretaria Municipal de Educação, além de garantir maior transparência a todo o processo, aprofunda a qualidade do mesmo. O Termo de Referência estará disponível para exame e eventuais sugestões até às **16h** do dia **27/08/2024**, no site diariooficial.prefeitura.sp.gov.br, e na SME/COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 112 - Vila Clementino. As eventuais sugestões poderão ser encaminhadas através do e-mail smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br, ou protocoladas no endereço supra, dentro do prazo e horário estipulados.

---

# BANCO OURINVEST S.A. - CNPJ nº 78.632.767/0001-20 - NIRE 35300524179

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23.07.2024**

**Data, hora, local:** 23.07.2024, 10hs, sede social, Avenida Paulista, nº 1728, 3º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: David Assine. Secretário: Daniel Ovadia Assine. **Deliberações aprovadas:** 1. Nos termos da Resolução CVM nº 21, aprovar que o Ouribank, que possui registro como administrador de carteiras de valores mobiliários, requeira perante a CVM a migração do seu registro na categoria Gestor de Recursos para a categoria Administrador Fiduciário. 2. Em razão da deliberação anterior, atribuir ao Diretor Sr. **Daniel Ovadia Assine** a responsabilidade pela administração de carteiras de valores mobiliários e ao Diretor Sr. **Samuel Jorge Esteves Cester** a responsabilidade pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos da Resolução CVM nº 21. 2.1. Adicionalmente, alterar a indicação do Diretor Sr. **Daniel Ovadia Assine**, responsável pela Resolução CMN nº 5.108, da categoria Gestor de Recursos para categoria Administração Fiduciária e transferir as demais responsabilidades do Sr. Daniel para o Diretor Sr. **Charles Assine**, conforme quadro abaixo: **Área ou Assunto:** Operações de Cessão de Créditos, **normativo:** Resolução-CMN 3998/11, **Responsável Anterior:** Daniel Assine, **Novo Responsável** Charles Assine; **Área ou Assunto:** Carteira de Crédito, Financiamento e Investimento, **Normativo:** Resolução-CMN 2212/95, **Responsável Anterior:** Daniel Assine, **Novo Responsável:** Charles Assine; **Área ou Assunto:** Operações Empréstimo e Troca de Títulos, **Normativo:** Resolução-CMN 3197/04, **Responsável Anterior:** Daniel Assine, **Novo Responsável:** Charles Assine; **Área ou Assunto:** Registro de Garantias sobre Veículos Automotores e Imóveis, **NORMATIVO:** Resolução-CMN 4088/12, **Responsável Anterior:** Daniel Assine, **Novo Responsável:** Charles Assine. 3. Atualização e consolidação dos quadros de atribuições dos Diretores por área operacional, bem como o de Diretores responsáveis por área de atuação junto ao BACEN e a CVM, de acordo com a regulamentação vigente, que passam a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo 23.07.2024. David Assine - Presidente - Membro e Daniel Ovadia Assine - Secretário. JUCESP nº 296.227/24-9 em 01.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

---

# CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA BUTANTÃ

## COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo SEI **6031.2024/0000620-5 -** Concorrência Eletrônica **90002/SUB-BT/2024**

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO -** Modo de Disputa: **ABERTO E FECHADO.**

Regime de Execução**: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO -** Data/hora da sessão pública: **às 10:00h -** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS PIEMONTESES, ALT. Nº 240-442 - JD. DO LAGO, BUTANTÃ - SÃO PAULO/SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL**. A participação no presente Pregão dar-se-á através de Sistema Eletrônico, pelo acesso ao site https://www.gov.br/compras - **UASG nº 925066** - nas condições descritas no edital, devendo ser observado o início da sessão em **04/09/2024 às 10:00h**. O Edital e seus Anexos SOMENTE poderão ser adquiridos por meio eletrônico via Internet pelos sites https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ e https://www.gov.br/compras.

---

# CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA DE SÃO MATEUS

## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência eletrônica **Nº 90004/SUB-SM/2024 -** Processo SEI **nº 6054.2024/0001473-4**

Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Reforma de Quadra (mureta de fechamento) na Rua XV de Novembro, Jd. Santo André, conforme especificações constantes do ANEXO I do Edital -** Tipo: **MENOR PREÇO -** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL -** Local: **https://www.gov.br/compras/pt-br** - Data do Início para Envio da Proposta Eletrônica: **a partir da publicação do Edital -** Data/Hora da Abertura da Sessão Pública: **04/09/2024 às 10h00** - Download do edital: www.prefeitura.sp.gov.br, Painel de Negócios.

---

# CIDADE DE SÃO PAULO — EDUCAÇÃO

## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **nº 90010/DRE-IQ/2024 -** Processo **SEI nº 6016.2024/0061188-3**

TIPO: **MENOR PREÇO TOTAL/GLOBAL - Data/hora da sessão pública: 30/08/2024 às 08:00h**

OBJETO: **Aquisição de lençol de papel descartável objetivando atender as necessidades da Diretoria Regional de Itaquera - 2024 -** A sessão pública de processamento de Dispensa Eletrônica será realizada no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br - Retirada do Edital https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/.

---

# CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO

## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo SEI **6057.2024/0003007-8 -** CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **nº 19/SUB-CS/2024**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MELHORIAS EM ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL NA R. CONSTELAÇÃO DA VIRGEM, 177 - JARDIM CAMPINAS E TRAVESSA ALM. ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA, 560 - JARDIM MYRNA - SÃO PAULO - SP -** Empreitada por preço Global - Data/hora da sessão pública: **03/09/2024** às **09h30h.**

Processo SEI **6057.2024/0003079-5 -** CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **nº 21/SUB-CS/2024**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA TRAVESSA DOS MINEIROS, VIELA SANTA MARIA E TRAVESSA MILANO - SÃO PAULO - SP** - Empreitada por preço Global - Data/hora da sessão pública: **06/09/2024** às **09:30h.**

Processo SEI **6057.2024/0003047-7 -** CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **nº 29/SUB-CS/2024**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE COBERTURA E ILUMINAÇÃO DE QUADRA LOCALIZADA NA RUA EZEQUIEL LOPES CARDOSO, 365 - GRAJAÚ - SÃO PAULO - SP** - Empreitada por preço Global - Data/hora da sessão pública: **10/09/2024** às **09:00h -** Documentação/Retirada do Edital: https://www.gov.br/compras/pt-br CÓDIGO UASG: **925068** ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ .

---

# BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF: 02.762.113/0001-50 - NIRE: 35.300.341.813

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2024**

**Data, Hora, Local:** 30.07.2024, às 15h30min, na sede social, Avenida Paulista, 1.374, 15º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. Foram considerados presentes os Conselheiros que participaram por teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a comunicação, nos termos do artigo 17, §3º do Estatuto Social. Foi convidado para a reunião o Sr. Fabio de Oliveira Araújo, representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditores Independentes"). **Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações Aprovadas:** (i) As Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, relativamente ao trimestre encerrado em 30.06.2024 ("Demonstrações Contábeis"); e (ii) Revisão dos Estudos Técnicos de Viabilidade dos Créditos Tributários da Companhia, relativo ao primeiro semestre de 2024 ("Revisão do ECT"). **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.07.2024. Membros do Conselho de Administração: Carlos Eduardo Pereira Guimarães, Diogo Cuffo da Silva e Alex Sander Moreira Gonçalves. Representante dos Auditores Independentes: Fabio de Oliveira Araújo. JUCESP nº 302.832/24-5 em 13.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

---

# NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 28.443.625/0001-47 – NIRE 3530050765-7

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2024**

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** No dia 05 de agosto de 2024, às 10:15 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba, Rodovia BR 230, S/N, KM 299, Zona Rural, CEP 58600-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada, conforme faculta o artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelos Srs. Fabiano Uchoas Ribeiro e Rozilene Marques Garcia, respectivamente. **4. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar a: (i) Distribuição de dividendos intermediários. **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisar e discutir os assuntos da ordem do dia, a acionista única **Neoenergia Transmissão S.A.** resolveu, sem quaisquer restrições: **(i) APROVAR**, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 3.314.000,00 (três milhões, trezentos e quatorze mil reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. **6. ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, sendo encerrada a Assembleia de Acionistas, da qual se lavrou esta ata em formato de sumário que foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS:** Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro; Secretária: Rozilene Marques Garcia; Acionista: Neoenergia Transmissão S.A., por seus Diretores. Santa Luzia, 05 de agosto de 2024. Fabiano Uchoas - Presidente; Rozilene Marques Garcia - Secretária. **Neoenergia Transmissão S.A.;** Fabiano Uchoas Ribeiro; Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas. JUCEP nº 20241009634 em 16/08/2024. Maria de Fatima Ventura Venancio - Secretária Geral.

---

# CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE

## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO: **6018.2024/0055522-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90617/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE SONDA NASOGÁSTRICA Nº 22, Nº 24 E SONDA RETAL Nº 30.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 30 de agosto de 2024,** a cargo da **12ª CPL/SMS.** PROCESSO: **6018.2024/0082357-1 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90598/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: SULFADIAZINA 500MG COMPRIMIDO.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir **das 09h00min, do dia 02 de setembro de 2024,** a cargo da **6ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0079439-3 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90618/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS G6.03 - COMPRIMIDOS.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 30 de agosto de 2024,** a cargo da **9ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0065854-6 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90619/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO ESPUMA EXPANSÍVEL DE POLIURETANO EM AEROSSOL.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 30 de agosto de 2024,** a cargo da **1ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0081302-9 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90616/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO ESCOVA DENTAL ADULTA_ VERNIZ CAVITÁRIO.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 03 de setembro de 2024,** a cargo da **13ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0076422-2 -** DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90576/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MARMITEIRO ELÉTRICO INOX BANHO MARIA, PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ SOARES HUNGRIA, PERTENCENTE À SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.** A abertura/realização da sessão pública da dispensa ocorrerá a partir das **14h00min, do dia 27 de agosto de 2024,** a cargo da **13ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0080037-7 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90620/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 02 de setembro de 2024,** a cargo da **9ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0046268-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90615/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE FIOS CIRÚRGICOS SINTÉTICOS ABSORVÍVEIS E INABSORVÍVEIS.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 29 de agosto de 2024,** a cargo da **5ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0062567-2 -** DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90575/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL, CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DURANTE O PERÍODO DA GARANTIA, POR LEI COMPLEMENTAR PARA O HOSPITAL MUNICIPAL PROF. DR. ALÍPIO CORREA NETO, VINCULADO A ESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **08h00min do dia 22 de agosto de 2024.**

PROCESSO: **6018.2023/0097508-6** - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90577/2024-SMS.G** do tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE DETECTOR FETAL PORTÁTIL E DETECTOR FETAL DE MESA, CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E TESTES DE FUNCIONAMENTO DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, POR EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL PROF. WALDOMIRO DE PAULA E HOSPITAL MUNICIPAL PROF. DR. FERNANDO MAURO PIRES DA ROCHA, VINCULADO A ESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.** A abertura/realização da sessão pública da dispensa ocorrerá a partir das **14h00min, do dia 03 de setembro de 2024,** a cargo da **13ª CPL/SMS.**

---




# COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90109/2024,** referente ao processo nº **024.00122341/2024-33, Objetivando a Contratação de Empresa Especializada em Serviços para Sistema de Controle de Acesso** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 03/09/2024 às 15h00.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 20/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

---

# megaleilões — 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Bebedouro/SP

**EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO** e de intimação do executado e depositário **FERTICITRUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.317.130/0001-20. **O Dr. Neyton Fantoni Júnior**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Bebedouro/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **TRANSAMMONIA INC** em face de **FERTICITRUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA - Processo nº 0005263-50.2007.8.26.0072 – Controle nº 1320/2007,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por [illegible]

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

---






---

# FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: **WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR** — Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais: YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO | INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO | FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

**ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.**

**LEILÃO DE VEÍCULOS - 290 LOTES - DIA: 21/08/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE**

**AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 21/08/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site**

CHASSIS: [illegible]

**SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316**

*Condições de venda e pagamento dos leilões: [illegible]

---

# PECINI LEILÕES

**EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**

DATA: 1º Público Leilão 30/08/2024 às 15h15 | 2º Público Leilão 03/09/2024 às 15h15




**ANGELA PECINI SILVEIRA**, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO MASTER S/A** - CNPJ nº 33.923.798/0001-00, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa na Escritura Pública de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada na cidade de São Paulo/SP, em 27/10/2016, e posterior Cessão de Crédito, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 84, 8º PAVIMENTO DO CONDOMÍNIO HOME BIKERS PAULICEIA**, situado à Rua Genebra, nº 151, 17º Subdistrito – Bela Vista, São Paulo/SP. Áreas: Privativa Total: 28,0069m²; Uso Comum: 13,4378m² (já incluído o direito ao uso de uma vaga indeterminada de bicicletário no andar térreo); Total: 41,4447m²; FIT 0,96154%. Matrícula Imobiliária nº 191.936 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Cadastro Municipal nº 005.023.0453-7. Consolidação da Propriedade em 05/07/2024. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 382.906,31. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 139.179,00. Regras, Condições e Informações:** 1. Cabe ao interessado verificar o imóvel, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; 2. O Arrematante pagará à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência do imóvel arrematado; 3. Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pelo Credor Fiduciário. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; 4. Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões são de responsabilidade exclusiva do Arrematante; 5. **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; 6. Venda **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; 7. As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal **WWW.PECINILEILOES.COM.BR**, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Fiduciante **ALCEU ELIS DA SILVA** – CPF nº 125.059.548-79, intimado e comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, *WhatsApp* (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

---

